

ISSN 1983-9391

Revista Brasileira de Ecoturismo

Brazilian Ecotourism Journal

Volume 6, Nº 2, Maio / Julho 2013



Revista Brasileira de Ecoturismo

Volume 06, Número 02, maio/julho de 2013

Publicação da Sociedade Brasileira de Ecoturismo

Os artigos aqui publicados refletem a posição de seus autores e são de sua inteira responsabilidade.



Editor-Chefe

Prof. Dr. Zysman Neiman

Editores:

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Editor Executivo

Prof. Esp. Carlos Eduardo Silva

Editoras de Idiomas

Malila Carvalho de Almeida Prado

Editor de Design (Capa e *layout* do site)

Lucas Neiman

Fotos

Zysman Neiman

Alexandre Nunes

Website: www.sbecotur.org.br/rbecotur

End.: Rua Dona Ana, 138, Vila Mariana,
São Paulo, SP - Brasil, CEP 04111-070

Tel.: (11) 99195-7685

E-mail: rbecotur@sbecotur.org.br

Comitê Avaliador:

Prof. Dr. Adriano Severo Figueiró

Profa. Dra. Alcyane Marinho

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Prof. Dr. Alexandre Panosso Netto

Profa. Dra. Aline Vieira de Carvalho

Profa. Dra. Almerinda Antonia Barbosa Fadini

Profa. Dra. Ana Maria Wegmann Saquel

Prof. Dr. Anderson Pereira Portugal

Profa. Dra. Andréa Rabinovici

Profa. Dra. Beatriz Veroneze Stigliano

Prof. Dr. Bruno Pereira Bedim

Profa. Dra. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues

Profa. Dra. Célia Maria de Toledo Serrano

Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo

Profa. Dra. Denise de Castro Pereira

Prof. Dr. Eduardo Humberto Ditt

Profa. Dra. Elizabete Tamanini

Profa. Dra. Fernanda Sola

Prof. Dr. Ferdinando Filetto

Prof. Dr. Flávio José de Lima Silva

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo

Prof. Dr. Giovanni de Farias Seabra

Arq. Hector Ceballos-Lascurain

Prof. Dr. Hermann Atila Hrdlicka

Profa. Dra. Heloisa Turini Bruhns

Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo

Prof. Dr. Ismar Borges de Lima

Prof. Dra. Ivani Ferreira de Faria

Prof. Dr. Jesús Manuel López Bonilla

Profa. Dra. Jasmine Cardoso Moreira

Prof. Dr. João Luiz de Moraes Hoefel

Prof. Dr. José Artur Barroso Fernandes

Prof. Dr. José Manoel Gonçalves Gândara

Prof. Dr. José Martins da Silva Júnior

Profa. Dra. Kerlei Eniele Sonaglio

Profa. Dra. Lilia dos Santos Seabra

Prof. Dr. Lucio Flavo Marini Adorno

Prof. Dr. Luiz Afonso Vaz de Figueiredo

Profa. Dra. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

Profa. Dra. Maria Cristina Basílio Crispim da Silva

Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida

Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares

Profa. Dra. Maria Lúcia Ferreira da Costa Lima

Profa. Dra. Marília Cunha Lignon

Prof. Dr. Mário Jorge Cardoso Coelho Freitas

Profa. Dra. Marlene Huebes Novais

Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani

Profa. Dra. Nadja Castilho da Costa

Profa. Dra. Odaleia Telles M. Machado Queiroz

Prof. Dr. Paolo Giuntarelli

Prof. Dr. Paulo dos Santos Pires

Prof. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César

Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco

Prof. Dr. Sidnei Raimundo

Profa. Dra. Solange Terezinha de Lima Guimarães

Profa. Dra. Sueli Ângelo Furlan

Prof. Dra. Suzana Machado Padua

Profa. Dra. Teresa Cristina de Miranda Mendonça

Profa. Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva

Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Prof. Dr. Zysman Neiman

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
EDITORIAL	7
ESPECIAL	
O desembrulho Mia Couto	344
ARTIGOS	
Ecotourism in wetland environment: a case study of Deepar Beel Wildlife Sanctuary (Ramsar site) of Assam (India)..... Sujata Deori, Niranjana Das	354
<i>Ecoturismo em ambiente de pantanal: um estudo de caso no Deepar Beel Wildlife Sanctuary (sítio Ramsar), Assam (Índia)</i> Sujata Deori, Niranjana Das	354
Da dádiva à hospitalidade privada: o caso das famílias rurais de Carmo (RJ) e o seu acesso ao turismo Dan Gabriel D'Onofre, Marcelino de Souza	366
<i>From the gift to the private hospitality : the case of rural households of Carmo (RJ, Brazil) and their access to tourism</i> Dan Gabriel D'Onofre, Marcelino de Souza	366
Estudo preliminar da modalidade de turismo e da infraestrutura instalada no litoral da região norte fluminense como subsídio ao planejamento turístico..... Wilson Martins Lopes Junior	384
<i>Preliminary study of the type of tourism and infrastructure installed in the coastal region north of the state of Rio de Janeiro (Brazil) as a subsidy to tourism planning</i> Wilson Martins Lopes Junior	384
Indicadores para selecionar áreas agroturísticas: o desempenho dos atributos agropecuários, turísticos e de conservação ambiental..... Bernadete da Conceição Carvalho Gomes Pedreira, Rozely Ferreira dos Santos, Eluan Alan Lemos Pocidonio	400
<i>Indicators to select agri-touristic areas: the performance of agricultural, touristic and environmental conservation attributes</i> Bernadete da Conceição Carvalho Gomes Pedreira, Rozely Ferreira dos Santos, Eluan Alan Lemos Pocidonio	400
Aeroporto: suas relações e identidade..... Fernanda Favorito	414
<i>Airport: their relationships and identity</i> Fernanda Favorito	414
Qualificação profissional como suporte para implantação do etnoturismo na comunidade indígena Ingarikó (RR)..... Elizabete Melo Nogueira, Canrobert Penn Lopes Costa Neto, Geórgia Patrícia da Silva	424
<i>Professional qualification as support for implementation of the indigenous ethno tourism in community Ingarikó (RR, Brazil)</i> Elizabete Melo Nogueira, Canrobert Penn Lopes Costa Neto, Geórgia Patrícia da Silva	424

Turismo como fenômeno social e suas implicações no espaço rural.....	442
Maysa Sena de Carvalho, Marutschka Martini Moesch	
<i>Tourism as a social phenomenon and its implications for rural space.....</i>	<i>442</i>
Maysa Sena de Carvalho, Marutschka Martini Moesch	
Turismo de base local no distrito de Dondo (Moçambique): discutindo fatores de sustentabilidade	458
Francisco Fransualdo Azevedo, Felicidade da Juliana Chicico	
<i>Locally-based tourism in the district of Dondo (Mozambique): discussing sustainability factors</i>	<i>458</i>
Francisco Fransualdo Azevedo, Felicidade da Juliana Chicico	
Turismo social: uma trajetória de inclusão social no SESC Santa Catarina	482
Juliana Camila Côco, Luana Emmendoerfer, Vilmar Jacques	
<i>Social tourism: a trajectory of social inclusion at SESC Santa Catarina</i>	<i>482</i>
Juliana Camila Côco, Luana Emmendoerfer, Vilmar Jacques	
Turismo rural: uma possibilidade do novo para o assentamento Banco da Terra	500
Rúbia Elza Martins de Souza, Luciana Pinheiro Viegas	
<i>Rural tourism: a possibility of the new for Banco da Terra Settlement (MT, Brazil).....</i>	<i>500</i>
Rúbia Elza Martins de Sousa, Luciana Pinheiro Viegas	
A mobilidade turística na Região das Baixadas Litorâneas (RJ).....	518
Ulisses da Silva Fernandes	
<i>The tourist mobility in the Região das Baixadas Litorâneas (RJ, Brazil).....</i>	<i>518</i>
Ulisses da Silva Fernandes	
Reflexões acerca da sustentabilidade no âmbito da gestão de empreendimentos hoteleiros.....	534
Maria Claudia Mancuelho Malta, Milton Augusto Pasquotto Mariani, Dyego de Oliveira Arruda	
<i>Reflections about sustainability in the management of enterprises hotelkeepers.....</i>	<i>534</i>
Maria Claudia Mancuelho Malta, Milton Augusto Pasquotto Mariani, Dyego de Oliveira Arruda	
O papel do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) na busca por um turismo responsável (ecoturismo) para a Ilha de Cotijuba, Belém (PA).....	554
Eliana Cruz Bezerra Gomes, Bernardino da Costa e Silva Junior, Karolina Moura Nogueira, Eduardo Lima dos Santos Gomes	
<i>The role of the 'Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém' (MMIB) in the search for responsible tourism (ecotourism) to the Isle of Cotijuba, Belém (PA, Brazil).....</i>	<i>554</i>
Eliana Cruz Bezerra Gomes, Bernardino da Costa e Silva Junior, Karolina Moura Nogueira, Eduardo Lima dos Santos Gomes	
Perspectivas do desenvolvimento turístico de base local em Simplício Mendes (PI).....	572
Ricardo Gomes Ramos, Valéria de Moraes Costa Moura, Ermínia Medeiros Macêdo	
<i>Prospects of the touristic development of locally-based in Simplício Mendes (PI, Brazil).....</i>	<i>572</i>
Ricardo Gomes Ramos, Valéria de Moraes Costa Moura, Ermínia Medeiros Macêdo	
Turismo, gestão participativa e sustentabilidade: caso da Vila do Aventureiro (RJ).....	585
Juliana Fernandes da Silva, Juzânia Oliveira da Silva Brandão	
<i>Tourism, participatory management and sustainability: the case of Vila do Aventureiro (RJ, Brazil)....</i>	<i>585</i>
Juliana Fernandes da Silva, Juzânia Oliveira da Silva Brandão	

APRESENTAÇÃO

A REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO (RBEcotur) é uma publicação eletrônica quadrimestral produzida pela Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur), sendo expressão do esforço dos profissionais nela envolvidos: editores e outros colaboradores. Criada em 2008, seus volumes são editados exclusivamente na formatação eletrônica *on line* (SEER).

MISSÃO: Publicar artigos inéditos de caráter científico com o objetivo de atender diferentes profissionais diante dos vários contextos de estudos e pesquisas em Ecoturismo e atividades afins, contribuindo para a difusão, diálogo e intercâmbio de conhecimentos teóricos ou aplicados, bem como para a formação de redes. Propõem-se a promover um amplo debate entre o poder público e privado, as operadoras, as agências, ONGs e instituições de ensino e pesquisa, principalmente no que tange a aplicação do planejamento e manejo do Ecoturismo voltado a práticas de mínimo impacto.

A transferência e troca desses conhecimentos são de suma importância para que a análise e a prevenção dos impactos do Ecoturismo e atividades afins se constituam em ferramenta imprescindível para dar subsídio à manutenção das práticas de preservação e ao planejamento estratégico de atividades de lazer, interpretativas da natureza e de Educação Ambiental, ligadas à conservação dos recursos naturais.

São os seguintes os **eixos temáticos** desta revista:

- **Eixo 1** - Ecoturismo e Educação Ambiental
- **Eixo 2** - Planejamento e Gestão do Ecoturismo
- **Eixo 3** - Manejo e Conservação dos recursos naturais através do Turismo Sustentável
- **Eixo 4** - Ensino, Pesquisa e Extensão em Ecoturismo
- **Eixo 5** - Ecoturismo de Base Comunitária

O Ecoturismo é uma prática que precisa ser mais bem estudada e compreendida pois, apesar de já ser praticado há mais de cem anos (desde a criação dos primeiros parques nacionais no mundo: *Yellowstone* e *Yosemite*), só nos últimos anos do século XX se configurou como um fenômeno crescente e economicamente significativo.

Embora os seus princípios e diretrizes estejam claramente estabelecidos e pareçam conceitualmente compreendidos pelos profissionais da área, na prática, o Ecoturismo carece ainda de uma visão estratégica, que promova seu desenvolvimento em nível nacional. Esta afirmação é especialmente verdadeira quando são analisados os projetos de desenvolvimento em implementação no Brasil e as dificuldades no planejamento e obtenção de resultados referentes aos compromissos com a Sustentabilidade.

Assim, convidamos todos os pesquisadores e produtores de conhecimento em Ecoturismo e áreas afins a somar seus esforços aos nossos, divulgando suas ideias nas edições da REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO.

Prof. Dr. Zysman Neiman
Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini
Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Editores da RBEcotur

EDITORIAL

Prezados leitores e colaboradores.

Esta edição da RBECotur apresenta mais alguns artigos completos de trabalhos apresentados no XII Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL), e trás novas contribuições inéditas de outros autores. A publicação dos artigos do ENTBL deverá prosseguir ainda mais por outras edições deste volume 6 da RBECotur, pois há ainda alguns outros manuscritos em fase final de ajustes para publicação, após sugestões dos coordenadores dos GTs onde os mesmos foram apresentados.

Por esse motivo, bem como a grande quantidade de artigos que vêm sendo submetidos a nossa Revista, graças ao reconhecimento que a mesma vem obtendo junto ao mundo acadêmico e aos órgãos avaliadores, decidimos por ampliar a periodicidade das publicações, que agora serão trimestrais. A Revista passa a ter edições em fevereiro (excepcionalmente em janeiro em 2013), maio, agosto e novembro já em 2013.

Nesta edição apresentamos 15 artigos inéditos além da transcrição da Palestra do escritor Mia Couto, proferida na cerimônia de abertura do XII ENTBL. Trata-se de uma contribuição especial, que muito nos honra, uma vez que Mia Couto é consagrado como um dos mais importantes escritores atuais da língua portuguesa e fez pessoalmente a revisão final da transcrição de sua palestra, que aqui é publicada como versão exclusiva.

Vejamos os 15 artigos e seus autores:

- Sujata Deori e Niranjan Das desenvolvem um método empírico-descritivo de análise para destacar o potencial dos recursos para o ecoturismo do Deepar Beel (Pantanal) nas proximidades Guwahati (Índia), através da experiência que os autores adquiriram na área.
 - Dan Gabriel D'Onofre e Marcelino de Souza discutem como turismo no espaço rural se sucede no município de Carmo (RJ), de modo a revelar como a teoria da hospitalidade privada se relaciona com a dádiva, a demonstrar que as famílias rurais não são apenas anfitriãs, mas também hóspedes enquanto reivindicam o acesso ao lazer turístico.
 - Wilson Martins Lopes Junior analisa a modalidade de turismo predominante no litoral dos municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, no norte fluminense, identificando suas infraestruturas turísticas.
 - Bernadete da Conceição Carvalho Gomes Pedreira, Rozely Ferreira dos Santos e Eluan Alan Lemos Pocidonio selecionaram e avaliaram um conjunto de indicadores que, ao serem integrados, puderam evidenciar as áreas de máxima potencialidade (aptidão) agroturística da bacia hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu (SP), cujos municípios compõem o "Circuito Paulista das Águas".
 - Fernanda Favorito discute em um ensaio conceitual como a infraestrutura aeroportuária tem papel importante nas atividades políticas, econômicas e sociais de um Estado e como esta importância deve ser examinada no que se refere à utilidade política e econômica para a sociedade.
-

-
- Elizabete Melo Nogueira, Canrobert Penn Lopes Costa Neto e Geórgia Patrícia da Silva apresentam os desdobramentos do Projeto Ecoturismo na Unidade de Conservação do Parque Nacional do Monte Roraima. Em função das demandas dos indígenas sugeriu-se a qualificação profissional como alternativa para o desenvolvimento do etnoturismo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol – TIRSS, região Ingarikó, localizada a noroeste do Estado de Roraima, próxima ao Monte Roraima.
 - Maysa Sena de Carvalho e Marutschka Martini Moesch apresentam uma reflexão teórica através de uma releitura das escolas de pensamento e quadros interpretativos, formas de sistematização, e principais correntes de estudos do turismo, incluindo pesquisas dos impactos sobre as relações de gênero no desenvolvimento das atividades relacionadas.
 - Francisco Fransualdo Azevedo e Felicidade da Juliana Chicico tratam do turismo de base local como indutor de desenvolvimento rural, traduzindo-se numa análise da realidade e das potencialidades no distrito de Dondo em Moçambique, rico em recursos naturais e culturais e beneficiado por ter uma boa rede de acessibilidade no contexto do mercado da região e por ter sua população vivendo ainda segundo os seus hábitos e costumes.
 - Juliana Camila Côco, Luana Emmendoerfer e Vilmar Jacques apresentam um breve histórico do turismo social no SESC Santa Catarina, demonstrando um forte crescimento da atividade por parte da clientela preferencial, apesar da necessidade do aprimoramento da modalidade turismo receptivo no intuito de envolver a comunidade de base local neste processo.
 - Rúbia Elza Martins de Sousa e Luciana Pinheiro Viegas investigam as políticas públicas que otimizem a utilização da matéria-prima e recursos naturais disponíveis no Assentamento Banco da Terra, Município de Nova Xavantina (MT), de forma que os assentados busquem novas formas de utilizar os recursos locais, bem como racionalizar seu uso como fonte alternativa não-agrícola de geração de renda.
 - Ulisses da Silva Fernandes demonstra a ocorrência do fenômeno da mobilidade turística em uma das porções do território fluminense, a Região das Baixadas Litorâneas, apontando para uma interação turística heterogênea dentro da região analisada, sendo esta uma das razões conexas para considerar o recorte enquanto uma área turística e não exatamente uma região turística.
 - Maria Claudia Mancuelho Malta, Milton Augusto Pasquotto Mariani e Dyego de Oliveira Arruda analisam as práticas de sustentabilidade na gestão de empreendimentos hoteleiros sediados na cidade de Campo Grande (MS), constatando que encontram-se em estado inicial quanto a esse quesito, sobretudo por conta da falta de informações acerca de seus aspectos constitutivos.
 - Eliana Cruz Bezerra Gomes, Bernardino da Costa e Silva Junior, Karolina Moura Nogueira e Eduardo Lima dos Santos Gomes avaliam o importante papel do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém na busca pelo fomento do turismo comunitário, como forma de desenvolvimento regional sustentável, tendo o ecoturismo como alternativa socioeconômica e ambiental para as comunidades residentes da ilha de Cotijuba (PA).
-

-
- Ricardo Gomes Ramos, Valéria de Moraes Costa Moura e Ermínia Medeiros Macêdo demonstram as possibilidades de desenvolvimento turístico no município de Simplício Mendes (PI), por meio da produção do mel, como forma de caracterizar e organizar o trabalho das famílias apicultoras, baseado no desenvolvimento local e na regionalização do turismo.
 - Juliana Fernandes da Silva e Juzânia Oliveira da Silva Brandão abordam a gestão participativa para o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais, tendo em vista o Turismo para a autogestão e a preservação das tradições na Vila do Aventureiro, na Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ), que se baseia historicamente nas atividades de subsistência e está situada na Reserva Biológica da Praia do Sul.

Aproveitamos para anunciar que continuam abertas as inscrições para o Congresso Nacional de Ecoturismo (CONECOTUR) e para o Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação (EcoUC), em suas edições IX e V, respectivamente, que acontecerão na cidade de Rio Branco (AC). Mais uma vez, será responsabilidade da Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur) a Coordenação Científica dos eventos, em parceria com a Secretaria de Turismo e Lazer (SETUL) do Estado do Acre.

A todos, uma boa leitura!

Zysman Neiman
Editor Chefe

Nota dos Editores:

O Buriti (*Mauritia flexuosa*), presente no logotipo da RBEcotur, é uma homenagem à Pindorama, a “Terra das Palmeiras”, com suas paisagens de grande potencial para o ecoturismo, bem como às suas veredas, que compõem alguns dos mais expressivos e belos conjuntos cênicos de nosso país. A cada número da Revista, uma árvore brasileira será evocada. Neste número a homenageada é o Bacuri (*Attalea phalerata*), palmeira cujos frutos são muito apreciados. A madeira é empregada localmente apenas para construções rurais. O palmito é comestível. Dos frutos extrai-se uma fécula alimentar. Também são comestíveis in natura, tanto a polpa como as amêndoas. A palmeira é muito ornamental podendo ser empregada em paisagismo.



**SEÇÃO
ESPECIAL**

Nessa pedra alguém sentou para ver o mar
Mas o mar,não parou para ser olhado
E foi mar,pra todo lado.

Paulo Leminski



O desembrulho¹

Mia Couto



Estou no Brasil numa mistura de trabalho e de férias. A primeira etapa desta viagem passou-se nas praias do Nordeste, juntamente com a minha mulher. Visitei já o Brasil dezenas de vezes. Desta vez, foi a primeira ocasião em que o fiz como turista. Talvez isso me dê alguma bagagem para eu falar aqui sobre turismo. Porque não quero perder de vista que sou apenas um escritor, não tenho competência particular nesta matéria, tenho apenas impressões. É isso que trago aqui, apontamentos e anotações de um caderno de viagem.

E vou exatamente começar por falar da impressão que estas férias me causaram. Na verdade, estive em lugares que nunca mais irei esquecer. Mais do que memórias, esses lugares tornaram-se entidades vivas dentro de mim. O segredo da viagem não é apenas visitar. É deixar-se ser visitado

pelo lugar. Deixar que aquele momento de encontro tome posse de nós. Essa tomada de posse é sempre uma invenção. Que às vezes é feita contra uma outra invenção que nós compramos. É feita contra a fabricação de paraísos que a publicidade sugere. Na verdade, sinto pena dos meus amigos quando são defraudados por propaganda turística enganosa. Mas sinto talvez mais pena deles quando, ao voltar, me dizem: *aquilo é fantástico, é exatamente como diziam na agência de viagens*. Porque a verdadeira viagem tem que ser isso e outra coisa, tem que ser algo que resulte do inesperado e da nossa apetência pelo acaso.

As pessoas do Nordeste (Natal, Recife e Fernando de Noronha) são orgulhosas do seu patrimônio natural. E têm toda a razão nessa vaidade. Muitas vezes me perguntavam quem tem praias mais bonitas: Moçambique ou o Brasil? Na verdade, não sei responder. Nessa espécie de concurso de beleza, os dois países estão empatados. Mas existe uma outra pergunta que me parece ainda mais importante que é a seguinte: quem tem maior capacidade para estragar essa potencial beleza? Nesse caso, receio que o Brasil ganhe. Eu mesmo assisti a esse

processo de degradação e os meus amigos brasileiros disseram-me que há um número de locais de enorme beleza natural que foram engolidos e devorados por um turismo feito sem medida nem regra.

No Brasil, em Moçambique ou em qualquer lugar do mundo, um certo tipo de turismo acaba consumindo os lugares, suga-lhes e devora-lhes a sua alma.

É por isso que, quando regresso de um lugar feliz, sou assaltado por um sentimento de antecipada nostalgia e digo: *gostei tanto que nunca mais quero voltar*.

Quando me alojaram num hotel na cidade em Natal fui assaltado por dúvidas: que lugar é este? Não era exatamente a categoria do Hotel que questionava, mas a sua localização. O edifício ficava bem no limiar de uma periferia pobre, quase uma favela. O meu quarto dava para as traseiras de onde se via o morro inteiro com a sua arquitetura de ruas estreitas e labirínticas. E ali, nessas ruas, se exibiam cartazes de negócios diversos. A maioria era daquilo que se chamavam “Salões de Beleza”. Em todos esses cartazes, invariavelmente, se representava como modelo da beleza feminina a figura de uma mulher loura, magra e de olhos azuis.

Recusei os passeios oferecidos pela agência e optei por me perder, sem hora nem bússola. Passeei pela cidade, percorri os seus lugares cheios de contraste, os recantos onde ela se fazia bonita e onde ela surgia desmazelada e feia. E durante todos esses dias eu me perguntava a mim mesmo: onde está essa mulher loira tão celebrada nos cartazes? Então, percebi que aquele hotel, mal colocado como se dizia, me dava um privilégio enorme: ali da janela via os Brasis que há Brasil, eu testemunhava a fronteira entre pobreza e riqueza, entre o corpo sonhado e a realidade vivida. Eu não contemplava um espaço geográfico mas as vidas que ali habitavam. Não teria tido essa oportunidade se me tivessem alojado um lugar ilhado, cercado por um vazio de gente ou por muros escondendo a realidade.

Estas férias foram de fato memoráveis. Correu tudo bem? Nem sempre. Houve momentos em que me zanguei e eu tenho muito pouca competência para me zangar. Mas quando me exalto quero ter direito de ir até ao fim, de falar duro, reclamar e ver surgirem soluções e arrependimentos. Só assim vale a pena. Mas aqui no Brasil esse exercício da zanga nunca me foi possível. Porque a minha zanga se dilui, instantaneamente, num mar de afabilidade.

Um desses casos surgiu num aeroporto em que houve um mal-entendido sobre um excesso de carga. Andamos de balcão em balcão e, num dado momento, a Patrícia disse: tens que te zangar. E lá fui a um derradeiro balcão onde uma moça ouviu as queixas referentes a um caixote carregado de livros. E de imediato ela me disse: *Meu amor, não se apoquente, não. Você é escritor? Pois eu sou cantora e até já gravei CD. Me diga um nome de uma cantora brasileira que o senhor gosta: Marisa Monte? Pois escute: “Deixa eu dizer que te amo, deixa eu pensar em você....* Naquele momento, a Patrícia, que estava a uma curta distância, lançou um olhar estupefato sobre aquela cena romântica. A verdade é que a moça tinha uma voz surpreendente e aquela breve exibição vocal me fez esquecer a contrariedade. Resultado: paguei

feliz o que não achava que tinha pagar. E eu e a Patrícia ficamos o resto do dia trauteando a canção de Marisa.

Uma outra vez, o motorista contratado para nos levar a uma praia perdeu-se no caminho. Dei conta disso porque a viagem devia levar uma hora e meia e nós já seguíamos há bem de duas horas. Verifiquei então que ele também não estava seguro do caminho. E confessou: *é que o motorista contratado era o outro e ele terceirizou*. Então o condutor, ligou para um colega e escutei a seguinte conversa: *Olha estou seguindo uma estradinha cheinha de buraco, estou meio perdido não é? Ai é? Completamente perdido? Beleza! E agora para voltar? Tendi, mais uma hora de retorno. Beleza, tá jóia*. Aí eu, perante uns pontapés da Patrícia eu reclamei. E o condutor disse: *meu amigo assim, eu lhe peço perdão mas assim você vê mais Brasil*. E, afinal, ele tinha razão. Porque a paisagem em redor era realmente bonita. Aquele homem relembra algo que quase sempre esquecemos: de tanto termos pressa em chegar, deixamos de ver o caminho.

Visitar lugares é bom. Mas o melhor é viajar por pessoas. Eu amo conversar, abrir alma, amolecer o tempo numa boa lenga-lenga. E aqui o Brasil ganha todas as Copas do mundo. É impossível sentirmo-nos estranhos e solitários. Já percorri dezenas de países. E nunca vi gente tão hospitaleira, tão afável, que nos faça sentir não apenas em casa como em família.

Amigos brasileiros do Rio de Janeiro vão insistindo comigo: nunca acredites totalmente na simpatia carioca. Porque o carioca diz: *meu querido, aparece lá em casa, mas ele não te dá nunca a morada*. Isso comigo nunca aconteceu. Mas mesmo que acontecesse não creio seria um problema. Porque a afabilidade dos brasileiros rompe a fronteira entre espaços. A simpatia brasileira faz com que a rua se converta em casa.

Este jeitinho Brasileiro de enfrentar os problemas pode não ajudar muito o Brasil porque acaba escamoteando a questão da eficiência profissional. Mas ele constitui um valor imensurável para quem tenha gosto numa viagem através de gente e de histórias. Porque esse jeitinho faz reviver a história da formação da nação brasileira com os ciclos do café e do açúcar convertendo-nos a nós visitantes, numa calda açucarada que é bebida e convertida em doçura. Vimos ao Brasil e acabamo-nos convertendo em Brasil. Ser simpático não é apenas uma qualidade de temperamento. Mas indica uma relação que não é apenas centrada na própria pessoa, um modo de mostrar como os outros estão em cada um de nós. Em África essa disponibilidade para os outros também é comum, e essa herança africana explicará muito do que os brasileiros são hoje.

No Brasil como em Africa muitas vezes eu me pergunto: como é tão difícil fazer uma coisa tão fácil que é ser feliz?

Caros amigos

Sou biólogo e logo a seguir ao final da guerra civil trabalhei na reabilitação dos parques e reservas de fauna de Moçambique. Foi um longo trabalho de restauração ecológica e de depois de repovoamento da fauna.

Acompanhei a primeira família que visitou um desses parques de fauna. Nesse dia não havia guia turístico e pediram que servisse de cicerone. Eram três portugueses, o pai, a mãe e um filho adolescente. Com eles vinha um representante da agência de viagens.

Tivemos um encontro de planificação logo que eles chegaram. Com exceção do jovem que estava sonolento e nada disse, os restantes três fizeram uma exposição entusiasta sobre o que ansiavam daquela visita. Todos queriam coisas diferentes. O fulano da agência queria que eu não desiludisse a expectativa criada, queria que eu *“mostrasse muitos bichos”*. Queria, enfim, a garantia de um jardim zoológico. O chefe de família queria uma experiência radicalmente diferente, que recolher a aventura que pudesse contar para a sua gente. E exibia a máquina fotográfica como um caçador exhibe a arma. A mulher não queria nada. Apenas se queixava de um imenso cansaço. Queria repousar, deixar de existir.

Escolhi esses quatro personagens porque eles podem representar uma constelação de atitudes que eu gostaria aqui de comentar. Então, com brevíssimas pinceladas, eu vou agora percorrer cada um dos vértices desse polígono humano.

O primeiro vértice - a agência de turismo preocupada

A agência apostava obviamente na fabricação e consumação de expectativas. As agências de viagem sabem que a viagem começa no sonho de viajar, na construção antecipada do que vai ser. Esse desejo explica o êxito dos livros que se apresentam como guias de turismo. Esses guias e esses folhetos operam inevitavelmente na simplificação. Uma nação inteira não cabe numa página.

O turista precisa desse empacotar de países, precisa de simplificação da realidade. Porque ele quer ser um aventureiro mas perdeu o sentido da aventura. Ele quer o desconhecido mas ensinaram-no a confiar apenas naquilo que conhece. Por isso, ele não quer riscos, não quer tempo perdido, quando esse tempo é contabilizado e orçamentado.

No caso de África, o que geralmente se sugere é um continente reduzido a paisagens, à fauna e às belezas naturais. Uma África sem história, sem cultura. Uma África feita só de natureza. Uma África sem africanos.

O segundo vértice - O marido ansioso

O personagem a que chamo de “marido” não parava de fazer perguntas: *“e leões, vamos ver leões? E elefantes?”*

Todos turistas querem ver os grandes mamíferos. Poucos estão disponíveis para ver o que parece pouco visível, como as árvores, os pássaros, os pequenos animais. Isso não conta, isso não produz história. Nas palavras do tal marido, “*isso não dá adrenalina*”.

Entendo a sede do turista. Vivemos um tempo em que faliram as grandes narrativas, as chamadas narrativas fundadoras – Deus, a Pátria, a política. O que temos para contar é aquilo que a televisão nos traz. Mas não há nessa revelação o prazer da descoberta pessoal e única. Nesse mundo empobrecido de fantasia, é vital que cada indivíduo seja portador de uma narrativa. Se não há grandes histórias então eu mesmo terei que ter uma história. Ou terei que ser uma história.

E o que constrói essa narrativa pessoal são os mesmos materiais que constroem os livros: as viagens, as aventuras, a descoberta do desconhecido. Do mesmo modo que hoje se vendem muitos guias turísticos, também o gênero da biografia se converteu numa fonte de *best-sellers*. Se não tenho uma vida interessante ao menos consumo a vida dos outros.

Era isso que aquele apressado turista queria: uma espécie de bebedeira de adrenalina. Algo que o fizesse esquecer que, durante todo ano, ele não tinha tirado uma única fotografia. E agora ele tinha pressa de acumular imagens, converter a vida inteira num álbum fotográfico.

O terceiro vértice – a esposa cansada

Mais do que a intenção de um destino, a esposa queria repousar. Era isso que ela repetia: “*eu não quero ver muita coisa, eu quero é descansar*”. Talvez a mulher tivesse vontade de se afastar da sua própria vida. Todos nós sentimos isso a que chamamos de “necessidade de descansar”. Ninguém pode negar que esse cansaço exista. Mas de onde vem tanto cansaço?

A fadiga que sentimos não é tanto do trabalho acumulado, mas de um quotidiano feito de rotina e de vazio. O que mais cansa não é trabalhar muito. O que mais cansa é viver pouco. O que realmente cansa é viver sem sonhos. O poeta TS Eliot pergunta: “*onde está a vida que perdemos no viver?*”

Era esse cansaço existencial que as férias daquela mulher prometiam resolver. Ela queria outros lugares para esquecer o lugar onde coabitava com o tédio e monotonia. Muitas vezes é assim: o importante não é o que o turista vê durante a viagem. Mas também aquilo que ele deixa de ver por causa da viagem.

Ao mesmo tempo ela, que tanto ansiava essa lonjura, queria saber do acesso à rede de telefones e à internet. Ela sofria de uma dependência que se generalizou: não podemos ficar longe desse mesmo ruído que nos queixamos que nos ensurdece. E o longe já não nasce da geografia. Longe é onde já não rede de telefone. E solidão é quando já não há acesso à rede da Internet.

O que eu gostaria de ter dito à mulher era o seguinte: esse cansaço não se resolve por termos mais férias. A grande solução é mudarmos radicalmente a nossa vida. Em vez de espreitar a caixa de e-mail, talvez fosse melhor se ela falasse com as pessoas do lugar que visitava. Afinal, a sua preocupação com os outros, os chamados “locais”, ir-se-ia limitar a saber quanto devia dar de gorjeta aos empregados do hotel.

O quarto vértice – O jovem ensonado

Nesse encontro preliminar, o jovem não falou. Era noite, estava cansado, queria dormir. Quando nos fomos deitar imaginei que a minha grande aposta naquele grupo seria esse jovem que estava inaugurando um novo olhar sobre um mundo tão diverso. E pensei no meu próprio percurso e como foi importante esse primeiro contato com um Parque Natural.

Eu nasci e vivi toda a minha infância e adolescência na cidade da Beira, bem perto do Parque Nacional da Gorongosa. Uma das coisas que a minha família fazia com regularidade era visitar o Parque. Na linguagem de nossa casa dizia-se “*vamos visitar os bichos*”. Mas essas excursões eram para mim mais do que uma visita. E era eu o visitado. Nessas excursões eu experimentava o mesmo fascínio de quando me contavam histórias. O mesmo encantamento roubava-me do mundo e do tempo.

Era esse raptó que eu queria que o jovem português experimentasse. No entanto, assim que subiu para a cabine o moço retirou de uma bolsa uma máquina de jogar e durante o tempo todo ele se debruçou sobre esse aparelho luminoso e ruidoso. E aí entendi: ele estava ali por acidente. Aliás, ele não estava ali. Não estava realmente em lugar nenhum. O jovem já tinha visto tudo o que havia para ver. O jovem há muito que deixara de ser jovem.

Mas aconteceu algo que mudou radicalmente tudo. De repente, já perto do rio surgiu um casal de leões. A viatura parou diante de um casal de leões e eles estavam ali mesmo ao lado, escutava-se o seu respirar, captava-se o seu cheiro ácido. Então, o jovem ergueu os olhos e ficou vencido. Qualquer coisa se quebrou dentro dele. E não só pela imponência da visão. Mas porque ele não sabia ver. Porque não eram apenas um casal de bichos que ali passeavam mas era a própria Vida inteira que ali desfilava. Para contemplar esse espetáculo era preciso silêncio, quase uma devoção. E ali passavam essas duas criaturas como que emergindo de um outro tempo. Quem já testemunhou uma cena destas sabe: o caminhar de um leão é uma dança divina, o seu olhar foi feito para nos paralisar e nos roubar os sentidos.

E sucedeu, por fim, aquilo que eu tanto queria: o marido pousou, enfim a máquina sobre o colo, a mulher baixou os braços refeita com os seus longos

cansaços, e o jovem olhou o mundo como se fosse pela primeira vez.

Lembrei-me então de um pequeno texto do uruguaio Eduardo Galeano que diz assim:

“Diego não conhecia o mar. O pai levou-o para que descobrisse o oceano. Viajaram para o Sul. Depois de muito caminhar, o mar enfim surgiu. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu: Pai, me ajude a olhar!”

Meus caros amigos

Tudo o que posso dizer está escrito numa simples frase do romance que outrora eu escrevi chamado “O outro pé da sereia”. E a frase é esta: *“a viagem não começa quando se percorrem distâncias. A viagem começa quando atravessamos as nossas fronteiras interiores”*. Para atravessar essas fronteiras precisamos de um novo modo de olhar o mundo e de nos olharmos a nós mesmo. Sem esse olhar novo, podemos dar a volta inteira à terra e não teremos nunca saído do mesmo lugar.

Como ganhar, então, na viagem, a leveza que a nossa alma procura? Não há receita. Mas muito se pode aprender dos poetas e escritores, e eu peço a Fernando Pessoa para me ajudar a fechar esta minha fala. Ele escreveu os seguintes versos:

*“O essencial é saber ver.
Mas aí de nós que trazemos a alma vestida!
E saber ver exige uma aprendizagem de desaparecer.
E eu procuro despir-me do que aprendi,
procuro esquecer-me do modo de lembrar que me ensinaram
E raspar a tinta com que me pintaram os sentidos
Desencaixotar as emoções
E quero desembrulhar-me e ser eu .”*

O que o turismo vende, como objeto de redenção dos nossos grandes cansaços, são pacotes. O que nós todos precisamos são desembrulhos. Desembrulhem-nos pois para sermos abraçados pelo mundo.

Nota:

¹Conferência ministrada na abertura do XII Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL), em São Paulo (SP), Auditório do Teatro Anchieta, SESC Consolação, no dia 06 de novembro de 2012. O debate com os participantes do evento foi coordenado pela Profa. Dra. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues (UFRRJ).



Mia Couto: considerado um dos escritores mais inventivos da língua portuguesa graças ao uso poético da linguagem e a originalidade na utilização de neologismos, ainda que esta reinvenção da língua traga em sua gênese o imaginário ancestral e a tradição oral de Moçambique. Além de considerado um dos escritores mais importantes de seu país, é o escritor moçambicano mais traduzido. Em muitas das suas obras, Mia Couto tenta recriar a língua portuguesa com uma influência moçambicana, utilizando o léxico de várias regiões do país e produzindo um novo modelo de narrativa africana. *Terra Sonâmbula*, o seu primeiro romance, publicado em 1992, ganhou o Prêmio Nacional de Ficção da Associação dos Escritores Moçambicanos em 1995 e foi considerado um dos doze melhores livros africanos do século XX por um júri criado pela Feira do Livro do Zimbábue. Como biólogo, dirige a IMPACTO Lda., empresa que faz estudos de impacto ambiental em Moçambique. Mia Couto tem realizado pesquisas em diversas áreas, concentrando-se na gestão de zonas costeiras. Além disso, é professor da cadeira de ecologia em diversos cursos da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).



SEÇÃO
ARTIGOS

Flor de sal
N'amplidão
Do silêncio
Cru...
Deserto
Pontilhado
De crisoberilos
Floridos
E cactos
Solitários...
Flores
Coloridas,
Cores
Em sépias,
No desperdício
Espacial...
Sal...
Areia...
Pedras...
O vento
A passar...
O silêncio...
O deserto...
Atacama...
O salar,
Solar...
Solidão...

Danclads Lins de Andrade



Ecotourism in wetland environment: a case study of Deepar Beel Wildlife Sanctuary (Ramsar site) of Assam (India)

Ecoturismo em ambiente de pantanal: um estudo de caso no Deepar Beel Wildlife Sanctuary (sítio Ramsar), Assam (Índia)

Sujata Deori, Niranjan Das

ABSTRACT

Ecotourism in simple words means management of tourism and conservation of nature in a way so as to maintain a fine balance between the requirements of tourism and ecology on one hand. Well-planned ecotourism can benefit both protected areas and residents of surrounding communities by linking long term biodiversity conservation with local social and economic development. Assam in fact is a global biodiversity hot spot and has a rich cultural heritage. It also forms part of two endemic bird areas, the Eastern Himalaya and Assam plain. Assam plain comprises a good number of wetlands in the Brahmaputra valley abounds in biodiversity and productivity. These wetlands maintain ecosystem diversity, as they are the natural storehouse of valuable flora and fauna of an area. Besides these, they are also used for various economic purposes by the people living in and around it through ecotourism activities like bird watching, angling, boating etc. The wetlands are of a great value for both man and environment and for long term financial benefit by the surrounding communities as well as conservation of nature. Empirical-descriptive method of analysis has been used to prepare this paper. Through the paper the author tries to highlight such possibilities on the basis of assessment of potential ecotourism resources of the Deepar Beel (Wetland) nearby Guwahati through field experience gained in the area.

KEYWORDS: Wetland; Tourist Resources; Community and Ecotourism for Sustainability.

RESUMO

O Ecoturismo, em poucas palavras, significa a gestão do turismo e a conservação da natureza de modo a manter um bom equilíbrio entre as exigências do turismo de um lado e as da ecologia de outro. Se for bem planejado, o Ecoturismo pode beneficiar tanto as áreas protegidas como os moradores das comunidades vizinhas, unindo a conservação da biodiversidade em longo prazo com o desenvolvimento social e econômico local. Assam (Índia), na verdade é um *hot spot* de biodiversidade global e tem uma rica herança cultural. Ele também compreende duas áreas de ocorrência de aves endêmicas, o Himalaia Oriental e a planície de Assam. A Planície de Assam dispõe de um bom número de zonas úmidas no vale Brahmaputra, que abunda em biodiversidade e produtividade. Estas zonas úmidas mantêm a diversidade do ecossistema, pois são o depósito natural da flora e fauna valiosos de uma área, além de serem utilizados, também, para diversos fins econômicos pelas pessoas que vivem dentro e ao seu redor, por meio de atividades de ecoturismo, como observação de pássaros, pesca, passeios de barco etc. As zonas úmidas são de grande valor, tanto para o homem como para o ambiente, gerando benefícios financeiros de longo prazo para as comunidades do entorno, bem como a conservação da natureza. Um método empírico-descritivo de análise foi usado para preparar este artigo, no qual procura-se destacar tais possibilidades com base na avaliação do potencial dos recursos para o ecoturismo do *Deepar Beel* (Pantanal) nas proximidades Guwahati (Índia), através da experiência adquirida na área.

PALAVRAS-CHAVE: Pantanal; Recursos Turísticos, Comunidades e Ecoturismo para Sustentabilidade.

Introduction

Tourism is currently the world's largest industry (\$ 3.4 trillion annually) and ecotourism represents the fastest growing segments of this market. With advances in the transportation and information technology, even more remote areas of the earth are coming within reach to travelers. In fact, tourism is now the world's largest industry, with nature tourism is the fastest growing segment (YADAV, 2002).

The term 'Ecotourism' was coined by 'Hector Ceballos Lascurain' in 1983, and was initially used to describe the nature based travel to relatively undisturbed area with an emphasis on education. The concept of ecotourism is a recent approach, and the state has tremendous potentiality for ecotourism development of its potential nature based tourist resources (SEACE *et al.*, 1992). The United Nations General Assembly recognized the global importance of ecotourism and its benefits as well as its impact with the launching of the year 2002 as the International Year of Ecotourism (IYE).

Ecotourism involves education and interpretation of natural environment and to manage it in an ecologically sustainable way. Here 'Natural Environmental' includes cultural components and the term 'Ecologically Sustainable' involves an appropriate returnees to the local community and long term conservation of resources (GRANT, 1995). Through such ventures a person (ecotourist/ecotourist operators) has the opportunity to associate people with nature in a different way that most of the people cannot enjoy in their day to day life (WEIGHT, 1993). Such a person eventually acquires a consciousness and knowledge of the natural environment, together with cultural aspects, that will convert people keenly involved in conservation issues (CEBALLOS, 1998).

Assam has tremendous potentiality for growth and development of ecotourism (Table 1). In fact, Assam forms a part of global biodiversity hot spot, with varieties of flora and fauna, which can provide a sound base to start with ecotourism venture. In fact, such ventures can be used for advocating environmental awareness, long term conservation measures and economic benefit of the local people (BHATTACHARYA, 2002).

Wetlands of Assam

Brahmaputra valley in Assam, a part of Eastern Himalayas Global Hotspot of biodiversity harbors a no of globally important wetland ecosystems. Wetland ecosystems are integral part of the valley supporting the major portion of life forms in the state (ABBASI, 1997). Most of the permanent natural Beels (wetlands) are situated about 10 kilometers from both the bank of river Brahmaputra (BARUAH, *et al.*, 1998). Wetlands in the valley have two distinct phases in two season's winter and monsoon. In monsoon season during flood period, most of the wetlands are swamped by floodwaters being continuous with the major tributaries. But during winter the feeding channels get cut-off and water bodies remain as ecotonal wetlands (CHATRATH, 1992).

Table 1: Ecotourism Elements in Deepar Beel Wildlife Sanctuary.

SL. No	Ecotourism Elements
1.	Scenery and natural landscape
2.	Wild life viewing
3.	Bird watching (both migratory and resident bird)
4.	Water sports
5.	Trekking nearby the area (in Rani-Garbhangra Reserve forest)
6.	Regulated angling (Catch and release basis)
7.	Ethno-botanical study

Source: Authors Field Observations (2011).

The state of Assam holds around 430 registered Beels, 1192 swamps and low lying areas and 185,825 tanks covering about 134,134.12 hector (Anon, 1993) other than lotic system involving rivers. According to Assam Remote Sensing Application Center (ARSAC) report, about 10,123 km² areas in Assam has been occupied by wetland out 78,438 km², which is the total area of the state. As per the survey conducted by Assam remote sensing application center, there are about 5213 numbers of wetlands in Assam distributed in its 23 districts (DEKA, *et al.*, 1993). The overview distribution of the wetlands has shown in the Table 2 (next page).

The wetlands of Brahmaputra valley are considered as an internationally important wetland habitat for wetland bird (CHOUDHURY, 2000). Some of the internationally recognized wetlands from the state are Sareswar Beel (Dhubri District), Deepar Beel (Kamrup District), wetlands of Kaziranga National Park, Wetlands of Manas National Park (Barpeta District). These wetlands according to report are the repository of biodiversity, being rich in flora and fauna (BORA, 1998).

Deepar Beel Wetlands (Wildlife Sanctuary): a Ramsar site

Deepar Beel, a riverine wetland ecosystem is a highly valued ecosystem situated about 5 kilometers from Guwahati, the capital city of Assam. It is the largest wetland in the Kamrup District of Guwahati covering an area of 40.14 km². Because of its rich biodiversity, Ramsar Committee has declared this wetland as Ramsar site (SARMA, *et al.*, 1993). Since the wetland has fulfilled the three out of four Important Bird Area (IBA) criteria, Important Bird Area Programme of Bird Life International has selected the wetland as an important IBA site. Because of rich biodiversity value and other ecological value the Government of Assam has proposed this wetland ecosystem as wildlife sanctuary through a notice dated 12th January 1989 under wildlife protection Act, 1972 (FOREST REPORTS, GOVT. OF ASSAM, 1992). Deepar Beel provides home to a good population of endangered rare residential as well migratory avi

Table 2: District wise Distribution of Wetlands in Assam.

District	Number	Area	% of area
Barpeta	97	3301.00	2.93
Bongaigaon	100	3158.50	3.12
Cachar	340	7188.00	7.10
Darrang	103	3515.50	3.47
Dhemaji	139	3960.00	3.91
Dhubri	233	6459.70	6.38
Dibrugarh	86	2752.50	2.71
Goalpara	165	3832.50	3.78
Golaghat	330	5467.50	5.40
Hailakandi	47	840.00	0.08
Jorhat	109	2108.50	2.08
Kamrup	352	11407.00	11.26
Karbianglong	77	897.00	0.08
Karimgang	70	5719.50	5.64
Kokrajar	85	1578.40	7.55
Lakhimpur	151	3033.50	2.99
Morigaon	183	11658.00	11.51
Nagaon	379	11295.50	11.15
N.C.Hills	10	2552.50	2.52
Nalbari	68	1988.00	1.96
Sibsagar	109	2135.00	2.10
Sonitpur	206	3651.00	3.60
Tinsukia	74	2732.50	2.69
Total	3513	101231.60	100.00

Source: Assam Remote Sensing Application Center, Wetland of Assam, March, 2010.

fauna. Three globally important birds namely Greater Adjutant Stork (*Leptoptilos dubius*), Lesser Adjutant Stork (*Leptoptilos javanieus*) and Spotted Billed Pelican (*Pelecanus philippensis*) find this wetland as one of the major habitat. Graylag Goose (*Branta ruficollis*), White Eyed Pochard or Ferruginous Duck (*Aythya nyroca*), Bar Headed Goose (*Aythya basri*), Asiatic Golden Plover (*Vanellus cinereus*) etc are the globally important migratory flyways which congregates in this wetland. This wetland also serves as an additional habitat of a good population of endangered Mega-fauna

like Asiatic elephant (*Elephas maximus*) residing in the adjoining Rani-Garbhangha Hill Reserve (CHOUDHURY, 1998). A number of aquatic vegetation forms the habitat as a biodiversity rich wetland. The ecosystem is also a major fish breeding ground.

The wetland is also home to a number of globally threatened birds including Spot Billed Pelican (*Pelicanus philippensis*), Lesser Adjutant (*Leptoptilos javanicus*) and Baer's Pochard (*Aythya baeri*), Ruddy Shelduck (*Tadoma ferrugine*, Bar-Keaded Goose (*Anser indicus*), Spot Billed Duck (*Anas peocilorhyncha*, Common Merganser (*Mergus merganser*), Pintall (*Anas acuta*), Silver Breasted Broadbill (*Serilophus lunatus*) Blue Eared Kingfisher (*Alcedo meninting*), Ruddy Kingfisher (*Halcyon coromanda*), Black-Backed Kingfisher (*Ceyx erithacus*) etc. Because of the richness of birds in this wetland, the Birdlife International has selected Deepar Beel as one of the IBA (Important Bird Area) site. Because of the bird richness of the Beel, in the year 2002 it has got the prestigious designation of Ramsar Site, declared by Ramsar Convention (GOPAL, 2000). Other than fish and bird a large number of wetland vegetables, fruits and medicinal plants have identified in this wetland, which are directly or indirectly involved with the surrounding human communities (SARMA, 1993). Deepar Beel is also a source of water for the number of endangered wild animals from the nearby Reserve Forests and particularly elephant is noteworthy among them.

Objectives

1. defining the role of ecotourism in sustainable development strategy for Deepar Beel wildlife sanctuary;
2. identifying the best practices of ecotourism in Deepar Beel and developing a source of long term financial benefit for the conservation of wetland.

Methodology

Ecotourism in Wetland - A Case Study of Deepar Beel Wildlife Sanctuary (Ramsar Site) of Assam (India) - is a simple descriptive case study; data and information were obtained on the spot observation of ecotourism resources by the author supported by secondary information sources like books, papers, reports, maps and information from local people. For this study, data related with tourist flow from govt. tourist Dept. of Forest, field survey for primary information and different tourism promotion organization is used.

Location of the study area

Deepar Beel (26°05'26"N to 26°09'26"N and 90°36'39"E to 91°41'25"E), a riverine wetland ecosystem situated 5 kilometers from the river Brahmaputra, is one of the most biodiversity rich ecosystem of the valley. The Beel (wetland) is located on the 3 kilometers south of river Brahmaputra and surrounded by Bharalu basin on the east,

Kalmani River on the west, Jalukbari Hills on the North and Rani and Garbhanga Reserve forest on the South. It is a permanent freshwater lake in a former channel of the Brahmaputra River, with great biological importance and also essential as the only major storm water storage basin for the city of Guwahati (Figure 1). The Beel is a major fish breeding ground for a large number of fish and supply fish stocks to other nearby wetlands and rivers (SAHARIA, 1999). So far about 50 species of fish has been identified in this wetland. The Beel is a staging site on migratory flyways of the migratory birds and some of the largest concentrations of aquatic birds in Assam that can be seen in winter (COLLAR, *et al.*, 1994) (Figure 2, Table 3).

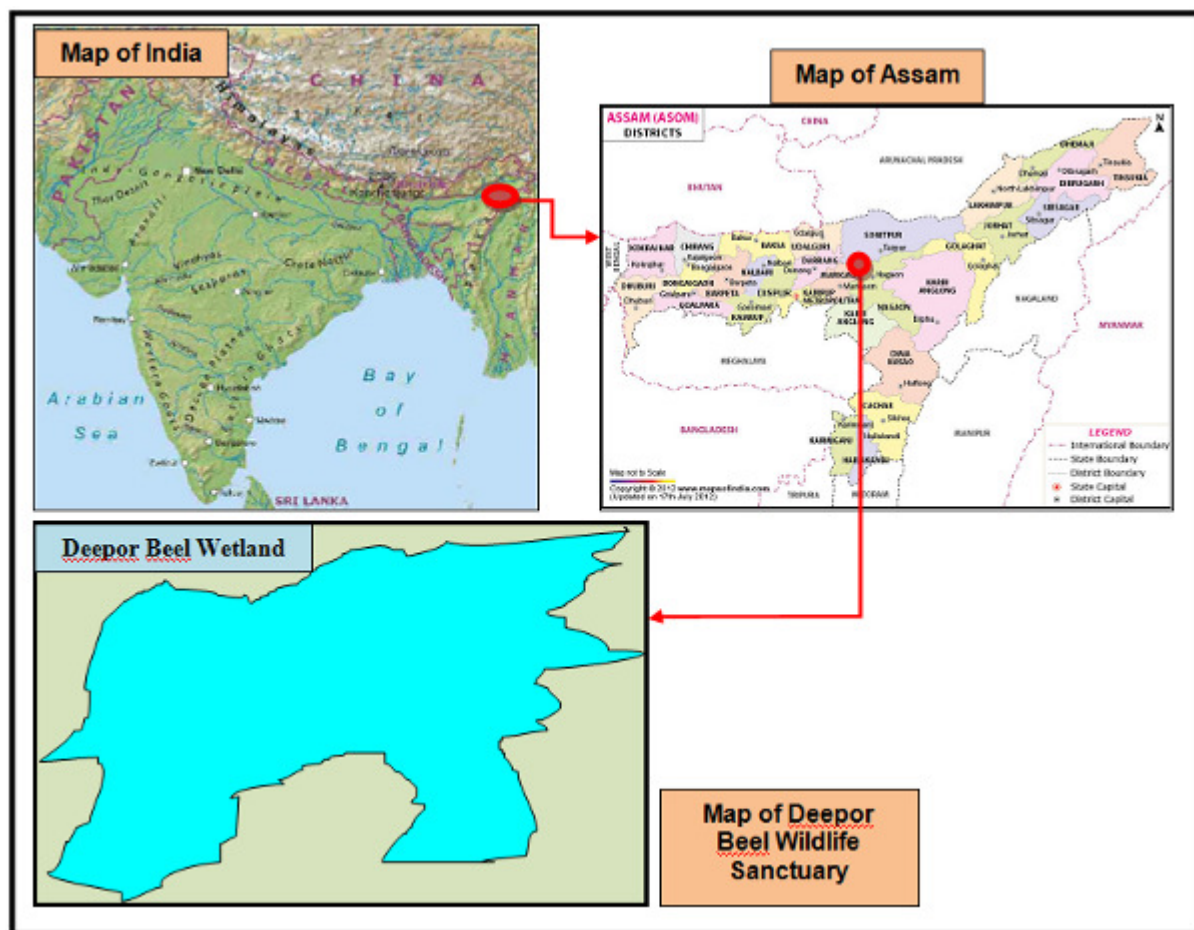


Figure 1: Location Map of Deepor Beel Wetland.
Source: Assam Remote Sensing Application Center (ARSAC), 2010.

Apart from the above mentioned ecological value, the wetland shows its importance from geographical point of view. This ecosystem serves as storm water reservoir of the Guwahati city. According to reports, it can hold up to 42 million cubic meter of storm water during peak monsoon (GOGOI, *et al.*, 1998).

Table 3: Some of the Important Birds species of Deepar Beel Wild Life Sanctuary.

Sl. No	Common Name	Scientific Name	Status
1.	Greater Adjutant Stork	<i>Leptoptilos dubius</i>	Resident
2.	Lesser Adjutant Stork	<i>Leptoptilos javanieus</i>	Resident
3.	Spotted Billed Pelican	<i>Pelecanus philippensis</i>	Resident
4.	Graylag Goose	<i>Branta ruficollis</i>	Resident
5.	White Eyed Pochard	<i>Aythya nyroca</i>	Resident
6.	Bar Headed Goose	<i>Aythya basri</i>	Resident
7.	Asiatic Golden Plover	<i>Vanellus cinereus</i>	Resident
8.	Lesser Tree Duck	<i>Dendrocygna javanica</i>	Resident
9.	Spot billed Duck	<i>Anas peocilorhyncha</i>	Local migrant
10.	Common Merganser	<i>Mergus merganser</i>	Local migrant
11.	Great Barbet	<i>Megalaima virens</i>	Resident
12.	Lineated Barbet	<i>Megalaima lineate</i>	Resident
13.	Crested kingfisher	<i>Cerly lugubris</i>	Resident
14.	Pied kingfisher	<i>Ceryle rudis</i>	Resident
15.	Common kingfisher	<i>Lcedo atthis</i>	Local migrant
16.	White- Throated kingfisher	<i>Halcyon smymensis</i>	Local migrant
17.	Brown Fish owl	<i>Ketupa zeylonensis</i>	Resident
18.	Blue- tailed Bee eater	<i>Merops philippinus</i>	Resident
19.	Spot-bellied Eagle owl	<i>Bubo nipalensis</i>	Resident
20.	Barred Cuckoo Dove	<i>Macropygia unchall</i>	Resident
Migratory Avian Species			
21.	Silver backed Needle tail	<i>Hirundapus cochinchinensis</i>	Migratory
22.	Ibisbill	<i>Ibidorhyncha struthersii</i>	Migratory
23.	Northern Lapwing	<i>Vanellus vanellus</i>	Migratory
24.	Oriental Pratincole	<i>Glsreola maldivarum</i>	Migratory
25.	Little Ringed Plover	<i>Charadrius dubius</i>	Migratory
26.	Redshank	<i>Tringa totanus</i>	Migratory
27.	Common Hawk Cuckoo	<i>Hierococcyx varius</i>	Migratory
28.	Brown headed Gull	<i>Larus brunnicephalus</i>	Migratory
29.	Northern Sparrow hawk	<i>Accipiter nisus</i>	Migratory
30.	Grey Heron	<i>Ardea cinerea</i>	Migratory
31.	Grey backed shrike	<i>Lanius tephronotus</i>	Migratory
32.	Mallard	<i>Anas platyrhynchos</i>	Migratory
33.	Common Merganser	<i>Mergus merganser</i>	Migratory

Source: Choudhury, A., (2000): *The Birds of Assam* and Authors field observation.



Figure 2: Photograph of the Deepar Beel Wildlife Sanctuary.

Source: Authors Observation-2012.

The value of bio-diversity that has been supported by Deepar Beel is enormous. For conservation of this bio-diversity conservation of Deepar Beel is must (CHOUDHURY, 2000). Conservation process should initiate activities to uplift the economics of the villagers through various developmental processes to reduce their dependency on this wetland and should follow a sustainable process of conservation (MEHLHOP, *et al.*, 1994).

Deepar Beel wild life sanctuary has been considered as bird sanctuaries because of habitability of both local and migratory avian species. Birdlife International recognizes this sanctuary as the Important Bird Area sites. In terms of productivity, species diversity, breeding ground, food chain supporter it has immense importance in this regards. Deepar Beel harbors a good no of commercially important plant species (Figure 3).

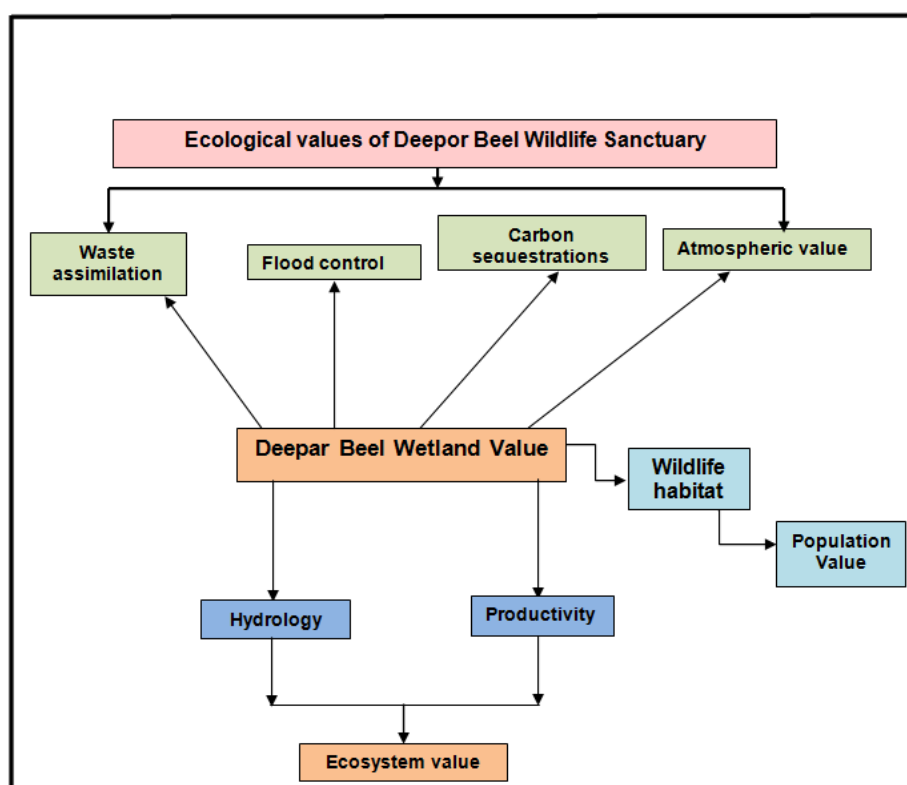


Figure 3: Ecological values of Deepor Beel Wildlife Sanctuary.

Source: Odum, 2008: Wildlife, Environmental and Socioeconomic values of Wetland: Deepar Beel as the Ecotourism Destination.

Being a major source of fish resource it has become the backbone of income source of a huge population residing nearby areas. There is a tremendous scope for special areas of ecotourism like bird watching, trekking, and boating ventures. Deepar Beel wild life sanctuaries are the habitat of both aquatic and migratory bird in western Assam. The sanctuaries can also offer ideal site of its scenic beauty to the tourist as it is located near by the foothills of Meghalaya (Rani-Garbhangra reserve forest) (DEPARTMENT OF TOURISM, 1994).

Conventional tourism always offers diverse effect to environment increasing vehicular and garbage pollution both air and sound, hence priority should be given to ecotourism ventures like elephant safari, trekking, walking, boating etc. at the initiative of the nature tour operators or by forest department. Alternative eco-friendly accommodations like tented accommodation; thatch bamboo houses, etc. may go a long way, especially in exploiting ecotourism resources in the natural, wilderness area of the state (BHATTACHARYA, 2002). In last few years initiative has taken by govt. and private agencies to organize Tea tourism festival, Brahmaputra beach festival, Kaziranga elephant festival, Pani-Dihing bird festival, Dihing-Patkai festival. These offer a new dimension towards ecotourism venture of the state (DAS, 2003). Ecotourism ventures in potential areas can make the local people aware of the objective of conservation and give economic benefit through job opportunities. Due to the lack of conscious effort of both the govt. and private

agencies, ecotourism resource base of the state is yet to be properly projected to meet the demand of tourist. However with the help of ecotourism ventures people can aware sustainable use and conservation of ecotourism resources/sites which will give long term economic gain to local populace.

Conclusion

Ecotourism is a field of human activity where observation and development can wisely effectively be balanced to achieve a mutual goal to the benefit of the people in the community. It can be developed effectively only when there is consent and active involvement of the local people, who should become partner in this process. Ecotourism is possibly is one of the meaningful sources of revenue generation of the host community and job creation for poor. Cross country evidence demonstrates that tourism is labour Intensive and offers a variety of small scale opportunities creating jobs for poor, women, and young people, and jobs for indigenous community.

So, community based ecotourism is the best option in such areas which is owned and managed by a community and takes care of their natural resources in order to gain income through operating a tourism enterprise and using that income to better their lives (BHATTACHARYA, 2003). It involves conservation, business enterprise and community development and there will be direct and indirect participants and direct and indirect beneficiaries (DAS, 2003).

An ecotourist always love to get the first hand experience by staying in the rural areas and closer to the nature, so there is very possibility to get a chance to know the life of the people in the community about their culture, food habit, etc. to help tourist to know more and more about a place and community within short time and period a comfortable stay, community guest house can be constructed in the style of the local buildings where dormitory or private room facility is necessary. Communities can arrange traditional dance and music for the entertainment of the tourist. Facilities for showing the traditional cooking procedures to the tourist and serving traditional food to the tourists will be more attractive. The local youth can serve as the tour guide with proper knowledge of the village area, the history of the concerned tribe and the available of the local resources. Encouraging local women's craft centers in the village where tourists or visitors can buy their local handi-crafts and it will certainly help the economic upliftment of the women. In addition, the community has to maintain local natural area particularly the places, of scenic beauty and the places where rich bio-diversity always prevails. This way the natural resources which otherwise is destroyed by the people can be conserved. The department of tourism and the department of forest have enough scope to encourage this in the local area. Local youth from the different communities should be encouraged, trained up to undertake the conducted tour for the tourist with proper publicity. Such groups can take the tourist for a guided walk around villages, watching local crafts centre, boat trip on the river, visit to protected area site, a ride on elephant, a visit to tree garden, cultural events (local music / dance). Adequate safety should be provided to the tourist which is a most important aspect in encouraging such activities. The relationship between conservation of natural area and job opportunities from tourism to the natural area is what community- based ecotourism is all about.

References

- ABBASI, S.A. **Wetlands of India**. New Delhi: Discovery Publishing House, V. 1,2 and 3, pp.19-59, 1997.
- BARUAH, P.; GOSWAMI, D.C. **A Database for the Wetlands of Assam: A study Using Remote Sensing Technique**. Proceeding. of National Conference On Environment and Sustainable Development. Guwahati: Cotton College, V.1, pp. 27-34, 1998.
- BHATTACHARYA, P. **Ecotourism as a Means of Sustainable Development**. Proc. State Level Seminar on Impact of Human Activities on environment, pp.58-65, 2002.
- BHATTACHARYA, P. Ecotourism as means of Conserving Wildlife Sanctuaries and National Parks of Assam. In: BARUAH, P.P (ed.). **Proc. Biodiversity of Eastern Himalayan protected Areas**, Guwahati-21: Baniprakash Mudranee, pp. 189-197, 2003.
- BORA, A.K.; BARMAN, B. A Geo-Ecological study of the Wetlands of Barpeta District, Assam. **North Eastern Geographer**, v.29 (1 and 2); pp.44-51, 1998.
- CEBABALLOS, L.H. The Future of Tourism. **Mexican Journal**, Jan. 17, pp.13-14, 1988.
- CHATRATH, K.J.S. **Wetlands of India**. New Delhi: Ashis Publishing House, pp. 1-13, 1992.
- CHOUDHURY, A. **Biodiversity of Assam**. Tourist Brochure, Director of Tourism, Government of Assam, 1998.
- CHOUDHURY, A. **The Birds of Assam**, Guwahati: Gibbon Books & WWF-India, North East Regional office, p. 222, 2000.
- COLLAR N.J.; CROSBY, M.J.; STATTERSFIELD, A.J. **Birds to watch 2, the world list of threatened birds**. Cambridge: Birdlife International, 1994.
- DAS, N. Ecotourism and its Impact on Biodiversity- A Geo-ecological Study of Sonitpur District. In: BARUAH, P.P. (eds.) **Proc, Biodiversity of Eastern Himalayan Protected Areas**. Guwahati-21: Baniprakash Mudranee, pp. 198-205, 2003.
- DAS, N.; H.J. SYIEMLEH. Ecotourism approach towards Sustainability: A Geo-ecological study of Sonitpur District, Assam'. **Hill Geographer**, V. XIX. (1, 2), pp. 42-50, 2003.
- DEKA, C.R.; BARUAH, P.; GOSWAMI, D.C. Application of Remote Sensing in Wetland mapping: A Case study from Deepar Beel area near Guwahati. **Annals of Proceeding of National Symposium on Remote Sensing application for resource management with special emphasis on N.E. Region**, Guwahati, 1993.
- DEPARTMENT OF FOREST, GOVT. OF ASSAM. **Forest of Assam Report Department of Tourism, 1994**. New Delhi: India Tourist Statistics, Govt. of India, , p.38, 1992.
- GOGOI, R., *et al.* Chang detection in wetland environment using multi data satellite data- A case study on Urapad Beel in Goalpara District, Assam. Proceeding National Association of Geographers, India (Eastern Region), **Annals of National conference on Environment and sustainable Development**. Guwahati: cotton College, v. 1, pp.219-229, 1998.
- GOPAL, BRIJ. Ramsar is not a strong strict and rigid Convention. **Down to Earth**, v.9 (1), p.58, may 31, 2000.
- GRANT, J. The National Ecotourism Programme: Australia, Report. **Tourism Recreation Research**, v.XX (1), p.56, 1995.

MEHLHOP, C.B.; EDMISTER, W. B.; CORN, P.S. **An Ecological Basis for Ecosystem Management**. Fort Collins, Co.: USDA U.S. Forest Service, Rocky Mountain Forest and Range EXP. Stn GTR-RM-24, p.42, 1994

MYERS, N. Threatened biotas: hot-spots in tropical forests. **The Environmentalist**, Dordrecht, v.8 (3), p.1-20. 1988.

MYERS, N. The Biodiversity challenge: Expanded "Hotspots" analysis. **The Environmentalist**, v.10(4), pp.243-256, 1991.

SAHARIA, D. Geo-environmental Status of Wetlands of Guwahati with special Reference to Borsola Beel. Unpublished M.Phil. **Dissertation**, Department. of Geography, Gauhati University, Guwahati, 1999.

SARMA, P. Geo-ecological study of Beels and Swamps in Nagaon and Morigaon District of Assam. Unpublished, **Ph. D Thesis**, Dept. of Geography, Gauhati University, Guwahati, 1993.

SARMA, P.; GOSWAMI, D.C. Geo-environmental study of Wetlands (Beels) in the Nagaon and Morigaon district of Assam using satellite data. **Annals of Proceeding of National Symposium. On Remote sensing applications for Resource Management with special emphasis on N.E. Region**, Guwahati, 1993.

SEACE, R.C. *et al.* Ecotourism in Canada, Canadian Environmental Advisory Council, Environment Canada, Hull, Quebec; as sighted by Write, P. (1995). *In: Sustainable Ecotourism: Balancing Economic, Environmental and Social Goals Within an Ethical Framework, Tourism Recreational Research*, v.20 (1), p.6, 1992.

WEIGHT, P. Environmentally Responsible Marketing of Ecotourism. *In: CATER, E.; LOWMAN, G. (eds.) Ecotourism: A Sustainable Option?* London: Royle Geographic Society and Belhaven Press, pp. 143-44, 1993.

YADAV, S. Ecotourism: Problems and Prospects. **Yojana**, v.46, august, pp.12-19, 2002.

Niranjan Das: Department of Business Administration, Tezpur University, Naapam-784028, Sonitpur (Assam), India.

E-Mail: das_niranjan2002@yahoo.com, niranjannameri@gmail.com

Sujata Deori: Department of Geography, North Gauhati College, North Guwahati-784031, Kamrup (Assam), India.

E-Mail: sujatadeori@yahoo.com

Data de submissão: 02 de outubro de 2012

Data de recebimento de correções: 25 de fevereiro de 2012

Data do aceite: 25 de fevereiro de 2012

Avaliado anonimamente

Da dádiva à hospitalidade privada: o caso das famílias rurais de Carmo (RJ) e o seu acesso ao turismo

From the gift to the private hospitality : the case of rural households of Carmo (RJ, Brazil) and their access to tourism

Dan Gabriel D'Onofre, Marcelino de Souza

RESUMO

O turismo no espaço rural é cada vez mais um direito reivindicado pelos cidadãos. Todavia, pouca atenção é dada às famílias rurais que têm tido acesso ao turismo em seus momentos de lazer, a romper com a hegemonia de que apenas famílias urbanas usufruem o lazer turístico. Assim, este artigo almeja elucidar como tal fenômeno se sucede no município de Carmo, na Serra Fluminense. Para tal, fez-se um estudo de caso que prioriza a abordagem qualitativa. Requisitaram-se dados secundários multidisciplinares, além de entrevistas com as famílias rurais para a obtenção de dados primários sobre os hábitos de viagens e de hospitalidade. Como resultado, tencionase revelar como a teoria da hospitalidade privada se relaciona com a dádiva, a demonstrar que as famílias rurais não são apenas anfitriãs, mas também hóspedes enquanto reivindicam o acesso ao lazer turístico. Dessa maneira, a oposição à troca mercantil elenca a dádiva como um sustentáculo que propicia análises diversas sobre as prestações simbólicas e recíprocas presentes na hospitalidade privada, cerne desse trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Dádiva; Hospitalidade; Turismo e Família Rural.

ABSTRACT

Tourism in rural areas is increasingly a right claimed by the townspeople. However, little attention is given to rural families who have had access to tourism in their leisure time, breaking the hegemony of urban families just enjoy the tourism leisure. Thus, this article aims to explain how this phenomenon happens in the rural municipality of Carmo, in the Mountain of Rio de Janeiro State, Brazil. To this end, it was a case study that emphasizes the qualitative approach. Multidisciplinary secondary data were requested and interviews with rural households to obtain primary data on the habits of travel and hospitality. As a result, it is intended to demonstrate how the theory of private hospitality relates to the gift, show that rural households are not only host, but also guests while demanding access to tourism leisure. Thus, opposition to the market exchange lists gift as a fulcrum that provides analysis about the various benefits and symbolic reciprocal hospitality gifts in private, the core of this work.

KEYWORDS: Gift; Hospitality; Tourism and Rural Family.

Introdução

Com a finalidade de emergir novos olhares dentro dos estudos turísticos, o presente artigo se debruça em temas marginais dentro da academia, como a relação da hospitalidade privada e as famílias rurais que acessam a prática turística. A busca por um viés social e cultural exige uma postura de crítica baseada no retorno a teorias que auxiliam a compreensão de fenômenos que não desfrutam de privilégios dentro do modelo capitalista. Não se tenciona aqui romper com quaisquer elementos que sustentam a busca pela inserção do turismo como uma alternativa (que muitas vezes já possui uma relevante prioridade econômica). Todavia, com este trabalho se almeja retirar do plano subalterno um fenômeno que cada vez mais chama atenção: o acesso de famílias rurais ao turismo.

Com o suporte da teoria da dádiva de Marcel Mauss (2003 [1923-24]) e de críticas vindas de outros estudiosos, é proposto um diálogo deste artigo com as teorias sobre a hospitalidade, tema corrente nos estudos turísticos e antropológicos. A seleção desse viés teórico, conjuntamente com uma abordagem qualitativa e com o aporte de dados secundários multidisciplinares, aplica-se em função da necessidade de demonstrar que não são apenas as relações de mercado que influenciam no acesso ao turismo por famílias rurais.

A presente publicação deriva dos resultados do trabalho de campo realizado entre dezembro de 2011 a fevereiro de 2012 no município fluminense de Carmo, a qual está contida na dissertação “Hospitalidade de famílias rurais da Serra Fluminense: olhares de anfitriões”, defendida em janeiro de 2013 junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Realizou-se coleta de dados descritiva com o auxílio de gravadores de áudio, máquina fotográfica, e um diário de campo, cujo enfoque foi descrever sobre o que aconteceu ou acontece quando as famílias rurais se portam enquanto anfitriãs.

Através da pesquisa de campo, colheram-se informações sobre os motivos que levam as famílias rurais serranas fluminenses a ofertar atividades de lazer, hospitalidade e turismo em suas propriedades. A estratégia adotada para o procedimento de coleta de dados se baseou na minha experiência enquanto pesquisador e frequentador da região. Para tanto, a época do ano escolhida para a pesquisa foi planejada. Deduzira e comprovava-se que nos feriados de final de ano, bem como nas férias escolares de janeiro e fevereiro, as famílias rurais carmenses ao não se dedicarem à comercialização de serviços turísticos, tendem a estar mais propensas a praticar a hospitalidade aos seus círculos sociais, haja visto que os recessos de fim de ano, o acesso ao transporte e a predisposição em acolher e ser acolhido forma o fenômeno da hospitalidade doméstica.

O critério para a seleção dos grupos de amostra foi o fato de essas famílias possuírem propriedades onde moram e/ou trabalham fora do perímetro urbano do município de Carmo. Como não foi possível analisar o universo de famílias rurais car-

menses, a amostra para a realização dessa pesquisa teve caráter não probabilístico visto que a análise da hospitalidade no espaço em questão não se preocupa tanto em fazer generalizações, mas demonstrar a pluralidade presente nos atos de recepcionar, hospedar, alimentar e entreter no domínio doméstico.

Em campo, foi possível realizar 13 entrevistas em propriedades rurais de Carmo. Em seis dessas entrevistas houve mais de uma pessoa a responder os questionários, visto que a unidade de análise é a família rural e as práticas de hospitalidade são desenvolvidas por todos os integrantes das famílias. As informações não orais, como os gestos, as ações, as cenas, foram catalogadas no diário de campo. Com o auxílio da máquina de fotografar, captaram-se imagens das paisagens e atividades diversas que incidem à hospitalidade na região. Como condição acatada pela maioria dos entrevistados, não foram expostos os relatos na forma direta, visto que se mantêm as identidades em sigilo e preserva a intimidade e singularidade dos interlocutores. O critério para a finalização da coleta de dados foi a constatação de repetição das informações referentes às práticas de hospitalidade, onde não se notaram maiores distinções entre as famílias entrevistadas.

Após a leitura das transcrições, bem como das informações contidas no diário de campo e as fotografias, iniciou-se o processo de organização desses dados. A manipulação dos dados foi feita através da *codificação* (DENCKER, 2000) que consumira cerca de seis meses. Os dados codificados foram agrupados em quadros referentes a cada tempo e espaço da hospitalidade, com a utilização do programa *Microsoft Office Word 2007*, onde se recortaram as informações transcritas.

Em concordância com os procedimentos metodológicos, a intencionalidade da obra é romper com a ideia unilateralista que visualiza apenas o espaço rural enquanto receptáculo de visitantes; bem como seus moradores, anfitriões. Destarte, o aporte do sistema de prestações totais de Mauss encaixa-se com a perspectiva baseada na retribuição da hospitalidade privada ou doméstica, a qual proporciona relações de reciprocidade entre citadinos e rurais que abrem seus lares entre si. Consequentemente, será possível constatar que após acolher citadinos em suas residências, muitas famílias rurais carmenses que não poderiam arcar com despesas de serviços de hospedagem tiveram acesso à prática do turismo, principalmente em cidades sudestinas de médio e grande porte.

A primeira parte do artigo consiste numa revisão bibliográfica. Ali, num primeiro momento são apresentadas algumas considerações teóricas que envolvem a teoria da dádiva de Marcel Mauss e algumas críticas de outros autores. Em seguida, faz-se um apanhado sobre as reflexões que se centram na hospitalidade, relacionando-o com as referências sobre a dádiva maussiana. Adiante, recorre-se a análises filosóficas sobre a distinção entre um bom hospedeiro e uma pessoa hospitaleira. Na segunda parte do artigo, realiza-se uma sucinta descrição sobre o universo empírico e a divulgação dos dados referentes à pesquisa supracitada. Por fim, demonstra-se a conclusão pelo advento do acesso das famílias rurais ao turismo pela inversão de papéis na hospitalidade.

A dádiva e a questão da reciprocidade

O antropólogo francês Marcel Mauss (1872 – 1950) tornou-se célebre ao se dedicar aos estudos sobre a dádiva. Após pesquisar as práticas das sociedades polinésias, Mauss publicara “Ensaio sobre a dádiva” (2003 [1923-24]). Nessa obra, Mauss procurara encontrar a origem da troca, sendo um dos seus achados a conclusão de que a dádiva se opõe à troca mercantil. Vale ressaltar que a distinção entre tais instâncias provocou uma espécie de desconforto ao autor em utilizar a palavra troca, cuja conotação está demasiadamente associada aos conceitos ocidentais de relação mercantil. Destarte, Mauss se valera dos conceitos que as sociedades por ele estudadas davam a tais práticas, como o *mana* polinésio.

Inicialmente, Mauss revela a existência de práticas sociais que ele denomina como “tríplice obrigação”, a qual se sustenta nas ações de dar, receber e retribuir. Segundo o autor, essa tríplice obrigação fortifica o “sistema de prestações totais”. Tal sistema não envolve apenas a obrigação de retribuir os presentes recebidos, “[...] *mas supõe duas outras [práticas] igualmente importantes: a obrigação de dar, de um lado, obrigação de receber, de outro*” (MAUSS, 2003, p. 201). Nesse sistema, não somente bens e riquezas são “trocados”, mas também,

[...] amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, [...], danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais original e bem mais permanente (MAUSS, 2003, p. 191).

Por intermédio dessas estruturas de permuta evidenciadas, Mauss também reitera que essa relação de dádiva não se restringe a uma relação entre indivíduos, sendo geralmente coletividades que seguem a prática das prestações recíprocas. São grupos que efetuam uma série de reciprocidades, as quais são fundamentadas numa espécie de manutenção de laços espirituais entre os envolvidos, conforme revelado pelo autor,

[...] há uma série de direitos e deveres de consumir e de retribuir, correspondendo a direitos e deveres simétricos e contrários [que] deixa de parecer contraditórios se pensarmos que há, antes de tudo, mistura de vínculos espirituais entre as coisas, que de certo modo são alma, e os indivíduos e grupos que se tratam de certo modo como coisas (MAUSS, 2003, p. 202).

Nas análises de Mauss, é compreensível que não haja a distinção entre coisa e alma, matéria e espírito... Nessa profusão de material e imaterialidades, busca-se prestígio, qualidade que inibe a redução do sistema de prestações totais a uma mera troca comercial. Segundo Sabourin em sua análise sobre “Ensaio...”, o autor conclui

que “[...] *dar não é mais oferecer algo de si, mas adquirir esse ‘si’*” (SABOURIN, 2008, p.133). Dessa maneira, é possível conceber que “[...] *o prestígio nasce da dádiva e relaciona-se àquele que toma a iniciativa: ao doador, para constituir seu próprio nome, sua fama, o valor de ‘renome’*” (SABOURIN, 2008, p.133).

Esses pormenores que envolvem aspectos subjetivos e espirituais são os elementos que fortalecem a diferenciação das prestações recíprocas das trocas comerciais, as quais são motivadas pelo interesse próprio. O desapego ao bem estar do outro, assim como o estabelecimento de uma lógica baseada na acumulação são as prerrogativas que fomentam o sistema capitalista, hegemônico para a sociedade ocidental, a qual adquiriu a capacidade de desvincular os aspectos materiais e espirituais como nenhuma outra sociedade o fez. Apesar de Mauss não ter teorizado sobre a reciprocidade, sua contribuição em “Ensaio sobre a dádiva” permite uma série de reflexões fundamentadas no sistema de prestações totais. É com essa perspectiva que em seguida se pretende relacioná-lo com as teorias da hospitalidade.

A hospitalidade e sua relação com a teoria da dádiva

O termo hospitalidade tem raízes históricas que se iniciam no século XIII. Segundo Grinover (2002), a etimologia da palavra tem origem latina *hospitalitas*, essa mesma derivada de *hospitalis*. O autor também revela que a hospitalidade possui intrínseco elo com hospício, casa de repouso para viajantes e peregrinos durante o Medievo (GRINOVER, 2002). Entretanto, por mais que a hospitalidade tenha suas raízes etimológicas medievais, verificar-se-á que o fenômeno tem origens mais longínquas.

A expressão hospitalidade está segundo Lashley (2004), atrelada aos serviços de oferta de alimentos, bebidas e acomodação, sendo essas instâncias caracterizadas pelo autor como a “trindade” da hospitalidade. Camargo complementa tal visão com a inserção do entretenimento à trindade. Segundo Camargo (2003, p. 16), “[...] *receber pessoas implica entretê-las de alguma forma*”, sendo essa uma característica baseada na expansão dos hábitos de hospitalidade enquanto lazer. Por mais que a trindade de Lashley pareça o bastante para definir a hospitalidade, o senso comum tende a associar, principalmente em festejos, os hábitos que envolvem a alimentação e a acolhida às músicas, danças e outros aparatos lúdicos que simbolizam a transgressão ao cotidiano.

Enquanto tema incipiente na academia, a hospitalidade tem preponderância nos estudos antropológicos e turísticos, sobretudo. Tal fenômeno emana do ato de dar e receber (SELWYN, 2004), o qual “[...] *envolve, originalmente, mutualidade e troca e, por meio dessas, sentimentos de altruísmo e beneficência*” (LASHLEY, 2004, p. 04). Essas assertivas coadunam com as prestações totais de Mauss. Dessa forma, a partilha da hospitalidade cria laços simbólicos e vínculos entre as pessoas envolvidas, sendo sua finalidade a inversão dos papéis, quando anfitrião se tornará hóspede e vice e versa. Vale pontuar que Lashley conclui que a hospitalidade privada “[...] *é um relacionamento baseado nas obrigações mútuas e, em última análise, na reciprocida-*

de. *[Pois] o hóspede torna-se o hospedeiro em outra ocasião*” (LASHLEY, 2004, p. 15).

Os aspectos da oferta da hospitalidade foram divididos por Lashley em três domínios (social, privado e comercial), os quais permitem a análise das atividades relacionadas em cada um desses. Sobre esses domínios, Lashley afirma que podem assumir uma configuração independente, assim como apresentar caráter de sobreposição. Para o autor

O domínio social da hospitalidade considera os cenários sociais em que a hospitalidade e os atos ligados à condição de hospitalidade ocorrem junto com os impactos de forças sociais sobre a produção e o consumo de alimentos, bebidas e acomodação. O domínio privado considera o âmbito das questões associadas à oferta da ‘trindade’ no lar, assim como leva em consideração o impacto do relacionamento entre anfitrião e hóspede. O domínio comercial diz respeito à oferta de hospitalidade enquanto atividade econômica e inclui as atividades dos setores tanto privado quanto público (LASHLEY, 2004, p. 05 - 06).

No espaço rural, é possível vislumbrar tal cenário visto que a concessão da hospitalidade vai desde a sua forma privada à comercialização, apesar de apresentar distinções quando comparada à hospitalidade comercial urbana. Nos estudos turísticos, principalmente os que apresentam um viés estritamente mercadológico, tende-se a priorizar o caráter comercial da hospitalidade e seu impacto social, à revelia dos fenômenos que a hospitalidade privada apresenta.

Em sociedades camponesas, como as rurais da América Latina, *“[...] a hospitalidade e o dever em acolher tanto os vizinhos como os forasteiros representam um maior imperativo moral”* (LASHLEY, 2004, p.07). Lashley pontua ainda que nessas sociedades, qualquer falha em agir de modo adequado nessa relação anfitrião-hóspede é tratada como condenação social, pois

“[...] o dever de proporcionar hospitalidade, de atuar com generosidade enquanto anfitrião e proteger os visitantes era mais do que uma questão deixada ao gosto dos indivíduos. As crenças a respeito da hospitalidade e as obrigações em relação aos outros estavam fixadas em ideias e visões sobre a natureza da sociedade e a ordem natural das coisas (LASHLEY, 2004, p. 07).

O domínio da hospitalidade privada apresenta ainda uma característica essencial: a família nuclear enquanto anfitriã. Segundo Lashley, *“[...] a família nuclear introduz os indivíduos em regras, rituais, normas e costumes que modelam as atividades de hospitalidade no cenário social”* (2004, p. 14). Esse fato coaduna com a perspectiva maussiana na qual as relações recíprocas não são apenas desempenhadas por

indivíduos, mas também por grupos, como as famílias. Por mais que a oferta de alimentos, bebidas e acomodação venha a representar atos de amizade, sabe-se que nessa modalidade de hospitalidade, o anfitrião (ou a família anfitriã no caso rural) possui um status de controle sobre as práticas que são concernentes aos hóspedes. Selwyn chega a determinar que

Os atos relacionados à hospitalidade servem como um modo de articular as estruturas sociais. Esses atos proporcionam os meios simbólicos para permitir que as pessoas deixem os grupos sociais e também se juntem a eles, e para que as estruturas hierárquicas sejam, ao mesmo tempo, firmadas e legitimadas (SELWYN, 2004, p. 36).

A comercialização da hospitalidade rural, bem imaterial que envolve os serviços de alimentação, recepção, hospedagem e entretenimento, presta-se como um dos fatores principais para a criação de um mercado turístico, visto que a inexistência de estruturas que proporcionem tais serviços impossibilitaria a permanência de qualquer pessoa no espaço almejado para seu lazer. Lashley revela que “[...] *a oferta comercial da hospitalidade ocorre na maioria das sociedades ocidentais num contexto em que esta não ocupa posição central no sistema de valores*” (2004, p. 17). O autor conclui que

[...] o relacionamento movido comercial e mercadologicamente, que permite ao cliente uma liberdade de ação que o indivíduo não poderia sonhar em demandar num ambiente doméstico, é um dos benefícios asseverados pela ‘indústria da hospitalidade’ (LASHLEY, 2004, p.17).

Todavia os benefícios que a “indústria da hospitalidade” confere aos seus consumidores eximem-nos tanto de arcar com a troca de papéis sugerida por Lashley, quanto a “regra da reciprocidade” (MAUSS, 2003). Ao pagar pela acomodação, a relação comercial isenta o hóspede de quaisquer obrigações mútuas em relação ao seu anfitrião, com exceção do pagamento da conta pelos serviços usufruídos. Por mais que haja uma espécie de afeição entre os atores em questão, culminando num possível convite por parte do hóspede ao seu anfitrião comercial, não se compara com as relações praticadas entre tais no domínio doméstico.

Quando comparada com a comercial, a hospitalidade privada permite uma maior interatividade de reciprocidades entre hóspedes e anfitriões. Em sua análise sobre a reciprocidade, Sabourin (2011) destaca importantes elementos teóricos que subsidiaram outros olhares sobre o fenômeno em tela. Inicialmente, o autor destaca que “[...] *o princípio da reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contra-dádiva entre pares ou grupos sociais simétricos*” (2011, p. 30). Ou seja, no caso das sociedades rurais, as relações não necessariamente se detêm às famílias rurais, sendo possível constatá-las entre outros indivíduos ou grupos. O autor também pontua que

Do ponto de vista econômico, a reciprocidade constitui, portanto, não somente uma categoria econômica diferente da troca mercantil, mas um princípio econômico oposto ao da troca ou mesmo antagonista da troca (SABOURIN, 2011, p. 30).

O antagonismo reivindicado por Sabourin se baseia na perspectiva maussiana, a qual não equaliza a reciprocidade enquanto uma simples troca comercial. No domínio doméstico, a hospitalidade concedida a familiares e amigos também se baseia em tais preceitos. É nesse momento que se evidencia a confluência entre a dádiva e a hospitalidade privada, cujos resultados permitem uma aplicação empírica ao analisar as práticas recíprocas de viagens no município fluminense de Carmo.

Ser uma pessoa hospitaleira é possuir o caráter da hospitabilidade (TELFER, 2004). Para Telfer, a hospitalidade está associada à satisfação de uma necessidade, sendo o recebimento de convidados ligado à concessão de prazer (*idem*) e a busca de prestígio. Se a reciprocidade corresponde à preocupação pelo outro, torna-se compreensível a motivação implícita que move as famílias rurais a acolherem seus parentes e os amigos destes últimos. Para Sabourin “[...] *tal preocupação torna-se, portanto, hospitalidade, dádiva de alimentos e víveres, proteção* [...]” (2008, p. 135).

Entretanto, há de se chamar atenção para a confusão costumeira entre ser hospitaleiro e ser hospedeiro. Para Telfer, um bom hospedeiro possui a capacidade de deixar seus hóspedes felizes enquanto estiverem sob sua atenção, ou seja, “[...] *os bons hospedeiros são bons pelo fato de deixarem seus hóspedes felizes*” (TELFER, 2004, p. 56). Já uma pessoa hospitaleira “[...] *é alguém que proporciona hospitalidade com frequência, atenciosamente e com motivos apropriados relativos à hospitalidade*” (TELFER, 2004, p. 57).

A hospitabilidade e o bom hospedeiro

Será que ser um bom hospedeiro é ser hospitaleiro? E o fato de ser hospitaleiro, significa também que se é bom hospedeiro? Teoricamente, não. Telfer salienta que

[...] ser um bom hospedeiro não é o suficiente para ser hospitaleiro caso se descubra que [o anfitrião] tenha um motivo oculto para ser tão atencioso, que ele não tinha nenhuma vontade de agradar aos convidados ou nenhuma crença no compromisso de fazer isso (TELFER, 2004, p. 57).

Assim, a frequência em conceder a hospitalidade determina o quão hospitaleira uma pessoa é. No entanto, a habilidade e a atenção dispensada aos seus hóspedes na tentativa de proporcionar prazer e felicidade a esses vão caracterizar o bom hospedeiro. Dessa forma, deduz-se que o domínio de ambas atitudes seja a prática da hospitalidade. Em suma,

Diz-se que um indivíduo que se comporta regularmente com hospitalidade é hospitaleiro; ele também será um bom hospedeiro, até o ponto em que a qualidade da atenção estiver envolvida, mas pode lhe faltar a habilidade que o tornaria irrestritamente um bom hospedeiro (TELFER, 2004, p. 57).

Para Telfer, o comportamento considerado genuinamente hospitaleiro deve possuir um motivo “apropriado”. Consequentemente, a autora se debruça sobre os três motivos que caracterizam a hospitalidade privada: (1) os motivos que abrangem o espírito da hospitalidade e seu dever; (2) os motivos recíprocos; e (3) os motivos não recíprocos. Segundo Telfer, os motivos relacionados ao espírito da hospitalidade e ao dever envolvem as seguintes condições:

[1] A consideração pelo outro, incluindo o desejo de agradar a terceiros, proveniente da amizade e da benevolência por todos ou da afeição por certas pessoas; [2] A preocupação ou compaixão, isto é, o desejo de satisfazer a necessidade dos outros; e [3] A obediência ao que se consideram deveres da hospitalidade, como o dever habitual de ser hospitaleiro, de acolher o amigo de alguém ou de ajudar os que estão em dificuldade (TELFER, 2004, p. 59).

Para a autora, os dois primeiros tipos de motivos abarcam o espírito da hospitalidade, em que alguém que acolhe por uma dessas razões possa ser considerado hospitaleiro. Todavia, o último motivo remete à ideia de obrigação, cujo caráter ocasiona um desacordo com a noção de cordialidade contida na qualidade da hospitalidade. Entretanto, Telfer conclui que se uma pessoa age por generosidade em consonância com o espírito da hospitalidade, será essa pessoa hospitaleira, conforme no exemplo elaborado pela autora:

Admita-se que eu esteja cansada, mas, por um sentido de dever, convide novos vizinhos para jantar. Se depois que eles chegarem, eu assumir o espírito da ocasião e desejar agradá-los, certamente estarei sendo hospitaleira. Mas, se eu continuar irritada, apenas estarei cumprindo um dever (contudo, se os vizinhos não forem capazes de perceber a diferença, talvez eu esteja fazendo a coisa certa!) (TELFER, 2004, p. 59 – 60).

Muitas das percepções que envolvem os atores da hospitalidade estão baseadas em subjetividades, como também a interpretação das ações desempenhadas por anfitriões e hóspedes quando em interação (ou não). A falha ou o acerto quanto às atitudes de cortesia e gentileza, ou mesmo seus antagonismos, são assimilados con-

forme os modelos que cada ator tem como parâmetro. Por isso, parecer irritado enquanto acolhe uma pessoa, mesmo que essa não perceba, pode não ser uma falha em conformidade com o cenário hipotético dado pela autora.

Telfer concebe que alguns motivos relacionados à reciprocidade são caracterizados por motivos que não necessariamente envolvem inteiramente a “consideração pelo outro”, conforme os motivos do grupo anterior, assim como não envolvem totalmente a autoconsideração. Como exemplo, Telfer cita que “[...] *a pessoa que acolhe para ter companhia ou fazer amizades está, ao mesmo tempo, proporcionando companhia ou amizade aos hóspedes*” (TELFER, 2004, p. 60). Um outro exemplo dado por Telfer consiste em

[...] hospedeiros que [...] acolhem por que gostam de receber usualmente trarão satisfação aos seus hóspedes, assim como satisfazem a si mesmos, e uma fonte de satisfação do anfitrião será em geral a satisfação dos seus hóspedes (TELFER, 2004, p. 60).

Para a autora, esse tipo de hospedeiro acolhe na esperança de que a hospitalidade seja retribuída, sendo que

Isso não destrói o hospitaleiro, isto é, a natureza e a consideração pelo outro de tal acolhimento, pois ambas as partes tem uma espécie de acordo tácito pelo qual estão conjuntamente fazendo alguma coisa em benefício mútuo (TELFER, 2004, p. 60).

O último grupo de motivos relativos à hospitalidade privada são os não recíprocos, os quais emergem de uma vontade de beneficiar o hospedeiro ao invés dos hóspedes, cuja motivação do hospedeiro é o interesse próprio, não considerado o bem-estar do hóspede. Tais motivos estariam em desacordo com a noção da dádiva mausiana. Telfer ressalta que a vontade de exhibir algo por vaidade é um dos motivos não recíprocos. A autora exemplifica que

[...] uma anfitriã pode servir um determinado prato por vaidade – isto é, serve-o porque quer impressionar seus convidados e não porque acha que eles irão apreciá-los -, mas, por outro lado, pode estar muito influenciada pelo desejo em agradá-los (TELFER, 2004, p. 61).

Caso agradar seja a motivação principal de um anfitrião, mais hospitaleira será sua ação. Todavia, quanto maior for a sua vontade a satisfazer um capricho próprio, relegando as necessidades dos seus hóspedes, menos hospitaleiro ele será.

Telfer levanta a seguinte questão quanto à hospitalidade comercial e sua contradição, pois seu local não é um lar, ela não é dada, e tampouco se escolhem os convidados. De fato, para os meios de hospedagem clássicos (como os hotéis, por exemplo) isso se encaixa de uma forma extremamente verdadeira. Entretanto, pode se levar em consideração que é simplista o contraste entre hospitalidade privada verdadeira e imitação comercial falsa. Telfer (2004, p. 55) revela que “[...] *é bem possível que o hospedeiro privado seja movido apenas por interesse próprio, enquanto o comercial seja motivado por preocupação com o bem-estar de seus hóspedes.*” Dessa forma, é preciso balizar as motivações que levam os atores sociais à prática da hospitalidade, cujas ações podem ser tomadas das mais variadas intenções.

Para a autora, na esfera privada, os motivos concernentes à hospitalidade são aqueles em que

[...] a preocupação pela satisfação e pelo bem-estar dos hóspedes [...] é predominante, ou quando hospedeiros e hóspedes trocam livremente hospitalidade para prazer e benefício mútuo. E as pessoas hospitaleiras, aquelas que possuem a característica da ‘hospitalidade’, são as que muitas vezes acolhem por um ou mais desses motivos, ou por uma mistura de motivos, em que um deles seja predominante (TELFER, 2004, p. 62).

Assim, Telfer diz que seu caráter (generoso, imbuído de espírito público, compassivo ou afetuoso, sendo ou não verdadeiramente hospitaleira) é um condicionador que pode tornar uma pessoa útil no intuito de realizar uma atividade que proporcione bem-estar a outrem. No espaço rural, a hospitalidade é o conteúdo principal que motiva pessoas a conceder bem estar tanto aos próximos quanto aos desconhecidos. É esse caráter que definirá quem serão as pessoas que se dedicarão a concessão gratuita ou como atividade remunerada.

Evidências empíricas junto às famílias rurais de Carmo (RJ)

Destarte, ater-se-á ao domínio privado da hospitalidade, o qual também se chama hospitalidade doméstica. Essa modalidade tem como palco o lar que no caso em questão são as casas existentes nas propriedades rurais do município de Carmo. Tal município teve seu surgimento atrelado às questões religiosas, onde um grupo de fazendeiros doara parte das terras para a construção de um templo católico em homenagem a Nossa Senhora do Carmo no ano de 1842. A emancipação de Cantagalo ocorrera em 1881, vindo o Carmo a se tornar município em 1889 (PELLOSO, 1977).

O passado agrário de Carmo está associado ao desenvolvimento da cafeicultura no Brasil, ainda no início do século XIX. Como resultado, Carmo experimentou a miscigenação cultural proveniente do modelo agrícola baseado no latifúndio (elite branca e força de trabalho negra escravizada), seguido da imigração e o parcelamento das terras por herança. Na atualidade, as pecuárias de corte e de leite despontam

a importância do setor primário no município, somado ao desenvolvimento da agroindústria, sobretudo à ligada ao processamento do leite.

Para a realidade fluminense, onde mais de 96% da população vive na área urbana, Carmo aparece como um dos municípios de grande taxa relativa de residentes no espaço rural. Cerca de 4.000 pessoas habitam o espaço rural de Carmo, a representar mais de 22% da população residente no município (IBGE, 2012). Essas pessoas desempenham atividades diversas (agrícolas e não agrícolas) ou apenas usufruem do local (Figura 1) enquanto espaço de lazer e descanso (incluem aposentados e pensionistas).



Figura 1: Espaço rural carmense. **Foto:** Autor, 2012.
Figure 1: Rural space carmense. **Photo:** Author, 2012.

Durante as pesquisas realizadas em Carmo, verificou-se a variedade de famílias que vivem em seu espaço rural. Através de seus relatos foi possível verificar ali a presença de descendentes das primeiras famílias que viram a constituição do município até os neorrurais, que são pessoas de origem urbana que voluntariamente deixaram a cidade para viver no campo (GIULIANI, 1990). Assim, pode-se constatar que o mosaico cultural carmense é composto pela pluralidade cultural característica da brasilidade. Além das três principais matrizes étnicas (africana, indígena e lusa), Carmo abriga os descendentes de suíços, italianos, alemães, japoneses e sírios. Pela análise das entrevistas realizadas infere-se que a hegemonia da etnia lusitana é marcante nas falas que remontam a trajetória das famílias rurais carmenses, com grande contribuição dos italianos e germânicos.

Muitas dessas famílias revelaram possuir algum parente (geralmente filhos e netos) vivendo fora do município, em grandes e médias cidades do Sudeste. São pessoas que decidiram dedicar sua vida em outras atividades que não fosse a agricultura,

em outros lugares onde as oportunidades de acesso à educação profissional e acadêmica fossem mais amplas, assim como o mercado de trabalho. Dos dados colhidos, pôs-se em evidência que muitos filhos das famílias rurais se deslocaram para centros urbanos sudestinos a fim de realizar seus estudos. Os municípios mais citados foram Rio de Janeiro, Niterói, Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis, no estado do Rio; Além Paraíba, Viçosa e Juiz de Fora, em Minas Gerais; e Campinas, no estado de São Paulo. Vale destacar que houve um número ínfimo de jovens carmenses que estão em outros países, sobretudo nos Estados Unidos da América e Inglaterra.

Esses dados são importantes, pois quando um jovem se dedica aos estudos em instituições de ensino profissionalizante e superior amplia suas redes de sociabilidade com pessoas até então desconhecidas nesses municípios citados. Os laços de amizade e afeição criados ali influenciam os hábitos de hospitalidade desvelados no espaço rural carmense. Durante as férias e recessos que ocorrem durante o ano letivo, muitos desses jovens retornam a casa de seus pais sendo corrente a companhia de amigos.

De maneira semelhante, quando esses jovens optam por prosseguir sua reprodução social longe de Carmo, torna-se habitual retornar ali para reforçar seus laços de parentesco. Muitos deles tornam-se profissionais que usufruem de garantias legais como o direito a férias remuneradas. Possuidores de automóveis podem acessar o Carmo para visitar seus parentes, mesmo quando em descanso semanal (sábados e domingos), além dos eventuais feriados, devido às distâncias reduzidas. Por conseguinte, todas as famílias entrevistadas já estiveram anfitriãs de seus familiares.

Na esfera macro, é possível analisar a relevância que a hospitalidade privada exerce no turismo nacional. A pesquisa “Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil – 2007” realizada conjuntamente pelo Ministério do Turismo e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) identificou que em 43 de cada 100 domicílios brasileiros, pelo menos um de seus residentes realizou ao menos uma viagem (corriqueira, doméstica, internacional) no ano da pesquisa. Do total de entrevistados, mais de 54% viajaram em momentos de lazer para visitar parentes e amigos, sendo que na classe de renda familiar que vai de 0 a 4 salários mínimos o índice quase alcança os 60%. Quanto aos meios de hospedagem utilizados durante essas viagens, mais de 56% dos entrevistados são acolhidos em casa de amigos ou parentes (BRASIL, 2009).

As visitas correntes aos familiares no espaço rural carmense acabam por ser uma forma de manutenção das relações familiares e de articulação de estruturas sociais (SELWYN, 2004), as quais também introduzem novas pessoas no círculo de relações de sociabilidade (os amigos dos descendentes das famílias que permanecem no espaço rural de Carmo). Vale ressaltar que tais visitas exercem a função de troca de informações, aquisição ou refuta de inovações, além de promover a prática da hospitalidade.

Os dados coletados demonstraram que muito dos carmenses que deixaram o espaço rural para se empregar em outras atividades estão majoritariamente em cida-

des fluminenses das regiões Serrana, Noroeste, Metropolitana, Médio Paraíba e dos Lagos, assim como na Zona da Mata mineira. Como o estado do Rio de Janeiro é em extensão territorial (cerca de 43.700 km², segundo o IBGE) uma das menores unidades da federação (maior apenas que o Distrito Federal, Sergipe e Alagoas), torna-se possível deslocar-se pelas rodovias fluminenses em um curto espaço de tempo. A distância de Carmo para o Rio de Janeiro, por exemplo, é de apenas 190 km, os quais podem ser percorridos em cerca de 2 horas e 30 minutos.

Também foi possível detectar uma forte influência mineira na região. Apesar de o município de Carmo ter seu passado atrelado às levas de imigrantes, muitos mineiros que deixaram as regiões de extração mineral, as quais se encontravam exauridas por volta do século XIX, povoaram a região (MACHADO, 1999). Ainda hoje, diversas famílias rurais entrevistadas têm suas raízes do outro lado do Paraíba do Sul, sendo corrente a prática de visitas mútuas. As localidades mineiras mais citadas foram Além Paraíba, Leopoldina e Caratinga, todas elas acessadas pela BR 116. Tal realidade presta-se, inclusive, para constatar uma influência recíproca na constituição de uma identidade sudestina.

O acesso das famílias rurais ao turismo pela inversão de papéis na hospitalidade

Até aqui foi relatada a perspectiva que trata da concessão da hospitalidade das famílias rurais carmenses às pessoas que são amigos de seus filhos que se fixaram (temporariamente) em outras cidades. O caráter da hospitabilidade atribuído às famílias rurais, sustentado pela dívida, acaba por estabelecer uma relação recíproca que culmina na retribuição da acolhida.

Sobre tal aspecto, é possível recorrer à teoria de Jafar Jafari cujo modelo analítico possui caráter holístico e faz alusão a um trampolim. Segundo Panosso Netto (2005), Jafari utiliza três elementos para compreender as viagens, sendo o turista (pessoa central da viagem); o estado de espírito do turista (*touristhood*) e o aparato turístico (estruturas que correspondem às necessidades dos turistas).

Para Panosso Netto (2005), a metáfora do trampolim apresenta seis etapas explicativas sobre o estado de espírito do turista (Figura 2). Para compreender como se sucedem as mudanças de etapas, o autor traz a seguinte explicação:

A etapa WA é a vida ordinária (comum), que cria a necessidade e o desejo de sair em viagem; a etapa AB é o processo de emancipação no qual está o ato de partida e o sentido de liberdade; a animação turística (BC) é a etapa em que se completa o ato do turismo, em que o turista é colocado no exterior de sua vida ordinária – é quando ele está em outro tempo e espaço que não o habitual; a etapa CD é o processo de repatriação, no que é inevitável o retorno da posição temporária de turista para constante realidade da base; a etapa DX é a volta ao lar do fluxo turístico, o qual incorpora a vida diária; a etapa AD é o ínterim da vida diária que continua apesar da ausência turística no meio ambiente sociofísico habitual (PANOSSO NETTO, 2005, p. 82 – 83).



Figura 2: Metáfora do trampolim.

Fonte: JAFARI (1995, *apud* PANOSSO NETTO, 2005, p. 82).

Figure 2: Metaphor springboard.

Source: JAFARI (1995, *apud* Panosso NETO, 2005, p. 82).

Ao elaborar essa analogia entre o trampolim e os estados de espírito dos turistas, Jafari contempla uma demanda que havia por parte dos estudiosos do turismo em retomar a humanização do campo científico, cujo enfoque estava somente voltado aos aspectos comerciais de serviços turísticos. Ao realizar o elo entre a teoria de Jafari com a hospitalidade se pode, por meio das etapas, identificar os pontos que proporcionam críticas reflexivas quanto ao panorama do acesso das famílias rurais ao turismo.

Muitos desses amigos, ou mesmo os próprios filhos, convidam seus anfitriões para usufruir da hospitalidade nos seus municípios de origem. Inúmeros relatos das famílias rurais carmenses revelaram que ao se hospedarem nessas casas de amigos e/ou dos filhos proporcionou o contato com outras realidades. A primeira vez que viu o mar, que estranhou o tráfego intenso, que ouviu outros sotaques, que experimentou outros sabores, notou variedades climáticas... São alguns relatos que evidenciam os benefícios contidos na prática do turismo pelas famílias rurais.

Apesar de essas famílias rurais carmenses não pagarem pelos “serviços de hospedagem” oferecidos pelos seus anfitriões, os quais foram outrora seus hóspedes, elas movimentaram toda uma conjuntura de empresas que servem direta e indiretamente ao turismo. Para se deslocar aos municípios que foram convidadas, as famílias rurais carmenses requisitaram serviços de abastecimento de combustível para seus automóveis. Quando não, adquiriram bilhetes de passagens rodoviárias para os quatro destinos que as empresas de transporte rodoviário operam para a cidade (Rio de Janeiro, Niterói, Teresópolis e Nova Friburgo) ou mesmo realizaram baldeação na cidade mineira de Além Paraíba (dista 12 km de Carmo), que nas margens da BR 116 (Rio – Bahia), possui uma maior variedade de destinos.

Essas famílias quando nos destinos, efetuam gastos nos empreendimentos de restauração, visitam os equipamentos de lazer e cultura, fazem compras... Mas o mais importante: convivem com os habitantes da localidade que visitam. Eles não ficam somente a mercê de um discurso moldado aos turistas, pois quando na casa de seus

anfitriões, as famílias rurais vão tomar ciência das realidades vividas no dia a dia desses, ter o contato com aqueles que “fazem” a cultura da localidade. É através desse contato que as famílias rurais carmenses se deparam com o diferente e se apropriam de uma identidade própria. Ao se defrontar com o outro, percebem-se enquanto indivíduos. Pela assimilação das diferenças, reconhece-se enquanto componente de um grupo humano específico, que no caso das famílias rurais carmenses, é reconhecer-se enquanto tais.

Mas onde se pretende chegar? Por que pensar turismo, lazer e hospitalidade para as famílias rurais?

Para concluir

Ora, se Panosso Netto (2005) entende o fenômeno turístico enquanto a interação de seres humanos, conclui-se que isso abarca os cidadãos do espaço rural. O autor enfatiza que o turismo envolve

[...] seres que são turistas, seres que não são turistas, seres que podem “vir-a-ser” turistas e seres que já foram turistas; e sabemos que o ser torna-se turista pela experiência; o ser não é turista pela experiência; o ser considera-se turista pela experiência, e o ser deixa de ser turista pela experiência (PANOSSO NETTO, 2005, p.30).

Se essa experiência, a qual motiva milhares de brasileiros em (re)conhecer o espaço rural, isso rende uma reciprocidade que aflora o desejo em também conhecer o outro em seu espaço de origem. As famílias rurais carmenses têm tido acesso ao turismo pelo fato de conceder hospitalidade privada, sendo a sua consequente inversão de papéis o que as tornam hóspedes em outras localidades da Região Sudeste, sobretudo. Esse fenômeno proporciona para essas famílias a oportunidade de ser turistas e vivenciar uma série de experiências como conhecer outrem e a si mesmo. Desvelar essa prática turística que é acessada pelas famílias rurais carmenses possibilita vê-las como agentes que demandam viagens de lazer, as quais proporcionam conhecimento, alegria, prazer e felicidade. Afinal de contas, “*A gente não quer só comida / A gente quer comida / Diversão e arte / A gente não quer só comida / A gente quer saída / Para qualquer parte*” (FROMER, et al., 1987).

Referências bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Org: Iracema Almeida Valverde, Carlos Sampaio, Dilene da Paz Gomes e Rosaine Martins da Veiga. 2ª Ed. atualizada até a EC nº 38, de 12/06/2002. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

BRASIL. **Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil – 2007**. São Paulo: FIPE, 2009.

CAMARGO, L.O.L. Os domínios da Hospitalidade. *In*: DENCKER, A.F.M.; BUENO, M.S. (Orgs). **Hospitalidade: Cenários e oportunidades**. São Paulo: Thomson, 2003.

DENCKER, A.F.M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2000.

FROMER, M; ANTUNES, A; BRITTO, S. Comida. *In*: TITÃS. **Jesus não tem dentes no país dos bangueiros**. São Paulo: WEA, 1987.

GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: O novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 14, ano 5, out. 1990. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_05.htm. Acesso em: 17 mai. 2012.

GRINOVER, L. Hospitalidade: um tema a ser reestudado e pesquisado. *In*: DIAS, C.M.M. (org.). **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. Barueri: Editora Manole, 2002.

IBGE. **Sinopse do censo demográfico de 2010 – Carmo**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 06 mai. 2012.

LASHLEY, C. Para um entendimento teórico. *In*: LASHLEY, C.; MORRISON, A. **Em busca da hospitalidade**. Barueri: Manole, 2004.

MACHADO, A.G. **Reminiscências de Carmo**. Além Paraíba: Casa Cruzeiro, 1999.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia no Turismo**. São Paulo: Editora Aleph, 2005.

PELLOSO, A. **Carmo**: no ano do centenário da matriz. Teresópolis: Gráfica Imperatriz, 1977.

SABOURIN, E. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 23 (66), São Paulo, fev. 2008.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**. v. 13 (27). Porto Alegre. PPGS/UFRGS, mai/ago 2011.

SELWYN, T. Uma antropologia da hospitalidade. *In*: LASHLEY, C.; MORRISON, A. **Em busca da hospitalidade**. Barueri: Manole, 2004.

TELFER, E. A filosofia da “hospitalidade”. *In*: LASHLEY, C.; MORRISON, A. **Em busca da hospitalidade**. Barueri: Manole, 2004.

Dan Gabriel D’Onofre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Email: dan_n_3@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7927925298802020>.

Marcelino de Souza: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Email: marcelino.souza@uol.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8636371353890200>

Data de submissão: 23 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 17 de Abril de 2013

Data do aceite: 17 de Abril de 2013

Avaliado anonimamente

Estudo preliminar da modalidade de turismo e da infraestrutura instalada no litoral da região norte fluminense como subsídio ao planejamento turístico

Preliminary study of the type of tourism and infrastructure installed in the coastal region north of the state of Rio de Janeiro (Brazil) as a subsidy to tourism planning

Wilson Martins Lopes Junior

RESUMO

As diferentes transformações provocadas no espaço geográfico pelo turismo configuram-se em tema de estudo da geografia do turismo, uma vez que a ciência geografia estuda a organização espacial. O diagnóstico e o entendimento da modalidade de turismo exercido numa localidade, assim como a identificação da infraestrutura turística existente favorece na compreensão das transformações socioespaciais ocorridas nos municípios turísticos. Desta forma também colabora-se com o planejamento e gestão do turismo que compreende a implementação de política de desenvolvimento do turismo e do plano de administração deste setor econômico. Nesta perspectiva essa pesquisa analisa a modalidade de turismo predominante no litoral dos municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, no norte fluminense, identificando suas infraestruturas turísticas. Enquanto método se destacam levantamentos de campo associados a técnicas de observação, aplicação de questionários para levantamento da infraestrutura turística e entendimento da modalidade de turismo dos municípios pesquisados. Na área estudada, notou-se a prevalência da modalidade de turismo litorâneo, em que as praias são o principal atrativo turístico. Identificou-se a falta de infraestrutura de hospedagem, alimentícia e de comércio. Exceção ocorreu no período de alta estação com a infraestrutura alimentícia que aumentou consideravelmente. Aspecto também relevante foi o número de segundas residências utilizadas para hospedagem na alta estação.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia do Turismo; Turismo Litorâneo; Norte Fluminense.

ABSTRACT

The various transformations provoked on geographical space by tourism are themes of study on geography of tourism, once that geography science studies the space organization. The diagnosis and the understanding of the modality of tourism practiced on a location, as well as the identification of the tourist infrastructure existent benefits the comprehension of the sociospatial transformations happened on tourist municipalities. On this way, this study collaborates with the planning and management that comprises the implementation of a development policy of tourism and administration planning on this economy sector. From this perspective, this search aims to analyze the prevalent modality of tourism on the coast of the cities of Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, on north of the state of Rio de Janeiro, identifying their infrastructure. As methodology, it was realized outside survey related to observation techniques, application of questionnaires and interviews for research of the tourist infrastructure and comprehension of the modality of tourism on the researched cities. On the studied area, the prevalence of coastal tourism was noted, as the greatest attractive was the beaches. The Lack of food, trade and lodging infrastructures. The exception occurred on the period of high season, when food infrastructure increased considerably. Also relevant aspect was the number of second homes used for hosting during high season.

KEYWORDS: Geography of Tourism; Coastal Tourism; North of the State of Rio de Janeiro.

Introdução

O turismo é um fenômeno complexo que compreende diferentes processos, em especial, os econômicos, relacionados aos deslocamentos realizados pelas pessoas em suas viagens e permanências em locais diferentes de sua residência. A sua prática exprime uma forma de deslocamento espacial que exige uma infraestrutura, que por sua vez, segundo Carlos (1996), favorece a conquista do espaço pelo turismo transformando os lugares em mercadoria para o consumo dos turistas.

Na perspectiva de Cruz (2003) o turismo apresenta-se como uma modalidade de deslocamento espacial que utiliza de meios de transporte, exigindo minimamente um pernoite no local de destino para ser caracterizado como tal.

Ainda para a autora, as razões que justificam esse deslocamento podem ser inúmeras como o lazer, negócios, os congressos, saúde e outras, porém, desde que não configurem atividade remunerada. Desta forma, esse deslocamento de pessoas, conforme exposto, é o fenômeno do turismo, uma prática social com características econômicas que provoca alterações no espaço, inclusive com a introdução de infraestruturas de suporte para realização desta atividade.

Na prática do turismo faz-se necessária a introdução de objetos no espaço geográfico para o desenvolvimento de sua atividade de modo que a infraestrutura já existente numa localidade é absorvida, ou até mesmo alterada, ganhando novo significado para corresponder ao uso turístico. Ou seja, as infraestruturas existentes assim como outras instaladas são elementos de suporte para atividade turística e que, por sua vez, provocam alterações socioespaciais permitindo através de seu estudo o conhecimento do turismo em determinada localidade.

Num sentido amplo a infraestrutura está relacionada à própria estrutura de suporte para o desenvolvimento da economia e de outras diferentes atividades, sendo geralmente num país identificadas em rodovias, usinas hidrelétricas, portos, aeroportos, rodoviárias, sistemas de telecomunicações, ferrovias, rede de distribuição de água e tratamento de esgoto, sistemas de transmissão de energia, etc. No caso do turismo a infraestrutura envolve diferentes elementos já instalados no município e utilizados pelo turismo, como exemplo, a rede de esgoto e de distribuição de água, assim como outros elementos da infraestrutura que são instalados em razão da prática turística, como hotéis, pousadas, restaurantes e outros.

Analisando os dados turísticos de uma localidade, como as que compõem a infraestrutura existente, pode-se colaborar com a efetivação de um planejamento que visa à sistematização de ações e ordenamento de tarefas por parte do poder público prevendo a evolução dos processos. Segundo Souza e Rodrigues (2004) para o planejamento colaborar na identificação de problemas futuros traçando um prognóstico faz-se necessária a coleta de informações para ter a compreensão do quadro atual e trabalhar o quadro futuro.

Neste contexto insere-se esta pesquisa que se propõe a diagnosticar a modalidade de turismo presente no litoral norte fluminense, especificamente, no litoral dos

municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro, identificando a infraestrutura turística instalada existente que sustenta essa importante atividade econômica. A tipologia de infraestrutura turística considerada divide-se em Hospedagem (hotéis, pousadas), Alimentícios (restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques fixos e itinerantes), Comércio (mercado, padaria, lojas, farmácia). Ao que se refere às praias pesquisadas em cada município privilegiou-se as inseridas na área urbana e também as mais próximas da cidade, consequentemente as que recebem maior número de turistas. Segundo as Prefeituras Municipais dos respectivos municípios as praias são as seguintes: Praia do Farol em Campos dos Goytacazes; Atafona, Chapéu do Sol, Grussaí, Iquipari, Açú em São João da Barra; Guaxindiba, Sossego, Sonho, Santa Clara, Gargaú em São Francisco de Itabapoana. Foi realizada uma análise comparativa entre os dados coletados na baixa e na alta estação.

Considerando os objetos propostos por esta pesquisa a sua contribuição está vinculada ao poder público, iniciativa privada e sociedade civil através do seu uso para o planejamento turístico nestes municípios. Assim, favorecendo o planejamento com as suas políticas de turismo e desenvolvimento econômico dos municípios pesquisados.

Na fase inicial desta pesquisa realizou-se uma busca preliminar de informações sobre o tema em questão para facilitar a sua delimitação, a definição dos objetivos, entre outros pontos que constam na fase inicial da pesquisa. Conforme Andrade (2006), essa fase da pesquisa, é chamada de exploratória, e preliminar, colaborando na avaliação da qualidade e viabilidade da pesquisa que será desenvolvida, a partir do tema escolhido.

Para tanto utilizou de bibliografia e pesquisas referentes à geografia, ao turismo e também a evolução tempo-espacial dos municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, RJ. Nesta perspectiva vale destacar a obra "Setores da Evolução Fluminense" de Alberto Ribeiro Lamago e publicada pelo IBGE que favoreceu o entendimento das "raízes" do norte fluminense, assim como "Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense" de Ailton Mota de Carvalho e Maria Eugenia Ferreira Totti, desse modo havendo um conhecimento prévio da formação socioespacial da área de estudo.

Também autores geógrafos que trabalham o conceito de Espaço geográfico, como Milton Santos, e Território, como Claude Raffestein e Rogério Haesbaert, foram imprescindíveis nesta discussão que constitui se na base conceitual geográfica desta pesquisa. Ao que se refere aos autores que trabalham diretamente com as questões do turismo destacam-se Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano, Rita de Cássia Ariza da Cruz. Portanto, nesta etapa da pesquisa o presente texto apresenta a discussão referente às bases geográficas conceituais para que posteriormente outros aspectos como o planejamento, além dos dados sobre a infraestrutura turística instalada nos municípios, objeto deste estudo, sejam abordados.

A abordagem inicial no espaço geográfico e no território justifica-se devido à importante relação entre o turismo e o espaço geográfico na qual o turismo consome este e os seus elementos, de modo a imprimir mudanças no território, como do uso e da instalação de infraestrutura. Neste sentido, evidenciam-se as mudanças sócio-espaciais provocadas pelo turismo, uma vez que o espaço geográfico possibilita a ação de atores que “territorializam” tal espaço, formando territórios.

Um pouco sobre o conceito geográfico estruturador: espaço

O setor terciário da economia tem se destacado através do uso da tecnologia e da informação na perspectiva do chamado período “técnico-científico-informacional”. Neste contexto o turismo também se destaca enquanto agente que provoca alterações no espaço geográfico e que se desenvolve por meio dos elementos deste espaço. Assim, diante das interferências no espaço geográfico provocadas pelo turismo, cada vez mais a geografia analisa suas questões de modo a contribuir na compreensão da complexidade criada no espaço pelo turismo.

O turismo é uma atividade que se desenvolve por meio dos elementos dos espaços geográficos. Assim sendo, ao utilizar a natureza como atrativo turístico, os equipamentos urbanos como infra-estrutura do turismo, os territórios de origens de turistas, as comunidades receptoras com sua população residente e as práticas sociais decorrentes deste encontro, o turismo passa a ser objeto do saber geográfico (CORIOLANO, 1998, p.21).

A relação da geografia com o turismo é expressiva porque é diante do espaço geográfico que ocorre o desenvolvimento do turismo. Portanto, a importância da geografia para um melhor entendimento do fenômeno do turismo se dá por meio das suas categorias de análise, em que se destacam conceitos como espaço e território.

O enfoque inicial no conceito de espaço geográfico está no fato de que este permite compreender os elementos que configuram a produção e a (re) estruturação do espaço, abrindo possibilidades para o entendimento e a discussão sobre o turismo nos municípios litorâneos objeto desta pesquisa. Foi adotado como referência o conceito apresentado por Milton Santos, isso porque em suas obras encontram-se subsídios para a compreensão do referido conceito, destacando-se a obra “A natureza do espaço técnica e tempo - razão e emoção”.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 2004, p.63).

Neste sentido o espaço possui sistemas de objetos e sistemas de ações que se articulam concomitantemente, de diferentes maneiras, explicitando a dinamicidade es-

pacial. Nota-se a importância dos sistemas de objetos e sistemas de ações que, através de sua interação “solidária e contraditória” propiciam a dinâmica espacial. Mas para a compreensão desta dinâmica do espaço faz-se necessário considerar a noção de tempo, pois são justamente os processos que ocorrem na história que caracterizam as formas espaciais.

Merece ser enfatizado que no período atual, os sistemas de objetos e os sistemas de ações passam a adquirir um significativo caráter de artificialidade, devido tanto às novas condições técnicas e às novas interações sociais, como também à sua própria unicidade que caracteriza o período da globalização. Conforme Santos (2004, p.63) *“O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes”*.

Neste caso, menciona-se, como exemplo, a atuação do turismo global que interfere na dimensão local, como na implantação de complexos turísticos internacionais junto às comunidades litorâneas que inclusive muitas vezes não considera a população local neste processo produtivo. Destacam-se também as infraestruturas instaladas no território, ou utilizadas para atender a modalidade de turismo exercida e que por sua vez, reorganiza o espaço dos seus municípios.

Tendo como referência a produção do espaço urbano capitalista, de acordo com a dinâmica de acumulação do capital, e a necessidade da sua reprodução, os próprios conflitos de classes apresentam novas expressões em função das novas configurações espaciais.

(...) O espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. (...) A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história - mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade (SANTOS, 1997, p.49).

Desta forma, na análise do espaço urbano, enquanto produto social, não é possível deixar de considerar a sociedade de classes, pois é justamente a dinâmica e funcionamento desta sociedade que atribui o caráter de natureza social ao espaço. Assim, as relações espaciais são puramente sociais, sendo que o espaço geográfico e mais especificamente o espaço urbano apresenta-se como a materialização da própria sociedade. Ou seja, o espaço geográfico está diretamente relacionado à produção humana em suas dimensões histórica e social, e não é exterior à sociedade. Ou ainda, o espaço geográfico é produto, condição e meio para todas as atividades humanas sociais, portanto, também para o turismo.

Para o turismo o espaço é fundamental por fornecer os elementos essenciais, como infraestrutura (hotéis, transportes, serviços, outros), a sociedade (turistas, população receptora), as empresas (firmas envolvidas na prática turística) e o Estado, que

regulamenta a atividade. Nesta perspectiva turística o espaço é estruturado e reestruturado.

O turismo na sua enorme complexidade reveste-se de tríplice aspecto com incidências territoriais específicas em cada um deles. Trata-se de fenômeno que apresenta áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras). É nestas que se produz o espaço turístico ou se reformula o espaço anteriormente ocupado. É aqui também que se dá o consumo do espaço (RODRIGUES, 1997, p.43).

Deste modo, o turismo tem poder significativo de alterar o espaço, em um processo complexo e que resulta na própria produção do espaço turístico. Neste espaço as relações entre os sistemas de objetos e de ações engajadas na lógica capitalista empresário – turista, leva a própria mercantilização do espaço. Na dimensão do “espaço–mercadoria”, predomina o valor de troca sobre valor de uso, com consequências diretas sobre os lugares de diferentes municípios, como exemplo as praias e vilas de populações locais estudadas por esta pesquisa.

Conforme Carlos (2002) o espaço-mercadoria é fragmentado pelo processo de compra e venda e conseqüentemente provoca mudanças expressivas no uso e consumo do espaço, pois ao se reproduzir, produz a simulação de novos espaços consumidos enquanto espaços turísticos. Esses espaços do turismo apresentam uma interdependência com o espaço urbano, decorrente da necessidade de consumo de equipamentos urbanos por parte do turismo.

Em síntese: O espaço do/ou para o ‘turismo’ constitui uma mercadoria complexa, pois ele mesmo é uma mercadoria. Trata-se da natureza, ou da produção social, incorporada em outra mercadoria, mas como parte do mesmo consumo/produção/ do espaço (RODRIGUES, *apud* YÁZIGI; CARLOS; CRUZ, 1999, p.23).

O espaço turístico apresenta sua complexidade ao ser produzido para atender a finalidade de consumo através dos serviços do turismo, ou seja, como uma mercadoria. Nesta perspectiva, entender esse espaço do/ou para o turismo em suas particularidades favorecerá o planejamento por parte do poder público.

Merece ênfase que as interferências do turismo, além de espaciais, são territoriais, pois o turismo se manifesta de diferentes formas no território. No entanto, suas manifestações estão sob a intenção da iniciativa privada e do próprio Estado. Destaca-se que a reprodução da prática do turismo não se prende a limites do território e que o próprio turismo provoca o ordenamento como reordenamento do território.

O território para o entendimento da infraestrutura turística

Na ciência geográfica, conforme Spósito (2004, p. 111) “O conceito de território é constantemente confundido por aqueles que ainda não se debruçaram em leituras mais profundas”. Existem diferentes abordagens e formas de entender o território na

ciência geográfica, e que, todas têm a sua validade e contribuição, principalmente se consideradas as constantes mudanças sócio-espaciais.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço. (...) O território nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

Assim, o território está para o espaço geográfico, mas sob um conjunto de normas e de poder que explica a sua existência. O próprio conceito de território tem intrínseco às relações de poder, pois o território se concebe a partir de um espaço onde se coloca ações, trabalho, política, e relações econômicas, produtivas, culturais, entre outras, que caracterizam as relações de poder no território.

Nesta perspectiva o território tem sua modalidade, jurídico e política através do Estado, o econômico-político que exprime as relações econômicas de poder, e também a cultural sustentada em relações de ordem afetiva. Além dos aspectos físicos e econômicos, o território também deve ser entendido por aspectos subjetivos que remete à identidade do próprio território como afirma Santos (2002). Para o referido autor, é o entendimento do território pela questão do seu uso, ou seja, o território usado, indo desde os aspectos físicos até os subjetivos que devem ser identificados, uma vez que o território é base de tudo.

Desde a sua origem, o território está atrelado a duas facetas que caminham associadas: o material e o simbólico. A ideia principal de território é estritamente uma ideia de poder, se há dominação existem dominados.

... o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2007, p.27).

O território neste momento é entendido como uma conotação material e simbólica, estando relacionado com o poder, no sentido explícito de dominação e apropriação. O mesmo se aplica a territorialidade, o processo territorial vivido pelo homem, próprio de vida em sociedade, e que também é entendido pelas relações de poder. Soma-se a isso a sensação de participação quando da formação de um território, por parte da população que o habita, favorecendo o sentimento de territorialidade.

De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, (...) O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p.158-159).

Assim, essa vivência do homem no "processo territorial" e no "produto territorial" expressa suas necessidades na esfera da própria vida (existência) como econômica (produção) em diferentes relações marcadas por múltiplos poderes. Neste sentido para entender um território ou o processo que o gerou enquanto território, a territorialização, deve se referenciar nos panoramas múltiplos que compõe as manifestações de poder e de resistência.

Essa questão do território para a temática do turismo mostra que o turismo destaca-se no mundo contemporâneo a ponto de se constituir como um verdadeiro agente no território. O território, por sua vez, passa a ser consumido pelo turismo através de bens e serviços atrelados as práticas, na maioria das vezes, estranhas ao lugar. Assim no território observam-se interesses contraditórios que acabam por provocar a segregação e disputa espacial entre turistas e residentes. Na visão de Knafo (apud RODRIGUES, 1996) existem duas territorialidades distintas: a da população moradora do lugar, identificada como "territorialidade sedentária", e a dos turistas que passam pelo local, a "territorialidade nômade", indicando interesses concorrentes e contraditórios que se refletem no próprio espaço geográfico.

Justamente das relações econômicas sustentadas em relações de poder sociais, e atuantes no espaço geográfico de modo a apropriá-lo, que está o território. Desta forma, o território é o produto da apropriação e do domínio espacial com suas dimensões política, econômica e cultural associadas. Portanto, no entendimento do espaço como resultado de um processo histórico, numa perspectiva de periodização e, em sua organização, identifica-se a sua dinâmica socioespacial. Inclusive, esse mesmo resgate histórico no passado faz-se necessário para o entendimento do território atual, pois em seu processo de construção, apropriação, compreende-se o momento atual.

Aspecto importante, segundo Santos (2008), refere-se ao uso do território, que ocorre pela implantação de infraestrutura, pois é justamente na categoria "território usado", ou seja, no território que recebeu cargas de técnicas em tempos históricos diferentes que deve se buscar a sua compreensão, enfim, através do seu uso.

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental pa-

ra afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, *apud* SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1996, p.15)

Deste modo, buscando a nova realidade do território através de variáveis como técnicas e tempo na perspectiva do território usado e especialmente enfocando a infraestrutura utilizada pelo turismo, que inicia o entendimento do território e do espaço. Segundo Cruz (2003, p. 9) *“Para que o turismo possa acontecer, os territórios vão se ajustando às necessidades trazidas por essa prática social”*.

Nesta perspectiva que a infraestrutura instalada no território precisa ser avaliada, ou seja, não somente para o turismo, mas também na perspectiva da população da própria localidade turística pesquisada. Com os espaços reorganizados pelo turismo e até mesmo privatizados, as diferenças e desigualdades sócio-espaciais aumentam e tornam-se expressivas, merecendo, portanto, atenção de pesquisas que enfoquem inicialmente o entendimento da modalidade de turismo exercido e suas dinâmicas, assim como o conhecimento das infraestruturas instaladas no território.

A Região Norte Fluminense

O litoral dos municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, estão situados na Região Norte Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, na região sudeste do Brasil (Figura 01, próxima página).

A região norte fluminense, segundo Pedrosa e Totti (2006), é uma área de contrastes ecológicos, sociais e econômicos. Ao que se refere às atividades econômicas destacaram-se duas importantes fases ligada à indústria sucroalcooleira e ao petróleo. A primeira destacou-se no século XVIII e XIX, mas atualmente é pouco expressiva diante do petróleo que a partir da década de 1970 começa a influenciar a economia da região. No ano de 1974 o petróleo foi descoberto no campo de Garoupa na Bacia de Campos favorecendo inicialmente esse município através do pagamento de *royalties* em sua receita. Deste modo, nas décadas seguintes o petróleo, especialmente através dos *royalties*, provoca uma nova dinâmica regional, inclusive com impactos sociais, funcionais e econômicos ainda em curso, conforme destaca Pedrosa e Totti (2006).

De acordo com Cruz (*apud* CARVALHO, 2006) na região norte fluminense, a desigualdade social expressa pela pobreza e miséria são presentes mesmo com o ciclo do petróleo, inclusive essa situação está também relacionada à ação das elites locais sobre os recursos do Estado. Merece destacar que os *royalties* estão no centro das discussões políticas e de investimentos dos municípios uma vez que estes representam uma quantidade muito expressiva de arrecadação, mais da metade dos seus orçamentos. Todavia, os investimentos sociais, especialmente em infraestrutura, segundo Cruz (*apud* Carvalho, 2006) não segue ordenamento de uso do espaço ou de forma planejada, e também não há um controle sobre o seu uso. Portanto, a infraestrutura urbana é inadequada, insuficiente e segregadora. Neste contexto estão inseri-

dos os municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, situados na Região Norte Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

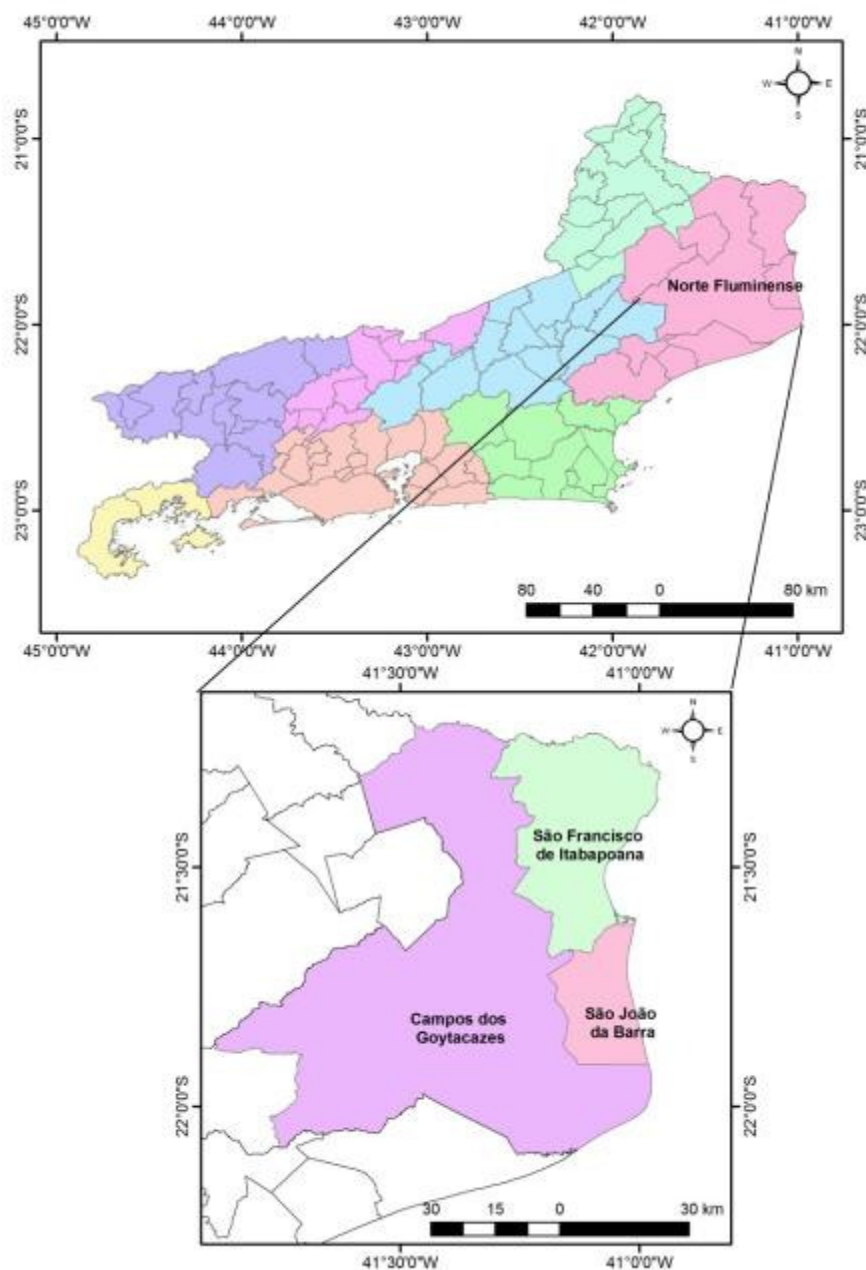


Figura 01: Localização da área de estudo. **Fonte:** autores.
Figure 01: Location of the study area. **Source:** authors.

Resultados

Através dos procedimentos metodológicos obteve-se o diagnóstico de infraestrutura turística de hospedagem, alimentícia e comércio instalados no litoral dos municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e de São Francisco de Itaboraana.

Com relação ao município de Campos dos Goytacazes, segundo o IBGE (2010) a sua população é de 463.731 mil habitantes, sendo a maior cidade do interior fluminense e também o maior município em extensão territorial. A exploração de petróleo e gás natural em sua costa atlântica na plataforma continental é o grande destaque de sua economia configurando-se como a maior produtora de petróleo do Brasil. Ao que se refere às suas praias de uso turístico, destaca-se a do Farol de São Tomé distante 48 km da cidade de Campos dos Goytacazes.

De acordo com a Figura 2 o setor alimentício apresentou crescimento muito expressivo, entre os períodos de baixa estação com 63 unidades e na alta estação 218 unidades, compreendendo restaurantes e principalmente quiosques e barracas de alimento itinerantes. Essa diferença representa um aumento de 246%, provocado pelos eventos de verão, que são shows musicais promovidos pela prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes na praia do Farol de São Tomé. Além dos shows diários gratuitos com cantores de expressão nacional, a prefeitura da cidade disponibiliza transporte público, ônibus, com tarifa reduzida a custo de R\$1,00 para o trecho de 48 km que separa a cidade de Campos dos Goytacazes de sua praia.

Com relação ao comércio houve um aumento de 09 para 12 lojas, ou seja, 33% de aumento representado principalmente pelas lojas de souvenirs e de produtos de praia. Já a infraestrutura turística de hospedagem, não houve aumento, ou seja, manteve-se o número de 07 equipamentos de infraestrutura de hospedagem. Merece enfatizar que a área avaliada da praia do Farol possui 7,5 km de extensão.

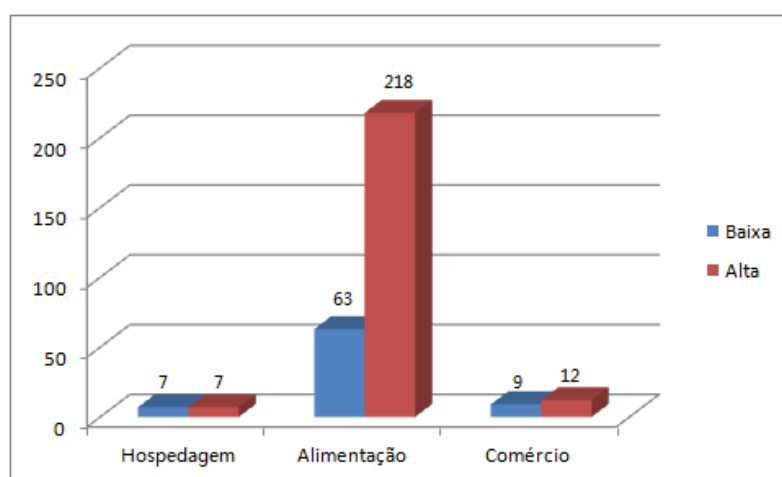


Figura 2: Infraestrutura Turística de Campos dos Goytacazes.
Figure 2: Tourist Infrastructure of Campos dos Goytacazes.

O município de São João da Barra possui 32.647 habitantes de acordo com IBGE (2010), com sua economia concentrada na pesca, agropecuária e turismo, tendo praias turísticas como exemplo, Atafona e Grussaí. Justamente em seu litoral está sendo construído pela empresa LLX do grupo EBX o complexo portuário do Açú o que divide opiniões sobre o desenvolvimento econômico que propiciará ao município e a região norte fluminense.

Em São João da Barra foram pesquisadas as praias de Atafona, Chapéu do Sol, Grussaí, Iquipari, Açú correspondendo um total de 13,5 km de praias. Conforme o Gráfico 2 nota-se que na baixa estação havia 51 equipamentos de alimentação e na alta estação esse numero subiu para 118, portanto, houve aumento de 131% na infraestrutura de equipamentos alimentícios. Assim como em Campos dos Goytacazes, o aumento desses equipamentos também se justifica pelas ações do poder municipal que proporciona atividades específicas de entretenimento como shows musicais gratuitos na alta temporada, verão. Em alojamentos houve 100% de acréscimo. Todavia, em quantidade isso corresponde apenas a uma nova pousada construída, além da previamente existente. Por fim a infraestrutura turística de comercio se manteve em duas lojas.

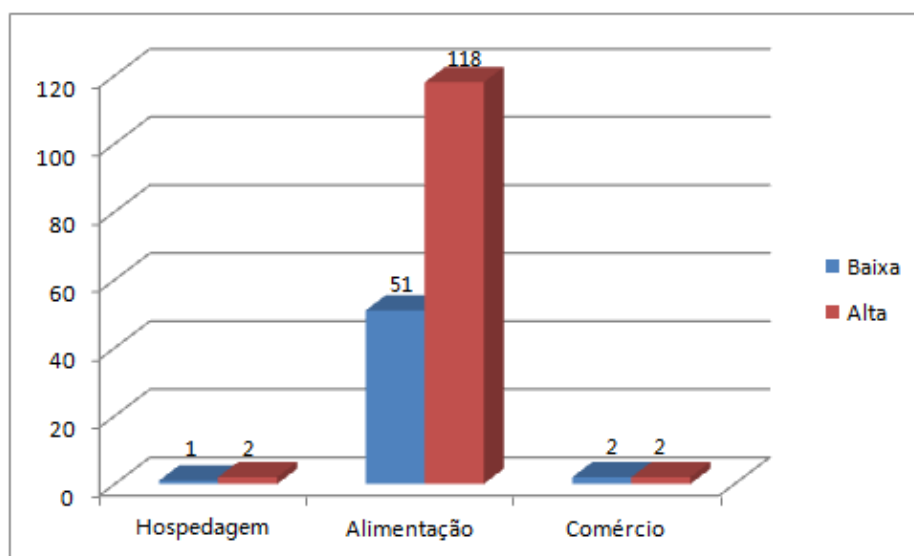


Figura 3: Infraestrutura Turística de São João da Barra.
Figura 3: Tourist Infrastrucutre of São João da Barra.

Já o município de São Francisco de Itabapoana possui uma população de 41.354 conforme o IBGE (2010), tendo adquirido a sua autonomia no ano de 1995 após ser desmembrado do município de São João da Barra. O município possui 60 km de extensão litorânea composto de inúmeras praias como, Santa Clara, Guaxindiba, Sonho, Gargaú e outras distantes da cidade. Inclusive algumas praias possuem vilas de pescadores. Sobre sua economia também recebe *royalties* da exploração do petróleo, entretanto, numa menor proporção que Campos dos Goytacazes e São João da

Barra, isso por fazer parte da zona de produção secundária da bacia de Campos.

Com relação às praias pesquisadas de São João da Barra destacam-se Guaxindiba, Sossego, Sonho, Santa Clara e Gargaú, sendo que a extensão dessas praias estudadas é de 14,5 km. Através da Figura 4 observa-se os itens analisados de infraestrutura alimentícia, de hospedagem, de comércio e os seus resultados. No que se refere à estrutura turística alimentícia na baixa estação havia 54 equipamentos e na alta estação registrou-se 73, portanto, aumento de 35%. No comércio manteve-se o número de 15 lojas e no setor de hospedagem entre as baixa e alta estação também não houve mudanças mantendo-se 11 equipamentos.

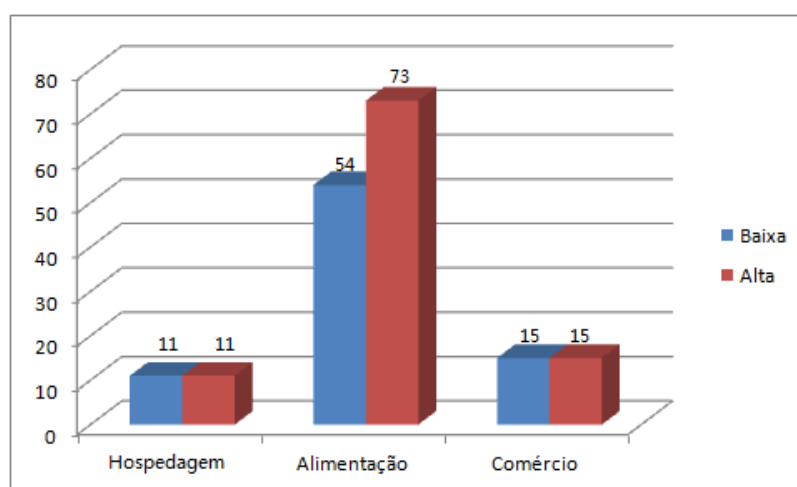


Figura 4: Infraestrutura Turística de São Francisco de Itabapoana.
Figure 4: Tourist Infrastructure of São Francisco de Itabapoana.

No litoral dos três municípios pesquisados chama à atenção a baixa concentração de infraestrutura de hospedagem (hotéis e pousadas). Mesmo não sendo objetivo desta pesquisa essa informação levou a alguns questionamentos junto a comerciantes e moradores dos municípios, especialmente das praias estudadas. Concluiu-se preliminarmente que parte desse fato deve-se à alta concentração de casas de segunda residência ou disponíveis para aluguel na região estudada. Neste sentido em parte justifica-se a discrepância entre o número de hospedagem e alimentação.

Considerações finais

A partir desta pesquisa identificou-se a falta de infraestrutura alimentícia, de hospedagem e comércio para atender aos turistas das praias pesquisadas. Essa situação se altera somente na alta estação com a instalação de equipamentos turísticos itinerantes, ou seja, que atendem uma demanda sazonal. Merece ênfase que mesmo não sendo foco desta pesquisa foi observada a questão da sinalização turística também deficitária o que pode comprometer, ou dificultar, o desenvolvimento da prática

turística na região.

Especificamente ao que se refere à falta de infraestrutura alimentícia, o município de São João da Barra, possui diferencial, pois no verão de 2012 foi inaugurado o “Polo Gastronômico de Grussaí” que compreende restaurantes, bares e lojas, implantados através de projeto do governo municipal que priorizou normas sanitárias e ambientais.

Também em São João da Barra, assim como em Campos dos Goytacazes, é significativo o papel do poder municipal na promoção de eventos, especialmente shows de artistas (cantores e bandas) durante as férias, o que favorece o fluxo expressivo de turistas neste período. No caso de Campos dos Goytacazes, outra peculiaridade relacionada a esse período de eventos promovidos no litoral, é o fato de que parte do comércio da cidade altera o seu horário de funcionamento. Alguns estabelecimentos instalados na cidade passam a atender no litoral próximo aos turistas, enquanto outros estabelecimentos, especialmente bares e restaurantes funcionam em horário reduzido na cidade.

Aspecto expressivo obtido através de observações preliminares diz respeito às praias dos municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana serem procuradas principalmente por moradores da própria região nos períodos de férias e feriados. Parte significativa desses turistas são proprietários de casas de veraneio ou segunda moradia, o chamado turismo de segunda residência. Esse aspecto foi identificado pelo número de casas fechadas durante a semana e também no período de baixa temporada, assim como através de conversas informais com funcionários e proprietários de comércios locais.

Junto às informações que ainda serão levantadas e consequentemente analisadas, deve-se considerar que os municípios objeto deste estudo têm histórico econômico sustentado na cana-de-açúcar e na extração do petróleo. No caso do petróleo, atualmente é o grande gerador de renda para esses municípios através dos *royalties*, assim como responsável pelos investimentos deste setor na região. Possivelmente esses investimentos que já tem provocado o aumento populacional da região, favoreçam também a busca pelo entretenimento, lazer, ou seja, o turismo litorâneo.

Outro elemento significativo na dinâmica econômica da região objeto de estudo e que possivelmente influa no turismo desses municípios, é a construção do porto do Açu, um complexo industrial que está sendo construído em aproximadamente 90 km no litoral norte do estado fluminense e segundo informações da empresa LLX do grupo EBX, responsável pelo empreendimento, gerará 50 mil empregos para essa região. Enfim, mudanças socioespaciais como as mencionadas justificam inclusive que após a realização deste estudo da infraestrutura turística, outras pesquisas de geografia do turismo com enfoque nas alterações espaciais sejam realizadas nesta mesma região.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, M.M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2006.
- CARLOS, A.F.A. O lugar no/do Mundo. São Paulo: Hucitec, 1996 *apud* CRUZ, R. C. A. O turismo e suas ambiguidades. *In*: CRUZ, R. C. A. **Geografia do Turismo**: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.
- CARLOS, A.F.A. O consumo do espaço. *In*: CARLOS, A.F.A. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 173-186.
- CARVALHO, A.M.; TOTTI, M.E.F. (orgs). **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CORIOLOANO, L.N.M.T. **Do local ao global**: o turismo litorâneo cearense. Campinas: Papirus, 1998.
- CORIOLOANO, L.N.M.T. (Org.) **Turismo com ética**: Lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável. Fortaleza: UECE, 1998, p.110-120.
- CRUZ, J.L.V. Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no norte fluminense. *In*: CARVALHO, A.M.; TOTTI, M.E.F., (orgs). **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CRUZ, R.C.A. **Introdução a Geografia do Turismo**. Rio de Janeiro: Roca, 2003.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, no 17, Ano IX, 2007.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acessado: 13/02/2012.
- KNAFOU, R. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. *In*: RODRIGUES, A.A.B. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PEDROSA, P., TOTTI, M.E.F. Região norte fluminense: terra de contrastes. *In*: CARVALHO, A.M.; TOTTI, M.E.F., (orgs). **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RODRIGUES, A.B. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RODRIGUES, A.B. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.
- RODRIGUES, A.M.A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. *In*: YÁZIGI; CARLOS; CRUZ, (orgs) **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo: razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M; SOUZA, M. A; SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUZA, M.L.; RODRIGUES, G.B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SPÓSITO, E. **Geografia e filosofia**: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

Wilson Martins Lopes Junior: Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

Email: prof.wilsonmartinslopes@uol.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9213724832027329>

Data de submissão: 30 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 08 de abril de 2013

Data do aceite: 08 de abril de 2013

Avaliado anonimamente

Indicadores para selecionar áreas agroturísticas: o desempenho dos atributos agropecuários, turísticos e de conservação ambiental

Indicators to select agri-touristic areas: the performance of agricultural, tourist and environmental conservation attributes

**Bernadete da Conceição Carvalho Gomes Pedreira,
Rozely Ferreira dos Santos, Eluan Alan Lemos Pocidonio**

RESUMO

O agroturismo, atividade turística associada às práticas agropecuárias desenvolvidas no meio rural, requer estudos de viabilidade e planejamento para que possa se desenvolver sob condições socioeconômicas e ambientais sustentáveis. Para tanto, um primeiro passo é o levantamento e a integração de indicadores que efetivamente apontem as áreas mais adequadas para explorar essa atividade. Desta forma, este estudo teve por objetivo selecionar e avaliar um conjunto de indicadores que, ao serem integrados, pudessem evidenciar as áreas de máxima potencialidade (aptidão) agroturística de um território, reconhecidas não só pelas suas qualidades agrícolas, mas pela sua capacidade de atendimento às demandas de turistas rurais e contribuição à manutenção da conservação ambiental. A área de estudo foi a bacia hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu (SP), cujos municípios compõem o "Circuito Paulista das Águas". Foram selecionados 14 indicadores a partir dos parâmetros comumente mencionados na pesquisa acadêmica e que melhor pudessem expressar a relação existente entre desenvolvimento rural, agroturismo e preservação ambiental. Os indicadores foram ponderados de acordo com sua importância ao agroturismo e a integração dos dados foi realizada utilizando um Sistema de Informações Geográficas (programas ENVI e IDRISI). Os resultados apontaram que cinco indicadores nortearam a seleção final das cidades de Socorro, Serra Negra e Águas de Lindóia como detentoras de maior potencial ao agroturismo. Também consideraram que a inclusão de maior quantidade de indicadores não favorece, necessariamente, a identificação das áreas melhor qualificadas para o agroturismo.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo Rural; Conservação Ambiental, Atributos Diagnósticos.

ABSTRACT

The agri-tourism, tourism associated with agricultural practices developed in rural areas, requires planning and studies of feasibility for develop itself under environmental and socioeconomic sustainable conditions. For this, the first step is the survey and integration of indicators that are able to point effectively the most appropriate areas to explore this activity. Therefore, this study aimed to select and evaluate a set of indicators that being integrated, could evidence areas of maximum agri-touristic potential (fitness) of a rural territory, recognized not only for its agricultural qualities, but for its ability to meet the demands of rural tourists and their contribution to the maintenance of environmental conservation. The study area was the Mogi-Guaçu River (SP, Brazil) watershed, whose districts form the "Circuito das Águas Paulista". 14 indicators were selected from the parameters commonly mentioned in academic research and best express the relationship between rural development, agritourism and environmental preservation. The indicators were weighted according to their importance to agritourism and the integration of data was performed using a Geographic Information System (ENVI and IDRISI software). The results showed that five indicators guided the final selection of the cities of Socorro, Serra Negra and Águas de Lindóia as having the greatest potential to agri-tourism. They also found that the inclusion of a greater amount of indicators does not favor necessarily identifying areas best qualified for agritourism.

KEYWORDS: Rural Tourism; Environmental Conservation; Diagnostic Attributes.

Introdução

O Brasil apresenta características ambientais muito favoráveis à prática do turismo em áreas rurais. Essa atividade constitui uma forma alternativa de fomento ao desenvolvimento rural, agregando novos serviços que com ela interagem e gerando benefícios econômicos. A possibilidade de incorporar alternativas econômicas ao meio rural tem sido a estratégia adotada por muitos países para manter o homem no campo. Conforme Salvati (2003), atividades e serviços não-agrícolas nas zonas rurais vêm ocupando cada vez mais destaque na produção de regiões inteiras, gerando a motivação para o investimento privado e o apoio do governo. Uma dessas alternativas é o agroturismo.

Cabe ressaltar que a literatura sobre turismo rural mostra grande diversidade de termos, expressões e conceitos que variam de acordo com a realidade de cada país. De forma geral, procuram caracterizar as diferentes maneiras de utilização dos recursos existentes no espaço rural e, também, os programas e ações nele desenvolvidos (TULIK, 1997).

Com relação ao agroturismo, especificamente, tanto na literatura nacional como na internacional persiste a indefinição terminológica, que segundo Tulik (2003) podem ser observadas divisões e subdivisões como: (a) turismo na Área Rural englobando o Turismo Rural, e este englobando o agroturismo; e (b) turismo no Espaço Rural englobando e tratando como sinônimos o agroturismo e o Turismo Rural.

Por ser a Itália o país referencial na exploração da atividade agroturística, este trabalho baseia-se, principalmente, pelo conceito de agroturismo expresso pela *Associazione Italiana per l'Agricoltura Biologica* que preconiza a prática da hospitalidade turística pelos produtores rurais/fazendeiros que disponibilizam suas próprias fazendas para essa atividade, porém em caráter complementar às atividades agropecuárias e silviculturais que devem permanecer como principais (AIAB, 2000).

Levando em consideração a legislação italiana sobre o assunto, o desenvolvimento de um turismo sustentado em áreas rurais deve manter uma estrita e direta relação com as atividades agrícolas, devendo ser realizado sob uma visão de estrutura de trabalho multifuncional por parte dos fazendeiros ou produtores rurais. Qualquer outro tipo de atividade turística realizada, mesmo no interior da propriedade, mas em não conformidade com a definição acima mencionada, é considerado “turismo rural”, sendo alternativo e/ou complementar ao agroturismo.

O turismo rural e o agroturismo indicam diferentes formas de entretenimento e diversão em localidades rurais, mas é difícil estabelecer a diferenciação em relação à utilização de estruturas e a realização de atividades (AIAB, 2000). Desta forma, é comum verificar estudos que fazem uma leitura única para as atividades turísticas rurais e infra-estruturas associadas.

O “Grupo de Turismo e Meio Ambiente” do Conselho da Europa, mencionado pela AIAB aborda alguns princípios gerais que norteiam o turismo sustentável, sendo

que uma das suas recomendações é que as atividades turísticas e infraestruturas devem ser localizadas em áreas bem escolhidas, para limitar o seu desenvolvimento em regiões sensíveis. Além disso, devem respeitar não somente a dimensão, natureza, caráter e capacidade de absorção do meio ambiente natural e social da área escolhida, mas também os recursos naturais, a paisagem, os recursos históricos, arqueológicos e a identidade cultural dessa área. Segundo a AIAB (2000) e Pedreira *et al.*, (2010), a relação entre agroturismo e o ambiente natural é muito estreita. Essa atividade necessita de um ambiente qualificado para o seu desenvolvimento. Em outras palavras, o desenvolvimento agroturístico deve ser feito conjuntamente com outros atributos da região, sejam naturais, sejam sociais ou de infra-estrutura.

Os atributos que compõem uma paisagem agroturística estão associados às características geográficas e de ocupação da área, porém nem todos têm uma contribuição importante ou igual no desenvolvimento do agroturismo (PEDREIRA *et al.*, 2007, 2009a). É necessário ponderar a importância de cada um deles antes de apontá-los como prováveis indicadores de sítios potencialmente favoráveis a essa atividade. Essa consideração evidencia a necessidade de um processo de planejamento, sem o qual a economia turística corre o risco de se desenvolver num sistema de baixa sustentabilidade.

Entretanto, a dificuldade maior explicitada pela literatura para obter sucesso é definir indicadores robustos e estratégia de integração de dados que permita diagnosticar eficientemente uma região e apontar, por meio de um bom planejamento, as áreas propícias a esta atividade. Fidalgo (2003) e Santos (2004) ressaltam que o processo de tomada de decisão em planejamento ambiental necessita de informações de boa qualidade, bem formuladas e que permitam o conhecimento da realidade. Tais informações, ou indicadores, são consideradas importantes ferramentas que norteiam o processo de decisão.

Os indicadores auxiliam nas etapas de identificação de problemas, seleção de alternativas, formulação de políticas e sua implantação, e até mesmo na fase de avaliação dos resultados. As autoras ressaltam sobre o papel da representatividade dos indicadores no tema central do planejamento, bem como nas facilidades e limitações de usá-los como elementos de análise espacial.

Sob o ponto de vista do agroturismo, é importante considerar que a aptidão ambiental e de propriedades em diferentes sistemas de produção devem ser indicadores de extrema importância (PEDREIRA *et al.*, 2009b), para a tomada de decisão. Além disso, muitos autores afirmam que a potencialidade de uma área ao agroturismo depende, sobretudo, da sua capacidade de atender demandas turísticas e manter as condições e regras conservacionistas de uso da terra (PEDREIRA; SANTOS, 2010). Todos os elementos considerados nessa análise devem sobrepor uns aos outros, de forma a representar as áreas de maior aptidão integrada ao desenvolvimento da atividade em foco (PEREIRA; VALÉRIO-FILHO, 2001).

Considerando o contexto apresentado, o presente estudo objetivou selecionar

e avaliar um conjunto de indicadores que, integrados, representassem as áreas de máxima potencialidade (aptidão) agroturística, reconhecidas não só pelas suas qualidades agrícolas, mas pela sua capacidade de atendimento a demandas de turistas rurais e de sua contribuição à manutenção da conservação ambiental da região.

A bacia hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu, SP, inclusa no "Circuito Paulista das Águas", foi avaliada com o intuito de averiguar as vantagens e incertezas da proposta teórico-metodológica.

Metodologia

O estudo de caso foi composto por nove municípios, localizados na bacia hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu, SP (Figura 1).

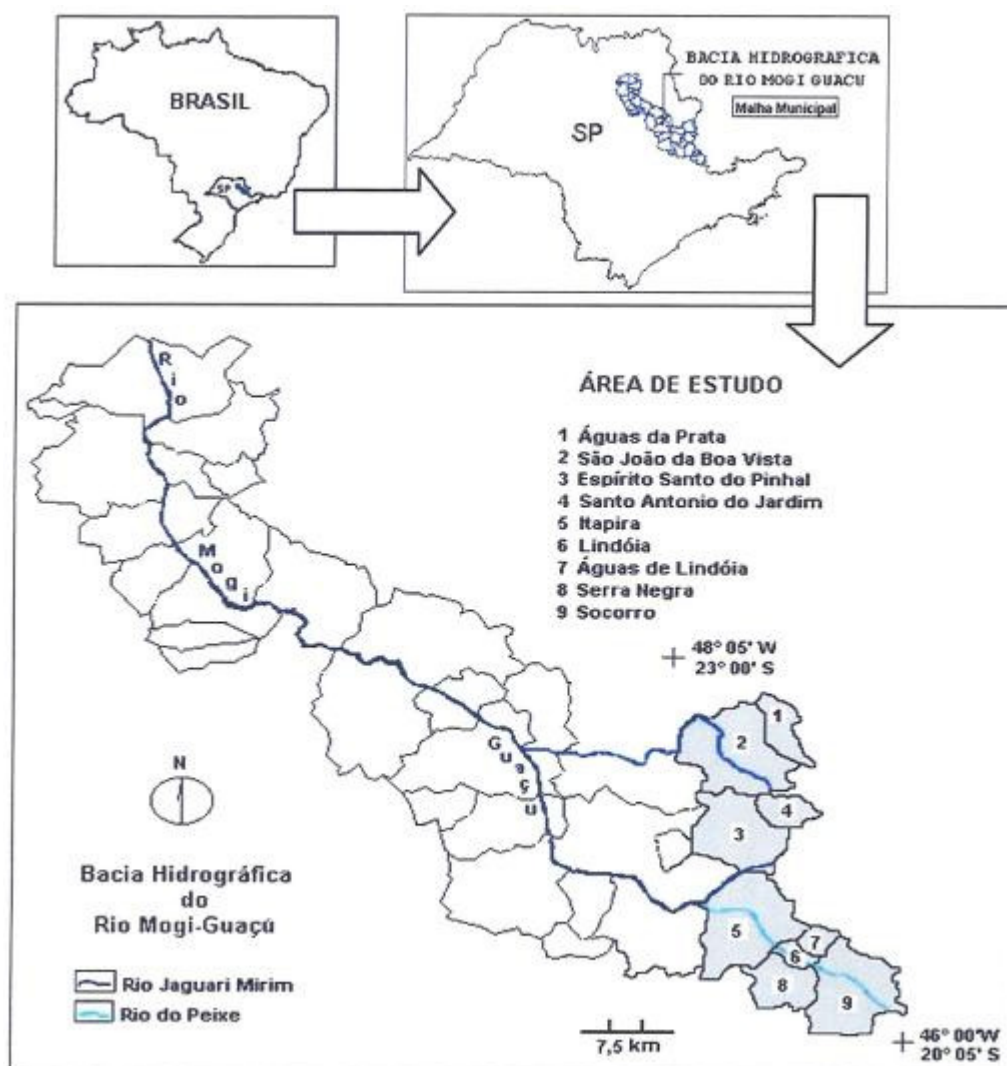


Figura 1: Localização da área de estudo. **Fonte:** autoria própria.

Figure 1: Location of study area. **Source:** authors.

Essa região foi escolhida levando-se em conta os resultados e conclusões apresentados em um estudo realizado por Rocha *et al.*, (2000), apontando sua condição crítica com relação ao potencial natural de erosão e aos níveis de intensidade de uso agrícola que acarretavam perdas de solo. Pela existência de fatores restritivos, o estudo recomendava que o uso agrícola e a ocupação da região deveriam ser reorientados de modo a se tornarem mais compatíveis com a sua aptidão. Uma das alternativas seria a valorização cênica da paisagem e o incentivo à exploração turística, podendo neste caso, associar o lazer e a recreação às atividades agropecuárias.

Este estudo considerou que a potencialidade agroturística poderia ser expressa por meio de indicadores que retratassem, explicitamente, os principais atributos da agropecuária, as condições para o turismo, as peculiaridades e qualidade dos aspectos ambientais e o estado da infraestrutura social do lugar. Desta maneira, a seleção dos indicadores foi feita com base em uma lista de parâmetros geralmente mencionados na pesquisa acadêmica sobre o assunto e que melhor resumisse a relação entre o desenvolvimento rural, o agroturismo e a conservação ambiental. A partir dessa lógica, um conjunto formado por onze assertivas serviram de base para a escolha dos indicadores:

- (a) As atividades agrícolas tradicionais e adequadas à capacidade de uso do solo deverão ser mantidas como atividade econômica principal, sendo o agroturismo a segunda opção de renda;
- (b) O turismo deve ser incentivado como incremento econômico e não como substituto da atividade agropecuária;
- (c) O desenvolvimento do agroturismo deve garantir a conservação dos recursos naturais e culturais;
- (d) A participação do turista deve ser ativa e junto ao processo produtivo da propriedade rural;
- (e) Deve-se dar estímulo à prática do turismo brando, evitando “turismo de massa”;
- (f) Deve-se ter como objetivo a manutenção das famílias no campo e o respeito à identidade cultural;
- (g) O desenvolvimento das atividades agrícolas deve sempre ocorrer fora das áreas de preservação permanente, de fragmentos de vegetação natural em bom estado de conservação ou qualquer núcleo patrimonial;
- (h) As propostas ao desenvolvimento do agroturismo devem atender para os princípios da prevenção aos impactos e para a recuperação ambiental do meio rural;
- (i) As atividades agroturísticas devem conduzir um processo de educação ambiental;
- (j) Deve-se garantir a diversificação de alternativas regionais; e
- (k) Deve-se estimular a criação de circuito histórico cultural-agrícola-natural.

Os indicadores foram selecionados de modo que, ao mesmo tempo, permitissem avaliar tais premissas e pudessem ser representados espacialmente. Os dados e informações foram obtidos principalmente por meio de consulta às seguintes fontes: FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Projeto LUPA (Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária), CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), SMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente), EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e SETUR (Secretaria de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo).

Outras fontes foram: bibliotecas públicas municipais e de universidades (Faculdades de Turismo / USP / PUC), IGC (Instituto Geográfico e Cartográfico), Diário Oficial da União, RINTUR (Roteiro de Informações Turísticas) e DER (Departamento de Estradas de Rodagem). Informações complementares foram obtidas através da *Internet* consultando os *sites* eletrônicos oficiais dos municípios. As informações assim obtidas, sempre que possível, foram espacializadas.

Outros dados foram também obtidos por meio de revisão bibliográfica, consulta às publicações turísticas e pela interpretação visual de imagens de satélite *Landsat 7 ETM+* (sensor *Enhanced Thematic Mapper Plus*), datadas de 2001. Dados cartográficos e orbitais foram utilizados em escala variando entre 1:250.000 e 1:50.000.

Quando a informação desejada dependia de uma integração de dados espaciais, ela era obtida por meio de técnicas de geoprocessamento em ambiente de Sistema de Informações Geográficas (ENVI versões 3.5 e 3.6 e IDRISI *for Windows* versão 3.2, *Kilimanjaro*).

O resultado desses levantamentos foi a seleção e obtenção de dados de quatorze principais indicadores para os nove municípios: uso da terra, cobertura vegetal natural, adequação de uso agrícola, vias de acesso, infraestrutura hoteleira, distância dos núcleos de polarização e pontos principais de interesse turísticos e ambientais.

O banco de dados e os métodos de espacialização e integração das informações estão apresentados em Pedreira (2006). Os dados dos municípios foram comparados através da hierarquização dos indicadores utilizando critérios de pontuação. A estratégia foi transformar os dados brutos de cada atributo em um valor relativo entre 1 e 9, avaliados pela quantidade disponível da condição desejada (quanto maior a quantidade, maior a pontuação) e/ou pela qualidade (quanto maior a importância para o agroturismo, maior pontuação). Em seguida foi atribuído outro valor de ponderação para cada indicador, em virtude de sua capacidade em retratar o potencial agroturístico da região e manter a área conservada.

A etapa final foi qualificar o conjunto de pesos para cada município em três graus de potencialidade ao agroturismo. O resultado foi a obtenção de um mapa síntese, indicando os municípios de alto, médio e baixo potencial agroturístico. O município que alcançou a maior pontuação no conjunto dos temas indicadores considerados foi eleito como detentor de maior potencial ao desenvolvimento de atividades agroturísticas.

Resultados e discussão

A seleção e atribuição de ponderação aos quatorze indicadores selecionados e a somatória de pontos obtidos por município estão apresentadas na Tabela 1. A avaliação descritiva e a ponderação dos indicadores temáticos referente a cada município pode ser consultada na íntegra em Pedreira (2006).

Tabela 1: Avaliação ponderada do potencial agroturístico dos municípios da região de estudo.
Table 1: Weighted evaluation of the agri-touristic potential of municipalities in the study region.

Indicadores associados ao agroturismo	Municípios								
	Águas-Lindóia	Águas Prata	E. S. Pinhal	Itapira	Lindóia	S. A. Jardim	S. J. Boa Vista	Serra-Negra	Socorro
domicílios em área rural por km ²	4	3	6	5	7	2	5	8	9
cult. temp/campo antrópico (área percentual)	8	1	3	4	6	5	2	7	9
cultura temporária/ pastagem (UPA* por km ²)	7	6	5	5	7	8	6	6	9
rebanho bovino (cabeças /km ²)	8	2	5	4	5	7	9	3	6
cultura perene / semi-perene (área percentual)	3	5	7	8	2	6	9	4	1
cob.veg.natural (área percentual)	7	9	6	4	1	5	8	3	2
cobertura vegetal natural (UPA)	7	8	5	3	8	8	4	6	9
classes de capacidade uso	1	2	8	6	3	7	9	4	5
potencial agrícola	1	1	1	1	1	1	1	1	1
classificação/ categoria turística	9	9	7	8	9	7	8	9	9
infraestrutura hoteleira	8	6	5	4	5	3	6	9	7
malha viária (acessos)	6	5	6	7	5	6	6	9	8
distâncias (municípios/ centros emissores)	7	2	4	6	8	4	3	9	5
atrativos turístico-ambientais	7	8	3	4	5	2	6	9	9
somatória de pontos	83	67	71	69	72	72	82	87	89
média de pontuação	5,9	4,8	5,1	4,9	5,1	5,1	5,8	6,2	6,4

Nota: UPA (Unidades de Produção Agropecuária)

A análise desse conjunto de indicadores agrícolas, turísticos e ambientais possibilitou agrupar os municípios em três classes de potencialidade ao agroturismo, adotando como critério o estabelecimento de uma escala hierárquica baseada em faixas iguais dos valores da pontuação total obtida para cada município. Do maior valor de pontuação ou média dos pontos obtidos entre os municípios foi subtraído o menor valor. O valor resultante foi dividido por 3 (três), correspondendo ao número de faixas ou intervalos de pontuação que permitiram a sua classificação em baixo, médio ou alto potencial, como apresentado na Tabela 2.

Tabela 2: Pontuação e classificação dos municípios da região de estudo quanto ao seu potencial agroturístico.

Table 2: Scoring and classification of the region study municipalities as to its agri-touristic potential.

Municípios	Alto potencial	Médio potencial	Baixo potencial
	pontuação (média)		
Águas de Lindóia	83 (5,9)		
Águas da Prata			67 (4,8)
Espírito Santo do Pinhal			71 (5,1)
Itapira			69 (4,9)
Lindóia			72 (5,1)
Santo Antonio do Jardim			72 (5,1)
São João da Boa Vista		82 (5,8)	
Serra Negra	87 (6,2)		
Socorro	89 (6,4)		

Classes de potencialidade	Intervalos de pontuação	Pontuação média (intervalos)
Alto potencial	83 a 89 pontos	(5,9 a 6,4)
Médio potencial	75 a 82 pontos	(5,4 a 5,8)
Baixo potencial	67 a 74 pontos	(4,8 a 5,3)

A sobreposição de parâmetros ambientais associados ao agroturismo referentes à região preliminar de estudo, sintetizados na Tabela 2, permitiu a elaboração de um mapa síntese, espacializando o potencial agroturístico de cada um dos municípios componentes dessa região, como mostra a Figura 2.

Entre os diversos indicadores associados ao agroturismo, os mais efetivos para diferenciar os municípios quanto ao potencial agroturístico e apontar aqueles com maior potencial foram em ordem decrescente: o uso da terra associado à exploração de culti-

vos anuais e campos antrópicos, o uso da terra associado aos cultivos perenes e semi-perenes, a área percentual ocupada com cobertura vegetal natural, o número de UPAs com cobertura vegetal natural, as classes de capacidade de uso e a relação de distâncias entre os municípios estudados e centros de polarização. Sem dúvida, entre eles podem ser destacados os indicadores associados ao uso agropecuário como sendo os mais significativos, uma vez que além de terem se mostrado como elementos diferenciadores entre os municípios, são os que podem apontar, previamente, a possibilidade, ou não, da realização da atividade agroturística.

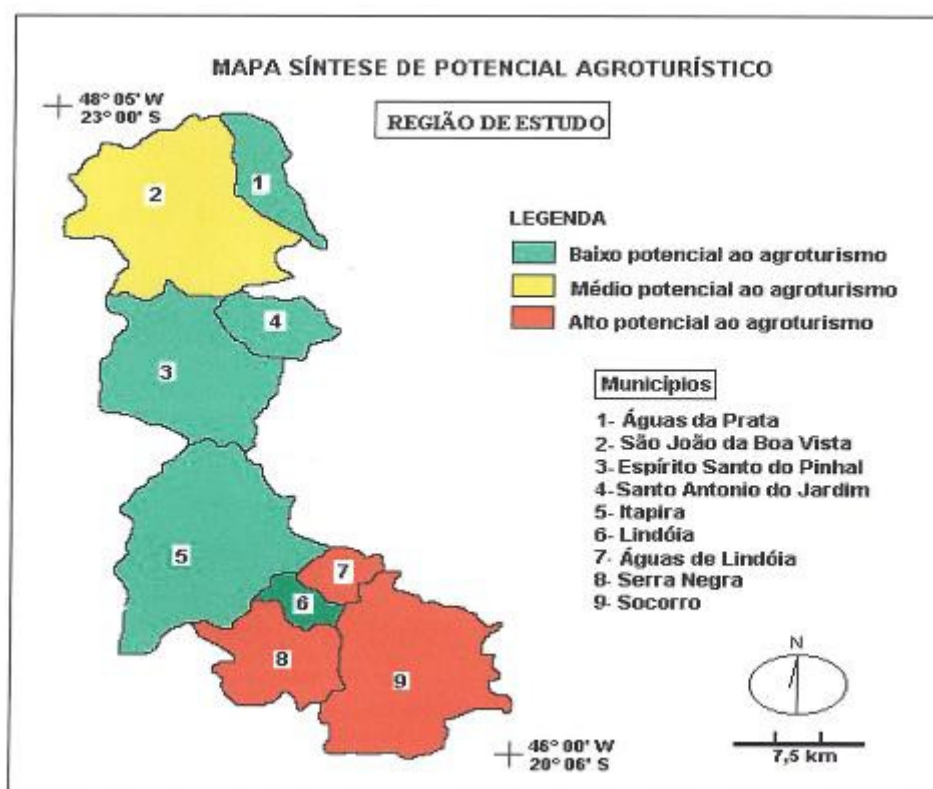


Figura 2: Mapa síntese de potencialidade dos municípios ao agroturismo. **Fonte:** autoria própria.

Figure 2: Summary map of capability of the municipalities for agritourism. **Source:** Authors.

Os indicadores adotados tinham caráter eliminatório, definindo as áreas que não apresentavam aptidão nem potencialidade para o agroturismo. A cobertura vegetal é um indicativo importante, mas indireto de potencialidade agroturística, pois evidencia as condições de conservação e potencialidade ambientais. Por outro lado, o comportamento dos demais indicadores, efetivamente, não serviu para atingir os resultados esperados com a aplicação da metodologia proposta, ou seja, as especificidades de cada município determinam um conjunto específico propício a cada situação de campo.

Conforme apresentado na Tabela 2 e espacializado na Figura 2, os municípios Socorro, Serra Negra e Águas de Lindóia possuem alto potencial ao agroturismo, es-

tando qualificados à implementação dessa atividade. Embora com pequenas diferenças, eles apresentaram resultados semelhantes, ou seja, obtiveram pontuações elevadas para a maioria dos indicadores considerados como sendo importantes para avaliar a qualificação ou potencialidade de um determinado espaço rural ao agroturismo, parecendo validar a sua eficácia.

Especificamente, de um total de quatorze indicadores avaliados, o município de Socorro se destacou com pontuações elevadas em nove deles, sendo considerado de maior potencialidade agroturística entre os demais municípios da região estudada. Entretanto, refazendo-se a classificação das áreas potenciais ao agroturismo utilizando apenas os indicadores: uso da terra, cobertura vegetal natural, infraestrutura de hospedagem, vias de acesso, potencial agrícola, distância dos núcleos de polarização e atributos de interesse turístico e/ou ambiental que teoricamente, deveriam ser considerados como básicos ou principais, obteve-se os resultados indicados na Tabela 3.

Tabela 3: Aplicação de pontuação para os principais indicadores associados ao agroturismo na região da bacia de Mogi-Guaçu.

Table 3: Scoring application for the indicators associated with agritourism in the Mogi-Guaçu watershed.

municípios	Principais indicadores associados ao agroturismo									média
	uso da terra		cobert veg. nat. (%) (area)	pot. agrí- cola	infra- estrut/ hospe- dagem	rede viária	distân- cias	atribu- tos tu- rístico- ambien- tais	soma de ptos	
	cultura temp / campo antrópi- co (%área)	Cultura perene/ semipe- rene (%área)								
	Pontuação									
A.Lindóia	8	3	7	1	8	6	7	7	47	5,9
Á.Prata	1	5	9	1	6	5	3	8	38	4,7
E.S.Pinhal	3	7	6	1	5	6	5	3	36	4,5
Itapira	4	8	4	1	4	7	6	4	38	4,7
Lindóia	6	2	1	1	5	5	8	5	33	4,1
S.A.Jardim	5	6	5	1	3	6	4	2	32	4,0
S.J.B.Vista	2	9	8	1	6	6	2	6	40	5,0
SerraNegra	7	4	3	1	9	9	9	9	51	6,4
Socorro	9	1	2	1	7	8	4	9	41	5,1

A simulação realizada permitiu obter resultados semelhantes aos que foram obtidos através da avaliação de todos os outros indicadores (Tabela 1), ou seja, a indicação dos municípios de alto potencial agroturístico se manteve. Isso mostra que a inclusão de maior quantidade de indicadores, não necessariamente favorece a diferenciação dos municípios quanto à sua qualificação potencial para o agroturismo, mas altera os valores hierárquicos de preferência. Assim, por exemplo, o município de Serra Negra foi reclassificado como o de maior potencial agroturístico, ao invés do município de Socorro. Sugere-se, então, que a estratégia de aplicar um conjunto restrito de indicadores, desprezando-se aqueles considerados menos efetivos, é mais indicada para uma seleção prévia de municípios, necessitando posteriormente de avaliações mais detalhadas para cada área pré-selecionada.

Em contrapartida, analisando-se apenas os indicadores considerados como “complementares” (número de domicílios em área rural, número de cabeças de rebanho bovino, unidades de produção agrícola referentes à cobertura vegetal natural, classes de capacidade de uso e categoria turística) os resultados apontam que eles não demonstraram a potencialidade agroturística dos municípios verificada em campo. Eles apenas confirmaram os resultados obtidos com a utilização dos indicadores mais importantes e/ou eficientes.

É possível que os indicadores que se comportaram como essenciais neste estudo apresentem resultados menos satisfatórios em outras regiões que apresentem características diferentes e que alguns dentre aqueles que se mostraram secundários ou complementares na avaliação realizada, possam se mostrar mais efetivos, não devendo ser descartados.

Analisando, através de algumas simulações, a contribuição de todos os indicadores em evidenciar ou distinguir os municípios com relação ao grau de potencialidade ao agroturismo, observou-se que apesar da resposta efetiva pela aplicação do método proposto neste trabalho é necessário considerar algumas restrições. Assim, alguns dos indicadores avaliados pareceram pouco eficientes, pois quando não considerados na computação final de pontos, não interferiram nos resultados, como por exemplo, os indicadores categoria turística e potencial agrícola que, por premissa, deveriam ser a base da escolha de áreas. Isso se deve pela uniformidade dos dados para determinados atributos indicadores em toda a região de estudo, sendo uma questão importante a ser observada na análise dos dados.

Outra restrição ao método refere-se à generalização que foi feita para determinados atributos em função do banco de dados disponíveis ou da semelhança de respostas entre municípios. Assim, elementos culturais e malha viária (vias de acesso) foram dois indicadores que não mostraram diferenças entre municípios, recebendo pontuações pouco diferenciadas.

Neste trabalho os indicadores foram avaliados principalmente em termos de quantidade e não tanto pelas suas características qualitativas. Portanto, a decisão sobre o município de melhor ou maior potencial se restringiu, praticamente, a uma análise

se quantitativa de seus atributos (nº de hotéis, nº de estradas, e assim por diante). Adotou-se as orientações metodológicas comuns para mapas de potencial. No entanto, se fossem ponderados os atributos de melhor qualidade em cada um dos três municípios apontados como sendo de alto potencial, possivelmente, a resposta obtida poderia ter sido diferente.

Conclusões

Este estudo mostra que os espaços rurais podem ser indicados e classificados para o agroturismo por meio de um conjunto de indicadores que agregam as atividades agrícolas, o potencial infra-turístico e as condições ambientais adequadas do lugar. Pela estratégia adotada, os territórios identificados como de alto potencial ao agroturismo têm uma soma de atributos que atrai o turista rural e contribui para a conservação ambiental. Esta é a visão de agroturismo que se objetivou desenvolver, sendo que o estudo de caso validou as expectativas deste estudo.

Os cinco atributos de maior contribuição para identificar as cidades com maior potencial agroturístico foram: o uso da terra, a cobertura vegetal natural, o número de UPAs com cobertura vegetal natural, a classe de capacidade de uso e a relação de distâncias entre os municípios estudados e centros de polarização. No entanto, ficou evidente que nem todos os atributos citados em literatura como adequados ao desenvolvimento do agroturismo e à conservação ambiental respondem de forma adequada. A inclusão de maior quantidade de indicadores não necessariamente favorece a seleção adequada das áreas melhor qualificadas para o agroturismo.

Em síntese, sugere-se que a aplicação deste estudo para outras áreas de estudo leve em consideração duas questões: (a) que o ponto de partida para definir o potencial agroturístico de uma localidade seja o inventário ambiental, elaborado com indicadores eficientes e associado aos demais elementos que envolvem a atividade turística; e (b) que os quatorze indicadores apresentados neste estudo devam passar por uma experimentação prévia antes de adotá-los, efetivamente, na elaboração de mapas de atributos integrados, já que para cada sítio somente alguns são efetivos na expressão do potencial agroturístico.

Referências bibliográficas

ASSOCIAZIONE ITALIANA PER L'AGRICOLTURA BIOLOGICA - AIAB. Formazione Eco-Turismo. **Progetto Leonardo**. Roma. 2000.

FIDALGO, E.C.C. Critérios para a análise de métodos e indicadores ambientais usados na etapa de diagnóstico de planejamentos ambientais. Campinas: UNICAMP. 2003. 276p. **Tese** Doutorado.

PEDREIRA, B.C.C.G. Seleção de espaços rurais para desenvolvimento do agroturismo sob a perspectiva da conservação ambiental: Uma proposta metodológica. Campinas: UNICAMP. 2006. 343p. **Tese** Doutorado.

PEDREIRA, B.C.C.G.; PAYÉS, A.C.L.M.; GÓMEZ-SAL, A.; LINS, D.B.S.; SANTOS, R.F. Links between agrotourism indicators and environmental conservation in different spacial landscapes scales. *In: Latin American IALE Conference - Landscape Ecology in Latin America: Challenges and Perspectives*, 2009, Campos do Jordão. **Program and Abstract Book**, 2009a.

PEDREIRA, B.C.C.G.; SANTOS, R.F. Mapeamento das áreas de restrição ambiental visando a sustentabilidade do agroturismo em Socorro, SP: Um estudo de caso. *In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO, SUSTENTÁVEL*, 4, 2010, Faro, Portugal. **Actas...** Faro: Universidade do Minho, 2010, p.92.

PEDREIRA, B.C.C.G.; SANTOS, R.F.; ROCHA, J.V. Agroturismo: Elos entre indicadores de potencialidade e de impactos em diferentes escalas. *In: ENCONTRO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA ECOLATINA*, 3, 2007, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Ecolatina, 2007.

PEDREIRA, B.C.C.G.; SANTOS, R.F.; ROCHA, J.V. Planejamento agroturístico de propriedade rural sob a perspectiva da conservação ambiental. *In: Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*. v.13, n.6, p.742–750, 2009b.

PEDREIRA, B.C.C.G.; SANTOS, R.F.; ROCHA, J.V. Adoção de restrições à prática do agroturismo e seleção de sítios visando à conservação ambiental. *In: REUNIÃO BRASILEIRA DE MANEJO DE CONSERVAÇÃO DO SOLO E DA ÁGUA*, 18, 2010, Teresina. **Anais...** Teresina: Embrapa Meio Norte, 2010.

PEREIRA, E.Q.; VALÉRIO-FILHO, M. Técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicadas na elaboração de cartas síntese de ordenamento territorial. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO*, 10, 2001, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: INPE, 2001. p.959-961.

ROCHA, J.V.; LAMPARELLI, R.C.; WEILL, M.A. **Diagnóstico do meio físico e estabelecimento de diretrizes para controle e prevenção da erosão na bacia do rio Mgi-Guaçu**. Relatório Técnico Final. GEO-Grupo de Estudos de Geoprocessamento. 2000.

SALVATI S.S. Turismo rural e certificação: Qualidade e responsabilidade no campo. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL*, 4, 2003, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 2003. p.87-94.

SANTOS, R.F. **Planejamento ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

TULIK, O. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. *In: Rodrigues, A. (Org.) Turismo: desenvolvimento local*. São Paulo. Editora Hucitec. 1997.

TULIK, O. **Turismo Rural**. São Paulo: Aleph, 2003. (Coleção ABC do Turismo).

Agradecimentos

O presente estudo foi derivado da tese de doutoramento da primeira autora e realizado com o apoio das agências brasileiras de fomento à pesquisa: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ CNPq e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ CAPES.

Bernadete da Conceição Carvalho Gomes Pedreira: EMBRAPA Solos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: pedreira9@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1144523531145151>

Rozely Ferreira dos Santos: Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Email: roze@fec.unicamp.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2706953510433930>

Eluan Alan Lemos Pocidonio: EMBRAPA Solos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: eluanlemos@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8813373262056132>

Data de submissão: 30 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 03 de dezembro de 2012

Data do aceite: 08 de abril de 2013

Avaliado anonimamente



Aeroporto: suas relações e identidade

Airport: their relationships and identity

Fernanda Favorito

RESUMO

Atualmente um aeroporto é muito mais do que apenas um local de passagem com exclusiva finalidade de promover, através de sua infraestrutura, o transporte de passageiros e carga. A infraestrutura aeroportuária tem papel importante nas atividades políticas, econômicas e sociais de um Estado e esta importância deve ser examinada no que se refere à utilidade política e econômica para a sociedade. Em muitos casos, devido ao crescimento desordenado das cidades, os aeroportos passaram a estar situados em regiões de alta concentração urbana, trazendo não apenas benefício como transtornos. O aeroporto ainda pode ser considerado sobre o ponto de vista do Não-lugar, proposto por Augé (1994), entretanto neste trabalho, de caráter exploratório e bibliográfico, pretende-se mostrar que os viajantes e cidadãos de uma cidade podem se identificar e relacionar com o aeroporto.

PALAVRAS-CHAVE: Aeroporto; Cidade; Identidade; Lugar.

ABSTRACT

Currently the airport is much more than just a place of passage with sole purpose of promoting, through its infrastructure, the transport of passengers and cargo. The airport infrastructure has an important role in political activities, economic and social importance and that a state must be examined in relation to political and economic usefulness to society. In many cases, due to overcrowded cities, airports began to be located in areas of high urban concentration, bringing not only benefit as disorders. The airport can still be considered under the viewpoint of non-place, proposed by Augé (1994), however this work was exploratory and bibliographical is intended to show that travelers and citizen of a city can identify and relate with the airport.

KEYWORDS: Airport; City; Identity; Place.

O aeroporto contemporâneo

A infraestrutura aeroportuária concentra boa parte do tráfego entre pessoas, cargas de alto valor agregado, também, é área de segurança nacional, importante recolhedor de taxas e tributos e, em sua versão mais moderna, fator de desenvolvimento para lugares. Deve-se ainda apontar a importância do aeroporto sendo no comércio internacional, peça chave “a medida que as economias tornam-se cada vez mais abertas e inter-relacionadas” (VASCONCELLOS, 2007). O aeroporto passa a não ser isolado da sociedade passando a ter participação em seu dia a dia e consequentemente se relacionando com esta. Os viajantes também se relacionam com o aeroporto, no momento em que possam haver atos genuínos de hospitalidade ou rituais de passagem.

Silva (1991) afirma que o aeroporto é um local onde existe a transferência entre modais, sendo assim, é necessário que haja sistemas de recepção e meios de acesso para a transferência entre modais.

Autores como Harvey (2001), Guller e Guller (2002) elaboraram um novo conceito sobre o que seria um aeroporto. Os autores afirmam que o aeroporto precisa adaptar-se a nova realidade das nações. Dessa, o aeroporto depende de uma estrutura onde os usuários sintam-se convidados a utilizar seus serviços, que devem atender as crescentes demandas de passageiros. Atualmente, a arquitetura aeroportuária é voltada para que o passageiro permaneça o maior tempo possível em suas instalações e também estende seus serviços a usuários que não são usuários do transporte aéreo.

Segundo Teixeira e Amorim (2005, *apud* VASCONCELLOS, 2007), a construção de um aeroporto é de grande importância para cidades e estados, sendo que em muitos casos o Estado assume a administração, entretanto, isso passa por afetar sua imagem, definição de atividades e planejamento, sendo assim, uma administração única seria inviável. Por outro lado a infraestrutura também não poderia ser provida unicamente pelo mercado, sendo, este, um meio de resguardar e direcionar o bem comum. Sendo assim, embora restrito as fases de planejamento, licitações e concessão, o Estado tem participação ativa na realização da obra.

A administração privada tem o lucro como seu objetivo principal, sendo assim, direciona seus esforços para a gestão dos negócios, o que acaba por gerar uma grande mudança na “fisionomia aeroportuária”, sendo uma dessas alterações mais visíveis o aproveitamento do perímetro para instalação de empreendimentos relacionados indiretamente a atividade, como hotéis, escritórios, terminais de transbordo de cargas que necessitem agilidade no transporte de seus produtos (VASCONCELLOS, 2007).

Os aeroportos e suas relações com as cidades

Além de serem elos de conexão e integração, os aeroportos, são, também, elementos marcantes da infraestrutura de qualquer cidade, principalmente pela pressão

que exercem na demanda por serviços e infraestrutura urbana, o que acaba por gerar novos vetores de desenvolvimento ou consolida tendências já existentes (CALDAS, 2008).

O espaço é teorizado como uma estrutura das cidades, sendo conceituado da seguinte forma: *“a organização do espaço é também uma forma, um resultado objetivo de uma multiplicidade de variáveis atuando através da história, em que sua inércia passa a ser dinâmica”* (SANTOS, 2005, p.45), onde podemos concluir que o espaço é móvel.

Desta forma podemos caracterizar a sensação de movimento urbano e suas implicações para a cidade como relações sociais que não se rompem, apenas vão se renovando no tempo e no espaço, assim, as cidades são espaços em contínuo processo de reprodução (ORTIGOZA, 1996).

Com o crescimento desordenado das cidades, as áreas no entorno do aeroporto passaram a ser ocupadas tanto para fins residenciais quanto industriais. Os aeroportos trazem uma série de benefícios às cidades, como foi discutido anteriormente, entretanto, também impõe uma série de restrições e incômodos para as cidades, especialmente para sua vizinhança.

A infraestrutura aeroportuária, bem como sua operação necessita acompanhamento de potenciais conflitos entre o aeroporto, meio ambiente e comunidade. Os conflitos associados a a relação entre o aeroporto e a cidade são, geralmente, relacionados ao ruído das aeronaves, agregando novos fatores, enfatizando os impactos ambientais, conflitos de vizinhança, aspectos de acessibilidade. Dessa forma a administração exige esforço compartilhado dos setores responsáveis em diversas esferas, com o objetivo de obter um planejamento integrado e cooperativo entre as partes (CALDAS, 2008).

Na perspectiva de assegurar essa integração [aeroporto-cidade], e por consequência, o relacionamento harmônico [...], os Planos de Integração Operacional Urbana, que vêm sendo propostos pela Infraero para retomada das ações voltadas para integração dos aeroportos com sua área de entorno, sugerem, com base no mapeamento das principais etapas identificadas para proposição de ações cooperativas, determinar processos e estabelecer condições para complementação da atividade de planejamento com a de gestão integrada e participativa (CALDAS, 2008, p.329).

O Plano de Integração Urbana da Infraero prevê ações relacionadas ao controle de solo, acessibilidade e avaliação do potencial econômico regional, além de medidas de controle de riscos dentro e fora do perímetro aeroportuário.

Segundo Caldas (2008 p.331) o Plano de Integração Urbana atua nas seguintes áreas:

Uso do solo: Considera o incômodo relacionado ao ruído aeronáutico e a necessidade de preservação das áreas de proteção operacional e de controle de riscos de acidentes.

Acessibilidade e Integração Modal: As condições de acessibilidade e complementação modal interferem diretamente no nível de serviço prestado pelo aeroporto, tanto para o segmento de passageiros quanto para a carga aérea.

Aspectos Econômicos e Gerenciais: Independente da alavancagem da economia local/regional, os aeroportos precisam assegurar estratégias próprias de sustentabilidade econômica e financeira.

Conceito de hospitalidade

Segundo Grinover (2002), a palavra hospitalidade pode ser entendida como recepção de hóspedes, visitantes, viajantes, podendo ser simplificada no ato de bem receber. A hospitalidade ainda implica na relação entre um ou mais hóspedes, sendo a recepção inserida nessa organização e no modo de funcionamento existente.

Para Gotman (2001), a hospitalidade é considerada o ato de acolher e servir alguém que esteja fora de seu local de domicílio, sendo resumida na relação entre aquele que recebe e aquele que é recebido por alguém.

Lashley e Morrison (2004) define a hospitalidade como concebida em um conjunto de comportamentos que se originaram na própria base da sociedade e a hospitalidade envolve a mutualidade e troca e através disso, sentimentos de altruísmo e beneficência.

A troca seria, portanto, o princípio básico da hospitalidade e a troca de um tom cria uma dependência recíproca entre as partes. Ao mesmo tempo em que é voluntário, o dom também é obrigatório, pois quem dá assume uma postura de superioridade e quem recebe possuiu um sentimento de gratidão e sente-se obrigado a retribuir. Diante disto, surge a tríplice obrigação do dar, receber e retribuir (MAUSS, 1974).

Ritual no turismo

Camargo (2008) afirma que o turista não viaja sem ter sido, de alguma forma, convidado a visitar o local, seja, através de amigos que precedem e deixam uma mensagem de “volte” e que o turista será bem recebido.

O viajante ainda pode optar por ter maior ou menor envolvimento e afinidade com o local, conforme é relatado:

Posso decidir de várias formas. Posso optar pela torre de marfim do pacote e aí minha mensagem é clara – não quero me envolver, quero ter o menor trabalho possível com as culturas locais, quero alguém que ajude a todos os

momentos – e há aí um claro desejo de encerrar o vínculo, com o pagamento, trazendo todas as imagens que se puder obter e, também aí, encerrar o vínculo com o pagamento. Posso, também, optar por viajar sozinho, com o menor apoio possível do local de origem e de chegada, o que significa que estou ao menos disposto a conhecer e resolver meus problemas de afinidade cultural com os locais. Posso optar por um meio de hospedagem, como um Albergue da Juventude, como que aceitando uma nova dádiva dos locais que é o de criar condições para conhecer outras pessoas como eu. À exceção do primeiro caso, todos os demais têm na grade que se desenha com o dar-receber -retribuir um formidável e rico esquema explicativo, que pode retirar da banalidade e mostrar o real significado das peripécias vividas pelos locais e pelos viajantes (CAMARGO, 2008 p.39-40)

Gotman (2008) afirma que os rituais de turismo são apenas encenações, entretanto, segundo Telfer (2004, p.63) afirma que é possível a existência da hospitalidade ainda que esta seja paga, uma vez que

se um hospedeiro comercial atende bem aos seus hóspedes, com um interesse autêntico por sua felicidade, cobrando um preço razoável, não extorsivo, por aquilo que oferece, suas atividades poderão ser chamadas de hospitaleiras.

Não lugar

Em sua obra, Augé (1994) descreve inicialmente o conceito do lugar antropológico como um lugar de identificação cultural e histórica, onde um indivíduo encontra-se com sua própria origem e descobre seu lugar na sociedade.

Reservamos o termo "lugar antropológico" àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja. [...], é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa (AUGÉ, 1994, p.50).

Ainda em relação ao lugar antropológico faz parte da coletividade e do indivíduo reafirmando sua importância pois nele se situa as regras e hábitos de uma sociedade como também a história de um indivíduo. São *“lugares cuja análise faz sentido, porque foram investidos de sentido, e porque cada novo percurso, cada reinterpretação tri- vial, conforta-os e confirma sua necessidade”* (AUGÉ, 1994 p.51).

Augé (1994 p.51) ainda afirma que

esses lugares têm pelo menos três características comuns. Eles se pretendem identitários, relacionais e históricos. O projeto da casa, as regras da residência, os guardiões da aldeia, os altares, as praças públicas, o recorte das terras correspondem para cada um a um conjunto de possibilidades, prescrições e proibições cujo conteúdo é, ao mesmo tempo, espacial e social.

Em contrapartida ao lugar antropológico surge o não lugar, fruto da supermodernidade que, “*não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico*” (AUGÉ, 1994. p.72). Esse não lugar é fruto de

um mundo assim prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero [...]. O lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente - palimpsestos em que se reinscreve, sem cessar, o jogo embaraçado da identidade e da relação. Os não-lugares, contudo, são a medida da época; medida quantificável e que se poderia tomar somando, mediante algumas conversões entre superfície, volume e distância, [...] “meios de transporte” [...], os aeroportos, as estações e as estações aeroespaciais, as grandes cadeias de hotéis, os parques de lazer, e as grandes superfícies da distribuição [...] que mobilizam o espaço extraterrestre para uma comunicação tão estranha que muitas vezes só põe o indivíduo em contato com uma outra imagem de si mesmo AUGÉ (1994 p. 73).

Desta forma o não lugar é visto como um lugar onde não se estabelece uma ligação identitária, nem rituais ou qualquer acontecimento em que um indivíduo pode ligar-se a algum acontecimento de sua própria história. No não lugar os procedimentos são pré-estabelecidos sem nenhuma relação com os indivíduos que nele estão. Sendo assim, Augé (1994) define o espaço do viajante como o arquétipo do não lugar, uma vez que o viajante passa de um ponto ao outro sem tomar um real conhecimento das localidades de um lugar, lugares que são lugares de fato para os moradores, mas que o viajante não percebe, pois não os vive como locais, não tem experiências reais. A experiência do viajante é reduzida a indicações textuais, seja como orientações, ou indicações que determinado local é de fato um lugar com significado histórico. A supermodernidade ignora os lugares em rota para outros lugares.

Muitos prospectos turísticos sugerem um tal desvio, um tal giro do olhar, propondo por antecipação ao amador de viagens a imagem de rostos curiosos ou contemplativos, solitários ou reunidos, que escutam o infinito do oceano, a cadeia circular de montanhas nevadas ou a linha de fuga de um horizonte urbano repleto de arranha-céus: sua imagem, em suma, sua imagem antecipada, que só fala dele, mas porta um outro nome (AUGÉ, 1994, p.79)

Sendo assim constataremos que a experiência do não-lugar como afastamento de si mesmo e colocação à distância simultânea do espectador e do espetáculo nem sempre está ausente disso (AUGÉ, 1994).

Em um não lugar, a individualidade de um indivíduo nunca está em questão, são todos considerados os mesmos, a não ser, em casos, de entrada e saída, onde o indivíduo deve apresentar um documento de identificação, como carteira de identidade, de motorista ou passaporte. Em não lugares, os indivíduos são reduzidos a soli-

dão e similaridade, porque, há uma mínima interação social, a passagem temporal não é marcado por monumentos ou qualquer significado pessoal. Assim, o não lugar minimiza o familiar, o conhecido, o reconhecível, e suspende a identidade, relações e história. O mais marcante de um não lugar é que nunca há um rosto conhecido. Em um lugar, mesmo o rosto de um desconhecido é familiar em termos de carência, uma vez que essa proximidade e identificação é a base das relações sociais (AUGÉ, 1994)

Aeroporto, não lugar e identidade

Para Augé (1994), aeroportos são locais de solidão, não criando relação, identidade ou tão pouco história com o viajante. Já para Siqueira e Siqueira (2004, p.17) que realizaram um trabalho no Aeroporto Internacional do Galeão;

No aeroporto são tecidas tramas da vida cotidiana dos que lá trabalham ou dos que viajam a prazer ou por obrigação. O corpo das mulatas sambando nesse ambiente informa a turistas e viajantes que há algo mais ali do que simplesmente solidão e similitude. Espaço no qual sentidos são tecidos, no aeroporto também estão presentes o poder e a política de um Estado que vigia, controla e que é a última porta do estado. Nesse sentido, dádivas, saudações, gestos, mulatas, samba e corpos desnudos formam um discurso simbólico e ideológico construído pelo Estado. Tal discurso seria uma tentativa de fundar uma ordem consensual livre de contradições e antagonismos

Siqueira (2006, p.8-9) considera a chegada ao aeroporto se inicia um ritual de passagem, onde o cidadão normal perece e o turista nasce:

Quando turistas e viajantes norte-americanos chegavam ao Rio de Janeiro durante o início do processo de identificação por parte das autoridades brasileiras, em 2004, pelo menos uma parte do processo ritual como passagem já estava em andamento: o momento da separação/saída de sua própria sociedade de origem. Viajar ao Brasil, já implicava em romper com o tempo social normal - o dia-a-dia cotidiano de trabalho - uma das características dos rituais de passagem.

Os americanos deveriam passar pela identificação da polícia federal, momento extremamente incerto, uma vez que o visitante não pode adentrar um local sem que antes comprove suas intenções (GENNEP, 1977 *apud* SIQUEIRA, 2006). Neste momento há o segundo ritual de passagem, o de limiaridade.

Em seguida, os americanos desembarcavam pelo saguão de desembarque internacional onde eram recepcionados, pela segunda vez, por uma comitiva formada por desde membros de uma escola de samba com passistas e mulatas seminuas até representantes do poder público municipal e do *Rio Convention's Bureaux*. Entre as

muitas ações gestuais realizadas por esses atores, estavam as de dançar com os americanos, abraçá-los, dizer-lhes palavras de cordialidade e distribuir brindes e presentes (dádivas) (SIQUEIRA, 2006).

Desta forma, o autor conclui que:

Ei- nos diante do ritual de agregação aos americanos que, de um momento hostil, se rever te para o da hospitalidade. Tudo isso se desenrolando dentro do aeroporto, lugar onde identidades são confrontadas, construídas, alteradas e cujos sentidos e significados inundam seus salões (SIQUEIRA, 2006, p.12).

Considerações finais

Como pudemos perceber, o aeroporto moderno é muito mais do que apenas um local de passagem, sendo de grande importância para a sociedade. O aeroporto é vetor de desenvolvimento para as cidades e se relaciona com estas de forma intensa. Um grande complexo de serviços se organiza ao redor do aeroporto e este passa a ser gerador de empregos e pagador de tributos. Apesar de todos os benefícios, também existem os problemas trazidos por este, principalmente, à sua vizinhança, no que se diz respeito a queixas sobre o ruído produzido pelas aeronaves. Havendo uma relação entre o aeroporto e as pessoas de uma cidade, cria-se uma um laço, uma relação e identidade entre estes. O aeroporto pode ser visto apenas como um não lugar, conforme proposto por Augé (1994), sendo um local onde não exista história, relação ou identificação ou pode ser considerado como um lugar onde se possa criar identidade e onde os rituais são mais fortes do que poderia imaginar, como é demonstrado no trabalho de Siqueira (2006).

Referências bibliográficas

- AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 2.ed.Campinas: Papirus. 2001.
- CALDAS, T.C.M. Integração Urbana de Aeroportos, um Desafio para o Planejamento. **Anais** do 7º SITRAER, Rio de Janeiro, p.327-33, TR410, 2008.
- CAMARGO, L.O.L. A Pesquisa em Hospitalidade. **Revista da Hospitalidade**, 2008. p. 15-51.
- GOTMAN, A. **Le sens de l'hospitalité**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- GOTMAN, A. O turismo e a encenação da hospitalidade. *In*: BUENO-RAMOS, M.L.; CAMARGO, L.O.L. (orgs). **Cultura e consumo**: estilo de vida na contemporaneidade. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, p.115-134, 2008.
- GRINOVER, L. Hospitalidade: um tema a ser reestudado e pesquisado. *In*: DIAS, C.M. (org). **Hospitalidade**: reflexões e perspectivas. São Paulo: Manole, 2002.

GULLER, M; GULLER, M. **Del Aeropuerto a la Ciudad Aeropuerto**. Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2002.

HARVEY, D. **Condição Pós Moderna**: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural. Loyola, São Paulo, 2001.

INFRAERO. **Aeroportos Industriais**. 2012 Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/br/aeroportos-industriais/conceito.html>> Acesso em 29/05/2012.

KUHN, E.L. Impactos da Competição entre Aeroportos no Brasil. **Dissertação** de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

LASHLEY, C.; MORRISON, A. **Em busca da hospitalidade**: perspectivas para um mundo globalizado. São Paulo: Manole, 2004.

MAUSS, M.. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. v. II. São Paulo : Edusp, 1974.

ORTIGOZA, S.A.G. As franquias e as novas estratégias do comércio urbano no Brasil. **Dissertação** de Mestrado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Unesp, Rio Claro, 1996.

SCATOLINI, F.; ELLER, R.A.G. Impacto do Ruído Aeronáutico no Mercado Imobiliário de São Paulo. **Anais** do 7º SITRAER, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA, J.M. Implementação e Desenvolvimento de Aeroportos Industriais. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SILVA, A. **Aeroportos e Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Ed. Villa Rica, 1991.

SIQUEIRA, E.D. Ritual, turismo e cultura: o aeroporto do Galeão como lugar de passagem. **Anais** do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília, p. 1-15, 2006.

SIQUEIRA, E.D.; SIQUEIRA, D.C.O. Corpo, mito e imaginário nospostais das praias cariocas. **Anais** do XXVIII Congresso brasileiro de ciências da comunicação-INTERCOM, Rio de Janeiro, UERJ, p. 5-9, 2005.

SIQUEIRA, E.D.; SIQUEIRA, D.C.O. Samba no Galeão: corpo,cultura e representações do Rio de Janeiro. **Anais** do VIII ENTBL-Encontro Nacional de Turismo com base local, Curitiba,p. 6-13, 2004.

VASCONCELLOS, L.F.S. O aeroporto como Integrante de um Projeto de Desenvolvimento Regional: A Experiência Brasileira. **Dissertação** (Mestrado em Transportes). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

Fernanda Favorito: Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP, Brasil.

Email: fernandafavorito@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0009729606417098>

Data de submissão: 30 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 30 de maio de 2012

Data do aceite: 10 de dezembro de 2012

Avaliado anonimamente

Qualificação profissional como suporte para implantação do etnoturismo na comunidade indígena Ingarikó (RR)

Professional qualification as support for implementation of the indigenous ethno tourism in community Ingarikó (RR, Brazil)

**Elizabete Melo Nogueira, Canrobert Penn Lopes Costa Neto,
Georgia Patrícia da Silva**

RESUMO

O presente trabalho apresenta os desdobramentos do Projeto Ecoturismo na Unidade de Conservação do Parque Nacional do Monte Roraima. Em função das demandas dos indígenas sugeriu-se a qualificação profissional como alternativa para o desenvolvimento do etnoturismo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol – TIRSS, região Ingarikó, localizada a noroeste do Estado de Roraima, próxima ao Monte Roraima o qual é dividido pelo Brasil, pela República Bolivariana da Venezuela e pela República Cooperativista da Guiana. Sobreposto a TIRSS, região Ingarikó, encontra-se o Parque Nacional do Monte Roraima com uma área de 116.000 hectares. A pesquisa teve caráter qualitativo, descritivo e exploratório. Para a obtenção dos resultados contou-se com visitas “*in loco*”, participação em reuniões e cursos ministrados para a comunidade indígena. Suscita-se que a implantação do etnoturismo pode ser uma estratégia de geração de renda, desde que planejado e que os indígenas tenham participação e gestão do processo.

PALAVRAS-CHAVE: Qualificação Profissional; Etnoturismo; Comunidade Indígena Ingarikó.

ABSTRACT

This study presents the unfolding of Ecotourism Project in the Conservation Unit National Park of Monte Roraima. Due to the demands of indigenous, we suggested a professional qualification as an alternative to the ethno tourism development at the Raposa Serra do Sol area, Ingarikó region, situated at northwest of State Roraima, next to Mount Roraima which is divided by Brazil, the Bolivarian Republic of Venezuela and the Cooperative Republic of Guyana. Superimposed on the Raposa Serra do Sol, Ingarikó region, is located the National Park of Monte Roraima with an area of 116,000 hectares. To obtain the results we counted on “*in loco*” visits, attending meetings and courses given to the indigenous community. Raises that the deployment of ethno tourism can be a strategy for income generation, since planned, with the indigenous participation and process management.

KEYWORDS: Professional Qualification; Ethno Tourism, Indigenous Community Ingarikó.

Introdução

Este texto descreve as atividades desenvolvidas e os desdobramentos do Projeto Ecoturismo na Unidade de Conservação do Parque Nacional do Monte Roraima na Terra Indígena Raposa Serra do Sol – TIRSS, na região Ingarikó, e tem como objetivo ressaltar a qualificação profissional como fator condicionante para a implantação do etnoturismo nessa região.

O Parque Nacional do Monte Roraima – PARNA - é uma unidade de conservação – UC integral, incide sobre a TIRSS e foi criado pelo Decreto Nº 97.887 de 28 de junho de 1989. O objetivo básico desse projeto é a preservação do ecossistema Pacaraima, haja vista sua grande relevância ecológica e necessidade de proteção das espécies da flora, fauna e recursos naturais, oferecendo oportunidades de visitação controlada, educação e pesquisa. Como uma UC, o PARNA, de acordo com Rufino (2004, p. 418) impõe regras para o seu uso, a fim de “impedir a interferência humana direta ou qualquer modificação de seu ambiente”, exceto as situações previstas em lei.

A região Ingarikó está localizada no extremo norte do Brasil (figura 1), no município do Uiramutã, estado de Roraima, numa área de sobreposição ao Parque Nacional do Monte Roraima. De acordo com Silveira (2010, p. 161) é um “bem público da união” e está submetido “ao regime jurídico da dupla afetação”, em que predominam dois interesses: a preservação do ambiente natural e a “realização dos direitos constitucionais” dos indígenas.

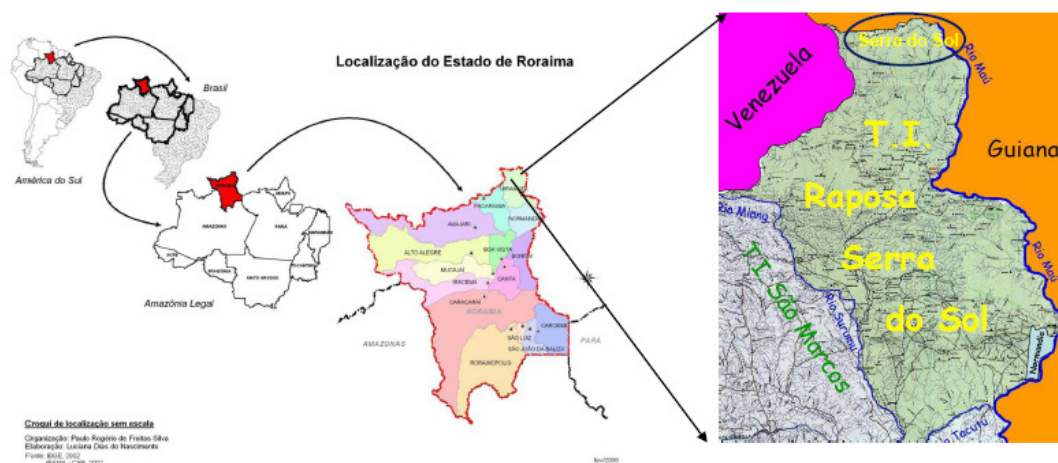


Figura 1: mapas de localização da região Raposa Serra do Sol. **Fonte:** Freitas (2007), com adaptações *apud* IBGE/IBAMA (2002).

Figure 1: Location map of the region Raposa Serra do Sol. **Source:** Freitas (2007), with adaptations cited IBGE/IBAMA (2002).

Em 2010, o Conselho dos Povos Indígenas Ingarikó - COPING, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR e o Serviço Brasileiro de Assistência à Micro e Pequena Empresa de Roraima – SEBRAE-

RR celebraram um Convênio que tinha como mote a execução do projeto denominado Ecoturismo na Unidade de Conservação do Parque Nacional do Monte Roraima.

O projeto teve como objetivo estruturar e consolidar a cadeia produtiva do ecoturismo na Unidade de Conservação do Parque Nacional do Monte Roraima como atividade produtiva com foco na preservação ambiental, na inclusão social e no respeito à cultura e tradições do povo da etnia Ingarikó.

Para cumprimento dos objetivos do projeto, o Instituto Federal de Roraima-IFRR designou uma equipe de quatro professores pesquisadores, habilitados para elaborar, organizar material didático e ministrar aulas e demais atividades pedagógicas inerentes aos cursos. O SEBRAE/RR assumiu o apoio logístico disponibilizando um técnico para acompanhar a execução dos cursos, aeronave para o deslocamento dos profissionais, despesas com alimentação, reprodução de material didático e material de consumo. Para facilitar a execução do projeto na área indígena, o COPING auxiliou no apoio à equipe executora, na divulgação, na coordenação, na seleção e na tradução das aulas durante o curso.

No plano de trabalho do projeto estavam previstos os cursos de condutor (técnicas de condução de atrativos, história, geografia e primeiros socorros), educação ambiental, capacitação em hospedagem e acampamento, trilhas interpretativas. Os cursos de História e Geografia faziam parte do curso de Condutor Local e foram ministrados para os indígenas no período de 6 a 11 de setembro de 2010, contou com a participação de índios vindos das aldeias Serra do Sol, Paramaná, Sauparu, Aiwdei, Pipi, Área Única (Sirikokén), Kumaipá, Manalai, Mapaé (Karumanpak Tëi).

Durante o desenvolvimento das ações do plano de trabalho, percebeu-se que os indígenas queriam realmente desenvolver a atividade turística, pois nas assembleias¹ o turismo era citado como uma alternativa econômica para as comunidades. Na XII Assembleia Geral do Povo Ingarikó e VII Assembleia do Conselho do Povo Indígena Ingarikó - COPING, um dos Tuxauas², Francisco externou: *“temos problemas, pois os jovens vão estudar em Boa Vista e não retornam para a comunidade, talvez o turismo possa ser uma alternativa, porém os povos indígenas deverão ter autonomia e empresas de fora não irão administrar e fazer a gestão”*.

Percebe-se aqui a constante demanda da liderança dos indígenas da etnia Ingarikó em desenvolver atividades turísticas, visto que já vem acompanhando a prática nas comunidades indígenas de *Paraytepu* de Roraima, San Francisco de *Yuruaní* e Santa Helena de Yuairén, na República Bolivariana da Venezuela. Segundo Silva *et al.* (2010, p.33) *“os indígenas venezuelanos do Parque Nacional Canaima mostram ser capacitados e organizados turisticamente considerando a sua estrutura educacional e social”*.

Conforme a demanda para atividade do turismo, as entidades do convênio, notadamente o IFRR, realizaram a análise da situação atual e futura da Região Ingarikó, considerando várias ponderações, inclusive contatando com especialistas na questão indígena para atender aos anseios da comunidade.

A preocupação dos pesquisadores do IFRR consistiu em entender os reais processos que poderiam ser desencadeados com a efetivação do turismo no local, tendo em vista que a implantação dessa atividade está condicionada a incorporação de alguns hábitos de higiene, o tratamento do lixo produzido, produção de alimentos em maior quantidade, técnicas de recepção, condução e gestão de negócios.

Após uma vivência e mapeamento situacional da comunidade, tomou-se como pressuposto que, para o desenvolvimento do turismo a qualificação profissional é condição fundamental para que as comunidades indígenas possam assumir a gestão do etnoturismo, integrando-as à vida comunitária, de maneira a responderem às suas demandas e dos projetos futuros.

Acredita-se que a qualificação profissional pode atender às particularidades dos povos indígenas e propiciar conhecimentos específicos da atividade turística a partir da valorização do patrimônio material e imaterial, natureza e saberes tradicionais, contribuindo para a reafirmação de suas identidades e sentimentos de pertencimento étnico. Além disso, pode promover a atuação nas próprias comunidades das quais são provenientes, o que por certo, em muito contribuirá para a melhoria de qualidade de vida das populações envolvidas.

É importante esclarecer que neste trabalho o ponto de vista priorizado foi o olhar dos índios. Para tanto, passa-se a mostrar como pensam os indígenas sobre desenvolvimento do turismo nessa localidade. Com autorização e permissão de entrada na comunidade indígena, teve-se a oportunidade de conversar sobre o turismo e acompanhar as discussões do Conselho dos Povos Indígenas Ingarikó – COPING. Conheceram-se algumas lideranças indígenas, bem como suas opiniões sobre o tema. De 2010 até 2012 realizaram-se três a Serra do Sol visitas resultando em 25 dias na região.

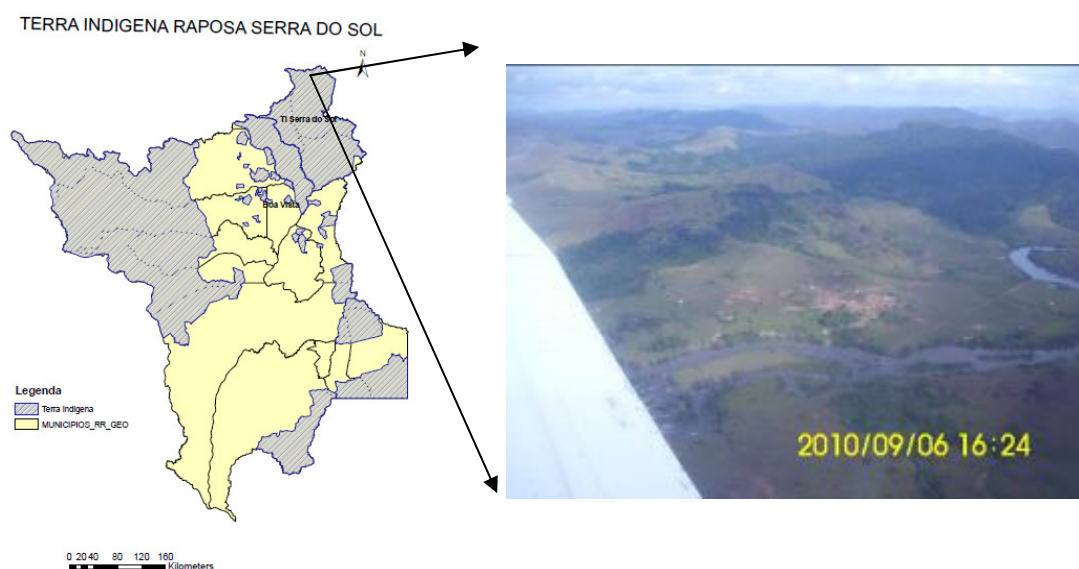
O trabalho tem caráter qualitativo, descritivo e exploratório. Contou-se com a pesquisa “*in loco*”, mediante a participação em reuniões e análise de documentos provenientes de cursos ministrados para a comunidade. Além disso, teve-se a presença em eventos da comunidade, na qual se utilizou a pesquisa participante, proporcionando interação entre os indivíduos e acentuando aspectos importantes, como o registro das falas dos envolvidos.

A experiência com índios Ingarikó

O Povo Ingarikó pertence à filiação linguística Carib, também autodenominado Kapon. Habita a região Ingarikó Wîi Tîpî, ao norte da TIRSS, extremo norte do Brasil, no município do Uiramutã. Segundo dados do COPING (2011), o povo Kapon representa aproximadamente 1.398 indivíduos, distribuídos em 11 (onze) comunidades, Serra do Sol, Manalai, Mapaé, Kumaipá, Pipi/Paramanak, Sauparú, Área Única, Mura Meru, Awendei, Karumanpak Têi e Pamak. O acesso a essas comunidades ocorre por via aérea e entre as comunidades é feito por meio de caminhadas que podem durar de três a quatro dias.

Esse povo até o início dos anos 80, era apontado como subgrupo Macuxi. No início dos anos 90, os Ingarikó ganharam visibilidade e passaram a atuar entre as demais etnias e a sociedade roraimense. Os Ingarikó se tornaram mais conhecidos devido ao artesanato em palha, a organização de suas escolas e a participação no processo político de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS).

A TIRSS foi homologada (Figuras 2 e 3) por meio do Decreto s/n, de 15 de abril de 2005. Após esse ato foi desenvolvido um Plano de Administração da área com dupla afetação pelo PARNA e a TIRSS, região Ingarikó. Este plano prevê a gestão do parque compartilhada entre instituições governamentais, a sociedade civil organizada e os Índios que habitam a região, especificamente, os Ingarikó.



Figuras 2 e 3: mapa de localização da TIRSS, e vista parcial da comunidade Serra do Sol região Ingarikó. **Fonte:** Mapa e imagem cedidos por Márcia Teixeira Falcão (2012).

Figures 2 and 3: location map TIRSS, and partial views of the community Serra do Sol area Ingarikó. **Source:** Map and Image ceded by Marcia Teixeira Falcon (2012)

Uma vez que o PARNA foi criado sobrepondo-se a uma porção do território ocupado tradicionalmente pelo povo Ingarikó, as aldeias Karumanpak Tëi e Manalai ficaram localizadas no interior do parque enquanto outras nove estão distribuídas no entorno deste. É importante ressaltar que a criação do PARNA ocorreu quinze dias após ter sido declarada a área indígena Ingarikó pelo grupo interministerial e o trâmite do processo de demarcação da TIRSS estava em andamento.

De acordo com Lauriola (2003, p. 177), os povos Ingarikó “representam o maior grupo indígena” da TIRSS que tradicionalmente habitam “as serras da região nordeste de Roraima, dos dois lados da fronteira”, ou seja, território Ingarikó abarca o Brasil e a República Bolivariana da Venezuela, com uma “população de aproximadamente 500

peessoas, e com a República Cooperativista da Guiana, (ex-Guiana Inglesa), onde o grupo denomina-se Akawaio e registra sua maior população – 7.760 indivíduos”.

Lauriola (2003, p.178) chama atenção para o fato de “a Raposa Serra do Sol ter um rico potencial de desenvolvimento, sobre o qual o conflito demarcatório é central. Além dos potenciais minerários já amplamente documentados pelo ISA - Instituto Socioambiental” – cita-se “o potencial de desenvolvimento da indústria do turismo, com suas tipologias, que está diretamente relacionado à implementação do Parque Nacional do Monte Roraima – PNMR”.

(Face ao potencial identificado pelo ISA cabe ressaltar que o turismo tem várias modalidades, sendo uma delas o etnoturismo ou turismo indígena. De acordo com Faria (2008, p. 44), “etnoturismo é um tipo de turismo cultural que utiliza como atrativo a identidade e a cultura de um determinado grupo étnico”. Para Bahl (2009), o etnoturismo é o turismo étnico, inserido no contexto do turismo cultural, pois os atrativos turísticos estão fincados no contexto do cotidiano de uma comunidade que resguarda suas características culturais.

Em imersão na comunidade indígena, percebeu-se que atualmente a maioria dos alimentos é obtida por meio dos recursos econômicos advindos de programas sociais (bolsa família, aposentadorias, auxílio maternidade), salário de professores e agente de saúde. Em função dessa dinâmica os costumes da comunidade, a produção agrícola, assim como a valorização dos hábitos alimentares estão sendo substituídos por outros, tais como o consumo de bens e produtos industrializados, trazidos de Boa Vista, capital do estado de Roraima, ou do município mais próximo da comunidade, o Uiramutã.

Os próprios índios Ingarikó reconhecem que enfrentam problemas na área da saúde, segurança alimentar e nutricional, já que, atualmente, a produção agrícola é insuficiente para alimentar a população de aproximadamente 1.398 indivíduos. Produzem em pequena quantidade, em virtude da inexistência de assistência técnica na produção de alimentos e criação de animais silvestres. Em face da existência de uma demanda por proteína animal, acarretando escassez de caça para alimentar uma população cada vez mais crescente.

Na tentativa de minimizar essas dificuldades, os Ingarikó elaboraram alguns projetos que foram encaminhados para instituições públicas, na perspectiva de buscar financiamento para melhoria da agricultura indígena e das roças comunitárias. Porém até o final de 2012 obtiveram resposta para o pleito. Devido a inexistência de investimentos do poder público na área Ingarikó, os jovens têm migrado da comunidade em busca de emprego na cidade de Boa Vista, capital do Estado.

A líder religiosa Gelita³ chama atenção das autoridades para as reivindicações feitas em Assembleias anteriores: “*Nós estamos enfrentando problemas na área de saúde, não temos água encanada, temos problemas de desnutrição nas nossas crianças, não temos postos de saúde adequados e nem agentes Indígenas de Saúde qualificados*”. “*Não queremos esperar que só o governo faça por nós, o que queremos é*

trabalhar junto, povo Ingarikó e Governo". Na fala da líder religiosa são ratificados os problemas enfrentados pela comunidade.

Na XII assembleia veio à tona a necessidade de assistência técnica rural. A demanda está relacionada à perda das matrizes de gado distribuídas à comunidade por meio de projeto governamental em 1998. Face à inexperiência dos indígenas em manejo, quase todos os animais recebidos foram perdidos.

Nos grupos de trabalho discutiu-se a gestão do PARNA e uma das sugestões apresentada foi: *"Enquanto não houver regulamentação do turismo, o COPING, junto com as comunidades e lideranças Ingarikó, deve encaminhar os projetos de turismo e dependerá de uma decisão das lideranças"*.

Como parte dos resultados alcançados pela VII Assembleia do COPING, foi realizado o curso de capacitação dos condutores de turismo na região Ingarikó, meta prevista para 2012.

A I Feira de Resgate das Sementes Originais, Tradicionalmente Cultivadas, e Fortalecimento da Técnica de Produção Agrícola Indígena Ingarikó teve como tema "Alimentação Saudável é a garantia de educação e saúde de qualidade" e possibilitou aos visitantes conhecer uma mostra de produtos que ainda são cultivados pelos indígenas.

Nas figuras 4 e 5, abaixo, veem-se algumas das produções agrícolas dos índios da região para autossustento.



Figuras 4 e 5: mostra de sementes cultivadas na região. **Fonte:** Fotos de Dilson Ingarikó (2012).
Figures 4 and 5: show seeds grown in the region. **Source:** Photos by Dilson Ingarikó (2012).

Na XII Assembleia Geral do Povo Ingarikó e VII Assembleia do Conselho do Povo Ingarikó, realizadas em setembro de 2011, na comunidade indígena Serra do Sol houve várias deliberações quanto aos procedimentos que deveriam adotar a fim de conseguir benefícios junto ao poder público para as comunidades. Os indígenas também discutiram soluções para resolver os problemas relacionados à educação, à saúde e à segurança alimentar e nutricional. De maneira geral, destacaram-se as se-

guintes deliberações:

- Viabilização de curso na própria comunidade, pois há grande dificuldade de locomoção pela distância e pelo acesso (somente via avião fretado);
- Disponibilização de cursos profissionalizantes;
- Oferta de cursos profissionalizantes na área indígena pelos parceiros;
- A implantação de cursos de agronomia, turismo, enfermagem, magistério (professor indígena);
- Novas alternativas de renda;
- Incentivo à cultura, como a produção do artesanato para comercialização;
- Incentivo à produção agrícola, agricultura familiar e hortas comunitárias;
- Criação de projetos gerenciados pelos próprios indígenas;
- Elaboração coletiva de projetos nas aldeias, com a participação direta e gestão pela comunidade;
- Desenvolvimento do turismo na região;
- Geração de renda dentro da comunidade.

Nesse sentido, percebe-se que o povo Ingarikó está preocupado com o desenvolvimento de suas terras e por isso buscam programas e projetos alternativos visando à conservação e utilização dos recursos naturais para o seu desenvolvimento. Esta consciência demonstra o interesse coletivo de fortalecer as práticas alternativas, na perspectiva de construir um modelo de desenvolvimento para essas comunidades, valorizando suas práticas culturais.

Ao fazer seu pronunciamento a respeito do atendimento às reivindicações propostas pela comunidade, o líder Dilson Ingarikó⁴ disse que deve *“com esse horizonte buscar autonomia na produção, identidade e cultura Ingarikó”*. Enfatiza ainda *“que os projetos devem primar pelo respeito cultural como no caso da alimentação versus cultura”*.

A religião indígena Coração do Mundo é a fé professada pelo povo Ingarikó, esta é fortalecida pelas apresentações da dança e do canto aleluia durante as cerimônias de agradecimento pelos alimentos, pela boa caça, para abertura de eventos e mesmo no cotidiano da comunidade. Os membros do projeto responsáveis pela eleição do representante do Conselho Consultivo foram recepcionados com canto e dança realizados pelos indígenas, uma forma de dar boas vindas aos visitantes (Figura 6) .

Nos relatos dos indígenas, percebeu-se que algumas mudanças de costumes vêm acarretando também o distanciamento dos indígenas com a natureza. Associados ao crescimento demográfico nas aldeias, na região Ingarikó, ocasionaram diversas alterações no modo de viver, dessas pessoas. Percebeu-se, ainda, a facilidade com que os indígenas identificam e fazem mapeamento dos recursos naturais, inclusive demonstrando a coloração do solo, como são utilizados esses recursos, indicando as variedades agrícolas que podem ser produzidas na localidade.



Figura 6: apresentação da dança aleluia e do coral de crianças de Manalai e Mapaé. **Fonte:** Fotos de Elizabete Melo Nogueira (2012).

Figure 6: presentation of dance hallelujah and chorus of children of the Manalai and Mapaé. **Source:** Photos of Elizabeth Melo Nogueira (2012).

Nas reuniões, os professores pesquisadores do IFRR ressaltaram que não há soluções prontas, mas há caminhos que podem ser adotados como alternativas viáveis para atender as expectativas dos indígenas e aos preceitos das regiões delimitadas como Parque Nacional. Os indígenas apontaram, que apesar das dificuldades encontradas acreditam que o turismo pode promover mais uma forma de sustento para a comunidade. Mas, na ótica de Silveira (2010, p.138), os Índios Ingarikó “*não têm conhecimento detalhado do que representa o turismo, percebendo esta atividade como um objeto estranho, externo à sua cultura e às suas capacidades de lidar com ele*”.

Em razão dessa visão é que se suscita a qualificação profissional de modo a conhecer Em razão dessa visão é que se suscita a qualificação profissional de modo a conhecer e entender a atividade como uma alternativa socioeconômica na perspectiva de melhorar a qualidade de vida do povo Ingarikó. No sentido de auxiliá-los no processo de encontrar alternativas de menor impacto e de diminuição do deslocamento dos indígenas, descreve-se adiante sobre o etnoturismo e apontam-se alguns cursos e capacitações necessárias para o desenvolvimento desta atividade, atendendo aos anseios dos Ingarikó.

Etnoturismo

Em virtude de ser uma atividade em crescimento e um setor que envolve vários ramos da economia, o turismo tem uma capacidade geradora de renda e inclusão social.

A terminologia etnoturismo é relativamente nova e as definições acerca do turismo cultural se confundem, uma vez que ecoturismo e turismo ecológico são atividades que estão inseridas nas práticas de turismo que acontecem em áreas ou comuni-

dades indígenas. De acordo com Santana Talavera (2003), o turismo étnico é uma modalidade do turismo cultural, podendo ser visto como mais uma alternativa para aqueles que procuram 'beleza' no destino e relaxamento proporcionado pelo ambiente 'natural'

Segundo Santana Talavera (2003, p.44), o turismo étnico é "*comercializado em termos de costumes 'típicos' e exóticos de povos indígenas*" e, entendido como

a viagem com o propósito de observar as expressões culturais e os estilos de vida de povos realmente exóticos [...] As atividades típicas no destino podem incluir visitas a lugares nativos, assistir a danças e cerimônias e a possibilidade de participar de rituais religiosos (MCINTOSH; GOELDNER, *apud* SANTANA TALAVERA, 2003, p.44).

Apesar da ausência de clareza na concepção de termos e quanto à definição exata de etnoturismo, este é um segmento que atrai um grande número de turistas, devido ao vasto número de atividades que podem ser desenvolvidas. Sabe-se que o turismo em áreas indígenas consiste no aproveitamento da cultura de uma determinada etnia, de modo que todas manifestações culturais de um povo possam servir de atrativo para os visitantes e tem o propósito de preservar a biodiversidade local, com o consentimento da comunidade, visando a estimular o desenvolvimento econômico.

Pelegrini Filho (2000 *apud* Brito 2009, p.20) aponta que o etnoturismo ou turismo em áreas indígenas relacionam-se aos conceitos de cultura. Por essa perspectiva, estão inclusos no turismo alternativo, que possui um público mais seletivo, contrapondo-se ao turismo de massa, enquadrando-se nos conceitos ambientais e de sustentabilidade. O turismo alternativo é assinalado por Mieczkowski (1995) como um conjunto de atividades opostas ao turismo de massa, com formas não associadas ao turismo convencional de larga escala.

Nessa perspectiva, Vieira *et al.* (2007) enfatiza que os povos indígenas possuem conhecimentos tradicionais milenares que necessitam ser valorizados e reconhecidos. Muñoz (2003) reforça que o sentido étnico desse saber é expresso numa ética do saber cuidar, essa dinâmica se revela numa pedagogia comunitária, sendo reconhecida em saberes compartilhados, que se potencializam por meio do aprendizado indígena.

A principal ideia do etnoturismo é aproveitar o potencial turístico e divulgar a importância e a necessidade de conservação da riqueza existente, tanto em relação ao patrimônio natural quanto ao cultural e tradicional. Para que o etnoturismo seja sustentável em nível ecológico e cultural, é importante que a comunidade informe aos visitantes sobre os costumes locais, as possibilidades de contato, celebrações religiosas, hábitos e expectativas da população quanto ao processo de visita, inclusive sobre possíveis problemas a serem gerados na relação entre moradores e visitantes. Daí a importância da qualificação profissional e da formação continuada, por intermédio dos saberes indígenas com a implantação do etnoturismo.

A identificação do que pode ou não ser permitido deve ser acordado pela comunidade para evitar distúrbios sociais e invasão de privacidade dos indígenas. É importante lembrar que algumas festas e cerimônias devem ser resguardadas, quando assim a comunidade desejar, a fim de manter as tradições vivas e autênticas. Também é fundamental que as atividades do etnoturismo sejam praticadas por turistas que tragam consigo o interesse autêntico pela natureza e cultura do local a ser visitado e tenham consciência e disposição para preservar o ambiente.

Para Azevedo (2007), os elementos que fazem parte do etnoturismo: ecoturismo, sustentabilidade, natureza e cultura se inter-relacionam de uma maneira singular na Amazônia. E isso só vem confirmar o potencial do turismo no Estado de Roraima, especialmente na Serra do Sol, onde essa atividade pode ser diversificada, como propõe Wearing e Neil (2001) desde a observação de pássaros, estudo científico, safáris fotográficos, *trekking*, mergulho, canoagem, caminhada na mata, até a recuperação de ecossistemas danificados.

Entende-se que o povo ingarikó tem uma convivência harmônica com o ambiente natural. Sem destruir os inúmeros recursos que a floresta oferece, acumula de geração em geração conhecimentos e saberes sobre o uso das inúmeras plantas e animais. Seus costumes refletem a convivência em harmonia com a natureza, o que se traduz nas ricas manifestações da cultura amazônica com seu folclore, música, ritos, danças, artesanato e sua culinária.

No entanto, esses conhecimentos e saberes não são reconhecidos pela sociedade envolvente e, com isso, esses sujeitos estão à mercê exclusivamente das políticas compensatórias dos governos federal e estadual. Nesse sentido, Muñoz (2003, p. 286) afirma que

o saber indígena implica a memória e uma série sucessiva de atos e de sentido comunitário; se reconhecem em significações éticas e configuram situações harmônicas baseado no respeito, num espaço de identidade e memória de todos. A rede de saberes indígenas não se reconhece em conceitos verbalizados se não em práticas e pela convivência.

É necessário que a população como um todo reconheça e valorize a identidade étnica das comunidades indígenas, assim como suas línguas, tradições organizacionais, técnicas de produção, ocupação da terra e recursos naturais, na perspectiva de um convívio pacífico e por meio do intercâmbio cultural que o etnoturismo tem a oferecer.

É necessário, ainda, que os indígenas sejam qualificados profissionalmente e que a atividade seja regulamentada por diretrizes específicas, pois o etnoturismo, assim como outras atividades, deve caminhar dentro das bases legais, a fim de facilitar a fiscalização, garantindo a preservação dos povos, suas culturas e tradições e resguardando o meio ambiente em que vivem, o qual deve ser utilizado de maneira sustentável.

Qualificação profissional como suporte ao etnoturismo

Embora tenha-se ressaltado os vários benefícios do etnoturismo, reitera-se que este deve ser planejado de forma a minimizar os impactos negativos. Para a implantação dessa atividade econômica na região Ingarikó, faz-se necessário que os envolvidos sejam qualificados profissionalmente com conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços na área de turismo.

Como afirma Lopes (2006, p. 85), a qualificação profissional é o processo *“por meio do qual se efetiva um encontro estreito entre a aquisição da experiência adquirida e os saberes necessários para fazer frente às situações e condições de trabalho, em geral suscetíveis de transformações, ao longo do tempo”*. Afinal todo indivíduo carece de uma educação que lhe assegure o domínio operacional de novas tecnologias.

Toma-se a qualificação profissional como a preparação para aprimorar as habilidades dos indivíduos no sentido da especialização em determinadas áreas para executar da melhor forma suas atribuições. A qualificação profissional funciona de forma a complementar a formação na busca por outros tipos de conhecimento, que não os já aprendidos em sala de aula. De acordo com Ramos (2002, p.39), o processo de organização das *“relações formais de trabalho” se dá por meio “da existência de práticas educativas que ajudam a legitimar o estatuto do trabalho qualificado”*.

A partir da Constituição de 1988, Cap. VIII, Art. 231, § 2º *“as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”*, assegurando-lhes o direito de captar recursos financeiros e materiais para gerenciar seus projetos. Os índios puderam vislumbrar a possibilidade de usufruir dos recursos disponíveis em seus territórios, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos membros que ali habitam, explorando o potencial turístico de áreas isoladas. Algumas experiências já estão sendo desenvolvidas neste sentido.

Na comunidade indígena Terra Preta, no Baixo Rio Negro, onde a maioria dos moradores é de origem Baré, a língua mais falada é Nheengatu. Segundo Vieira, Souza e Santos (2008, p.363), a comunidade, apesar de não possuir uma agência de turismo receptivo, *“tem gerido estratégias para atrair visitantes e turistas”*. Com a finalidade de manter viva a cultura local da comunidade, uma estratégia utilizada pela escola foi preparar as crianças para realizar apresentações musicais para os turistas. De acordo com Vieira, Souza e Santos (2008, p.361) *“a professora ensina cânticos e algumas palavras como estratégia de aprendizagem e revitalização da língua para as crianças”*, uma vez que estas, apesar de compreenderem o que falam os pais, não são falantes, mas gostam de cantar tanto na escola quanto para os turistas, motivo pelo qual a docente utiliza essa motivação dos alunos para ensinar Nheengatu de forma prazerosa.

O artesanato também figura como outro elemento estratégico de motivação, revitalização e manutenção da cultura. Assim, as crianças aprendem com os seus

pais e avós a técnica de produção das peças que são vendidas aos turistas e, complementam a renda das famílias. A professora da escola, observando que as crianças, além de auxiliarem na produção da cultura material, também participam na venda do produto, passou a utilizar esse conhecimento do cotidiano para inserir conceitos matemáticos de adição, multiplicação, resolução de problemas.

O respeito e cuidado em relação aos valores socioculturais e o grau de envolvimento com a sociedade envolvente têm sido observados e ressaltados no planejamento dessa modalidade turística, de modo a não permitir a descaracterização da cultura dos povos indígenas.

Nesse contexto, fazem parte do saber indígena diferentes estratégias e atitudes como, por exemplo, saber cuidar (natureza), pois o saber é cotidiano e nessa convivência pratica-se o respeito e reconhecimento dos saberes tradicionais que podem ser utilizados para o etnoturismo. Para tanto, a qualificação profissional para os indígenas, busca, basicamente, capacita-los para desenvolver projetos locais para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, mantendo a identidade étnica, os valores culturais e econômicos dos povos.

Dessa maneira, a educação integra ensinar e aprender, um fenômeno visto em qualquer sociedade, responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da passagem, às gerações que se seguem, dos meios culturais necessários à convivência de um membro na sua sociedade. Assim, os saberes indígenas são formas de conhecimentos que se estendem desde o individual ao coletivo, formando um conjunto de conhecimentos conectados aos mitos, ritos e crenças, os quais não possuem conceitos por se basearem em experiências repetitivas dos indivíduos sobre o mundo, de acordo com a experiência dos indivíduos mais velhos. Toledo e Bassols (2008, p.54) reforçam:

O conhecimento indígena é holístico porque está intrinsecamente ligado às necessidades práticas de uso e manejo dos ecossistemas locais. O conhecimento indígena está baseado em observações em uma escala geográfica muito restrita, deve fornecer informação detalhada de todo cenário representado pelas paisagens efetivas onde se usam e manejam os recursos naturais. Como consequência, as mentes indígenas não só possui informação detalhada acerca das espécies de plantas, animais, fungos e alguns microorganismos, como também reconhecem tipos de minerais, solos, águas, neve, topografias, vegetação e paisagens.

Nesta perspectiva, a qualificação profissional pode ser realizada de várias formas, com o compromisso de repassar algum conhecimento a respeito de como manejar a natureza. Com esta reflexão, deve-se reconhecer que uma educação e uma consciência ambiental adequada constituem os pilares da sustentabilidade ambiental com a legislação e a tecnologia, o que já está assegurado na I Conferência de Educação Escolar Indígena (2009):

A educação profissional deve considerar as perspectivas de desenvolvimento sustentável e de proteção dos Territórios Indígenas, possibilitando a inserção dos jovens na execução de projetos de acordo com as necessidades e interesses dos povos indígenas. As modalidades de PROEJA e Ensino Médio Integrado devem ser planejadas com a participação de representantes das comunidades interessadas e de professores indígenas, construindo uma proposta que articule conhecimentos e práticas tradicionais com as ciências e tecnologias não-indígenas que possam contribuir para os projetos socioambientais das comunidades (BRASIL, 2009, p.7).

Neste contexto, a qualificação profissional objetiva incrementar as competências laborais dos indígenas mediante uma orientação mais específica que a educação geral. Lopes (2006, p.244) destaca que a educação profissional reorienta “a oferta de ensino formação”, possibilita “o desenvolvimento de novas oportunidades de emprego, a promoção da qualidade e da inserção profissional” de jovens e adultos para o exercício de profissões de nível fundamental, médio e superior e, por último, atualiza e aprofunda conhecimentos voltados para o mundo do trabalho.

Com base nos pressupostos acima, a suscitação da qualificação profissional para os indígenas da etnia ingarikó tem como foco a possibilidade de estes desempenharem suas atividades produtivas de forma diferenciada, visando a promover ou restabelecer a autossustentação e a inclusão social, de modo que os indígenas possam desenvolver seus saberes na perspectiva de sanar as deficiências limitadoras em relação à sociedade envolvente.

Assim, a qualificação profissional para os indígenas ingarikó é mais um instrumento, como afirma Sá (2006, p.101), de “adoção de novas ferramentas” necessária à melhoria do processo produtivo da comunidade, uma vez que para os indígenas a terra não é vista com valor econômico, mas como espaço produtivo como apontam Toledo e Bassols (2008, p.54):

A terra é venerada e respeitada e sua inalienabilidade se reflete em praticamente todas as cosmovisões indígenas. Os povos indígenas não consideram a terra meramente como um recurso econômico. De acordo com suas cosmovisões, a natureza é a fonte primária da vida, ela alimenta, sustenta e ensina. A natureza é, portanto, não só uma fonte produtiva se não o centro do universo, o núcleo da cultura e a origem da identidade étnica⁵.

Dessa maneira, a qualificação profissional para os indígenas, de maneira geral, pode representar não só a manutenção dos seus valores ambientais de acordo com suas cosmovisões, mas a possibilidade de os grupos consumirem os recursos naturais na perspectiva da sustentabilidade da comunidade local. Segundo Toledo e Bassols (2008, p.54), na cosmovisão indígena cada ato de apropriação da natureza tem que ser negociado com todas as coisas existentes (vivas e não vivas) mediante diferentes mecanismos como rituais agrícolas e diversos atos chamânicos (intercâmbio simbólico).

Conclusões

Sem dúvida, no que concerne à consecução de melhores padrões de vida e justiça social, o trabalho e a educação são esferas centrais das sociedades do século XXI. A partir desse contexto, o trabalho realizado na comunidade indígena Serra do Sol levou os professores pesquisadores a refletirem sobre a compreensão que o povo Ingarikó tem sobre o turismo, visando à implementação de uma atividade econômica, como geradora de renda, sugerindo a prévia qualificação profissional para o desempenho da atividade.

Entende-se o que saber adquirido durante toda a história da humanidade está submetido ao contexto geográfico, cultural e ecológico de forma intrínseca implica na formação do ser humano. Leff (2003) considera que o saber ambiental pode transformar-se em uma estratégia da apropriação de práticas para adquirir novos saberes, melhorando a qualidade de vida da comunidade.

Nesse sentido, uma formação específica e particularizada pode provocar alteração qualitativa na compreensão da prática social e criar maiores possibilidades de intervenção na realidade. Essa é a contribuição da qualificação profissional no nível de atendimento da adaptação das comunidades indígenas em responder aos seus interesses e a consequente manutenção do seu patrimônio cultural com a prática do etnoturismo.

O desenvolvimento do etnoturismo junto ao povo Ingarikó deve ser planejado, de modo a estimular, qualificar e conscientizar a população sobre os recursos existentes e a capacidade de recepção visando maximizar os aspectos positivos e minimizar os negativos dessa atividade econômica, na perspectiva de gerar renda para as comunidades.

A qualificação profissional torna-se fator fundamental para o desenvolvimento do etnoturismo, quando associada ao real atendimento das necessidades dos indivíduos para o desempenho de uma atividade profissional, considerando as particularidades do viver e olhar indígena.

No caso dos Ingarikó, podem ser oferecidos cursos nas áreas de turismo, enfermagem, assistência técnica adaptada, saneamento ambiental, primeiros socorros, oficina de capacitação e prática de cultivo, manejo dos recursos naturais, respeitando os saberes indígenas e suas técnicas tradicionais de produção, na perspectiva da implantação do etnoturismo com impacto mínimo.

Enfim, o papel das Instituições de Ensino Tecnológico é preponderante para a criação de alternativas que promovam o desenvolvimento regional e sua relevância torna-se maior quando inserida numa reserva indígena. Pensando assim, o IFRR oferece cursos de qualificação profissional na modalidade formação inicial e continuada - FIC, técnicos e tecnológicos, além de promover cursos de extensão em diversas áreas, podendo estender para as comunidades indígenas na região Ingarikó.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, L.L. **Ecoturismo Indígena**. Quito: Abya-Yala, 2007.
- BRASIL. **I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena**, Luziânia, Distrito Federal: 16 a 20 de novembro de 2009.
- BAHL, M. Dimensão Cultural do Turismo Étnico. *In*: PANOSSO-NETO, A.; ANSARAH, M. **Segmentação do Mercado Turístico**: estudos, produtos e perspectivas. Barueri, São Paulo: Manole, 2009.
- BRITO, T.M. Turismo e povos indígenas. **Anuário de Produção Acadêmica Docente**. Vol III, N° 4, ano 2009. Anhanguera Educacional S.A. Publicação 19 de março de 2010.
- CRUZ, M.O.S. Fonologia e Gramática Ingarikó - Kapon Brasil. Amsterdam: Vrije Universiteit Amsterdam (**Tese** de Doutorado), 2005.
- FARIA, I.F. Ecoturismo Indígena: Território, Sustentabilidade, Multiculturalismo princípios para a autonomia. **Tese** de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- LAURIOLA, V. Ecologia Global contra Diversidade Cultural? Conservação da Natureza e Povos Indígenas no Brasil. O Monte Roraima entre Parque Nacional e Terra Indígena Raposa-Serra do Sol. **Ambiente & Sociedade** - Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003.
- LEFF, E. (Coord). **A Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LOPES, R.R. Concepções Científicas e Pessoais sobre a Educação/Formação Profissional: Contributos para a elaboração de um modelo teórico. **Tese** de doutorado. Braga: Universidade do Minho, 2006.
- MARTINS, I. R. S.; COUTINHO, H.R.M. Turismo em áreas indígenas. **Revista Eletrônica Aboré**, Manaus: Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo, Edição 03/-2007.
- MIECZKOWSKI, Z. **Environmental issues of tourism and recreation**. Lantarn, Maryland: University Press of America, Inc, 1995.
- MUÑOZ, M.G. Saber Indígena e meio ambiente: experiência de aprendizagem comunitária. *In*: LEFF, E. (Coord). **A Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.
- RUFINO, M.P. O Fio da Meada. *In*: RICARDO, F. (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza**: O desafio das sobreposições organização. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.
- SANTANA TALAVERA, A. Turismo cultural, culturas turísticas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n.19, p.31-58, out. 2003.

SILVA, R.D.M.; CRUZ, J.; COSTA, L.A. Parque Nacional Canaima: A identidade socioambiental e turística dos povos indígenas do Monte Roraima. **Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo** - ISSN 1806-700X, v.76, n. 9, jan.-fev.-mar./2010, p.17-35. Disponível www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio - acesso em 01.03.2012.

SILVEIRA, E.D. **Meio Ambiente, terras indígenas e defesa nacional:** direitos fundamentais em tensão nas fronteiras da Amazônia brasileira. Curitiba: Juruá, 2010.

TOLEDO, V.M.; BASSOLS, N.B. **La Memoria Biocultural:** La importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Barcelona: Icaria editorial, 2008.

SÁ, A.E. Certificação de competências para o turismo: Uma do seguimento de bares e restaurantes de Salvador – BA, UFB: Escola de Administração, **Dissertação** de Mestrado, 2006, 160 p.

VIEIRA, F.C.B.; SANTOS, A.V.; MARREIR, T.L.C. Saberes indígenas: educação ambiental com os povos indígenas da comunidade Terra Preta do Baixo Rio Negro no Estado do Amazonas. Fórum Ambiental da Alta Paulista. **Anais...** vol III, 2007. (1CD-ROOM).

VIEIRA, F.C.B.; PIZA, A.P.; SANTOS, A.V. Saberes indígenas, educação ambiental e turismo étnico com os povos indígenas da comunidade terra preta no Baixo Rio Negro. **Anais** do I Congresso de Ecoturismo da Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. Departamento de Geografia. Manaus: 24 a 28 de novembro de 2008. pp 476 – 489.

VIEIRA, F.C.B.; SOUZA, E.R.V.; SANTOS, A.V. Ecoturismo e Interculturalidade na Comunidade Indígena Terra Preta, no Baixo Rio Negro: uma proposta de inclusão social. **Anais** do I Congresso de Ecoturismo da Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. Departamento de Geografia. Manaus: 24 a 28 de novembro de 2008. pp. 348 – 366.

WEARING, S.; NEIL. **Ecoturismo-Impacto, Tendencias y Posibilidades.** Madrid: Editorial Síntesis, 1999.

Notas:

¹ Reunião realizada anualmente na aldeia Serra do Sol a qual reúne o povo Ingarikó, representantes de instituições públicas e da sociedade civil organizada, (convidados), para discutir e deliberar ações para o ano seguinte. Concomitante a assembleia geral ocorre a assembleia do COPING com a finalidade de avaliar as ações desenvolvidas pelo conselho durante o ano e a cada dois anos eleger o presidente da entidade.

² O Tuxaua é um líder político com boa oratória e respeitável caçador, cabe a ele representar o povo em eventos internos e externos, organizar as tarefas comunitárias e manter a ordem na aldeia.

³ Senhora idosa respeitada na comunidade por ser detentora de conhecimentos sobre as tradições religiosas da comunidade e durante os eventos é responsável pelas orações e ritos indígenas.

⁴ Foi o primeiro presidente do COPING, representou o povo Ingarikó como vereador pelo município do Uiramutã, no Estado de Roraima, atualmente é professor na aldeia Manalai e assessor do COPING.

⁵ Tradução própria dos autores.

Elizabete Melo Nogueira: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil.

Email: betemnogueira@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7571793745280814>

Canrobert Penn Lopes Costa Neto: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: canrobertp@uol.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4801851220092783>

Georgia Patrícia da Silva: Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, Brasil.

Email: geoufpe@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8762583706265854>

Data de submissão: 31 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 21 de março de 2013

Data do aceite: 21 de março de 2013

Avaliado anonimamente

Turismo como fenômeno social e suas implicações no espaço rural

Tourism as a social phenomenon and its implications for rural space

Maysa Sena de Carvalho, Marutschka Martini Moesch

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão teórica a respeito das definições para turismo, em toda sua complexidade. Apresentamos as concepções realizadas por diferentes pensamentos do tema. Sendo assim, contribuiremos por meio de uma releitura das escolas de pensamento e quadros interpretativos, formas de sistematização, e principais correntes de estudos do turismo realizados por MCESCH (2004). Transpondo esta reflexão para a explicitação do conceito que norteia a produção associada ao turismo no uso do espaço rural em unidades de produção da agricultura familiar, neste contexto se inclui o estudo dos impactos sobre as relações de gênero no desenvolvimento das atividades relacionadas. Utiliza-se de uma análise documental de natureza exploratória, com abordagem do turismo. Conclui-se que é preciso compreender o turismo como fenômeno acima de tudo social, no qual a troca entre pessoas se realiza a todo tempo, que possui historicidade, ocasionando novos papéis sociais dos atores envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria do Turismo; Turismo Rural; Produção Associada ao Turismo; Impactos Sociais no Turismo.

ABSTRACT

We present the views carried out by different thoughts on the subject. Therefore, we will contribute by are interpretation of the schools of thought and interpretative frameworks, ways of systematization and mains tream tourism studies conducted by MCESCH (2004). Applying this thought to the explanation of the concept that guides the production associated with the use of rural space in tourism in units of production of family farming, in this context includes the study of the impacts on gender relations in the development of related activities. We use a documental analysis of an exploratory nature, with approach to tourism. We conclude that it is necessary to understand tourism as a social phenomenon, more than anything, in which the exchange takes place all the time between people, which has historicity resulting new social roles of the involved actors.

KEY-WORDS: Theory of Tourism; Rural Tourism; Production Linked to Tourism; Social Tourism Impacts

Introdução

O presente artigo tem como eixo analítico os impactos socioculturais do turismo no espaço rural ocasionados pelo projeto de “produção associada ao turismo no uso do espaço rural em unidades de produção da agricultura familiar”, do MTUR, compondo parte da pesquisa em andamento para a elaboração da dissertação de mestrado da autora.

Para o MTUR hoje os turistas buscam mais que belas paisagens e relaxamento, procuram experiências únicas, por meio do contato com os saberes e os afazeres típicos dos destinos escolhidos (MINISTÉRIO DO TURISMO – MTUR, 2011, p.3-4). Tais motivações encontram amparo na realidade brasileira, na medida em que, além da abundância dos atrativos naturais, o país também oferece o diferencial de sua gastronomia, de sua diversidade na produção cultural e a relevância de sua história. Apresentar a produção associada ao turismo no uso do espaço rural em unidades de produção da agricultura familiar, entendida como: “Qualquer produção artesanal, industrial ou agropecuária que detenha atributos naturais e/ou culturais de uma determinada localidade ou região, capazes de agregar valor ao produto turístico.” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011, p.18). É uma vantagem para atrair turistas e uma possibilidade de ampliar os canais de comercialização dos produtos de artistas, agricultores e artesãos residentes no espaço rural.

O MTUR (2011) pelo projeto produção associada ao turismo no uso do espaço rural em unidades de produção da agricultura familiar pretende diversificar a oferta turística ao projetar o país no cenário mundial visando o fluxo gerado pelos próximos eventos como a da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, por meio de suas atividades diretamente ligadas ao setor, prioritariamente realizadas por micro e pequenas empresas, e de se beneficiar com ocasião tão favorável.

Apesar das oportunidades geradas mediante a produção associada ao turismo serem apresentadas como diferencial competitivo, outros fatores também são relevantes para observação, especialmente na produção desenvolvida no espaço rural pelo turismo. É importante lembrar que a realidade rural brasileira passou, e passa, por transformações significativas, como a pluriatividade. Neste novo arranjo, parte significativa dos trabalhadores rurais não permanece mais ocupada exclusivamente na agricultura, e o turismo aparece como atividade complementar.

Nesse sentido, procura-se entender o espaço rural e suas transformações a partir da modernização da agricultura; do advento da pluriatividade e sua produção associada. Além disso, busca-se compreender os papéis das mulheres camponesas enquanto sujeitos da ação.

No contexto apresentado, a temática central deste artigo será uma reflexão acerca dos conceitos comumente aceitos para o turismo, suas especificidades e diversidades ao utilizar o território rural e as unidades de produção de agricultura familiar. Na tentativa de mover do enfoque da pesquisa em turismo a visão meramente economicista e trazer à tona o fenômeno social com implicações na vida cotidiana das famílias rurais, a pesquisa qualitativa é a possibilidade de aproximação pelo enfoque sociocultural, no qual estão inseridas também as relações de gênero que a partir das teorias de Scott (1989) é uma categoria socialmente construída, dentro de uma perspectiva histórica. Assim sendo, não se caracteriza por diferenciações biológicas, mas pelo aspecto social..

A temática justifica-se pela relevância dos impactos sociais e culturais do turismo,

especialmente em pequenas comunidades rurais, e pelos escassos trabalhos com este foco. Nas últimas décadas, especialmente no Brasil, os territórios rurais são cada vez mais multifuncionais e pluriativos. Desta forma, o turismo surge como uma alternativa complementar do ponto de vista econômico, segundo visão do MTur, mas esta mesma política não só impacta sob esta faceta, como diretamente na organização familiar, portanto gerando impacto socioculturais, os quais pouco são levados em conta.

O objeto de análise tem por foco os impactos socioculturais do turismo em propriedades rurais caracterizada pela agricultura familiar. Conforme revelam dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) de 2006. Estes dados atestam que no território brasileiro há 4,3 milhões de estabelecimentos familiares, representando 84% das propriedades rurais do Brasil, os quais ocupam 74,4% da mão de obra do campo e de iniciativas públicas por meio dos programas desenvolvidos por MTUR e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), especificamente o *Projeto Talentos do Brasil Rural: Turismo e Agricultura Familiar a Caminho dos Mesmos Destinos*.

O projeto é resultado do Acordo de Cooperação Técnica assinado entre MTUR e MDA em outubro de 2009, durante a Feira Nacional da Agricultura Familiar, no Rio de Janeiro, cujo objetivo é implementar ações conjuntas que visem identificar, ordenar, promover e fortalecer a relação entre a agricultura familiar e a atividade turística.

Além desses ministérios, responsáveis pela concepção do projeto e pelo aporte financeiro (MDA) são parceiros: Ministério do Meio Ambiente (MMA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae/Nacional) e Agência de Cooperação Alemã (GIZ). No âmbito da execução do projeto se encontra o Sebrae-RS, mediante convênio com o MDA.

A estrutura do projeto possui dois eixos principais: produtos e serviços. Para o primeiro eixo, por meio de chamada pública, foram selecionados empreendimentos da agricultura familiar (associações e/ou cooperativas) com, no mínimo, 70% de agricultura familiar. Igualmente, para o segundo eixo foram selecionadas instituições e entidades representativas de roteiros turísticos comercializados (grifo nosso), compostos por, no mínimo, 10% de empreendimentos da agricultura familiar.

O objetivo geral do Projeto Talentos do Brasil Rural é inserir produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico, agregando valor à oferta turística brasileira. No tocante aos produtos da agricultura familiar – *amenities* (cosméticos), decorativos e utilitários (artesanato) e alimentos e bebidas –, almeja-se que estes sejam inseridos em meios de hospedagem, restaurantes, bares, lojas de artesanato e suvenires. No que diz respeito aos serviços, o intuito é preparar a propriedade familiar para receber turistas, dotando-a das condições necessárias para o desenvolvimento da atividade turística.

Essa investigação inicia-se com uma análise teórica conceitual de turismo, das políticas de turismo no espaço rural, observando as questões de pluriatividade e de especificidade da agricultura familiar, de suma relevância no contexto brasileiro, além da produção associada produzida no meio rural. Abordam-se também os principais conceitos e implicações do turismo no uso do espaço rural.

Por fim, apresenta-se a preocupação em formular uma proposta epistemológica, a qual rompa com os teóricos da visão empirista e pré-paradigmática, propondo-se o enfoque da prática social, além de presumir o diálogo interdisciplinar do turismo, ao reconhe-

cer a diversidade de conhecimentos no interior de cada ciência. Além disso, procura-se ressaltar a relação entre a concepção de turismo do projeto de produção associada ao turismo no meio rural e seus impactos sociais na estrutura familiar.

Turismo como fenômeno humano

Para compreender o turismo enquanto fenômeno social faz-se necessário revisitar suas conceitualizações e implicações no território rural. Steinberger (2009) argumenta que o turismo é apenas mais um uso dentre os vários do território, ou seja, coexistem diferentes usos em um mesmo território; logo, o pensamento acerca do turismo deve considerar estes diferentes interesses.

Sendo a temática central da dissertação, em andamento o desvelamento das alterações dos papéis das mulheres camponesas em unidades de produção de agricultura familiar ao interagir com a inclusão da produção associada ao turismo, torna-se necessário contextualizar de qual turismo está-se tratando, haja vista a diversidade de compreensões, por vezes também conflituosas, acerca de sua conceitualização. Esta contextualização visa afastar do enfoque da pesquisa em turismo a visão meramente economicista e trazer à tona o fenômeno social, com implicações na vida cotidiana das famílias rurais.

Diante dos distintos posicionamentos teóricos acerca de turismo, serão tecidas algumas considerações a respeito das abordagens utilizadas para sua compreensão. Iniciando-se pelas análises empíricas em turismo, sistematizadas mediante estudos estatísticos especialmente voltados para oferta e demanda, em um determinado período, as quais reforçam a relevância econômica do turismo por meio de dados estatísticos e conceitos, cuja base são as primeiras definições de turista, sugeridas em 1937 pela Sociedade das Nações: "*Pessoa que viaja por 24 horas ou mais por qualquer país distinto da sua residência habitual*" (FUSTER *apud* MCESCH, 2004, p. 5), conceito reproduzido ao longo dos anos pela Organização Mundial de Turismo (OMT), restringindo a experiência turística para os sujeitos que necessariamente permanecessem mais de 24 horas fora de seu local de moradia.

O mesmo ocorre com os conceitos apresentados por McIntosh (2002 *apud* MCESCH, 2004), em que turismo também pode ser definido como pessoa fazendo viagens, abrangendo transportes, hospedagem, serviços de alimentação e outras atividades relacionadas ao viajante e àqueles que estejam lhe prestando serviços.

Posteriormente, novos conceitos foram apresentados tanto para turista quanto para turismo. O conceito de turismo elaborado pela OMT, em 1998, o reduz à atividade econômica e comercial e não permite desvelar a essência do fenômeno, além de abster-se de qualquer preocupação com as implicações sociais.

El Turismo comprende las actividades que realizan las personas durante sus viajes y estancias en lugares distintos a su entorno habitual, por un período de tiempo consecutivo inferior a un año, con fines de ocio, por negocios y otros (SANCHO, 1998, p.44).

O turismo, desde os primeiros estudos, não é compreendido como ciência. Estes estudos basearam-se em diferentes ciências para investigar sua relevância, especialmen-

te as voltadas para a área econômica, contudo, as metodologias econométricas foram insuficientes para explicá-lo como um fenômeno social. Dentro deste contexto de apreensão do turismo, a OMT e autores como Fuster e McIntosh, tendo em vista seus respectivos momentos históricos, não se preocuparam em conhecer o objeto de estudo além de sua aparência, restringindo suas análises à utilidade do turismo para o desenvolvimento econômico, a partir da relação produção-acúmulo-consumo. São poucas, ou quase nulas, as contribuições de estudos na questão social, da qual é parte inseparável, até os anos 1960 (MÄESCH, 2004).

Ao entender o turismo como um fenômeno social sua epistemologia recai sobre a compreensão das ciências sociais, o que reporta sua análise sob uma concepção teórica interdisciplinar e de cunho social. Para tecer a compreensão científica do turismo precisamos colocá-lo como fenômeno no campo da ciência em sua concepção não mais cartesiana e sim na ótica da complexidade.

Para Morin (2000), a ciência é complexa, pois é inseparável seu contexto histórico e social. Na ciência moderna, uniu-se a efervescência cultural da Renascença à efervescência econômica, política e social do Ocidente europeu dos séculos XVI e XVII. Assim sendo, de forma progressiva, a ciência se alia à técnica permeando diferentes esferas, como universidades, empresas e sociedades.

A nova perspectiva de pensamento é de uma ciência como conhecimento vivo, segundo Morin (*op. cit.*). Sua complexidade não permite aceitar que a ciência produz apenas benefícios, será necessário rever as verdades absolutas, nas quais inclui-se também a temática deste artigo. É necessário entender a complexidade da realidade e fundamental refletir acerca de qual conceito de ciência se está partindo. Além disso, o autor propõe o desenvolvimento da ciência a partir da comunicação entre as diferentes ciências, a transdisciplinaridade, uma vez que não se deve separar aquilo que por essência está unido.

A preocupação em definir turismo não é exclusiva de pesquisadores da área acadêmica. Por se tratar de prática social com potencial econômico, o mercado necessita formalizar sua importância na perspectiva econômica. Diante de tal constatação, em diferentes países surgem conceitos com a intenção de explicar este fenômeno complexo, embora simples à primeira vista.

Para normatizar suas práticas é criada a OMT, entretanto seus estudos permanecem, quase que essencialmente, voltados às estatísticas de demanda e oferta turísticas, ou seja, os indicadores numéricos ainda são a principal fonte de evidências para justificar sua importância. Desta forma, no cenário mundial, o turismo desponta, já nas últimas décadas do século XX, como relevante especialmente para a balança comercial, e são estes os indicadores usualmente utilizados para compreensão do fenômeno.

As limitações para entender o fenômeno de forma complexa perpassam as políticas de turismo no espaço rural, recentes no cenário brasileiro. No Brasil, a criação do MTUR, em 2003, e a publicação de seu primeiro Plano Nacional de Turismo: Diretrizes, Metas e Programas, em abril do mesmo ano, revelam uma concepção de turismo como elemento propulsor do desenvolvimento sócio-econômico do país (MTUR, 2003).

Apesar das mudanças de governantes no âmbito nacional, os documentos balizadores das políticas públicas ainda permanecem pautados na visão economicista do fenômeno turístico, conforme destacamos a seguir “*Esta é uma atividade econômica que envolve relações entre pessoas, oportuniza a criação de pequenas e médias empresas*” (MTUR, Sebrae, Associação de Culturas Gerais, 2011, p.16, grifo nosso).

O fenômeno obteve tratamento reducionista, objetividade absoluta para definições, precisão de números, como se houvesse um mundo ideal; até mesmo o saber turístico tornou-se mercantilizado e facetado, ou seja, a análise deteve-se nas partes, havendo separação do todo, e não observou sua complexidade, permanecendo na superfície da investigação de sua episteme, restringindo a uma concepção funcionalista apresentada a seguir.

Os estudos de Fuster (1974 *apud* MÖESCH, 2004) são pautados na relevância de descrever um fato turístico, no entanto, não há preocupação em apreender acerca de seu surgimento, como são seus processos nem suas consequências. Ele compreende turismo como parte do sistema capitalista, o qual necessitaria do ócio e do lazer para manter a saúde do indivíduo. Em outras palavras, o sujeito é uma máquina e o descanso, a compensação pelo trabalho executado. Portanto, uma vez parte integrante do sistema, é primordial para garantir sua manutenção e seu funcionamento.

De forma geral, a análise funcionalista expressa por Fuster revela-se conservadora, ao conceber o turismo de maneira facetada e não considerar a historicidade do fenômeno social, fortalecendo a concepção de normas, desempenho de papéis, ou seja, as funções que o turismo deve exercer.

Relativamente à concepção de pré-paradigmáticos, Moesch (2004) aponta autores como Sessa (1984), Molina (2000), Lainé (1985) e Beni (1998), os quais se utilizam de teorias sistêmicas na tentativa de compreender o objeto turístico. O termo “pré-paradigmático” é uma maneira adotada pela autora para classificar os teóricos do turismo, a qual ressalta que os objetos de estudo resultam de um dado momento, e por isso possuem historicidade.

Segundo Sessa (*op. cit.*) *apud* Moesch (*op. cit.*), turismo é um fenômeno complexo e inerente à sociedade industrial, e justamente por sua concepção econômica impossibilitou sua compreensão. A própria insuficiência da abordagem econômica para a compreensão do turismo como um todo permitiu o surgimento da abordagem sistêmica como alternativa de compreendê-lo.

A interpretação do autor, a partir da concepção de Van Doorn (1982), é a de que os estudos em turismo estão pautados em elementos tais como: turista; indústria turística (grifo nosso) e serviços intermediários utilizados pelos turistas; oferta de recursos turísticos; e cenário social do turismo. Ou seja, estes estudos estão pautados em alterações sociais, culturais, tecnológicas e políticas que interagem com os fluxos turísticos das regiões, no intuito de diminuição das diferenças regionais, mas dando continuidade a uma concepção de turismo reduzida ao processo da oferta e demanda.

Sua metodologia sistêmica apreende o objeto como produto, não como processo sequencial vivo, e está ligada à noção de modelo, pois concebe turismo meramente como atividade de serviços, sem maior compreensão sociocultural.

Para Sessa (*op. cit.*), o turismo faz-se necessário à construção de planos e programas de desenvolvimento pautados na racionalidade, rompendo com o empirismo vigente à época, em virtude dos impactos causados por esta atividade. O autor, contudo, não deixa sua visão positivista, influenciada pelo próprio capitalismo e impregnada na concepção do fenômeno turístico. Além disso, aproveita a denominação de polos industriais, transpondo-na como modelo aos polos turísticos, reforçando ainda mais a visão do turismo como indústria em que este possibilitaria transferências de riqueza das regiões mais ricas para as mais pobres, na relação oferta-demanda, o que leva a comparar a semelhança com o projeto ora estudado.

Quanto ao turista, o autor o destaca também como agente que busca reequilíbrio biológico, físico, espiritual nas regiões turísticas, além de, em contrapartida, estabelecer com as regiões por ele visitadas fluxos monetários. Este intercâmbio contribui para que os fluxos de saída se transformem em renda, consumo, poupança e investimento. Para o autor é preciso compreender as regiões turísticas como polos turísticos de trocas econômicas, informacionais e culturais. Tal visão vem a ser sua grande contribuição metodológica, pois ao utilizar a escala *região* para análise sistêmica do turismo contribui para o estabelecimento do modelo de polos turísticos, bastante utilizado a partir da década de 1970 no planejamento nacional. Este modelo de compreensão, contudo, não avançou para uma análise social.

Dentro da análise teórica referente ao turismo, têm-se os pré-paradigmáticos como Molina (2000), que se utiliza do quadro interpretativo fenomenológico. Em sua interpretação, atribui-lhe um sentido humano. Para a fenomenologia, a experiência possui dois polos: o ato de perceber e o objeto de sua percepção. A consciência permitirá atribuir significação, ou sentido, a cada objeto. Neste momento a totalidade é enfatizada, pois se deseja buscar a essência dos objetos e de suas manifestações, a partir da experiência humana, do vivido.

A realidade não é tida como algo objetivo, é entendida como emergente da intencionalidade da consciência voltada para o fenômeno. O modelo fenomenológico para o turismo, na perspectiva de Molina (2000), encontra seu ponto de partida no ócio. Entretanto, é imprescindível que exista um autêntico tempo livre, de outra maneira não haverá ócio turístico.

O modelo fenomenológico, suas metodologias e tecnologias devem reconhecer uma concepção geral do homem, de alcance universal, mas deve situar-se no presente histórico que caracteriza as sociedades, reconhecendo sua estrutura social e os fatores políticos, econômicos e culturais que as influenciam.

Para compreender o turismo como totalidade, o autor apresenta a análise geral de sistemas, sendo este orgânico, um todo, seja ele corpo social ou organização. Na compreensão de Molina (*op. cit.*), no sistema as relações não são causais (causa e efeito) e sim circulares (complexas), compreendendo a parte do todo e as inter-relações das partes, não sendo possível conhecê-las de forma isolada. Compreende, além disso, que este processo é relevante para o conhecimento turístico, pois enfatiza um modo de pensamento holístico.

A interpretação do autor foi válida, no entanto, reiterando Moesch (2004), ele não consegue superar o próprio determinismo econômico, mesmo com a utilização da análise de sistemas, pois nesta o turismo nutre uma preocupação exaustiva com a lógica da prova, como manifestação econômica, em uma tentativa de manter posição na comunidade científica. A economia não deixa, portanto, de ser o foco de sua análise e ocupa também o espaço cultural. Desta forma, não é possível dissociar sua concepção de ciência ideal da de um modelo de mundo real, a partir das evidências empíricas dos fenômenos.

Como fator relevante deste artigo, as mulheres camponesas interagem com novos atores, ou seja, com os turistas, por meio do território rural, utilizado para o turismo. Estas interações, por conseguinte, sofrem interferências nas mais variadas áreas sociais, indo desde as comportamentais até mesmo as de cunho familiar, não sendo possível estudar tal fenômeno somente por uma ótica, a do emissor ou a do receptor, e muito menos restringir o estudo a seu aspecto econômico, pois ele é, acima de tudo, marcado pelas relações sociais. No caso estudado, estas relações ocorrem no espaço rural, que possui suas próprias especificidades nas relações de gênero.

No cenário brasileiro, Beni (1998 *apud* MCESCH, 2004) foi quem, até o momento, deixou a maior contribuição conceitual de análise estrutural do turismo. Para ele, o sistema turístico é um conjunto de partes que interagem, e o seu modelo de construção para compreensão do objeto parte da realidade de observações e/ou medições. Desta forma, na tentativa de aproximação com a ciência, busca exatidão. A proposta do autor é que o turismo seja entendido como um sistema composto de três conjuntos: relações ambientais (com os subsistemas ecológico, social, econômico e cultural); organização estrutural (com os subsistemas superestrutura e infraestrutura); e ações operacionais (com os subsistemas mercado, oferta, demanda, produção, distribuição e consumo).

Para Beni (*op. cit.*) é fundamental ampliar a discussão por meio de bases sólidas para interpretação crítica do turismo. Suas proposições não constituem uma cientificação do turismo, e sim um instrumento para que pesquisadores do tema continuem tentando aproximação com este fenômeno social complexo e especialmente interdisciplinar.

Moesch (2004) contribuiu para essa mudança de perspectiva ao romper com a episteme apresentada pelos autores anteriormente descritos. Tanto o primeiro momento, dos estudos da pré-ciência, no contexto dos empiristas positivistas, quanto o segundo momento, dos pré-paradigmáticos, expõem uma proposta de epistemologia social do turismo. Tal proposição se pauta no entendimento do turismo como um campo de práticas históricas e sociais.

A proposta da autora é efetivar a discussão em abordagem interdisciplinar, que requer uma metodologia capaz de compreender que não só a parte está no todo, senão que, também, o todo está na parte, que permanece singular.

A origem da proposta está na realidade prática da história e da sociedade pós-moderna, na qual o econômico e o tecnológico são o resultado das necessidades subjetivas do imaginário, da diversão, da comunicação e da ideologia, da criação dos sujeitos, e por eles são consumidos, no intuito de religar o mundo objetivo e subjetivo.

A perspectiva é pensar o sujeito de forma complexa. Ele é produtor e consumidor, e desta forma se estabelece a lógica da atração social, ou seja, o estar junto. O desafio é resistir à realidade de atividade econômica e mercadológica imposta ao turismo, tida como evidente, romper com os autores que não possuíam qualquer preocupação epistemológica, como os empíricos positivistas, e superar a abordagem do paradigma sistêmico, para o qual o sistema econômico suplanta todos os demais sistemas, na perspectiva de caminhar para a compreensão do turismo como um fenômeno social que implica em processos de contradição na relação entre seus atores e o meio ambiente em que esta prática se efetiva.

Para Certeau (1982) prática social não possui o mesmo sentido nos diferentes períodos históricos. A compreensão do turismo enquanto prática social, atendidas as especificidades deste artigo, coloca-o sob as relações de um sistema aberto. Daí seu conteúdo interdisciplinar. Teórica e empiricamente o conceito de sistema aberto abre a porta a uma teoria da evolução, que não pode derivar mais que de interações entre sistema e ecossistema e que, em seus laços mais notáveis, pode ser concebido como um transbordo do sistema em um metassistema.

O objetivo dessa abordagem é permitir uma reflexão teórica que possibilite compreender a intencionalidade de seus pensadores, bem como suas limitações e contribuições, além da transposição para o entendimento dos impactos provocados no espaço rural, ampliando, dessa forma, a visão dos efeitos econômicos e buscando novas percepções sobre as políticas públicas sob o chamado “turismo rural”.

Turismo como uso do espaço rural

Além da definição de turismo propriamente dita, no decorrer de sua trajetória como prática social outras definições foram construídas nos últimos anos, como a de turismo rural e agricultura familiar, adotados pelo MTUR, órgão responsável pela política nacional de turismo, e pelo MDA, órgão responsável pela ampliação das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar.

O turismo na agricultura familiar é considerado uma atividade econômica complementar à renda dos agricultores, contribuindo para diversificar suas formas de trabalho, agregar valor à produção agrícola ou artesanal, ampliar a geração de trabalho e renda e contribuir para a preservação do meio ambiente, o resgate das tradições, técnicas e processos produtivos e a valorização da cultura local.

O MTUR adota a conceituação cujos fundamentos são construídos a partir de aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade. Desta forma, define-se que:

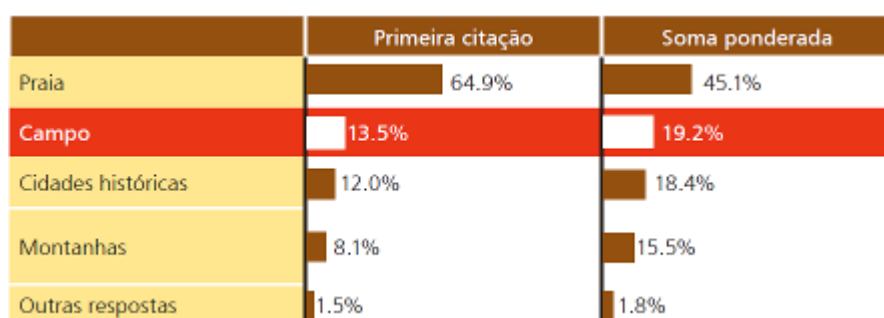
Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (MTUR, 2003, p. 11).

É importante ressaltar que outras terminologias são amplamente utilizadas no Brasil para designar atividades de turismo desenvolvidas no âmbito do espaço rural – agroturismo, agroecológico, campestre, por exemplo – no entanto, no contexto deste artigo, a designação adotada será a de turismo rural na agricultura familiar (TRAF), conforme segue:

É a atividade turística que ocorre no âmbito da unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (GRAZIANO DA SILVA, 1998 *apud* MTUR, 2010, p. 21).

Tal conceito é utilizado pelo MTUR, em parceria com MDA, com o intuito de apoiar a estruturação de roteiros turísticos que contemplem a agricultura familiar e a inserção de produtos produzidos no âmbito destas propriedades, entre os quais constam alimentos, bebidas, artesanato, para inserção no mercado turístico (MTUR, 2010). Embora ainda esteja em fase inicial do seu potencial de aproveitamento, observa-se que os fluxos turísticos para a periferia estão cada vez mais intensos, confirmando a tendências de crescimento desse segmento turístico. A tabela a seguir apresenta dados da pesquisa denominada “Hábitos de consumo do turismo brasileiro”, aplicada pelo Vox Populi em 2009 para o MTUR, a pesquisa foi realizada por telefone, em 11 capitais do país: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Florianópolis (SC); Salvador (BA); Recife (PE); Fortaleza (CE); Brasília (DF) e Goiânia (GO), a qual enfatiza a importância do turismo rural. Entre as opções, “campo” é o destino preferido por 13,5% dos turistas abordados, perdendo apenas para “praias”, com 64,9% da preferência.

Tabela 1: lugares preferidos dos turistas brasileiros atuais¹
Table 1: favorite places for tourists current Brazilian.



Fonte: MTUR/Vox Populi (2009).

Source: MTUR/Vox Populi (2009).

Para fundamentar a construção e os instrumentos de políticas públicas voltadas para o meio rural, no âmbito do governo federal, algumas tentativas vêm sendo realizadas. Como exemplo, tem-se o MDA, que adota um conceito que pode referenciar as ações relacionadas ao turismo no espaço rural. Nesse sentido, os territórios rurais são compreendidos como:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. Predominância de elementos “rurais”, sobretudo a paisagem e os elementos constitutivos da cultura, valores, história e economia (MDA, 2005).

A sociedade contemporânea concebe o meio rural com características gerais e predominantemente pela destinação da terra. Com base nesta referência, é válido ressaltar que os territórios rurais abrigam diferentes experiências e atividades conforme Grazia-

no da Silva *et al.* (2000, p.19):

[...] a denominação “turismo em áreas rurais” para englobar não só aquelas atividades de serviços não-agrícolas, tradicionalmente denominados de “turismo rural ou agroturismo” (aqui usados como sinônimos), como também as de lazer realizadas no meio rural, denominadas de turismo ecológico ou “ecoturismo”, turismo de negócios e turismo de saúde.

Muitas das práticas de lazer e outras atividades executadas nesse meio não são necessariamente turismo rural. Sendo assim, compreende-se o espaço rural como um recorte geográfico no qual o turismo rural ocorre (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 20)..

O Ministério do Turismo (BRASIL, 2010), na revisão das orientações básica para turismo rural, descreve as atividades de turismo rural constituídas da oferta de serviços, equipamentos e produtos turísticos, como: hospedagem; alimentação, entre outras.

Ainda nessa revisão, o ministério destaca que a concepção de meio rural que adota baseia-se na noção de território, com ênfase no critério da destinação da terra e na valorização da ruralidade, ou seja, no valor que a sociedade contemporânea atribui ao rural. Tal valor contempla as características mais gerais do meio rural: produção territorializada de qualidade, paisagem, biodiversidade, modo de vida, lógica familiar, cultura comunitária, identificação com os ciclos da natureza (BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 20).

Assim sendo, apresenta ainda comprometimento com a produção agropecuária, revelando a existência da ruralidade, de um vínculo com as coisas da terra. Desta forma, mesmo que as práticas eminentemente agrícolas não estejam presentes em escala comercial, o comprometimento com a produção agropecuária pode ser representado por meio das práticas sociais e de trabalho, do ambiente, dos costumes e tradições, dos aspectos arquitetônicos, do artesanato, do modo de vida, considerados típicos de cada população rural.

Agregação de valor a produtos e serviços está relacionada à hospitalidade em ambiente rural, permitindo que as características rurais passem a ser entendidas sob outra perspectiva, que não apenas a da produção primária de alimentos.

Agregar valor também se faz presente pela possibilidade de verticalização da produção, ou seja, beneficiamento de produtos *in natura* (ovos, verduras, frutas), transformando-os para que possam ser oferecidos ao turista, sob a forma de conservas, embutidos, produtos lácteos, refeições e outros. Outra possibilidade é a transformação artesanal de resíduos e insumos do campo em utilitários e objetos decorativos carregados de história e tradições.

O turismo rural, além do comprometimento com as atividades agropecuárias, caracteriza-se pela valorização do patrimônio cultural e natural como elementos da oferta turística. Assim, os empreendedores, na definição de seus produtos de turismo rural, devem contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, por meio do resgate das manifestações e práticas regionais (como o folclore, os trabalhos manuais, os

costumes, os ofícios, as festas, os “causos”, a culinária) e primar pela conservação do ambiente natural, da paisagem e cultura (o artesanato, a música, a arquitetura).

De acordo com o MTUR (2010), as definições apresentadas acima explicitam que a expressão “turismo no espaço rural” se refere a todos os movimentos turísticos ocorridos no espaço rural, ao passo que o termo turismo rural se restringe às características próprias do meio rural, à paisagem, ao estilo de vida e à cultura rural, excluindo-se formas não ligadas à prática e ao conteúdo rurais.

Independentemente desses conceitos e critérios, é fato que a atual conjuntura tem gerado mudanças comportamentais no modo de vida das pessoas, não importa se rurais ou urbanas. Isso tudo vem influenciando, também, as necessidades de turismo ora demandadas. Assim, quando se pensa em opções de turismo, o retorno à tranquilidade da vida no campo como uma forma de aliviar as tensões provocadas pelo cotidiano dos grandes centros urbanos está em ascensão.

Cavaco (*apud* GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2000, p.26-30) relata ensinamentos a partir das experiências europeias de desenvolvimento local, descritas abaixo:

Em síntese, para lá do crescimento econômico (...) importa o desenvolvimento, que é simultaneamente econômico e social, e também territorial, e envolve processos de mudança estrutural, produção social significativa, redistribuição mais equilibrada da riqueza, melhoria dos rendimentos, das condições de vida e das expectativas, sobretudo dos grupos sociais menos favorecidos.

A autora utiliza, com base no conceito de regeneração do rural utilizado por Leal (1995), um novo papel para o meio rural, após resolvida a questão do abastecimento alimentar, que para o mundo ocidental é função primária dos espaços rurais. Desta forma, a autora propõe novas funções não agrícolas do meio rural, entre as quais estão inclusos equilíbrio do uso do território, de forma a compensar os efeitos do despovoamento, como seu uso para atividades de lazer, entre outras. O meio ambiente, seja natural ou construído, é ferramenta de trabalho para o turismo, e sua conservação se vincula com a garantia da atividade a longo prazo.

Entende-se que o espaço rural é a retomada do futuro mais harmônico entre o natural e construído para os cidadãos de áreas urbanas. Vivenciar estas áreas mais isoladas, que possuem valores humanos imensuráveis, a custos não necessariamente dispendiosos, como cita a autora.

Segundo Campanhola (1999) e Graziano (1999), a agricultura não poderá ser a única base econômica para o desenvolvimento do meio rural em longo prazo, e estratégias econômicas alternativas já são evidenciadas em muitos países para manter o homem no campo. O turismo como uso do meio rural poderá ser um dos vetores do desenvolvimento local, respeitando que as decisões sejam tomadas pela comunidade, que o controle sobre os processos de desenvolvimento seja desempenhado por atores sociais e que as comunidades locais se apropriem dos benefícios gerados.

Conforme já se apresentou anteriormente e assinala o MTUR, é preciso compreender as heterogeneidades regionais e as diferenças no estágio de desenvolvimento das diversas iniciativas de turismo empreendidas nos territórios rurais brasileiros. Em decor-

rência deste entendimento, sem o intuito de minimizar tais questões, o Ministério constrói estratégias de consolidação do turismo rural, agrupando sob o mesmo conceito as definições de agroturismo e turismo na agricultura familiar.

É possível concluir que o recente interesse pelo segmento por parte do governo e do próprio setor privado se deve ao fato de esta atividade ser uma alternativa para manter os trabalhadores rurais no campo, juntamente com o significativo aumento do interesse de moradores de regiões urbanas em conhecer a ruralidade. Os contrastes entre as regiões a cada dia diminuem, contudo, é evidente que o contato com a terra e com a natureza sempre será um atrativo diferenciador.

Ao complementar a renda da agricultura familiar, o turismo rural pode garantir a sustentabilidade econômica, social e cultural, agregando valor ao seu patrimônio cultural, ao conservar a culinária local, as tradições de músicas, danças, costumes, entre outros, assevera o MTUR. Para a sustentabilidade social é importante ressaltar a nova dinâmica dos estabelecimentos rurais que exercem atividades turísticas, com a inserção das mulheres rurais neste contexto sob a condição de ser social. Nesta pesquisa, em andamento, há a intenção de verificar quais as alterações dos papéis das mulheres camponesas diante do advento do uso do turismo no espaço rural e de sua produção associada.

Evidências preliminares

As impressões apresentadas a seguir refletem percepções inconclusas, uma vez que este artigo é parte de uma dissertação de mestrado em andamento e a pesquisa se encontra em fase de análise.

Ao longo deste artigo evidenciou-se que o mercado aqui compreendido como capital, por muito tempo ditou, e ainda hoje dita, o que se deve pensar como teoria do turismo, não sendo o único. As organizações e representações internacionais e nacionais do turismo também estão impregnadas e alienadas pelo processo econômico e mercadológico. Desta maneira, infere-se que compreender os autores que em algum momento tentaram superar o que estava posto é primordial e riquíssimo para este trabalho, sendo fonte de inspiração para todos os estudiosos do fenômeno turismo.

Destaca-se, ainda, que as discussões e reflexões em torno de uma epistemologia social do turismo são fundamentais para construir um arcabouço teórico conceitual sólido, de modo a permitir a compreensão da complexidade e interdisciplinaridade do turismo em sua essência humana e o entendimento de suas implicações e práticas como fenômeno social.

Dessa forma, para conhecer a realidade que se apresenta em constante modificação é necessária uma ciência aberta ao novo, que possibilite ferramentas de aproximação com o fenômeno que é essencialmente humano.

A partir da pesquisa exploratória da dissertação em andamento realizada junto aos roteiros “Caminhos da Roça – Socorro/SP” e “*Trekking* Travessia Leste – Alto Paraíso/GO” do projeto do MTUR, evidenciou-se preliminarmente que a inserção da mão de obra feminina no turismo rural colabora para a ampliação de sua renda e para a sua importância econômica no meio familiar. Essa nova configuração é facilitada

pelo fato de as práticas da atividade turística, considerando o uso do território rural, assemelharem-se ou coincidirem com as tarefas domésticas – outrora apontadas como inferiores, ou seja, desvalorizadas em relação a outras atividades exercidas predominantemente por homens. Dessa forma, assiste-se a uma valorização da participação da mulher na atividade turística no campo.

O contato com turistas também é fator decisivo para estas mudanças, pois a trabalhadora rural tanto pode incorporar hábitos e costumes de outras populações como se desfazer de alguns de seus costumes e tradições.

Dessa forma questiona-se o papel do turismo rural no aumento do empoderamento feminino, proporcionado pela renda e pelas novas perspectivas de consumo, alterando, por conseguinte, a hierarquia econômica familiar.

Ao analisar a questão da história e da memória no contexto da mulher camponesa como sujeito da ação, conclui-se que é relevante pensar na incoerência de se justificar o presente por meio do passado e que a memória se faz necessária para que não sejam apagadas atrocidades, violações, ou mesmo as tradições. Percebeu-se que, mesmo com o advento da atividade turística ao espaço rural, as famílias rurais possuem uma história anterior com a terra, os animais, os afazeres e as tradições que não poderá ser esquecida, contudo estão sendo constantemente recriadas.

As leituras mostraram que para resistir às modificações no espaço rural não é preciso fechar as portas e esquecer o que se passa no mundo. É possível resistir sem abrir mão da valorização de sua poesia, sua música e sua cultura, ou seja, sem renunciar sua identidade rural. Sob esta nova perspectiva, a orientação é estudar também a coragem, a esperança e por vezes a felicidade de determinados grupos, especialmente das camponesas, as quais podem ter novos papéis sociais, em virtude da atividade turística e da produção associada no território rural.

Destarte, compreender suas nuances e tentar desvelar que tipo de papéis foram reconstruídos é o desafio que instiga a pesquisa em andamento, sendo o recorte deste artigo apenas um dos enfoques possíveis para a problemática em questão.

Por fim, se estivessemos arraigados à concepção economicista e mercadológica do turismo, o desenvolvimento deste projeto não seria possível. A concepção aqui adotada é, doravante, a de turismo como fenômeno acima de tudo social, em que a troca entre pessoas se realiza a todo tempo e o qual possui historicidade, deixando sempre um legado aos envolvidos.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Relatório da pesquisa de hábitos de consumo do turismo brasileiro**. Vox Populi, MTUR, 2009.

BRASIL. **Censo Agropecuário** – agricultura familiar 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1466>. Acesso em: 16/6/2011.

BRASIL. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL. **Manual para o desenvolvimento e a integração de atividades turísticas com foco na produção associada**. Brasília: Ministério do Turismo, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Associação de Cultura Gerais, 2011.

BRASIL. **Ministério do Turismo – Missão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2012. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/missao/>. Acesso em: 15/04/2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo: diretrizes e metas e programas 2003-2007**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo: uma viagem de inclusão 2007-2010**. Brasília: Ministério do Turismo 2007.

BRASIL. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural no Brasil**. In: Série Documentos Institucionais n.º 1 – SDT. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

BRASIL. **Secretaria de Agricultura Familiar – missão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/institucional/institucional>>. Acesso em: 15/04/2012.

BRASIL. **Turismo rural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G. Panorama do turismo no espaço brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL: Turismo no espaço rural brasileiro, 1999, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 1999, 239p.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Huitec, 1996.

DE CERTEAU, M. Práticas históricas e práxis social. In. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. *et al.* Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J.A. *et al.* (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 2ª ed., Campinas: Papirus, 2000.

MÆSCH, M.M. Epistemologia social do turismo. **Tese** (doutorado). Escola de Comunicação e Artes/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MOLINA, S. **Conceptualización del Turismo**. Limusa, México: 2000.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria de Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória – Ed. Revista e modificada pelo autor 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SANCHO, A. (Dir). **Introducción al turismo**. 1ª ed. Madrid: Organización Mundial del Turismo, 1998.

SCOTT, J.W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS Corpo. 1989

STEINBERGER, M. (Org.). **Territórios Turísticos no Brasil Central**. Brasília: LGE Editora, 2009.

Nota:

¹Consumidores que compraram serviços de turismo em pacotes ou em partes nos dois nos dois anos anteriores à realização da pesquisa.

Maysa Sena de Carvalho: Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Email: maysacarvalho2011@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5479678217085847>

Marutschka Martini Moesch: Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Email: marumoesch@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4591055346328481>

Data de submissão: 31 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 11 de dezembro de 2012

Data do aceite: 08 de abril de 2013

Avaliado anonimamente

Turismo de base local no distrito de Dondo (Moçambique): discutindo fatores de sustentabilidade

*Locally-based tourism in the district of Dondo (Mozambique):
discussing sustainability factors*

Francisco Fransualdo Azevedo, Felicidade da Juliana Chicico

RESUMO

O atual debate sobre desenvolvimento rural focaliza a abordagem territorial, reconhecendo o caráter multifuncional do espaço rural. Enfatiza o aproveitamento das forças endógenas, a necessidade de implementação de políticas que valorizem as especificidades locais, a participação dos atores sociais na dinamização e revitalização do espaço rural. É neste contexto que este estudo trata do turismo de base local como indutor de desenvolvimento rural, traduzindo-se numa análise da realidade e das potencialidades no distrito de Dondo em Moçambique. Nele se propôs analisar as potencialidades para a implantação do turismo de base local no Distrito de Dondo, avaliando até que ponto a realidade local possibilita a inclusão da comunidade na gestão dos recursos turísticos locais. Os resultados da pesquisa mostram que o distrito de Dondo apresenta um potencial para implementação de um modelo de desenvolvimento de turismo de base local, pois ele é rico em recursos naturais e culturais, beneficia-se de uma boa rede de acessibilidade no contexto do mercado da região, a população vive segundo os seus hábitos e costumes e valorizam a sua identidade. Constata-se também um certo nível de cooperação entre os membros da comunidade, fato que se observa através do nível de participação da comunidade em associações, cooperativas e núcleos atuando em áreas como agricultura, pesca, extração de carvão vegetal, ambiente, educação cívica, etc. Apesar de obstáculos como inexistência de políticas e planos locais para o desenvolvimento do turismo, falta de consciência em relação ao turismo, insuficiência em infra-estruturas básicas, bem como em equipamentos e meios de apoio ao turismo, denota-se que estes problemas podem ser solucionados por meio de um comprometimento tanto do setor público, como da comunidade através de uma planificação conjunta e participativa.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Rural; Turismo de Base Local; Fatores de Sustentabilidade; Regiões Periféricas

ABSTRACT

The current debate on rural development focuses on the territorial approach, recognizing the multifunctional character of rural areas. It also emphasizes the use of indigenous forces, the need to implement policies that improve local specificities, as well as the participation of social actors in fostering and revitalizing rural areas. In this context, this study focuses on locally-based tourism as a facilitator of rural development, analyzing the reality and potential of the district of Dondo in Mozambique. It aims at analyzing the potential for the development of locally-based tourism in the district of Dondo, assessing the extent to which local reality enables the inclusion of the community in the management of local tourism resources. The investigation showed the inclusion of tourism on a local basis in the current context of rural development; The results show that the district of Dondo has a potential for implementing a model of tourism development on a local basis, since it is rich in natural and cultural resources, benefits from a good network accessibility in the context of market region, the population live according to their habits and customs and value their identity. There has been a certain level of cooperation between community members, a fact which is observed through the level of community participation in associations, cooperatives and centers working in areas such as agriculture, fishing, extraction of coal, environment, civic education, etc. Despite obstacles such as lack of local policies and plans for tourism development, lack of awareness in relation to tourism, lack of basic infrastructure, as well as equipment and facilities to support tourism, the investigation shows that these problems can be solved through a commitment of both public sectors and the community through a joint planning and participation.

KEYWORDS: Rural Development; Local Tourism; Sustainability Factors; Peripheral Regions.

Introdução

Esta análise parte do princípio de que o turismo de base local se constitui num dos possíveis meios para induzir uma nova dinâmica no espaço rural, visto que o mesmo é tido como um canal para a revalorização dos recursos naturais e culturais, bem como do modo de vida dos lugares.

Trata-se de uma análise crítica da realidade do turismo no distrito de Dondo - Moçambique, com base nas dimensões de análise estabelecida para este trabalho. Convém ressaltar que estas dimensões foram definidas em função dos princípios de sustentabilidade, pois, para que o TBL propicie resultados positivos é necessário que este seja orientado pelos princípios de sustentabilidade.

Analisa-se as potencialidades com vistas à implantação do turismo de base local no Distrito de Dondo, avaliando-se até que ponto a realidade local possibilita a inclusão da comunidade na gestão dos recursos turísticos locais. Nesse contexto, busca-se mostrar a inserção do turismo de base local no atual contexto de desenvolvimento rural.

Ademais, buscar-se-á identificar e organizar sistematicamente os fatores que condicionam a implementação do turismo de base local na área estudada, verificando-se até que ponto a realidade empírica corresponde aos condicionantes identificados, mostrando como o turismo de base local pode ser melhor incentivado.

Em alguns países da África Austral como África do Sul, Angola, Kênia, Namíbia, também tem se verificado a ocorrência de turismo de base local, verificando-se experiências isoladas, mas que já despertam a atenção do poder público para a criação de instrumentos que orientam a prática do mesmo. Entretanto, nem todas as regiões rurais têm aproveitado a atividade em prol de seu desenvolvimento, como é o caso do distrito de Dondo-Moçambique.

Como se pode observar na Figura 1, Dondo é um distrito que se localiza em Moçambique, especificamente no “Centro-Leste da província de Sofala, limitando-se ao Norte com o Distrito de Muanza, a Oeste com o Distrito de Nhamatanga (sic) Nhamatanda, a Sul com o Distrito de Buzi e Cidade da Beira e a Este pelo Oceano Índico” (MAE, 2005, p. 2).

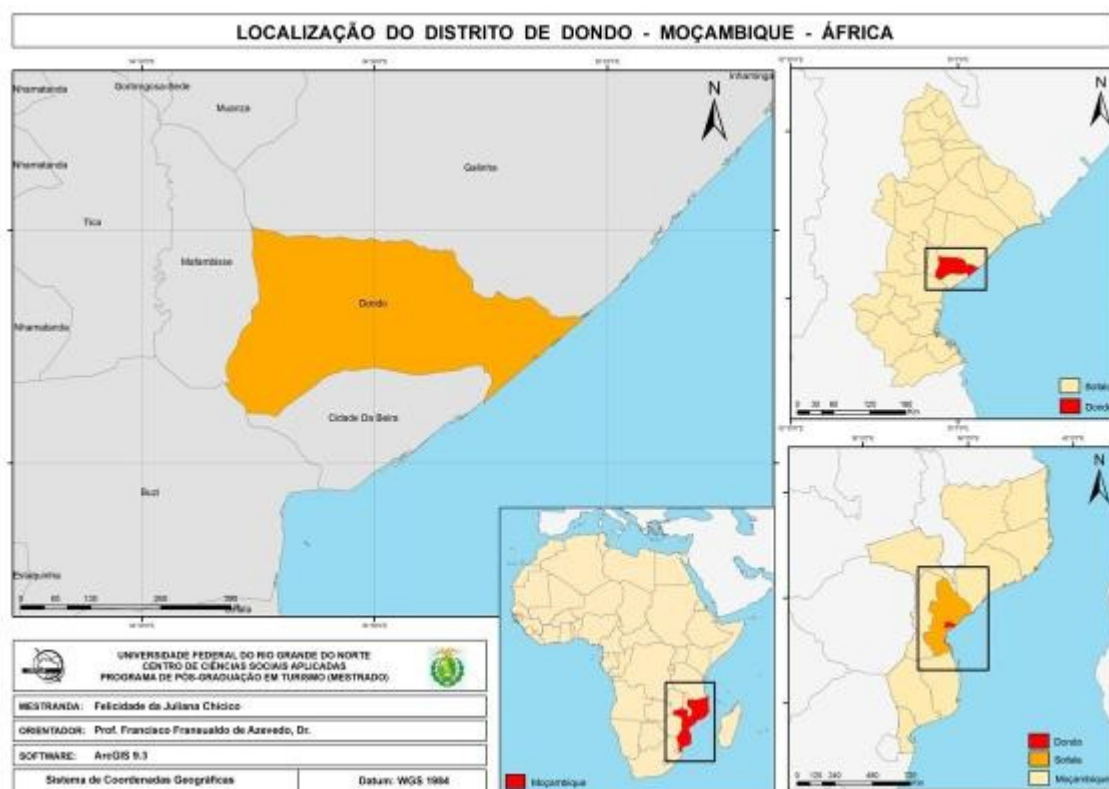


Figura 1: Localização da Área de estudo. **Fonte:** WGS, 1984.

Figure 1: Location of Study Area. Source: WGS, 1984.

É importante destacar que Moçambique é um país situado na parte sul da costa Oriental Africana, e enquadra-se no grupo dos países considerados periféricos no contexto socioeconômico mundial, sendo a agricultura uma das atividades considera-

das básicas para o desenvolvimento do país devido ao alto potencial agrícola. Mas pela diversidade natural e cultural que possui o turismo também tem sido visto como atividade estratégica para a melhoria da qualidade de vida da população se implementado de forma planejada e com envolvimento da população no processo de planejamento (MOÇAMBIQUE, 2006).

Dondo é um distrito costeiro rico em recursos naturais, culturais e com grande potencial agrário, conforme o Ministério de Administração Estatal – MAE (2005, p.15), *“a proximidade da cidade da Beira, a integração no corredor da Beira e o acesso fácil a província vizinha¹ e mesmo ao Zimbábwe, possibilita ao distrito uma boa integração a rede de mercados”*.

A inserção do Turismo de Base Local no atual contexto do desenvolvimento territorial rural

O atual debate sobre desenvolvimento rural focaliza a abordagem territorial, reconhecendo o caráter multifuncional do espaço rural. Enfatiza o aproveitamento das forças endógenas, a necessidade de implementação de políticas que valorizem as especificidades locais, a participação dos atores sociais na dinamização e revitalização do espaço rural. É neste contexto que o turismo entra como um dos meios para induzir uma nova dinâmica ao espaço rural, visto que a atividade é tida como um canal para a revalorização dos recursos naturais e culturais, bem como do modo de vida rural

A revolução industrial trouxe grandes mudanças tecnológicas que teve um forte impacto sobre o processo produtivo, em nível econômico e social, tendo iniciado na Inglaterra meados de século XVIII e espalhando-se pelo mundo a partir do século XIX e os seus efeitos se registram até os dias atuais (BURNS, 1995). Transformações como o avanço tecnológico no que se refere aos meios e técnicas de produção, meios de transporte e comunicações; rápido crescimento econômico; substituição do trabalho humano pelas máquinas; novas relações entre as nações e o fenômeno cultura de massa impostos pelo capital que emergiu nesse período; redução da população rural devido ao deslocamento para os centros urbanos em busca de trabalho, a baixa condição de vida no espaço rural, comparada a do meio urbano na época, foram algumas das razões que deixaram o meio rural aquém dos avanços técnicos verificados no meio urbano (BURNS, 1995; AMAP, 2004).

Posteriormente problemas como mudanças climáticas, empobrecimento dos solos, degradação de infraestruturas, dificuldades de colocação dos produtos no mercado aliado ao desemprego nas zonas rurais, constituíram fatores que levaram os países do primeiro mundo como Estados Unidos da América (EUA), Inglaterra, Itália, Espanha, França a apostarem em políticas públicas que estimulassem o desenvolvimento no meio rural, por meio de incentivos a prática de atividades que pudessem proporcionar a multifuncionalidade, o resgate e a revalorização da cultura, do meio ambiente, assim como, do modo de vida rural (CANDIOTTO, 2010).

O turismo é uma atividade que tem sido apontada como estratégica para impulsionar o desenvolvimento tanto de nações hegemônicas, bem como das nações peri-

féricas. Dentro do contexto do desenvolvimento rural, assim como, das novas tendências no turismo, têm surgido novos modelos de turismo, centrados na busca por práticas turísticas alternativas² sustentadas por princípios de sustentabilidade, e um deles é o Turismo de Base Local (TBL).

Por se constituir num modelo centrado no aproveitamento da diversidade territorial de forma inclusiva, o TBL mostra-se como um veículo efetivo para a melhoria da qualidade de vida da população rural de forma participativa e integrada, uma vez que a comunidade também se responsabiliza, tanto pela concepção, como pela gestão da atividade turística (CORIOLANO, 2005).

Conforme Silva, Ramiro e Teixeira (2009), este modelo tem as suas premissas baseadas na autogestão, no associativismo ou cooperativismo, na valorização da cultura local, e principalmente no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor.

Assim, percebe-se que o TBL é um modelo de gestão de turismo que vai de encontro com a atual perspectiva do desenvolvimento rural, visto que este possibilita a inclusão da população rural no desenvolvimento da atividade turística, expressando suas idéias e receios, identificando suas prioridades, suas necessidades, interesses e as formas pelas quais esperam se beneficiar, traduzindo-se no processo democrático e solidário. Carvalho (2007) acrescenta ainda, que o TBL mobiliza a comunidade na luta por seus direitos contra grandes empreendedores da indústria do turismo de massa, quando a ocupação de seu território por estes ameaça a qualidade de vida e as tradições da população local.

As tendências atuais do mercado turístico têm aberto um espaço para a ascensão de iniciativas de turismo de base local, pois os turistas estão cada vez mais exigentes e mais conscientizados em relação à necessidade de conservar o meio ambiente, buscam por experiências originais com maior aproximação a natureza e a cultura local e, a necessidade de fuga do estresse da vida urbana faz do espaço rural um destino eleito para visitar. Fatos que proporcionam oportunidades para as comunidades rurais optarem pelo TBL e por via disso melhorar a sua qualidade de vida (CAMPANHOLA; SILVA, 1999).

Sob o ponto de vista da inovação, o turismo de base local inserido na cadeia de produção do meio rural, pode se constituir num propulsor do desenvolvimento local, através da incorporação de novos conhecimentos e mudança nas técnicas produtivas e nas formas organizacionais (FALCÃO *et. al.*, 2009).

Neste contexto, o desenvolvimento independentemente da sua aceção espacial (rural ou urbano) exige consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e, também do espaço natural e social, significa o desenvolvimento das potencialidades humanas e a consolidação pela cidadania.

Assim, o individuo em vez de objeto, torna-se o sujeito e protagonista real no processo de desenvolvimento, ele se insere como um agente livre para promover a melhoria de sua qualidade de vida. O desenvolvimento na escala humana, ou seja, na

perspectiva do sujeito, requer a consideração das necessidades humanas, a autodependência e articulações orgânicas³ baseadas nas especificidades locais. No entanto, tal protagonismo só é possível mediante o processo de democratização que permite uma participação direta e ativa do indivíduo e que resulte num modelo de atuação de baixo para cima capaz de refletir as necessidades reais dos mesmos (MAX-NIFF, 1998).

Desta forma, percebe-se que o discurso sobre o TBL como um dos veículos para o desenvolvimento rural, à luz dos preceitos do desenvolvimento na perspectiva do sujeito, bem como dos princípios de sustentabilidade, convergem para um posicionamento onde a liberdade das pessoas agindo individualmente e coletivamente, e a satisfação das necessidades humanas fundamentais são tidas como motor fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

O turismo de base local na perspectiva da sustentabilidade em Dondo (Moçambique): discutindo dimensões

Esta análise será feita sob um enfoque das distintas dimensões da sustentabilidade, a saber: político-institucional, sustentabilidade ambiental, sustentabilidade social, sustentabilidade cultural, sustentabilidade econômica e sustentabilidade espacial (Quadro 1, próxima página).

Neste ponto foram observados aspectos relacionados à governança, como os órgãos e instrumentos de gestão do destino, nomeadamente políticas, programas e planos, além de instrumentos legais específicos ao turismo e outros instrumentos que auxiliam o desenvolvimento da atividade.

Castells (2001) afirma que o poder público não pode ficar a parte do turismo, uma vez que este setor é tido como propulsor da economia, que valoriza a cultura e cria a integração entre países e entre outros benefícios que advêm da prática.

Riveros e Blanco (2003) acrescentam ainda, que, para que o turismo se converta numa alternativa de desenvolvimento para as comunidades locais e contribua efetivamente para a revalorização do espaço rural, é necessário que ele seja bem planejado, executado e controlado.

O turismo em Moçambique é tido como um setor estratégico para o desenvolvimento do país, em 2001 foi constituído o Ministério de Turismo o maior órgão público de tutela da atividade no país (MITUR, 2004). Desde 1994 que o governo tem implementado várias políticas setoriais e legislação, com o fim de estimular o desenvolvimento da atividade no país, destacando-se a Lei do turismo (2004); Política de Turismo e Estratégia de sua Implementação (2003); Plano Estratégico de Desenvolvimento de Turismo em Moçambique (2004); Política Nacional de florestas e Fauna Bravia (1995); Lei de Fauna Bravia (1999); Lei de Terras (1997); Programa Nacional de Gestão Ambiental (1995), Lei de quadro ambiental (1997); Lei de pescas (1990), Lei de Investimento, etc. Existem também diversos programas e planos para reativação do turismo em unidades de conservação, nas zonas costeiras e no interior do país, bem como, busca de investimentos para o setor.

Quadro 1: dimensões de análise para implementação do Turismo de Base Local no distrito de Dondo (Moçambique). **Fonte:** Dados da pesquisa (2012).

Table 1: dimensions of analysis for the implementation of locally-based tourism in Dondo district (Mozambique). **Source:** survey data (2012).

Dimensões de Análise	Fatores para Implementação Turismo de Base Local analisados
Aspectos Políticos Institucionais	Governança
Sustentabilidade Ecológica	Recursos turísticos
	Atrativos turísticos
	Conservação e Preservação do meio ambiente
Sustentabilidade Social	Rede de relações sociais
	Participação comunitária
	Mão de obra
	empregabilidade
	Infraestrutura básica
	Qualificação do pessoal
	Governança
	Assistência aos agricultores
Sustentabilidade cultural	Participação comunitária
	autenticidade
	Consciência social e pública sobre identidade local
	Inserção local e regional
Sustentabilidade econômica	Experiência turística
	Demanda turística
	Inserção local e regional
	Perfil dos provedores do produto
	rentabilidade
	Permanência do turista
	Sazonabilidade
	Marketing responsável
	Empregabilidade
Sustentabilidade Espacial	Equipamentos turísticos
	Entretenimento e lazer
	Meios de apoio ao turismo
	Acesso
	Arquitetura

Dimensão político-institucional

Para os gestores de turismo (GT) a contribuição do turismo para a economia do país ainda é baixa, desde 2002 que o turismo vinha contribuindo com 1,5% no PIB de Moçambique, tendo se verificado um aumento de 1% em 2010. Prevê-se que a contribuição do setor no PIB do país, ultrapasse os atuais 2,5% até 2013. Até ao momento atual, maior parte do esforço do governo tem sido canalizado para as áreas de conservação e zonas costeiras, sendo o principal foco as áreas litorâneas.

No distrito de Dondo a gestão e regulamentação da atividade é feita em nível central pelo Ministério de turismo, considerando que a gestão pública em Moçambique segue a abordagem de baixo para cima (*bottom up*), ao nível do distrito é feita pelo governo distrital através dos Serviços de Atividades Econômicas em coordenação com a Direção Provincial de Turismo de Sofala.

A atividade no distrito é regulamentada pelos documentos acima referenciados e, não existe ainda nenhuma política, programa ou plano em nível local para o desenvolvimento do turismo. De acordo com os gestores do turismo (GTs) no distrito, o interesse do governo local pelo turismo é recente (2010), as atenções estavam mais direcionadas para as unidades de conservação, sendo maior alvo das atenções e ao mesmo tempo, o responsável por maior parte da receita do turismo na província o Parque Nacional de Gorongosa.

Entretanto, para que o turismo contribua significativamente na melhoria da qualidade de vida das comunidades no distrito de Dondo, há necessidade de um planeamento em nível local, assim como, a concepção de instrumentos que possam orientar a execução do turismo localmente, no que se refere a este aspecto Graziano da Silva *et. al* (1997), enfatiza a necessidade da participação do Estado no desenvolvimento do turismo no meio rural, através de uma planificação que possibilite o desenvolvimento sustentável, direcionando-se a atenção para as questões relacionadas aos cuidados com o meio ambiente, preservação da cultura, bem como, para a qualificação da mão de obra.

Seguindo o mesmo raciocínio, Verbole (2002) acrescenta que o poder público a nível local, na função de mediador e promotor do processo de desenvolvimento do turismo localmente, deve buscar a integração de todos os setores, uma vez que a cadeia de negócio do TBL, como em qualquer outra modalidade ou modelo de desenvolvimento de turismo, abarca diversas atividades produtivas ligados a outros setores de atividade.

Os gestores turísticos referem ainda, que devido ao aumento do fluxo de turistas no distrito e do interesse de investidores pelas áreas com potencial para o turismo no distrito, o governo local está trabalhando para estimular a prática do turismo. Atualmente tem na “manga” o projeto para reativação do complexo turístico de Sengo, que atualmente encontra-se totalmente destruída por causa da guerra civil.

Vale lembrar a que o poder público não pode ficar a parte do turismo, uma vez que este setor é tido como propulsor da economia, que valoriza a cultura e cria a integração entre países e entre outros benefícios que advém da prática e, o Estado é o

agente cujo uma das atribuições é a planificação do desenvolvimento com base nas diversas alternativas que as atividades produtivas oferecem (CASTELLS, 2001).

Posto isto, para que o turismo seja proveitoso para a população do distrito, inicialmente o governo deve adotar uma postura comprometida com o bem estar da comunidade local, buscando por modelos de desenvolvimento de turismo que maximizam as vantagens e minimizam as desvantagens do turismo.

Geralmente, a motivação do governo local pelo turismo está orientada para os aspectos económicos, pois em nenhum momento fez-se menção a projeções para a própria comunidade assumir-se como provedora do produto turístico, em vez de se esperar pelo investidor externo como “o salvador da pátria”.

Portanto para que o TBL seja implementado no distrito, há uma necessidade de reorientação dos princípios dos órgãos públicos no que se refere a escolha do turismo que se quer para o distrito, a realização de um planeamento estratégico alicerçados nos princípios de sustentabilidade, e implementação de programas de conscientização e capacitação em relação ao turismo. Como diz Castells (2001), o país ou região que opta pelo turismo como vetor para o desenvolvimento deve preparar-se para os impactos inerentes a prática da atividade e sugere como atividade primária, a definição de uma política turística que se incumbe inicialmente de educar a comunidade para a prática do turismo.

Dimensão da sustentabilidade ecológica e espacial

Nesta análise tomaram-se em consideração os seguintes fatores: recursos turísticos, atrativos turísticos e, conservação e preservação do meio ambiente, equipamentos turísticos, meios de apoio ao turismo, entretenimento e lazer, arquitetura e lazer.

Dondo é um distrito costeiro rico em recursos naturais, culturais e com grande potencial agrário, conforme o Ministério de Administração Estatal – MAE (2005, p.15). Além disso, “*a proximidade da cidade da Beira, a integração no corredor da Beira e o acesso fácil a província vizinha⁴ e mesmo ao Zimbabwe, possibilita ao distrito uma boa integração a rede de mercados*”. O acesso ao distrito para fins turísticos é feito por meio rodoviário através da Estrada Nacional Nº 1 e Nº6 e, pelo meio aéreo através do Aeroporto Internacional da Beira e do Aeroporto Nacional de Chimoio. Como se pode notar, a acessibilidade do distrito se constitui num grande diferencial para atração como captação dos fluxos turísticos na região.

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo (2004-2013) – PEDTM (2004-2013) classifica esta região como uma Área Prioritária de Investimento em Turismo (APIT) do tipo A/B⁵, fazem parte deste grupo, áreas com limitado desenvolvimento turístico, com modestas infraestruturas e fluxos turísticos. De acordo com MAE (2005) a costa do distrito abrange a Zona Turística de Sofala, que entre as várias praias que possui, destacam-se a praia da Beira, Sofala e Savane.

De acordo com os GTs do distrito, Dondo registrava considerável fluxo turístico

no período colonial, captando tanto fluxos locais, como da região. Maior parte do fluxo se dirigia para o litoral, o interno era constituído essencialmente por cidadãos das cidades vizinhas e o externo por zimbabwuanos, malaweanos, portugueses e norte-americanos. Normalmente, maior parte do fluxo dos turistas que passava pelo distrito, tinha como destino final o Parque Nacional de Gorongosa.

A guerra civil que o país viveu após a Independência (1975), levou ao colapso da atividade turística no distrito e no país em geral. Com o estabelecimento da paz em 1992, verificou-se uma reativação progressiva da atividade turística pelo país, o interesse do governo distrital pelo turismo é recente como foi referido anteriormente, pois o distrito já vem recebendo novamente os fluxos turísticos domésticos e internacionais e, assim o turismo foi se desenvolvendo espontaneamente.

O PEDTM recomenda para as APITs A/B, além de somente beneficiar-se do turismo dos cidadãos da região, a captação dos fluxos que se dirigem para os países vizinhos tendo como portal de entrada principal o aeroporto internacional da Beira. Fato que já tem se verificado, pois segundo os GTs, 90% dos turistas estrangeiros que chegam ao distrito vêm dos países vizinhos como África do Sul, Zimbabwe, Malawe e Tanzânia com destino final ao Parque Nacional de Gorongosa e Reserva Nacional de Marromeu.

Este plano recomenda ainda, a criação de infraestruturas como parques de campismo e caravanas para turistas de posses baixa, médias e alta, bem como, modernização e construção de novo parque hoteleiro.

O TBL focaliza-se no desenvolvimento com base nos recursos produtivos locais, promovendo a diversificação das atividades e, conseqüentemente, das fontes de rendimento das famílias, estimulando também, a valorização da cultura e no espaço rural. Está atividade por característica alicerça-se nas forças endógenas do local, uma vez que preconiza a utilização de recursos próprios do lugar, (CAVACO, 1996; CORIOLANO, 2003).

Nesta perspectiva, para a implantação do TBL no distrito de Dondo, há que considerar além dos recursos naturais e culturais, às infraestruturas básicas e turísticas existentes, uma vez que neste modelo agrega-se e não apropria-se de forma excludente do modo de vida que caracteriza o lugar. Como refere Rodrigues (2007, p.19) o turismo de base local deve considerar a escala local território – zona de resistência, os não alcançados pela globalização, compreendidos como *“territórios de abrigo e recurso, prenhes de simbologia, onde predominam as relações de poder local, ancoradas nos princípios de liberdade e autonomia”*.

No que concerne à infraestrutura turística, os gestores do turismo afirmam que a rede de empreendimentos turísticos é estimada em 75 estabelecimentos, onde 43 se encontram encerrados em virtude de descapitalização dos operadores turísticos. Os 32 em funcionamento são constituídos por restaurantes, bares, lanchonetes, discotecas, pensões, hotéis, e *lodges*. 80% dos capitais investidos nos equipamentos turísticos do distrito são de origem estrangeira (paquistaneses, somalianos, zimbabwuanos e portugueses), e semelhantemente acontece com o comércio formal. Maior parte dos locais que têm alguma atividade comercial integra-se no setor informal.

Segundo os entrevistados (líderes comunitários-LCs e GTs), não existe ainda iniciativas significativas de turismo implementadas pela própria comunidade, o que mais tem se verificado, é o emprego dos locais nos empreendimentos turísticos como hotéis, *lodges* (Figuras 2 e 3), pensões, entre outros; fornecimento de produtos agrícolas, pesqueiros e artesanais; contratação de serviços de grupos de canto e dança, que são na maioria das vezes feitos pelos gestores dos *lodges* que encontram no litoral.



Figura 2: Lodge Rio Savane. **Fonte:** autores (2012).
Figure 2: Lodge Rio Savane. **Source:** authors (2012).

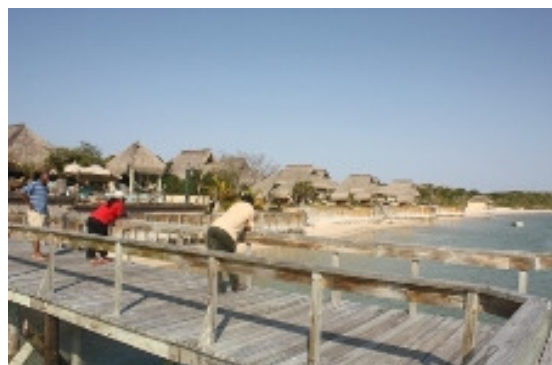


Figura 3: Savane Lodge. **Fonte:** autores (2012).
Figure 3: Savane Lodge. **Source:** authors (2012).

Os poucos serviços turísticos que são oferecidos pela comunidade distribuem-se entre alojamento em pensões (2), alimentação em lanchonetes (4), entretenimento em bares (2) e discoteca (1). Os que mais se destacam são as quintas (sítios), que para além de alojamento oferecem também serviços de alimentação e entretenimento.

Existem no distrito, pelo menos 33 quintas, somente 3 é que se dedicam ao turismo. 1 se localiza no posto administrativo de Mafambisse (Figura 4) e 2 no posto administrativo de Savane (Figura 5), convém ressaltar que as quintas pertencem a membros da comunidade com posses média a alta, que agregaram o turismo as quintas estimulados pelo fluxo de cidadãos da Beira e Chimoio, que se dirigiam a Dondo para lazer, nos finais de semana e feriados. Cabe ressaltar, que os proprietários das quintas exploram a atividade individualmente e, a de Mafambisse o proprietário é da cidade da Beira e esta foi a primeira a abrir suas portas para o turismo em 1996.



Figura 4: Quinta de Mafambisse. **Fonte:** autores (2012).
Figure 4: Quinta de Mafambisse. **Source:** authors (2012).



Figura 5: Quinta de Savane. **Fonte:** autores (2012).
Figure 5: Quinta de Savane. **Source:** authors (2012).

As quintas, para além de alojamento e alimentação, oferecem também passeios em barcos tradicionais pelo rio Savane e Maria e pela praia de Savane (Figuras 6 e 7), pesca e caça. O serviço de alimentação é constituído tanto por pratos típicos da região como por pratos convencionais.



Figuras 6 e 7: Rio Savane. **Fonte:** autores (2012).
Figures 6 and 7: River Savane. **Source:** authors (2012).

Tem se verificado também, a realização de feiras gastronômicas (esporadicamente), de produtos agropecuários e pesqueiros e, de artesanato. A feira que tem tido maior afluência é a de produtos agropecuários e pesqueiros, observando-se a presença de comerciantes das cidades da Beira, Chimoio e Maputo.

Apesar de se verificar um crescente interesse pelo turismo por parte do governo local, ainda prevalece à ideia de que o distrito de Dondo é potencialmente pobre em recursos turísticos, como se pode constatar pela afirmação dada por um dos GTs

O distrito não tem grande vocação turística para apostarmos em grandes esforços de investimentos no turismo. O que chama atenção quando se trata de turismo aqui no distrito é a praia de Savane e a praia de Sengo, mesmo na praia de Sengo não existe nenhuma infraestrutura, foi tudo destruído pela guerra, para se chegar lá é difícil. Mas o governo está trabalhar junto de potenciais investidores e da comunidade nos arredores da praia de Sengo para a reativação do complexo turístico que existia no tempo colonial.

Esta ideia também está presente no perfil do distrito, “*Este distrito não tem potencial turístico significativo e as infraestruturas necessárias ao desenvolvimento do sector são muito limitadas*” (MAE, 2005, p.3). Os resultados da pesquisa, indicam que esta ideia, está relacionada à ligação do turismo a viagem, sol e praia, pois 90% dos entrevistados quando questionados sobre as ideias que lhes ocorrem quando se fala de turismo, são viajar e praia.

Além disso, resulta também do atual foco de desenvolvimento de turismo que o governo tem direcionado para o país, que é o turismo de massa (turismo de sol e praia), uma tipologia de turismo “altamente destrutiva”, pois, pela forma como este se desenvolve acelera a degradação dos destinos tanto nos aspectos naturais como culturais, além de aumentar a desigualdade social.

Perante problemas dessa natureza, Castells (2001) afirma que o Estado é chama-

do a intervir por meio de incentivos, subsídios, atividades complementares que estimulem a participação dos agentes de desenvolvimento, assim como ações de formação e conscientização das comunidades em relação aos prós e contras do turismo.

Portanto, percebe-se que maior parte dos problemas vividos pelas comunidades como a falência dos seus estabelecimentos, a falta de conhecimento sobre o turismo, carência dos meios básicos para oferecer o produto turístico, podem encontrar solução, ou pelo menos caminho para solução mediante maior comprometimento do poder público através do sugerido por Castells (2001) no início deste parágrafo.

De fato, o distrito Dondo carece de infraestruturas, tanto básicas como turísticas que permitam o pleno desenvolvimento da atividade, como se mostra na secção do texto onde estão descritas as características socioeconômicas do distrito. Mas, afirmar literalmente que o distrito não tem potencial turístico significativo é negar-se o olhar as outras oportunidades para o aproveitamento dos recursos disponíveis no distrito, e que podem trazer benefícios reais as comunidades locais sem descaracterizar a paisagem, degradar a natureza ou mercantilizar a cultura.

É de notar, que em virtude do interesse do governo local e de agentes econômicos externos pelo turismo no distrito de Dondo, a Assembleia Municipal de Dondo aprovou a proposta de o Município retirar todas as quintas existentes na zona de expansão para as zonas de produção. Conforme os LCs, as zonas de expansão são destinadas a construção de unidades residenciais, maior parte de indivíduos proprietários de quintas nesta zona, são indivíduos que tem as suas quintas como moradia familiar ou lugar para lazer e não unidade de produção.

Os ambientalistas que atuam em Dondo informaram que o fato de as zonas de produção albergar a estrutura industrial do distrito (Fábrica de cimentos, de lusalite, de betão, processamento de madeira), deixará os proprietários das quintas transferidos para esta zona, expostos as várias formas de poluição (sonora, do ar, água, etc.) e possibilidade de contração de doenças cancerígenas em longo prazo. Porém, o projeto para reativação do complexo turístico de Sengo, bem como, o plano para concessão dos terrenos na zona de expansão para atividade turística mostra-se ainda continuam em curso.

Além do alerta pela transferência das quintas para a zona de produção, consta no Jornal Notícias do dia 22 de Outubro de 2011, outro alerta sobre a intenção de estimular o turismo de massa na praia de Sengo (Figuras 8 e 9), uma vez, atualmente tem se registrado um desmatamento massivo do mangal e com a implantação do turismo será prejudicial para a vida marinha.

Porém, os gestores de turismo no distrito não tomaram em consideração o alerta dado pelas associações ambientalistas, tanto que, voltaram a afirmar no Jornal Notícias do dia 28 de Dezembro de 2011, que o principal interesse no momento é de reativar o turismo em Sengo como se observa na afirmação abaixo:

Para já, a maior preocupação do Governo reside na reativação do turismo nas praias de Sengo, cuja via condiciona o seu acesso. Com infraestruturas completamente em escombros, incluindo o desaparecimento do mapa da então pista de aterragem devido à guerra, a referida zona turística apresenta-se com uma beleza natural altamente atraente com a abundância de ecossistemas marinhos, faunísticos e florestais (JORNAL NOTÍCIAS, 2011).



Figuras 8 e 9: Praia de Sengo. **Fonte:** autores (2012).
Figures 8 and 9: Beach Sengo. **Source:** authors (2012).

Esta atitude dos gestores da atividade turística no distrito só vem confirmar, que a lógica economicista impera no mercado e no seio dos agentes de turismo no distrito. Todavia, vários pesquisadores entre eles Coriolano (2005), e Burzstyn (2004) defendem que uma das vias para ultrapassar as vicissitudes criadas pelo turismo de massa é a implementação do turismo de base local, que se traduz em uma prática turística que promove a inclusão social por meio de implantação ou incentivo à criação de empreendimentos locais e com uma visão própria de exploração consciente e sustentável voltada aos interesses na escala humana e local.

Todavia, as dificuldades se agravam em regiões com considerável fragilidade do poder político local, desigualdade social e baixo grau de organização social, para além da grande prevalência do turismo de massa no seio dos profissionais, políticos, maioria dos turistas e até das comunidades receptoras (BURZSTYN, 2004).

E este é cenário que está se impondo no distrito de Dondo, pois, tanto os gestores públicos como as comunidades locais vêem o turismo de massa como um meio de “propulsão veloz” para a melhoria da qualidade de vida, como se pode perceber na afirmação dos líderes comunitários “se o complexo de Sengo estivesse aberto o negócio das pessoas aqui teria mais lucro, porque aproveitariam os turistas que viriam para cá.

Percebe-se que por a atividade turística ter iniciado espontaneamente no distrito, sem obedecer a nenhum plano, fez com que os empreendimentos surgissem nos lugares que se mostram atrativos aos investidores, com destaque para o litoral e a zonas próximas a EN1. Mas a riqueza do distrito vai além de praias, o distrito tem uma beleza natural atraente com abundância de ecossistemas marinhos, faunísticos e florestais, o pescado e mariscos constituem alguns dos produtos que fazem parte da dieta da comunidade, pois o distrito é rico em cursos de água (rios, riachos, lagoas). A caça também é uma das atividades muito praticada pelos locais, e também oferecida pelos operadores turísticos existentes.

Os Serviços de Atividades Econômicas no distrito em colaboração com a Direção Provincial para Coordenação da Ação Ambiental da Província de Sofala e ONGs que trabalham em questões ambientais em Dondo têm realizado programas de educação ambiental no distrito, de acordo com os LCs as comunidades têm consciência da necessidade de conservação do meio ambiente. Foram capacitados 4 grupos de ativistas, compostos por 15 membros da própria comunidade e existem 3 associações comunitárias direcionadas para o meio ambiente e desenvolvimento.

Sustentabilidade social

De acordo com o art. 3 da Constituição da República, Moçambique é um estado de direito baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do homem. Um dos objetivos do estado moçambicano é o reforço da democracia, da liberdade, da estabilidade social e da harmonia social e individual (art. 11, al. f da Constituição da República de Moçambique). Para efetivação destes objetivos, o Estado atua por meio dos seus órgãos centrais e locais, no entanto, são os órgãos locais responsáveis pela implementação de processos de desenvolvimento que levem a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Assim, os órgãos locais onde se integra o governo distrital possuem autonomia administrativa na gestão dos recursos locais, os mesmos são responsáveis pela promoção a utilização de recursos disponíveis, garantia da participação ativa dos cidadãos e incentivo às iniciativas locais na solução de problemas da comunidade, para além de garantir a realização das tarefas e programas económicos, culturais e sociais de interesse local e nacional (arts. 263 nº 2 e 264 da Constituição da República de Moçambique, ATLS).

Deste modo, o processo de desenvolvimento adotado passa por uma abordagem territorial onde o processo de gestão e planeamento é policêntrico com múltiplas instâncias de discussão e decisão, haja vista que cada distrito é responsável pela criação de sua própria riqueza com base nas especificidades locais e/ou regionais.

Apesar de ter se verificado vários investimentos em infraestruturas como melhoramento das vias de acesso (primárias e secundárias), rede de comunicação e de distribuição de água, a qualidade de vida da população local ainda está aquém do nível desejado. Somente 19,5% da população do distrito é que se beneficia de água canalizada, abrangendo apenas a cidade de Dondo e os postos administrativos. A distribuição de energia elétrica também é precária, cobrindo somente 13% dos agregados familiares do distrito e, 78% das famílias utilizam combustíveis como parafina, petróleo ou querosene (INE, 2008).

A taxa de escolarização foi estimada em 72,4% respectivamente considerando-se apenas o ensino primário e secundário e, a taxa de analfabetismo em nível do distrito é de 35%, o que demonstra que menos da metade da população não sabem ler nem escrever em nenhuma língua (INE, 2008).

Tendo em conta que a língua materna dominante no distrito é Sena, 65% da população com mais de 5 anos de idade ou mais tem conhecimento da língua portuguesa, sendo este predominantemente em homens dada a maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho. Cabe ressaltar que maior parte da população alfabetizada vive na cidade de Dondo.

Os serviços sanitários também não respondem a demanda real do distrito, quando se trata de problemas de saúde grave ou procura de serviços que não são oferecidos nos centros de saúde, a população tem de se deslocar a cidade da Beira (30km) para o atendimento em serviços de saúde.

No que respeita a posse da terra, mais de 85% das 59 000 parcelas em que estão divididas, as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos, ou estão em regime de aluguer ou concessão do es-

tado a particulares e empresas privadas.

Este distrito possui potencialidades agrícolas, pecuárias e florestais, sendo a agricultura e pecuária as principais atividades das famílias. De um modo geral a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consorciação de culturas com base nas variedades locais.

O distrito possui cerca de 26 mil explorações agrícolas com uma área média de 0.8 hectares. É de notar que o tipo de exploração dominante é a familiar. Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 80% dos casos o homem da família.

Dada a composição alargada da maioria dos agregados moçambicanos, a estrutura de exploração agrícola do distrito reflete a base da economia familiar, constatando-se que as explorações são cultivadas por 6 ou mais membros do agregado familiar. As explorações estão divididas em cerca de 59 000 hectares e exploradas em 55% dos casos por mulheres. Do total de agricultores, 34% são crianças menores de 10 anos de idades, de ambos os sexos.

A produção agrícola é feita normalmente em condições de sequeiro, no entanto, este método apresenta um risco alto de perdas de colheitas, devido à baixa capacidade de armazenamento de umidade no solo durante o período de crescimento das culturas. Para além da agricultura, a população local dedica-se a caça, pesca, extração de carvão, artesanato.

O distrito de Dondo é um centro agroindustrial importante do país, sendo a produção de açúcar e cimento que dominam a atividade industrial do distrito. Há ainda a realçar entre outros empreendimentos a Lusalite de Moçambique, Moçambique Florestal (MOFLOR), Fábrica de Travessas de Betão, Estação dos Caminhos de Ferro Moçambique-Centro e Gado Leiteiro de Muzimbite. O distrito possui uma boa integração a rede de mercados devido a proximidade da cidade da Beira, a integração no Corredor da Beira e o acesso fácil à província vizinha de Manica e mesmo ao Zimbabwe.

É de notar que verifica-se uma considerável participação da comunidade no processo de gestão no distrito, pois a autoridade comunitária tem contribuído largamente na implementação de vários programas do Governo nomeadamente:

- Incremento de receitas do estado através de cobrança de imposto; Redução dos casos criminais, resultantes de problemas sociais e de conflitos de terras (polícia comunitária);
- Apoio às instituições do estado, na gestão do programas de combate às queimadas descontroladas e fomento pecuário;
- Sensibilização e mobilização das comunidades para o sucesso dos programas de vacinação, inquéritos, combate ao HIV/SIDA, expansão da rede escolar, promoção do gênero (rapariga), diminuição do índice de desistência nas escolas, reabertura de vias terciárias, construção de salas de aulas e casas de professores e presidentes das localidades nas zonas rurais, entre outras;
- Dependendo de sua participação, as autoridades comunitárias recebem como estímulos 300,00Mts por cada participação na gestão da terra e 5% do valor do imposto arrecadado.

Embora se afirme acima, a existência de participação da comunidade, questiona-se a qualidade dessa participação, uma vez que percebe-se ao longo deste discurso que as comunidades estão desprovidas de conhecimento sobre a atividade turística nesse caso, a ponto de poderem dar algum parecer sobre investimentos em turismo. Empoderamento não significa somente atribuir cargo de poder a um membro da comunidade, conforme Carestiano (2000) o empoderamento das comunidades possibilita a participação plena dos mesmo nos processos decisórios e de gestão dos recursos locais.

Em (GREEN, 2009) consta que cidadãos ativos são aqueles que têm pleno gozo dos seus direitos e obrigações e exercitam-nos com vista a obter melhor qualidade de vida, participando da vida política ou cívica ou ainda através de ações coletivas que possibilitam a camada excluída da sociedade sejam ouvidas. Estados efetivos, àqueles que são capazes de garantir aos indivíduos, o poder sobre os seus direitos e obrigações conferindo-lhes a possibilidade de exercer a cidadania.

Assim, a ação dos indivíduos está sujeita não somente a atribuição desse poder (cargo de chefia, por exemplo líder comunitário), agrega-se o senso do poder da informação/conhecimento por parte da comunidade, bem como a abertura por parte do estado a ouvir e dar cobro as preocupações das comunidades bem como as restantes partes interessadas no desenvolvimento do distrito, a baixa atenção por parte do poder público no distrito ao alerta feito pelas organizações em prol do ambiente para o turismo de massa que se projeta para a Ilha de Sengo, é um indício da não efetividade do poder público no distrito.

As condições de vida e de habitações também deixam muito a desejar, as mais observadas no distrito de Dondo, são do tipo palhota com pavimento de terra batida (61,5), teto de capim ou colmo (15,5) e paredes de caniço ou paus (55,3%). Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias sem rádio, sem eletricidade e com água colhida diretamente em poços ou furos, vivendo em palhotas sem latrina dispondo em média de duas bicicletas.

A cidade do Dondo e a vila de Mafambisse são as zonas que apresentam melhores condições habitacionais, verificando-se que maior parte das famílias tem rádio e vivem em casas com latrina, cerca de 15,6% têm casas de material duradouro, energia elétrica e água canalizada.

Conforme pode se constar, a situação social do distrito pode se considerar como baixa, há uma necessidade de investimento em infraestruturas coletivas que proporcionem a população melhores possibilidades de aproveitamento dos recursos produtivos, por exemplo, a falta de energia elétrica tem sido um dos grandes constrangimentos para os pescadores que não tem como congelar o seu pescado, sendo obrigados a vender e consumir tudo no mesmo dia e, em caso de sobra vai para o lixo (LCs). Todavia, ainda pode se colocar em perspectiva a implementação do TBL como forma de criar outras formas de aproveitamento de dos recursos, de modo a complementar as já existentes.

As palhotas constituem o modelo tradicional de casas do espaço rural Moçambicano, o que se propõem é disponibilização de recursos para as comunidades para que elas possam construir palhotas que ofereçam melhores condições para moradia e para acomodação de turistas, pois o turismo de base local, não vem para alterar a forma local, mas sim para nela se integrar.

Sustentabilidade cultural

Nesta seção foram observados aspectos como participação comunitária, autenticidade, consciência social e pública sobre identidade local, inserção local e regional e, experiência turística.

90% dos entrevistados não têm conhecimento que lhes possibilite um julgamento fiável quando se trata de turismo. Quando questionados sobre a idéia ou noção que possuem do turismo, maior parte referiu-se a viagem e praia; como vantagens do turismo a oportunidade de emprego e mercado para produção local, como desvantagens somente o reassentamento necessário para implantar o turismo para um “benefício maior”. Portanto, percebe-se que a comunidade local não tem consciência do que é turismo e as diferentes perspectivas do mesmo. Só para constar, no seio dos gestores de turismo não existe nenhum com formação em turismo, o que fragiliza ainda mais o processo de gestão do turismo no distrito.

De certa forma, a comunidade não é culpada por abrir as portas para o turismo de massa, uma vez que eles não conhecem as várias perspectivas do turismo, isto é, não entendem realmente o que é o turismo, os reais benefícios e desvantagens do turismo, nem sabem como efetivamente se manifesta o turismo de massa, não conhecem outras formas de turismo para que possam escolher o melhor para elas.

Durante a auscultação para a reativação do complexo turístico de Sengo, o que lhes foi informado apenas é que com o investimento em turismo no distrito elas poderão ter emprego, terão mais mercado para vender o seu peixe, carvão, a produção agropecuária, artesanato, pois o distrito estará cheio de turistas (LCs).

Para a implantação da atividade turística seja qual for a modalidade, é necessário que o local esteja minimamente preparado em todas as dimensões, de contrário o turismo poderá trazer mais os seus efeitos negativos do que os positivos.

De acordo com os entrevistados, não existe nenhum programa de conscientização em relação ao turismo, as atividades de formação ou capacitação que a comunidade tem recebido estão relacionadas à atividade agropecuária e pesca, tem se realizado também programas de educação ambiental implementadas pelo departamento de Coordenação para Ação Ambiental e por ONGs que atuam no distrito em questões ambientais.

Além disso, não existe nenhum plano específico ao desenvolvimento do turismo ou pelo menos uma projeção do tipo turismo que se quer trazer para o distrito. Devido ao interesse de investidores externos pelo turismo no distrito e, mediante as vantagens econômicas que o governo local espera ter, iniciaram-se ações para implementação do turismo no distrito.

Uma das primeiras ações foi uma reunião conjunta com a comunidade onde se explanou sobre as intenções de estimular o turismo no distrito com ênfase no turismo de massa, e não no turismo que pode ser implementado pela própria comunidade, como referem os líderes comunitários:

O governo e os investidores reuniram conosco, nos falaram do turismo e da reabilitação do complexo de Sengo, disseram que o turismo nas praias vai criar empregos, que vamos poder vender nossos produtos, que as infraestruturas assim como outros serviços vão melhorar, os investidores vão construir postos de saúde e escolas, por isso achamos que o turismo é bom e vai nos ajudar muito, por isso concordamos (LCs)

Como se pode ver, os primeiros passos do governo para a implantação do turismo no distrito estão direcionados para um turismo “predador”, onde a comunidade não tem participação ativa e nem preparação para receber o turismo, em curto prazo degradará com os valores locais, com modo de vida local, com o ambiente e a cultura. Apesar de as decisões serem tomadas em conselhos ou reuniões com a comunidade ou seus representantes, a participação pelo menos em turismo é limitada porque as pessoas não têm consciência do que é realmente o turismo e como elas podem participar.

O caminho iniciado pelo governo local pode levar a mudança do modo de vida local, por exemplo, as atividades rotineiras da comunidade serão substituídas por postos de trabalhos nos hotéis e *lodges* no litoral do distrito, já há intenção de retirar as quintas do lugar em que se encontram para dar espaço ao turismo. Há que convir, que todas estas ações são desnecessárias, pois há modelos alternativos de turismo cujas vantagens são maiores que as desvantagens, onde a comunidade local é a protagonista no desenvolvimento da atividade como foi referido anteriormente.

Vários autores como Kageyama (2004), Candiottto (2010), Campanhola e Graziano da Silva (1999, 2000) identificam o turismo como uma atividade potencial para o melhor aproveitamento dos recursos naturais, assim como culturais. E de forma o especifica, o turismo de base local se mostra propício para um desenvolvimento que se quer sustentável, inclusivo socialmente onde a participação constitui o forte para o engajamento da comunidade no aproveitamento dos recursos locais. Conforme Carvalho (2007), este modelo se foca em um turismo e o tipo de turista, que procura uma experiência cultural original, o contato com o novo, como também localidades receptoras onde os habitantes adotam uma postura alicerçada na sustentabilidade na prática das atividades turísticas, preservando a cultura e as estruturas sociais do lugar, de modo que os parâmetros da cidadania se interagem com o desenvolvimento do turismo local.

Face ao exposto, constata-se que o distrito goza de uma boa inserção a nível do mercado regional, a comunidade vive segundo seus hábitos e costumes, verifica-se a afirmação da identidade local no seio da comunidade, o nível de participação da comunidade na vida pública e na gestão dos recursos é significativa, pois existem mais de 15 associações no distrito distribuídos entre as áreas de saúde, educação, gênero, ambiente, agricultura, pesca, artesanato, cultura, pecuária, atividade industrial, educação cívica e responsabilidade social.

No entanto, compreende-se que não há nenhuma cooperação ou uma forma de associativismo em turismo pela falta de consciência da comunidade em relação ao fenómeno, além disso, o turismo ainda está numa fase embrionária. Todavia, os resultados da pesquisa mostram que há condições para se colocar em perspectiva a implementação do TBL.

É importante destacar que o TBL possibilita a inclusão social uma vez que as co-

munidades podem atuar em parceria e cooperação, buscando conjuntamente soluções para os problemas do grupo. E isso, só é possível mediante a criação de um ambiente interativo e de parceria entre os empresários do setor de turismo e o poder público, que deve se preocupar com a melhoria da qualidade de vida e com o bem estar social da comunidade.

Assim, pode se afirmar que o distrito reúne condições para implementação do TBL, desde que haja um trabalho sobre conscientização e capacitação da comunidade, governos local em matérias ligadas ao turismo e técnicas de gestão para uma melhor participação da comunidade no desenvolvimento do turismo no distrito.

Sustentabilidade econômica

Além dos fatos acima expostos, o distrito possui o Fundo de Desenvolvimento do Distrito (FDD) orçados em 9 milhões de Meticais, cuja finalidade é disponibilizar capitais a comunidade para poderem investir em atividades produtivas que levem a melhoria de sua qualidade de vida. O Instituto Nacional de Turismo (INATUR) também dispõe de fundos para investimentos em turismo, mediante apresentação de um projeto que se mostre viável economicamente, socialmente e ambientalmente. Mas como a visão da comunidade local limita-se apenas nas atividades tradicionais e o turismo é tido somente como uma atividade muito cara para se investir, os fundos da INATUR nunca foram solicitados por nenhum membro da comunidade e até ao momento atual o FDD só foi solicitado para investimento na agropecuária, pesca, artesanato, comércio e atividades afins desenvolvidas pela comunidade.

Schaerer e Dirven (2001) apontam como constrangimentos que levam os empreendimentos locais a falência ou as comunidades não enveredem pelo turismo como uma opção para melhoria da sua qualidade, alguns optando até, por vender suas propriedades a empresários urbanos com maior poder de capital, são a dificuldade de investimento inicial, a baixa qualificação, resistência a iniciativa por parte dos locais são citadas como Perante problemas dessa natureza. Entretanto, Perante problemas dessa natureza, Castells (2001) afirma que o Estado é chamado a intervir por meio de incentivos, subsídios, atividades complementares que estimulem a participação dos agentes de desenvolvimento, assim como ações de formação e conscientização das comunidades em relação aos prós e contras do turismo.

Nesse caso, em vez de somente atrair investimentos externos para o distrito, deve-se também buscar apoio para as comunidades, de modo que elas estejam aptas para implementar o TBL. Ademais, o distrito vem registrando um fluxo crescente de turistas e, por se encontrar no corredor recebe também camioneiros⁶, o turistas tem uma permanência média de 3 dias. As épocas altas de turismo doméstico são os feriados e finais de semana para o turismo internacional é de Outubro a Janeiro.

Os resultados da pesquisa sugerem que o TBL se mostra como uma alternativa exequível no distrito de Dondo, pois, além dos atributos naturais e culturais e, aliados a acessibilidade que se constitui num fator diferencial no distrito, existe uma boa rede de cooperação no distrito, embora não seja na área de turismo. É de notar que um dos fatores primordiais para esta modalidade é a cooperação, solidariedade e o espírito de pertencimento ao lugar.

Nesse sentido, cabe ao governo local a elaboração e implementação de políticas públicas e estratégias que considerem as especificidades e a complexidade territorial no seu todo, e busca por caminhos que proporcionem benefícios efetivos a comunidade local, não simplesmente se direcionando pelas vantagens econômicas. Além disso, o TBL mostra-se como uma possibilidade para as comunidades inovarem e diversificarem as suas atividades sem necessariamente terem de trocá-las pelo turismo.

Conclusão

Esta análise aponta que teoricamente o turismo de base local se apresenta como uma alternativa para melhoria da qualidade de vida da população rural, pois em vez de substituir as atividades já praticadas pelas famílias, este as complementa. Este modelo baseia-se no aproveitamento dos recursos turísticos alicerçados nos princípios de sustentabilidade, valorizando a cultura e o modo de vida rural. Em suma, pode-se dizer que o distrito de Dondo apresenta forte potencial turístico reunindo condições para a implementação do TBL, mas para isso faz-se necessário que se cumpra primeiramente os seguintes requisitos:

- Educação da comunidade em relação ao turismo em suas diversas perspectivas;
- Conscientização frequente sobre o valor e a preservação da identidade local;
- Mudança de foco dos instrumentos de gestão de turismo, de turismo de massa para modelos alternativos que se enfocam no bem-estar da comunidade;
- Elaboração de políticas e planos em nível local que espelham de modo específico o perfil turístico do distrito e como serão aproveitados os recursos turísticos do distrito;
- Criação de redes de relações sociais orientadas para o turismo, de modo que a comunidade tenha capital social disponível que lhes permita implementar o TBL;
- Estimular a comunidade a solicitar os fundos disponíveis no distrito para investimentos no TBL;
- Cabe sugerir também, a implementação de um projeto piloto para implementação do TBL, de modo que os resultados do projeto se convertam em estímulo para implementação de iniciativas de gênero por várias regiões no interior do país.

Em síntese, pode-se afirmar que o distrito de Dondo apresenta um potencial para implementação de um modelo de desenvolvimento de turismo de base local, pois ele é rico em recursos naturais e culturais, beneficia-se de uma boa rede de acessibilidade no contexto do mercado da região, a população vive segundo os seus hábitos e costumes e valoriza sua identidade. Contata-se também uma boa cooperação entre os membros da comunidade, embora não seja em turismo, fato que se observa através do nível de participação da comunidade em associações, cooperativas, núcleos atuando em áreas como agricultura, pesca, extração de carvão vegetal, ambiente, educação cívica etc. Possui também fontes de financiamento públicas para incrementar ou estimular o investimento local.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, F.F. Desenvolvimento Local e Capital Social uma Abordagem Teórica. **Geonordeste**, São Cristovão-SE, ano XIX, n. 1, 2008.
- BURNS, E.McN. **História da Civilização Ocidental**. 36 ed. São Paulo: Globo, 1995.
- BURSZTYN, I. *et al.* Programa de Promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande, RJ. **Anais do Encontro nacional do turismo com base local**. Paraná: Curitiba, 2004
- CANDIOTTO, L.Z.P. Elementos para o Debate acerca do Conceito do Turismo Rural. **Turismo em Análise**. v 21, n. 1, 2010, p. 3-24. <<http://www.search-docs.com/agroturismo.html>> Acesso em 17 Set. 2010.
- CASTELLS, G. **Turismo Atividade Marcante**. 4. ed. Caixias do Sul: EDUCS, 2001.
- CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. *In*: RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 94–121.
- CHICHAVA, J.A.C. **Participação comunitária e Desenvolvimento: o caso dos grupos dinamizadores em Moçambique**. Maputo:ML Graphics. Maputo, 1999.
- CORIOLOANO, L.N.M.A Exclusão e a Inclusão Social e o Turismo. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**. v. 3, n. 2, 2005.
- CORIOLOANO, L.N.M.; LIMA, LC. **Turismo Comunitário e Responsabilidades Socio-ambiental**. 1 ed. Ceará: EDUECE, 2003.
- FALCÃO, M.C.; SANTOS, C.F.S.O; GOMEZ, C.R.P. Arranjos e Sistemas Inovativos Produtivos Locais: inovação e desenvolvimento para destinos turísticos – o caso de Porto de Galinhas. **Pasos**, v. 7, n. 3, 2009,p. 433-450. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org>>. Acesso em; 23 Jan 2011.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *et al.* O emprego rural e a “comoditização” do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, 1997.
- GREEN, D. **Da Pobreza ao Poder: como cidadãos ativos e Estados efetivos podem mudar o mundo**. São Paulo: Cortez; Oxfam Internacional, 2009.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Moçambique). **Estatísticas do Distrito de Dondo**. 2008.
- LOCATEL, C.D.; HESPAÑHOL, Antonio Nivaldo. **As Políticas Públicas e as Mudanças de Concepção de Desenvolvimento Rural na Europa e no Brasil**. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t31.pdf>>. Acesso em: 10 Nov. 2011
- MAX-NIFF, M.A. **Desarrollo a Escala Humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones**. Uruguai: Editorial Nordan Comunidad, 1998
- Ministério de Administração Estatal. **Perfil do Distrito de Dondo Província de Sofala**. Maputo, 2005.
- MOÇAMBIQUE. **Plano de Ação para Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009**. Maputo, 2006.

MOÇAMBIQUE. **Política de Turismo e Estratégia de Sua Implementação**. Maputo, 2003.

MOÇAMBIQUE. **Lei nº8/2003** lei dos Orgão Locais do Estado. Maputo, 2003

MOÇAMBIQUE. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004 – 2013**. Maputo: 2004

MOÇAMBIQUE. **Estratégia de Desenvolvimento Rural**. Maputo, 2007

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RIVEROS, H.; BLANCO, M. **El Agroturismo, Uma alternativa para Revalorizar La Agroindústria Rural como Mecanismo de Desarrollo Local**. Lima: PRODAR, 2003. Disponível em; <<http://www.search-docs.com/agroturismo.html>> Acesso em 17 Set. 2010

RODRIGUES, A.B. **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997

SCHAERER, J.; DIRVEN, M. **El turismo Rurale em Chile: experiência de agroturismo em las regiones de El Maule, La Araucanía e los Lagos**. Santiago do Chile: Nações Unidas, 2001. Disponível em: <<http://www.search-docs.com/agroturismo.html>>. Acesso em 17 Set. 2010

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VERBOLE, A. A. Busca pelo Imaginário Rural. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J.A.; VIANA, A.L.B. (Org.). **Turismo Rural**: tendências e Sustentabilidade. Santa Cruz: EDUNISC, P. 117-140, 2002.

Notas:

¹ O distrito de Dondo localiza-se a 143km da cidade de Chimoio a capital da província de Manica, a província vizinha citada.

² O termo alternativo refere-se às práticas ou modalidades de turismo opostas ao tradicional turismo de massa.

³ Entende-se por articulação orgânica, as relações que se estabelecem entre os seres humanos com a natureza, as tecnologias globais com as locais, o individuo com o social, a planificação baseada na autonomia da sociedade civil com o Estado.

⁴ O distrito de Dondo localiza-se a 143km da cidade de Chimoio a capital da província de Manica, a província vizinha citada, 30 km da cidade da Beira.

⁵ Áreas Prioritárias para Investimentos em Turismo são regiões que foram concebidas como destinos ou potenciais destinos em função de critérios como distância, máximo potencial de produto e marketing, densidade populacional, infra-estrutura e acesso, acomodação, ligação com iniciativa econômica nacional e áreas de importância estratégica nacional, com vista a criar uma plataforma espacial para garantir melhor planificação e alocação de recursos para o desenvolvimento do turismo em Moçambique (Moçambique, 2004).

⁶ O distrito de Dondo, além de constituir um dos centros industriais da província de Sofala, é também um corredor frequentemente utilizados por transportadoras nacionais e internacionais que tem investimentos em Moçambique, assim passa pela EN1 caminhões que circulam pela África austral e pelo país. Todos automóveis não são autorizados a passar além da portagem em nenhum dos sentidos, por questões de segurança, sendo que a portagem fica fechada a partir das 9:00hrs da noite. Assim, maior parte dos camioneiros que ficam retidos na portagem passam a noite na cidade de Dondo.

Francisco Fransualdo Azevedo: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.

Email: ffazevedo@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2719998085102847>

Felicidade da Juliana Chicico: Escola Superior de Hotelaria e Turismo da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.

Email: chicico@gmail.com, felicidadedajuliana.chicico@gmail.com

Data de submissão: 31 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 20 de novembro de 2012

Data do aceite: 20 de novembro de 2012

Avaliado anonimamente

Turismo social: uma trajetória de inclusão social no SESC Santa Catarina

Social tourism: a trajectory of social inclusion at SESC Santa Catarina

Juliana Camila Côco, Luana Emmendoerfer, Vilmar Jacques

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi apresentar um breve histórico do turismo social no SESC Santa Catarina. Desta forma, foi realizada uma revisão bibliográfica para elucidar as primeiras ações de turismo social no mundo, a forma de atuação do SESC nesta atividade e o caso do SESC Santa Catarina na contribuição do turismo social no Brasil, baseada em dados estatísticos do setor no período de 2007-2011. As informações apresentadas demonstram um forte crescimento da atividade por parte da clientela preferencial do SESC, apesar da necessidade do aprimoramento da modalidade turismo receptivo no intuito de envolver a comunidade de base local neste processo. Assim, o modelo de implantação da atividade por parte dessa entidade, serve como exemplo para outras instituições que tenham como objetivo a realização da atividade centrada no serviço e não, exclusivamente no lucro.

PALAVRAS-CHAVES: Turismo Social; Democratização; Inclusão Social.

ABSTRACT

The objective of this research was to present a brief history of social tourism in SESC Santa Catarina. Thus, a literature review was performed to elucidate the first actions of social tourism in the world, the performance of the SESC in this activity and the case of the SESC Santa Catarina in the contribution of social tourism in Brazil, based on statistical data of the sector during the period 2007-2011. The information submitted shows a strong increase in activity on the part of the target of the SESC, despite the need for improvement of the inbound tourism area in order to involve the community in this process on a local basis. Thus, the deployment model of the activity by such entity, serves as an example for other institutions that have as objective the achievement of the activity focused on service and not solely on profit.

KEY-WORDS: Social Tourism; Democratization; Social Inclusion.

Introdução

O SESC – Serviço Social do Comércio, criado em 1946 pelos empresários do comércio, foi pioneiro no desenvolvimento do Turismo Social no país. O objetivo principal dessa forma de fazer turismo é oferecer serviços em programações que conjugam lazer, integração, cultura, educação e saúde, buscando o respeito e a valorização dos aspectos naturais e culturais de cada região.

O presente artigo buscou construir um breve histórico do turismo social no SESC Santa Catarina e demarcar sua evolução e crescimento no período entre 2007 e 2011.

Inicialmente tem-se o percurso histórico do Turismo Social no mundo e na realidade brasileira, bem como o seu desenvolvimento no SESC. Objetivando contextualizar os dados pesquisados, e apresentados, em seguida, a história do SESC Santa Catarina e do processo de implantação do Turismo Social na instituição. Por fim, expõem-se os dados estatísticos colhidos através da pesquisa documental, seguidos de sua análise.

Espera-se que esse trabalho possa se configurar num registro específico, da história do Turismo Social no SESC Santa Catarina, haja vista a escassez e fragmentação do material referencial utilizado durante a realização da pesquisa. Ainda, que sirva de base para ações que contribuam para o desenvolvimento da atividade no SESC Santa Catarina, bem como em outras instituições engajadas no fomento do Turismo Social.

As primeiras ações de turismo social no mundo

Foi na Europa, no período entre as Guerras Mundiais (1920 a 1940) que se desenvolveu os primeiros movimentos de Turismo Social. Frente ao cenário de instabilidade muitos sindicatos, associações não governamentais de países como Alemanha, Itália e União Soviética começaram a criar infraestrutura e incentivos para que os trabalhadores de rendas inferiores viajassem em grupos e tivessem acesso as atividades recreativas.

As primeiras ações começaram na União Soviética, através do surgimento das colônias de férias. No entanto, devido ao seu contexto político, alguns países como Itália e Alemanha, fomentaram o Turismo Social proporcionando o acesso das camadas populares ao lazer e a recreação, como moeda de troca para a promoção, divulgação e manutenção das ideologias políticas vigentes em cada nação (FALCÃO, 2006). Dentre as principais organizações, destaca-se a *Opera Nazionale Dopolavoro*, (literalmente concebida após como Obra Nacional), criada em 1925 na Itália fascista e a KDG - *Kraft durch Freude*, (Força pela Alegria), criada na Alemanha Nazista em 1933.

Num contraponto a essas práticas tem-se o exemplo do modelo português, que surgiu em 1935. A Fundação Nacional para a Alegria do Trabalho surge com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas do turismo social e outras relacionadas à recreação e cultura, mas “com profundas preocupações de humanismo e de qualidade” (INATEL, 2010). Tal visão acarretou a essa instituição sua manutenção até os dias de hoje, sendo conhecida atualmente como INATEL – Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres.

Em 1936, com a Convenção da Organização Social Internacional do Trabalho, houve a institucionalização e a propagação das práticas de turismo social às camadas sociais menos favorecidas. Essa convenção, conforme Farias (2009, p.25), “*instituiu prin-*

principalmente a regulamentação de férias remuneradas". A França foi o primeiro país a criar a Secretaria de Lazer Governamental e sua justificativa foi de que "*em países democráticos não se podem paramilitar os lazers, as distrações e os prazeres das massas populares, nem transformar a alegria habilmente distribuída, em um meio de fazer a população não pensar [...]*" (FALCÃO, 2006, p.129).

Com essa declaração do governo francês e a posterior criação da *Tourisme – Vacances pour tous*, em 1937, gerida por trabalhadores e não pelo governo, que os pilares e filosofias do turismo social se constituem no mundo como uma forma inclusiva e democrática de proporcionar acesso ao lazer. Após estas mudanças foi determinado o tempo de trabalho, o direito ao repouso semanal e as férias remuneradas.

Portanto, pode-se entender que desde o início das primeiras ações, o turismo esteve ligado à forma de produção e ao desenvolvimento das nações. Frente a essa lógica, era dever do governo oferecer opções de lazer à sociedade, principalmente aos que detinham menor poder de compra.

Com relação ao direito da sociedade ao lazer independente da condição de renda, Abitia (2006, p.148) comenta:

o lazer e o turismo são direitos que nem todo mundo pode exercer hoje em dia. Por isso, o turismo social põe ao alcance de todos o direito de aproveitar as férias e desfrutar do melhor da vida. A acessibilidade se dá quando existem facilidades econômicas, físicas e materiais para praticar atividades turísticas sem discriminação de idade, sexo, cor, religião ou rendimentos.

E foi com esse objetivo, de dar acesso ao lazer das classes menos favorecidas, que surgiu o primeiro e mais tradicional conceito de turismo social. O *Bureau International du Tourisme Social* (BITS, 1996) define o Turismo Social como:

conjunto de relações e fenômenos resultantes da participação no turismo das camadas sociais menos favorecidas, participação que se torna possível ou facilitada por medidas de caráter social bem definida, mas que implicam predominância da ideia de serviço e não de lucro.

Jacques (1997, p.23) define o Turismo Social como

[...] uma atividade em forma de passeios, viagens ou excursões, preferencialmente em grupo e envolvendo a utilização de equipamentos de hospedagem e transporte, ao alcance de amplos setores da população, porém mais especificamente dirigidas às camadas sociais que não teriam condições de viajar com seus próprios recursos, de modo que o preço pago pelo usuário seja inferior ao custo real do produto a ser utilizado, graças aos subsídios oferecidos pelas instituições governamentais, associações de classe ou ainda organizações privadas, sem intuíto lucrativos. É importante frisar que deve existir um enriquecimento cultural abrangente, dentro de uma proposta crítica com relação ao consumismo, que vise ao pleno bem-estar social e à melhoria da qualidade de vida de seus participantes.

Falcão (2006) ainda salienta que o termo Social expressa o bem-estar-social, ou seja, consiste na emancipação para o turismo, de grupos, cuja condição socioeconômica e cultural não lhes permitiria o acesso ao produto turístico.

Embora isso seja real e vivenciado, no desenvolvimento das ações essa concepção tornou-se restrita. Passou-se a perceber que essa forma de fazer turismo “*engloba a democracia, equidade, inclusão, acessibilidade, solidariedade e um efeito positivo as comunidades locais*” (FALCÃO, 2006, p131). Nessa visão são incluídas, não só as pessoas com menos recursos, mas também aquelas que não se adequam ao turismo de massa, que buscam algo além do convencional. No Brasil, o Grupo Técnico Temático (GTT) – Turismo Social, da Câmara de Segmentação criou, em 2004, uma definição aplicada à realidade brasileira, como sendo

uma forma de turismo que promove a inclusão social de todos, proporcionando a qualidade de vida, o exercício da cidadania pela utilização de meios e bens do arranjo produtivo do turismo, com aproveitamento sustentável dos recursos naturais e culturais (FALCÃO, 2006, p.134).

Além disso, segundo Abitia (2006) nenhum turismo é verdadeiramente social se não basear em dois princípios fundamentais: a “acessibilidade” - que corresponde ao anseio de um turismo para todos - e a “solidariedade” - que corresponde ao anseio de um turismo responsável. Acrescenta ainda que, se esses dois princípios forem aplicados em conjunto, poderão proporcionar ao lazer turístico uma qualidade social.

Atualmente o turismo social é uma atividade que se preocupa com as comunidades anfitriãs e com o impacto que a atividade ocasiona, sem esquecer a sustentabilidade e da conservação patrimonial.

O turismo social no Brasil e seu principal fomentador: SESC

O turismo social no Brasil se desenvolveu no cenário pós 2ª Guerra Mundial, momento em que o mundo pedia paz. Conforme Falcão (2006), no Brasil essa atividade não é desenvolvida pelo Estado, mas sim, de forma restrita por algumas entidades ligadas ao bem estar social, como o Serviço Social do Comércio – SESC.

Essa instituição surgiu em 13 de setembro de 1946, através do Decreto Lei Nº 9.853, no governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. Sua germinação foi em uma conferência realizada na cidade de Teresópolis que resultou no documento chamado Carta da Paz Social, que passou a ser considerada pelo primeiro presidente da Confederação Nacional do Comércio, João Daut de Oliveira,

um documento altamente expressivo do espírito de solidariedade e do realismo amadurecido dos homens das empresas brasileiras desta geração. Ela deverá contribuir para harmonizar e pacificar o capital e o trabalho num plano superior de entendimento recíproco. Com ela nos apresentarmos ante os empregados, convidando-os a fundar, sobre base sólida, uma política de mútua compreensão e de respeito recíproco (SESC, 1977, p.11).

Assim se constituía o SESC, uma instituição de caráter privado em âmbito nacional, com a finalidade de planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuíssem para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e de suas famílias, bem como, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade. Instituição pioneira, criada sob a inspiração da consciência social de empresários e sindicatos do comércio brasileiro.

Dentre as linhas de ações do SESC destaca-se o lazer como um dos contextos importantes para o desenvolvimento de sua ação programática. Além de possibilitar o atendimento de grandes contingentes de sua clientela, a entidade reconhece a importância do lazer para liberar o indivíduo da fadiga resultante de suas obrigações, notadamente as do trabalho.

Para cumprir com os objetivos direcionados ao lazer do comerciário, o SESC, inaugura em 30 de outubro de 1948, a Colônia de Férias "Ruy Fonseca" na praia de Bertiooga, então município de Santos, litoral paulista. Essa foi a primeira unidade operacional destinada a proporcionar opções de férias subsidiadas para o trabalhador do comércio e sua família, a fim de desenvolver o Turismo Social no SESC. Logo começaram a ser promovidos passeios e excursões de finais de semana, e que em pouco tempo foi ampliando para períodos de veraneios, mais tarde intitulados de estadas de férias, principalmente durante os meses de verão.

Segundo Silva (2001) as "excursões de um dia" foi a resposta a segregação do consumo do lazer (turístico) as populações pobres, em busca ao direito ao lazer, como forma de resistência as dificuldades do dia a dia. Buscando por outro lado também que a comunidade que está recebendo os turistas seja valorizada e respeitada, com possibilidade verdadeira de melhorar, de desenvolver-se através do turismo (ABATIA, 2006).

Devido ao sucesso e a crescente demanda em busca deste serviço, outras unidades regionais do SESC começaram a desenvolver passeios, viagens de finais de semana e a criar suas colônias de férias, e outros equipamentos afins. Assim, no princípio da década de 50, por questões oficiais relevantes ocorreu a primeira alteração significativa no campo de ação do SESC. A atuação basicamente assistencial foi substituída por uma atuação predominantemente educativa (SESC, 1980).

No ano de 1951, essa nova perspectiva foi ratificada pela I Convenção Nacional de Técnicos do SESC, realizada no SESC Bertiooga/SP. Neste evento foi recomendada a criação de Colônias de Férias e clubes de comerciários, bem como a organização de férias coletivas e de centros sociais. Em 1952, foi inaugurada a Colônia de Férias Getúlio Vargas, (Nogueira - Bomclima), em Petrópolis/RJ. Além dessas, foram também inauguradas outras unidades, entre elas: Colônia de Férias do SESC em Iparana/CE(1954), e Colônia de Férias "Sylla Velloso" (Venda Nova), em Belo Horizonte/MG (1960), Centro Campestre de Blumenau/SC, Colônia de Férias do SESC Guaranhuns/PE, Colônia de Férias de Caiobá/PR, todas em 1967 e Centro de Veraneio de Cacupé - Florianópolis/SC (1969).

Sob o efeito dessa nova visão acerca dos objetivos da instituição, em 1973 foi publicado o documento "Diretrizes Gerais de Ação do SESC". Houve, também, a convocação da V Convenção Nacional de Técnicos, com objetivo de apreciar o anteprojeto das Normas gerais para aplicação das diretrizes gerais. Um ano depois, em 1974, as Normas eram sancionadas e com elas o lazer passa a ser concebido como campo prioritário.

Segundo Jacques (1997), na segunda metade da década de 70, o SESC São Paulo e posteriormente o SESC Paraná criam e estruturam setores específicos para operacionalizar excursões e passeios em seus estados, expandindo em seguida para outros estados. Sem deixar de vislumbrar a ampliação dessa atividade, nas décadas de 80 e 90, o Departamento Nacional do SESC (SESC DN) promove várias ações técnicas e específicas na área de Turismo, tais como: eventos de capacitação, treinamentos, encontros, seminários, cursos, reuniões técnicas, com a finalidade de promover a discussão, bem como criar estratégias, disciplinar, normatizar, expandir e criar o Modelo institucional da Atividade de Turismo Social. Dentre essas ações é importante ressaltar:

- Encontro de Turismo Social: 12 a 16 de junho de 1989, realizado na Colônia de Férias do SESC Blumenau, Santa Catarina. Participaram representantes de SP, SC, RS, PR, RJ e do SESC DN. Foi o primeiro promovido pelo SESC Nacional tendo a nomenclatura "*Turismo Social*". A discussão propôs ações integradas que viriam favorecer o processo operacional do turismo no SESC; entre as quais a realização de encontros anuais, como aconteceu no mesmo ano, no período de 03 a 06 de setembro na Colônia de Férias do SESC Bertoga, São Paulo;
- Treinamento de Roteirização em Turismo Social: 19 a 23 de novembro de 1990, realizado na Colônia de Férias de Cacupé, em Florianópolis, Santa Catarina. Neste evento iniciou-se a estruturação e elaboração da primeira minuta do Documento "Norteador da Operacionalização em Turismo Social";
- Treinamento em Pesquisa e Estruturação de Roteiros em Turismo Social: 05 a 11 de maio de 1991, realizado na Colônia de Férias do SESC, em Caldas Novas, Goiás, com a participação de representantes dos Departamentos Regionais de AL, BA, CE, DF, GO, PE, PR, RJ, SE, SC, SP, RS, MG e do SESC DN. Neste evento foi realizada a revisão do Documento "Norteador da Operacionalização em Turismo Social"; Observa-se uma ampliação significativa no nº de participação de órgãos regionais do sistema SESC.

Por meio desses encontros, de estudos e discussões no decorrer dos anos anteriores, e considerando o conjunto de experiências vivenciadas pelos vários órgãos regionais, foi em maio de 1991 que o SESC DN edita o primeiro documento "Norteador da Operacionalização da Área de Turismo Social", no Rio de Janeiro.

Após a edição desse documento, considerando a amplitude alcançada e a importância atribuída à área de turismo no SESC, é deliberada a "Portaria 469 DN/2000 de 11 de abril, que aprova a Nova "Classificação Funcional Programática do SESC" para vigorar a partir de 2001, e cria a "Atividade de Turismo Social". Porém, como registrado acima, salienta-se que as realizações na área de turismo do SESC já eram uma realidade consolidada desde o final da década de 40, com as demandas da clientela que eram atendidas pelas Unidades já em funcionamento, na época.

Através da citada Portaria o SESC Nacional define as modalidades de Turismo Emissivo, com as realizações de passeios e excursões; Turismo Receptivo com as realizações de passeios locais e traslados e Hospedagem com a realização de pernoite (Diária).

É importante, neste momento, explicitar como eram definidos os atendimentos pa-

ra fins estatísticos antes dessa portaria. Na atividade “Temporada de Férias” compreendia as realizações mais frequentes de Estada de Férias, Pernoites e Fins de Semana com e sem pernoite (nomenclaturas estipuladas pela entidade). Na atividade de “Recreação” existiam as realizações de Passeios e Excursões.

Logo após essas alterações constaram em documentos norteadores e orientadores da nova atividade como o *Módulo Político e de Recursos Humanos da atividade de Turismo Social, em 2001*.

Em dezembro de 2003 o SESC DN compila e edita o documento *Turismo Social – Modelo da Atividade*, com a finalidade de aglutinar todas as vertentes de turismo trabalhadas nos Departamentos Regionais – Turismo Emissivo, Turismo Receptivo e Hospedagem – a fim de que sejam traçadas diretrizes básicas para a área, objetivando seu norteamento para um desenvolvimento sustentável.

Devido ao crescimento da atividade e investimentos aliados a ação contínua de democratização dos serviços à clientela preferencial, em 2004 o SESC realizou o Encontro Nacional de Turismo Social, no Centro de Turismo do SESC Guarapari, Espírito Santo, com a intenção de fortalecer os laços da Rede de Turismo Social.

E assim, em novembro de 2005 foram definidas as Diretrizes do SESC para o quinquênio 2006-2010. Das 15 (quinze) diretrizes, a de número 14 (catorze), que se enuncia “Priorizar o Social nas Ações de Turismo” é a base para a atividade realizada pelo SESC (SESC/DN, 2008, p.06). No modelo editado após esta reunião para distribuição aos Departamentos Regionais e que foi denominado de Modelo da Atividade – Turismo Social – Módulo de Programação para o Turismo Emissivo resta claro quais são os objetivos dessa atividade e a quem ela deve ser direcionada:

O Turismo Social no SESC deve atender os trabalhadores das empresas de comércio, bens, serviços e turismo e seus dependentes, prioritariamente os de menor renda, de todas as faixas etárias, visando à democratização do acesso ao movimento turístico. Seus bens e serviços turísticos podem ser também disponibilizados ao público não comerciário, com adoção de preços diferenciados, desde que a oferta não venha a prejudicar sua demanda interna (SESC, 2008 p.07).

O processo de implantação da atividade no SESC demonstra que a entidade esteve sempre preocupada em considerar as alterações sociais oriundas dos períodos políticos e econômicos vivenciados pela sociedade brasileira.

Dentro desta finalidade Abatia (2006) acrescenta que a política social do turismo precisa se integrar na política social, relacionando com outras atividades próprias do tempo livre da população, como é o caso da cultura, do entretenimento e da educação.

Dessa maneira, o turismo social no SESC não se resume a um mero serviço de realização de passeios e excursões, mas sim, um serviço integrado com demais áreas

do sistema SESC (Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência) e que busca garantir aos seus clientes um aproveitamento humano, educativo e democrático do tempo livre.

O turismo social no SESC Santa Catarina

O SESC Santa Catarina foi fundado em 29 de setembro de 1948, para inicialmente prestar serviços médicos e odontológicos aos comerciários. Sua atuação inicial foi na capital Florianópolis, e em pouco tempo expandiu-se para demais cidades. Assim, os primeiros esforços da entidade foram orientados para setores considerados de necessidade da clientela na época, sendo que estes serviços incluíam alimentação, farmácia, educação e recreação (SESC,1977).

Como a recreação era uma das principais linhas atuantes no SESC Santa Catarina desde o início de suas atividades, a primeira infraestrutura criada para este fim foi o Centro Campestre de Blumenau, em 1967, na época, com capacidade para hospedar 32 (trinta e duas) pessoas, distribuídas em 3 (três) alojamentos e com outros equipamentos proporcionando várias opções de lazer, sendo a primeira unidade direcionada ao lazer no SESC Santa Catarina. A partir de 1977, iniciou um novo ciclo de benfeitorias sendo inaugurado um novo bloco de apartamentos (8 apartamentos com 54 leitos). Em 1988, a conclusão de mais 24 (vinte e quatro) apartamentos, com 150 leitos no total acresceu na alteração da nomenclatura para Colônia de Férias de Blumenau.

No período julho de 2007 a agosto 2008, o meio de hospedagem foi interditado para reforma e revitalização. A nova área de Lazer do Hotel SESC Blumenau fecha um ciclo de revitalização da Unidade. O processo de revitalização começou pela reforma do Restaurante, e construção de um bloco de hospedagem com 50 (cinquenta) UHs e 100 (cem) leitos, e reforma e ampliação da academia, e casa temática. A obra deu origem à estrutura inaugurada em setembro de 2009, que passou a chamar-se Hotel SESC Blumenau. A revitalização se completa em 2011, com a inauguração da nova área de lazer e centro de eventos do Hotel.

Conforme Jacques, (1998) a segunda unidade voltada exclusivamente ao lazer do trabalhador do comércio e sua família foi o Centro Veraneio de Cacupé, em Florianópolis, inaugurado em 21 de dezembro de 1969 com capacidade para hospedar 80 (oitenta) pessoas, distribuídas em 8 (oito) alojamentos e com outros equipamentos proporcionando várias opções de lazer. No início da década de 70, as instalações para hospedagem foram ampliadas, e a capacidade instalada passou para 128 (cento e vinte e oito) leitos. Em 1978 foi inaugurado o parque aquático com 3 (três) piscinas (adulto, juvenil e infantil), vestiários e serviço de bar. Este equipamento foi o primeiro do SESC, em Santa Catarina. Durante os anos de 1979 e 1982 várias novas instalações foram construídas, entre elas o prédio da Administração com 750 m², contendo nas suas instalações, recepção, salão de festas e jogos, salão de eventos e 2 (duas) salas de apoio, biblioteca, almoxarifado e setor de governança.

Toda área física da unidade passou por um processo de revitalização, culminando em novembro/82 com a inauguração das benfeitorias e a alteração da nomen-

clatura da unidade para Colônia de Férias de Cacupé, em função da ampliação considerável dos serviços oferecidos a clientela.

Em dezembro de 2005 foi inaugurado o primeiro bloco de hotelaria com 24 unidades de habitação. Em 2009 foi alterada novamente a nomenclatura para Hotel SESC Cacupé. Já em maio de 2010, houve a inauguração do Centro Multiuso de Eventos e nova revitalização, tornando-se assim, uma das Unidades do SESC mais procuradas e utilizadas pela clientela do estado e de várias regiões do Brasil. Em março de 2011 foi inaugurado o segundo bloco de hotelaria com mais 24 unidades de habitação. Atualmente, são 57 (cinquenta e sete) chalés, 48 (quarenta e oito) apartamentos e uma completa infraestrutura com diferentes tipos de acomodações para hospedagem, restaurantes e infraestrutura de lazer.

Em 15 de maio de 2001 o SESC Santa Catarina, inaugura a sua 3ª unidade de Turismo Social, o SESC Pousada Rural, no município de Lages, na região serrana. Considerada o berço do Turismo Rural no Brasil, com 20 (vinte) UHs tipo apartamentos/suítes e 40 (quarenta) cabanas. Seguindo o processo de expansão, em 2005 o SESC Santa Catarina inaugura o Centro de Eventos da Pousada Rural de Lages, com capacidade para atender 500 (quinhentas) pessoas, em eventos diferenciados e simultâneos. Atualmente, a Pousada Rural de Lages, tem 150 (cento e cinquenta) leitos distribuídos em apartamentos duplos/triplos e cabanas conjugadas para 2 (duas) e 4 (quatro) pessoas.

Concomitantemente a estas ações, desenvolviam-se também, atividades de turismo emissivo, iniciadas de forma ainda acanhada já na década de 50, porém continuada, apesar de não haver ainda setor exclusivo para o desenvolvimento de passeios e excursões no SESC Santa Catarina.

Foi em 1982 numa parceria entre setores público e privado que a Secretaria de Promoção Social do Ministério do Trabalho – SEPS/MTB desenvolveu uma ação conjunta com outras secretarias de governos estaduais, administrações regionais do SESC e SESI - Serviço Social da Indústria, empresas governamentais de turismo e entidades sindicais, para realizações do Programa-Piloto, intitulado “Programa de Lazer para o Trabalhador”, dando ênfase especial a roteiros culturais de férias, numa perspectiva de Turismo Social (JACQUES, 1998). Apesar das dificuldades para gerir o processo de implantação do Programa nos primeiros anos, a ação foi reformulada e Reeditada pelo órgão oficial, estadual de turismo em SC - SANTUR S/A, no decorrer do ano de 1987.

Esse fato é sobremaneira importante, pois somente o SESC Santa Catarina realizou algumas das ações previstas no convênio e com isso estimulou a criação do Setor de Excursões no SESC Santa Catarina, em dezembro de 1984. O programa foi vinculado à Seção de Lazer e instalado na Divisão de Orientação Social (atualmente Divisão de Programação Social - DPS), dando início à operacionalização de passeios e excursões, conforme o modelo que já havia sido implantado pelo SESC/SP e SESC/PR. Desta forma, o Departamento Regional do SESC em Santa Catarina, foi o terceiro a criar e implantar a área de turismo, oficialmente com esta nova nomenclatura

(JACQUES, 1998).

A partir de janeiro de 1985, foram desenvolvidos passeios, excursões interestaduais e estaduais, levando o setor a demonstrar resultados positivos pouco após sua implantação. Os resultados desse primeiro ano foram: 26 (vinte e seis) programações realizadas, sendo inscritas 757 (setecentas e cinquenta e sete) pessoas, totalizando 2.140 (dois mil cento e quarenta) atendimentos¹, resultando na média de 29 (vinte e nove) pessoas por programação. Além disso, a média de atendimento por programação foi de 82 (oitenta e duas) realizações em torno de 2 (dois) dias/programação. No que se refere à categoria dos inscritos obteve-se: 69,88% de clientela matriculada no SESC (comerciários/dependentes) e 30,42% de usuários (JACQUES, 1998).

Com o crescimento e a amplitude das ações registradas pela área de turismo, nos cinco primeiros anos, em 1990 o SESC cria a Seção de Turismo Social, junto à Divisão de Programação Social. A nova estrutura possibilitou um incremento e um crescimento expressivo da Atividade de Turismo Social no SESC Santa Catarina no decorrer das últimas duas décadas (JACQUES, 1998).

Considerando o processo de desenvolvimento e expansão do Turismo Social exposto até esta ocasião, o presente trabalho também visa analisar especialmente os dados quantitativos, relacionados ao Turismo Emissivo, Receptivo e Hospedagem do SESC Santa Catarina, concernentes ao período de 2007 a 2011, objetivando o diagnóstico e compreensão do atual cenário do Turismo Social nessa instituição.

Dados do turismo social SESC Santa Catarina

Nos últimos cinco anos o Turismo Social no SESC Santa Catarina passou por um crescimento contínuo da atividade principalmente com o público de clientela preferencial, comerciários e seus dependentes. Em média anual no período de 2007 a 2011 o crescimento foi de 8,29%, conforme podem ser observados nos dados na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1: turismo social no SESC Santa Catarina 2007-2011.

Table 1: social tourism in SESC Santa Catarina 2007-2011.

Ano	Clientela SESC ²	Usuários ³	Total
2007	23.061	12.815	35.876
2008	20.464	11.116	31.580
2009	24.512	10.650	35.162
2010	29.549	11.177	40.726
2011	35.343	12.705	48.048
Total 2007-2011	97.385	48.739	158.829

Fonte: SESC/SC, 2012. Adaptado pelos autores.

Source: SESC/SC, 2012. Adapted by authors.

Os fatores decorrentes deste crescimento podem ser observados a partir de 2003 quando o governo federal despertou para a construção de políticas sociais diante do pioneirismo das atividades sociais trabalhadas pelo SESC no Brasil desde 1948. O reforço do cunho social nas políticas públicas já praticadas pelo SESC veio através da construção do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007/2010 – uma Viagem de Inclusão que tinha como objetivo comum em transformar a atividade turística em um importante mecanismo de melhoria do Brasil e fazer do turismo um importante indutor da inclusão social, sendo que esta inclusão estava voltada através de duas vertentes – a da produção, por meio da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda, e a do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno, com especial ênfase na função social do turismo (MTUR, 2007). Além de buscar fortalecer o turismo interno, o PNT 2007/2010 propôs como algumas de suas ações a promoção do turismo como fator de desenvolvimento regional, buscando assegurar o acesso de aposentados com a implantação do Programa Viaja Mais Melhor Idade em 2007, bem como de trabalhadores e estudantes a pacotes de viagens em condições facilitadas.

Além disso, o SESC estando à frente como uma marca institucional de maior instituição (empresa) social do país, através da sua área de lazer oferecendo uma estrutura de pessoal, equipamentos e logística – em pelo menos nas dez maiores cidades de cada estado do Brasil pode-se contar com uma estrutura SESC, próximo as principais rodovias federais – o que proporciona segurança ao seu público, fator primordial em qualquer atividade humana principalmente na área turística.

Dessa forma, a visibilidade da instituição SESC perante uma clientela seja ela comerciária ou não, além da isenção de impostos que acarretam na diminuição do custo operacional da atividade turística comparado ao turismo convencional, trouxe vantagens para o Programa de Turismo do SESC e benefícios as pessoas que utilizam destes serviços.

A instituição SESC como foco irradiador na construção deste processo na área turística e a forma de gestão com a criação da Rede SESC no Brasil⁴ e demais parceiras com prestadores de serviços da área turística, veio proporcionar uma confiabilidade e fidelização do público usufruidor dos serviços SESC. Em concordância com Abatia (2006, p.149) o SESC como uma das instituições mais importantes do turismo social no país se comprometeu entre outras condições apontadas pelo autor a criar "*atividades que propõem ao turista conjugar objetivos sociais, educativos e culturais que favorecem o respeito e o desenvolvimento do indivíduo*".

De tal modo, verifica-se que no período do "governo Lula" (2003/2010) as políticas sociais para o turismo começaram a incentivar e conscientizar o *trade* turístico e prestadores de serviço a melhorar a qualidade no atendimento para diversas faixas etárias, como a terceira idade, adaptando e modernizando seus equipamentos turísticos. Acrescidos ainda, da formação de um grande número de profissionais na área de turismo a serem inseridos no mercado de trabalho⁵. E, mais do que políticas de turismo, os fatores econômicos⁶ neste período também favoreceram a política monetária e o crescimento do poder aquisitivo das classes menos favorecidas - cliente alvo do SESC.

Já a modalidade de turismo emissivo no SESC Santa Catarina que engloba a realização de excursões e passeios, no período de 2007-2011 houve uma alternância entre quantidade de realizações e quantidade de pessoas atendidas (Tabela 2). No sentido que, as viagens e passeios locais eram realizados buscando sua lotação máxima, superando o número mínimo de pessoas previstas. Esta relação pode ser observada no ano de 2007 (em média 36 passageiros) em comparação ao ano de 2009 (em média 38 passageiros), onde foram atendidos quase o mesmo número de pessoas – clientela SESC, porém com uma quantidade menor de realizações. Além disso, a elaboração do custo de uma viagem e passeio sempre foi pensado no sentido de oferecer um melhor custo/benefício à clientela SESC, para isso então se aumentava o ponto de equilíbrio visando oferecer uma viagem com preço mais acessível, ocasionando num volume maior de pessoas inscritas e atendidas.

Tabela 2: turismo emissivo no SESC Santa Catarina 2007-2011.

Table 2: Emissive tourism in SESC Santa Catarina 2007-2011.

Ano	Excursões/ Passeios	Clientela SESC	Usuários	Total
2007	296	4.548	6.113	10.661
2008	201	3.705	4.622	8.327
2009	254	4.505	5.152	9.657
2010	276	6.345	5.154	11.499
2011	317	7.044	5.385	12.429
Total 2007-2011	1.344	26.147	26.426	52.573

Fonte: SESC/SC, 2012. Adaptado pelos autores.

Source: SESC/SC, 2012. Adapted by authors.

É constatado ainda que no ano de 2007/2008 houve uma revisão da forma de contagem do registro estatístico com relação aos passeios, principalmente na Unidade SESC Florianópolis⁸ onde a realização de passeios locais, como por exemplo, os realizados na Educação Infantil – durante o período da atividade – preponderavam sob a atividade Turismo Social, cabendo à contagem para a Educação Infantil, refletindo consequentemente na redução de realizações de passeios na atividade.

Considerando que os principais destinos dos passeios e excursões realizados pelo Turismo Social no SESC Santa Catarina obteve um crescimento contínuo no período de 2007/2011 com relação a excursões realizadas para outros estados - dado este que ratifica a ação social do SESC na formação de clientela - no sentido de despertar para o turismo convencional a “cultura de viajar”, iniciada desde os passeios com crianças da atividade Educação Infantil. Além de ser um motivador para o lazer, na criação de novos roteiros e interesse em outras localidades fora do estado, como pode ser observado na Tabela 3 a seguir.

Tabela 3: destino dos passeios e excursões no SESC Santa Catarina 2007-2011.**Table 3:** destination of tours and excursions in SESC Santa Catarina 2007-2011.

Ano	Capital	Interior	Outros Estados	Total
2007	65	190	41	296
2008	26	133	42	201
2009	47	156	52	255
2010	58	165	53	276
2011	88	163	65	316
Total 2007-2011	284	807	253	1.344

Fonte: SESC/SC, 2012. Adaptado pelos autores.

Source: SESC/SC, 2012. Adapted by authors.

Com relação às diárias nos hotéis SESC Santa Catarina (Tabela 4) podemos inferir que no ano de 2008 houve uma pequena queda em atendimento a clientela SESC visto a reestruturação e construção de novas instalações do Hotel SESC Blumenau realizado no período julho de 2007 a agosto de 2008, sendo reinaugurado em setembro de 2008, bem como a ampliação do Hotel SESC Cacupé em 2011. Da mesma forma, a política de custos com relação aos valores das diárias ofertadas nos meios de hospedagem foram revistas para o público usuário em 2009, apesar de ser compreendida nos demais anos subsequentes que a Rede SESC ainda proporciona um valor acessível comparado a rede hoteleira convencional para a comunidade em geral.

Tabela 4: diárias em hotéis SESC Santa Catarina 2007-2011.**Table 4:** daily at hotels SESC Santa Catarina 2007-2011.

Ano	Clientela SESC	Usuários
2007	18.231	6.583
2008	16.575	6.410
2009	19.737	5.427
2010	23.101	6.018
2011	28.294	7.306
Total 2007-2011	105.938	31.744

Fonte: SESC/SC, 2012. Adaptado pelos autores.

Source: SESC/SC, 2012. Adapted by authors.

Conforme já registrado, em Santa Catarina o SESC possui uma rede extra hoteleira com 3 (três) meios de hospedagens: Hotel SESC Cacupé, Hotel SESC

Blumenau e SESC Pousada Rural. De modo geral, no período analisado há uma tendência da procedência de turistas vindos do interior e outros estados hospedados no Hotel SESC Cacupé, porém em alguns meses de novembro a março mostra uma grande procura por pessoas da capital evidenciando um hábito dos próprios moradores de Florianópolis a utilizarem o hotel como equipamento de lazer nos finais de semana e até mesmo na temporada de verão. O Hotel SESC Blumenau destaca-se por receber mais turistas do interior e de outros estados, sendo quase inexpressiva a procedência de outros países e capital, a não ser em alguns meses pontuais onde há a realização de grandes eventos no município de Blumenau. Já o SESC Pousada Rural demonstra um equilíbrio de atendimento aos turistas procedentes do interior, capital e outros estados, este último principalmente na época férias do mês de julho, tendo também poucos atendimentos aos turistas de outros países. Assim como mostra a Tabela 5 a seguir, de maneira global os turistas vindos do interior possuem uma maior ocorrência na Rede SESC Santa Catarina de hospedagem.

Tabela 5: procedência dos turistas hospedados nos meios de hospedagem no SESC Santa Catarina 2007-2011 – atendimentos.

Table 5: origin of tourists staying in the hotels oh the SESC Santa Catarina 2007-2011 – attendances.

Ano	Capital	Interior	Outros Estados	Outros Países
2007	4.855	10.216	9.669	74
2008	4.687	9.075	9.201	22
2009	3.908	10.499	10.734	23
2010	5.508	12.337	10.740	534
2011	8.657	13.731	12.217	995
Total 2007-2011	27.615	55.858	52.561	1.648

Fonte: SESC/SC, 2012. Adaptado pelos autores.

Source: SESC/SC, 2012. Adapted by authors.

De modo geral, na Tabela 6 (próxima página) são destacados as principais Unidades do SESC Santa Catarina que desenvolvem a atividade Turismo Social em suas diversas modalidades emissivo, receptivo e hospedagem.

O crescimento da atividade ao longo dos anos incentivaram outras Unidades que tem atendimento preferencial na área de educação como SESC Ler a realizarem passeios e viagens de cunho educacionais, aprimorando e incentivando a prática da atividade Turismo Social no estado, bem como a utilização dos meios de hospedagem. Atualmente a Unidade SESC Florianópolis se destaca como a maior unidade em atendimentos com relação ao Turismo Emissivo, considerando os investimentos realizados com a implantação da Central de Turismo Social, ocorrida em março de 2006 e o Hotel SESC Cacupé como o meio de hospedagem SESC Santa Catarina que mais recebe turistas, fortemente impulsionados por estar em uma capital turística.

Frente a todos estes resultados propícios ao desenvolvimento da atividade, o SESC Santa Catarina implantou em novembro de 2011, em sua sede regional, a Operadora de Turismo Social tendo como função principal desenvolver e planejar os passeios e

excursões para as Unidades Operacionais do estado, além de criar projetos de fomento ao Turismo Social.

Tabela 6: turismo social nas unidades SESC Santa Catarina 2007 – 2011.

Table 6: social tourism in the units of the SESC Santa Catarina 2007-2011.

Ano	Unidades	2007	2008	2009	2010	2011	Total
	Pousada Rural SESC Lages	12.298	11.200	9.639	9.728	12.166	55.031
	Hotel SESC Cacupé	11.672	11.430	10.227	12.006	15.725	61.060
	Hotel SESC Blumenau	1.679	1.405	6.172	7.872	8.028	25.156
	SESC Florianópolis	2.997	2.230	2.266	4.010	3.885	15.388
	SESC Joinville	1.675	2.265	1.819	2.012	2.283	10.054
	SESC Tubarão	807	1.161	635	620	388	3.611
	SESC Lages	945	232	1.022	755	281	3.235
	SESC Laguna	685	164	506	814	735	2.904
	SESC Criciúma	865	163	385	580	810	2.803
	SESC Concórdia	411	933	350	366	414	2.474
	SESC Brusque	535	129	757	466	576	2.463
	SESC Chapecó	104	225	606	383	413	1.731
	SESC Xanxerê	362	0	242	495	303	1.402
	SESC Itajaí	705	29	121	84	300	1.239
	SESC Rio do Sul	0	0	232	261	441	934
	SESC Jaraguá do Sul	0	0	0	0	549	549
	SESC Ler Caçador	114	14	63	50	140	381
	SESC Estreito	0	0	0	0	291	291
	SESC Ler Tijucas	0	0	45	129	107	281
	SESC Ler Canoíhas	0	0	75	75	71	221
	SESC São Bento do Sul	0	0	0	0	110	110
	SESC São Miguel do Oeste	18	0	0	20	0	38
	SESC Joaçaba	0	0	0	0	32	32
	Total 2007-2011	35.872	31.580	35.162	40.726	48.048	191.388

Fonte: SESC/SC, 2012. Adaptado pelos autores.

Source: SESC/SC, 2012. Adapted by authors.

Considerações finais

Conforme foi apresentada a atividade de Turismo Social no SESC Santa Catarina registra forte crescimento, principalmente entre sua clientela principal. Ainda que, os números apresentados sejam positivos, frente à quantidade de atendimentos realizados, verifica-se a necessidade de aperfeiçoar o turismo receptivo. Estruturar essa modalidade da atividade poderá proporcionar aos clientes e também a outros regionais do SESC que venham a utilizar esses serviços, uma opção de aprimorar o turismo responsável em comunidades locais, através de passeios e visitas de familiarização.

É importante ressaltar que, de acordo com a análise realizada, houve um expressivo aumento na procura de clientes para viajar a outros estados e uma ligeira queda nos roteiros com destino ao interior do Estado de Santa Catarina. Nesse sentido é importante considerar que um dos objetivos do Turismo Social é desenvolver a comunidade de base local, além de incluir os atores na democratização de um turismo acessível a grupos com restrição financeira, e, além disso, as pessoas que, por falta de hábito ou conhecimento não participam deste acontecimento. E como estratégia inicial vislumbra-se a necessidade de um novo planejamento tendo como base o Programa "Lazer para o Trabalhador", que, adequado aos cenários reais e atuais, possa ser colocado a serviço das empresas do comércio de bens, serviços e turismo.

Buscando assim integrar o princípio que Coriolano (2006) apontou com as palavras do Professor Milton Santos em não pensar o turismo como um fenômeno isolado, concebendo-o apenas como uma atividade econômica, "mas como oportunidade de plenitude da existência humana". Encontrando uma forma mais generosa de fazer turismo, incluindo a humanidade, esquecendo as balanças de pagamentos e lembrando-se do processo civilizatório, contribuindo assim para uma civilização mais humana.

Assim, o presente trabalho demonstrou a importante contribuição do SESC Santa Catarina no desenvolvimento do Turismo Social no Brasil, haja vista que o modelo de implantação da atividade por parte dessa entidade, serve como exemplo para outras instituições que tenham como objetivo a realização da atividade centrada no serviço e não, exclusivamente no lucro, e comprova que é viável a promoção do Turismo Social tendo como sua base de sustentação uma gestão fundamentada no processo de planejamento, que opera com responsabilidade socioambiental e cultural, e com visão no desenvolvimento sustentável e na inclusão social, sendo possível a democratização da atividade turística.

Referências bibliográficas

ABATIA, S.R. Panorama do turismo social no mundo. *In*. CARVALHO, C.L; BARBOSA, L.G.M. (Orgs.) **Discussões e propostas para o turismo no Brasil**: Observatório de Inovação do Turismo. Rio de Janeiro: SENAC NACIONAL, 146-155, 2006.

BITS. BUREAU INTERNACIONAL DU TOURISME SOCIAL. **Declaração de Montreal**. [S.l.], 1996.

CORIOLOANO, L.N.M.T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

DECRETO-LEI nº 9.853. Atribui à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio e dá outras providências. (13/09/1946).

FARIAS, P.A. Análise do Mercado Potencial para a implementação do turismo emissivo no Hotel SESC Blumenau. 2008. 178f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Livre Docência) – Curso Superior em Turismo e Hotelaria, Univali, Balneário Camboriú, 2008.

FALCÃO, C.H.P. Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade. In. CARVALHO, C.L.; BARBOSA, L.G.M. (Orgs.) **Discussões e propostas para o turismo no Brasil**: Observatório de Inovação do Turismo. Rio de Janeiro: SENAC NACIONAL, 127-145, 2006.

JACQUES, V. Turismo social: viabilizando a democratização da atividade turística. 1997, 155f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Livre Docência) – Curso Superior de Turismo, Escola Superior de Turismo e Hotelaria, Florianópolis, 1998.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Economia Brasileira em Perspectiva**. Edição Especial. Ano 2010, Brasília. 162p. 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo**. 2007/2010 - Uma viagem de inclusão. Brasília, 83p. 2007.

SESC/SC. **Os fatos no Tempo**: 30 anos de ação social. Departamento Regional, 1977.

SESC/DN. SESC. Informativo. **Encarte da Revista Comércio e Mercados**. Ano XIV. Nº 157, set.1980.

SESC/DN. **Diretrizes para o quinquênio 2006 – 2010**: busca permanente da excelência. Rio de Janeiro, 2006.

SESC/DN. DPD. **GEP - Modelo da Atividade Turismo Social**: módulo de Turismo emissivo- Rio de Janeiro: SESC, 2008.

SILVA, I.D. Políticas de lazer, redefinição do espaço e repercussões ambientais. In. FARIA, I.F.; CARVALHO, C.L.; BARBOSA, L.G.M. (Coord.). **Turismo**: Lazer e políticas de desenvolvimento local (Coleção geografia do turismo). Manaus: Editora Universidade do Amazonas, 121-136, 2001.

PORTARIA 469 DN/2000. Aprova a nova Classificação Funcional Programática do SESC – cria a atividade de Turismo Social (11/04/2000).

Sites consultados:

IBT. Instituto Brasileiro de Turismólogos. Disponível em <<http://www.turismologos.org.br/cbo.asp>>, acessado em <27 de maio de 2012>.

INATEL. Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres. Disponível em <<http://www.inatel.pt/fundacaohome.aspx?menuid=1&ft=1>>, acessado em <27 de maio de 2012>.

Notas:

¹ Fórmula estatística: N° de inscritos X N° de dias de cada uma das programações.

² Comerciantes, trabalhadores do comércio, bens e serviços, e seus dependentes que possuem atendimento preferencial nas atividades oferecidas pelo SESC. Neste grupo ainda inclui em média, 30% das pessoas com mais de 60 anos que não são necessariamente aposentados do comércio, mas que se beneficiam das atividades SESC com valores praticados para os comerciantes (Circular SESC/SC N° 014/04).

³ Comunidade em geral que também usufruem de alguns serviços que não são exclusivos a clientela SESC.

⁴ Atualmente o SESC possui uma rede extra hoteleira que contempla 36 (trinta e seis) meios de hospedagens distribuídos em 20 (vinte) estados no Brasil.

⁵ Segundo pesquisa realizada em 2010 pelo IBT – Instituto Brasileiro de Turismólogos a formação por década compreende: de 71/80=36; de 81/90=77; de 91/00=333; de 01-/10=3.746 turismólogos.

⁶ Segundo o Ministério da Fazenda (2011), no período de 2007 a 2010, o crescimento médio anual só não ficou acima de 6% devido aos - 6% (negativos) registrados em 2009, resultado da crise financeira internacional. A continuidade do crescimento foi garantida pela solidez fiscal e monetária decorridas ao longo do período. Houve um aumento na economia resultando relevantes superávits nas contas públicas e o controle da inflação, dessa forma o Brasil passou então a se expandir com a redução do endividamento.

⁷ Nomenclatura utilizada pelo SESC para definir uma viagem/realização com pernoite.

⁸ Quantidade relevante por ser a Unidade maior do estado de Santa Catarina em questão de número de atividades e atendimentos, observados na Tabela 7.

Juliana Camila Côco: SESC Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Email: julianac@sesc-sc.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3930377806655363>

Luana Emmendoerfer: Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina, Florianópolis SC, Brasil.

Email: luanae@sol.sc.gov.br

Vilmar Jacques: SESC Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Email: vjtur@hotmail.com

Data de submissão: 31 de maio de 2012

Data de recebimento de correções: 13 de março de 2013

Data do aceite: 13 de março de 2013

Avaliado anonimamente

Turismo rural: uma possibilidade do novo para o assentamento Banco da Terra

Rural tourism: a possibility of the new for Banco da Terra Settlement (MT, Brazil)

Rúbia Elza Martins de Sousa, Luciana Pinheiro Viegas

RESUMO

O turismo que está se destacando no cenário econômico nacional, diante de sua capacidade de geração de trabalho e renda começa, aos poucos, a se difundir no espaço rural, especialmente em contraponto à globalização. Esse turismo se configura como uma alternativa aos agricultores de base familiar que abrem suas propriedades para um cenário mundial de competitividade, que exige produtos/serviços e estratégias empresariais compatíveis com os novos padrões vigentes. Diante disso, surge a necessidade pela busca de alternativas que garantam a sobrevivência e permanência dos agricultores familiares no meio rural sem a descaracterização enquanto espaço rural, principalmente a partir de políticas públicas que promovam o desenvolvimento racional e responsável a partir do incremento da atividade desenvolvida por esses atores. A pesquisa em tela teve o intuito de identificar as políticas públicas que otimizem a utilização da matéria-prima e recursos naturais disponíveis no Assentamento Banco da Terra, Município de Nova Xavantina, MT, de forma que os assentados busquem novas formas de utilizar os recursos locais, bem como racionalizar seu uso como fonte alternativa não-agrícola de geração de renda. A pesquisa é qualitativa e se constituiu como exploratória e descritiva. Foram utilizadas pesquisa bibliográfica, documental, além do estudo de campo com observação participante. Durante a pesquisa foram constatados problemas de ordem socioeconômica, devido à falta de efetivação de políticas públicas. Os depoimentos recolhidos por meio do procedimento de constituição de fontes orais traduzem visões particulares de processos coletivos e, dessa forma, é capaz de recuperar, de acordo com as tradições culturais do espaço rural aqui analisado, a história da luta pela conquista da terra, na perpetuação de hábitos e costumes característicos do meio rural. Portanto, o turismo rural deve ter, além de uma gestão participativa, com os próprios agricultores familiares sendo os protagonistas desse processo, deve ser ainda, desenvolvida com responsabilidade e sensibilidade para que o limite máximo de crescimento da atividade possa ser identificado antes que seja ultrapassado, o que acarretaria em impactos no meio ambiente natural, o descontentamento do público que vinha sendo contemplado e desestruturação da comunidade anfitriã.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Políticas Públicas; Agricultura Familiar; Assentamento Rural.

ABSTRACT

Tourism that has been detaching in the national economic scenario, before its ability to generate work and income, it begins gradually to spread in rural areas, especially in opposition to globalization. This tourism is configured as an alternative to family-based farmers that open their properties to a scenario of global competitiveness, which requires products / services and business strategies compatible with the new standards in vigour. Thus, there is a need to look at alternatives to ensure the survival and stability of family farmers in rural areas, mainly from public policies that promote the rational development and responsible from the incrementation of activity developed by these actors. The screen's research aimed to identify public policies that optimize the use of raw materials and natural resources available on the Banco da Terra Settlement, in the City of Nova Xavantina, MT, so that the settlers seek new ways to use local resources and rationalize its use as an alternative source of non- agricultural income generation. This is a qualitative research and is established as exploratory and descriptive. It was used bibliographical and documental research, beyond the field study with participant observation. During the research socioeconomic problems were observed, due to lack of effective public policies. The testimonies collected by the procedure of establishment of oral sources, translates particular visions of collective processes and, thus is able to recover, according to the cultural traditions of rural areas analyzed here, the history of the struggle for land, in perpetuation of characteristic habits and customs from rural areas. Therefore, rural tourism should have, beyond a participatory management, with the farmers themselves being the protagonists of this process, should still, be developed with responsibility and sensitivity so that the growth's maximum limit of the activity can be identified before it is passed, which would result in impacts on the natural environment, public discontent that had been contemplated and disruption of the host community.

KEYWORDS: Tourism; Public Policy; Family Farming; Rural Settlement.

Introdução

A crise no meio rural para os agricultores familiares teve suas origens no Brasil na década de 1960, quando foi iniciado o processo de mecanização da lavoura, passou-se então, a utilizar insumos industrializados e as sementes passaram a ser selecionadas, visando ao aumento da produção e à consequente exportação. A modernização da agricultura brasileira teve o Estado como um grande viabilizador deste processo, pois este tinha como principal objetivo atender aos interesses dos setores mais capitalizados, os quais são refletidos no campo político, em nome da classe dos grandes proprietários rurais. Dessa forma, os agricultores familiares ficaram à margem de todas essas transformações que estavam e atualmente continuam ocorrendo no meio rural.

É nesse contexto que surge o turismo como subsídio aos agricultores familiares, no que tange à melhoria das condições de vida dos mesmos, uma vez que o tu-

rismo é uma atividade sócio-econômica atual que gera múltiplas inter-relações, sejam elas de cunho social, cultural, econômico e ambiental.

Atualmente tem se tornado cada vez mais comum o desenvolvimento da atividade turística em áreas de assentamentos rurais, e essa prática tem auxiliado os agricultores familiares que residem nestes espaços, uma vez que estes apresentam uma série de dificuldades para se manterem no campo devido à falta de efetivação das políticas públicas voltadas ao meio rural. Sendo assim, o turismo se apresenta como atividade alternativa no meio rural.

As políticas públicas voltadas para o espaço rural tem a função de orientar os agricultores familiares, quanto às formas mais eficazes de produção, porém, a falta de efetivação destas políticas tem prejudicado a produção rural, uma vez que os produtores familiares ficam desprovidos de incentivos financeiros, técnicos e governamentais para produzir.

Diante disso, este trabalho foi desenvolvido no Assentamento Banco da Terra, localizado no Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, distante 12 Km do núcleo urbano, com acesso pavimentado e teve o intuito de identificar as ações de políticas de ordenamento territorial rural que otimizem a utilização da matéria-prima e dos recursos naturais disponíveis no agroecossistema do Assentamento, de maneira que os agricultores familiares possam buscar novas formas de utilização dos recursos locais, bem como racionalizar seu uso como fonte alternativa não-agrícola de geração de renda, como o turismo, por exemplo, aqui enfocado. Para que este objetivo fosse alcançado, fez-se necessário identificar as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e as direcionadas para o turismo rural na agricultura familiar; averiguar as políticas públicas que foram e que estão sendo desenvolvidas no Assentamento Banco da Terra; bem como estudar as formas de acesso a estas políticas por parte dos agricultores familiares que residem na localidade.

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa utilizando-se de pesquisa bibliográfica, documental e estudo de campo com observação participante. Estes procedimentos utilizados para o alcance dos objetivos propostos possibilitaram aproximação conceitual para analisar os fatos do ponto de vista empírico, de forma a confrontar a visão teórica com a realidade. Foram realizadas entrevistas não-diretivas junto a trinta assentados e ao poder público do município, dentre eles a responsável pela Divisão de Turismo da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, o chefe da Divisão de Assistência e Produção e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Estas entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas posteriormente.

Este trabalho inicia-se com uma retomada de diferentes abordagens de concepções e discussões sobre turismo rural e agricultura familiar, seguida de contextualização histórica sobre os assentamentos rurais e a luta pela terra no Brasil para posterior apresentação, de forma sucinta, das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para o turismo rural neste segmento, sendo estas políticas selecionadas de acordo com o tema proposto por este trabalho.

Como fazer diferente: o turismo frente à agricultura familiar

A atividade turística tem sido um importante agente de revitalização cultural e ambiental de territórios¹ brasileiros uma vez que, esta atividade se vale de tais aspectos como atrativo, e por este motivo há a preocupação em resgatar, conservar, bem como valorizar os mesmos, para que assim possam ser utilizados de forma racional. O turismo tem atingido até mesmo territórios situados no meio rural, valendo-se dessa forma, da singularidade destes locais como atrativo turístico.

Em uma época de transformações nos modos de produção, em que os recursos estão cada vez mais escassos e a concorrência de produtos estrangeiros é algo real, os agricultores familiares tem encontrado dificuldades em dar continuidade ao desenvolvimento de atividades de cunho agrícola e/ou agropecuária em sua propriedade (VIEGAS, 2006).

Dessa forma, os problemas que tem ocorrido no campo, tem como grande consequência o movimento campo-cidade, principalmente por parte dos agricultores familiares, que se veem impossibilitados de continuar no meio rural, pela falta de condições financeiras para suprir necessidades básicas de suas famílias. Sendo assim, os agricultores migram para os grandes centros urbanos, passando a agravar as estatísticas de desemprego, vivendo sob condições marginais. É neste contexto que o turismo rural surge como uma importante alternativa de complementação da renda agrícola, da elevação da auto-estima destes sujeitos sociais, além de contribuir para sua fixação no campo.

De acordo com Dinis (2011, p.30) turismo rural *“[...] inclui a cultura como parte integrante do produto e caracteriza-se por um contato personalizado, integração no ambiente físico e humano e a participação na forma de vida da comunidade”*.

Neste sentido o turismo rural possui uma vertente cultural que perpassa intimamente por questões relacionadas à representação e ao simbolismo que o turista cria frente ao espaço rural e ao que permeia o desenvolvimento da atividade turística neste. Esta vertente pode ser caracterizada pelo contato do turista com aquilo que intenciona a singularidade, pois há - mesmo que inconscientemente - a necessidade de vivenciar a vida do 'outro', de se colocar no lugar deste 'outro'.

Arelado às questões culturais e de representação do espaço rural para o turista, encontra-se a vertente econômica, uma vez que o meio rural tem se mostrado cada vez mais produtivo para a implantação de novas atividades voltadas para o viés econômico, isto não pode ser ignorado.

Sendo assim, a atividade turística é desenvolvida como forma de valorização das famílias que vivem em territórios rurais, por meio de atividades relacionadas à produção, lazer, esporte, gastronomia, dentre outros. Salienta-se que o turismo rural deve ser de caráter apenas complementar, uma vez que a atividade tradicional deve continuar sendo praticada pelos agricultores familiares como atividade principal na unidade de produção, pois como afirmam Almeida e Riedl (2000, p.11) *“[...] o turista aprecia participar ativa ou passivamente do trabalho na agricultura e adora saber que a maioria dos produtos consumidos nas refeições provém do estabelecimento visitado”*.

A agricultura familiar é conceituada por Viegas (2007, p.4 e 5) como *“[...] àquela*

em que os trabalhos ao nível da unidade de produção são exercidos predominantemente pela família, mantendo ela a iniciativa, o domínio e o controle, do 'que' e do 'como' produzir". É importante que haja uma estreita relação entre o que é produzido e o que é consumido. Sendo assim, na agricultura familiar o trabalho conjunto dos membros da família, objetivando o sustento coletivo integra os laços consanguíneos à esfera da produção.

Segundo Schneider (2003), a expressão "agricultura familiar" teve destaque no contexto brasileiro na metade da década de 1990 paralelamente à efervescência dos movimentos sociais no campo comandados pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag. Mesmo diante de desafios como a falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas que eram exportados, a agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer proteção a um conjunto de categorias sociais compostas por assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústria, dentre outros.

A agricultura familiar atualmente possui uma grande representatividade, especialmente em 2006 quando foi sancionada a Lei 11.326 de 24 de julho que "*estabelece conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais*" (BIANCHINI, 2005, p.83), oferecendo garantias de direito à elaboração de políticas de ordenamento territorial rural já que no Brasil existem 4.859.864 estabelecimentos rurais, que ocupam uma área de 353,6 milhões de hectares, os agricultores familiares totalizam 4.139.369 (85,5%), ocupando uma área de 107,8 milhões de hectares. Faz-se necessário ressaltar ainda que a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de alimentos no Brasil, sendo a base econômica de cerca de 90% dos municípios e respondendo por 35% do PIB nacional abrigando, dessa forma, 40% da população economicamente ativa (ROSA, 1999).

A produção familiar na agricultura, mesmo diante das adversidades e transformações que tem ocorrido pelo advento do capitalismo, tem mostrado a força do caráter familiar e sua representatividade nos setores social e econômico do país. Um exemplo bem prático é o que está acontecendo em áreas de assentamentos rurais, pois, sem condições adequadas para o trabalho e sem infra-estrutura de apoio aos assentados, vem surgindo em meio a esses obstáculos as atividades não-agrícolas, a exemplo dos setores de serviços como a atividade turística, que vem, sobretudo para valorizar as potencialidades naturais e culturais existentes no espaço rural.

Assentamentos rurais: a luta pela terra

As disputas pelo acesso à terra no Brasil remontam a forma de como se deu a colonização de seu território, uma vez que Portugal colonizou o país por meio da criação de grandes unidades produtivas, fato que determinou o modo de apropriação das terras do Brasil, sendo que esse é caracterizado por grandes fazendas, com base no uso de mão-de-obra em abundância.

No Brasil em meados do século XIX iniciaram-se, no Parlamento, algumas discussões relacionadas à divisão de terras, predominando os grandes latifundiários. Como

resultado de toda essa polêmica em torno da apropriação e do uso de terras, surgiu a Lei de Terras, aprovada em 1850, esta segundo Coelho (2002, p. 22) “[...] *redefiniu o acesso à terra, restringindo-o a quem tinha poder aquisitivo para adquiri-la mediante compra*”. Observa-se então, que a Lei de Terras garantia mecanismos que tornaram possível a manutenção de grandes unidades de produção e da disponibilidade de mão-de-obra.

De acordo com Medeiros (2003, p.16), a reforma agrária “[...] *era definida como a divisão das grandes propriedades entre as quais nela quisessem trabalhar e a consequente extinção dos latifúndios*”. Essa medida seria o primeiro passo a um modelo de desenvolvimento, uma vez que promoveria o crescimento acelerado das forças produtivas do campo, visto que os trabalhadores rurais estavam vivendo em situação de exploração e miséria, o que os impedia de constituírem-se em mercado consumidor dos produtos industrializados que estavam sendo produzidos no país.

Em meados dos anos 1990, no início do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, a temática agrária tinha perdido seu lugar nos debates políticos, mas dois fatos que ocorreram trouxeram à tona as questões agrárias, sendo eles: a extrema violência policial em relação às ações de trabalhadores rurais, fato que foi evidenciado nos massacres ocorridos em Corumbiara e em Eldorado dos Carajás; a retomada das ocupações de terra pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e por outras entidades ligadas à luta pela terra (MEDEIROS, 2003).

De volta às pautas do Governo, os trabalhadores conquistaram outras políticas que culminaram no programa “*Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para o novo mundo rural*” (MEDEIROS, 2003, p.56). Este objetivava o desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado, e tinha como lema ‘Levar qualidade aos assentados’, tratando estes como agricultores familiares e traçando uma programação de ações junto aos mesmos.

Ao longo das últimas duas décadas, consequência dos diversos anos de luta pela terra e da crescente organização dos trabalhadores com movimentos de resistência assumiram a posição de “sem-terra”, surgiram os assentamentos rurais. Tal denominação nomeia uma série de ações governamentais que envolvem a atribuição de terras a trabalhadores rurais.

Bergamasco e Norder (1996), afirmam que assentamentos rurais são ações de novas unidades de produção agrícola, criados por meio de políticas governamentais, que visam ao reordenamento do uso da terra, de forma que beneficie trabalhadores rurais com pouca ou nenhuma terra.

Diante do “inchaço” populacional dos grandes centros urbanos, os assentamentos rurais, surgem como alternativa de emprego e moradia, estabelecendo assim um modelo de desenvolvimento agrícola mais justo e equitativo. No entanto, grande parte dos assentamentos foi criado sem planejamento necessário, de forma que ficaram distribuídos em espaços consentidos pelo latifúndio. Com a dispersão nos assentamentos houve dificuldade em se potencializar infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento. É comum encontrar assentamentos onde o acesso é precário, prejudicando o escoamento de produtos e até mesmo o deslocamento dos assentados para o centro urbano de onde ainda dependem de alguns serviços.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores que residem em áreas rurais, o turismo vem objetivando trazer impactos socioeconômicos positivos a esta população, uma vez que a atividade turística desenvolvida nestas localidades tem como uma das principais propostas a complementação da renda e a valorização do espaço vivido.

A atividade turística, quando realizada no meio rural, além de valorizar os aspectos naturais e culturais, estimula e recupera a conservação da economia das regiões envolvidas. A partir de então, passa a existir dinamização da cultura rural e, concomitante a conservação da identidade e autenticidade, de forma a resgatar os valores, os costumes, a história do local, transformando assim, em atrativos típicos e utilizados como representações simbólicas.

O turismo rural é um grande agente promotor, visto que é atividade estratégica, no que tange à mobilização, diversificação da economia local, promoção socioeconômica e a revitalização ambiental, sendo assim, a atividade turística contribui para implementação das estruturas básicas no meio rural (ARAÚJO, 2000). Dessa forma, esta atividade garante a manutenção de atividades agrícolas e, como consequência, mantém a família rural no campo e formula um novo conceito de produção, devido ao incremento da receita da comunidade rural.

A atividade turística quando desenvolvida em assentamentos rurais apresenta impactos positivos aos assentados, como auxílio à permanência destes na unidade de produção familiar, pois com as dificuldades que tem enfrentado em permanecer no campo, o desenvolvimento do turismo se transforma em apoio aos agricultores, proporcionando continuidade dos mesmos no meio rural; o romper do isolamento dos agricultores, uma vez que a atividade turística proporcionará maior contato com pessoas de lugares diferentes, podendo haver, assim, a troca de experiências e informações; a diversidade de produtos e serviços ofertados, em que os assentados deverão diversificar a produção para atender, depois de supridas as suas, as necessidades dos turistas que visitarão suas propriedades, inserindo o turismo na multifuncionalidade e pluriatividade do espaço rural.

Para que ocorra melhoria na qualidade de vida dos agricultores dos assentamentos, são necessárias políticas que promovam desenvolvimento responsável no meio rural, a partir da implantação e desenvolvimento da atividade por parte dos agricultores familiares.

Revisitando as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar

De acordo com Holanda (1975, p.1109), política é definida como “*ciência dos fenômenos referentes ao Estado, sistemas de regras, [...] arte de bem governar, conjunto de objetivos, princípios doutrinários, posição ideológica, habilidade no trato das relações humanas*”. Dessa forma, a política é um meio de gerenciar os interesses da coletividade, sendo que estes devem estar em consonância e em torno de um objetivo comum.

Valendo-se disso, deve-se ressaltar que a política pode e deve ser flexível e dinâmica, tanto no processo de formulação quanto no de implantação, devendo estar adequada aos interesses e a realidade de cada comunidade.

As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar devem fornecer orientações necessárias aos agricultores familiares, no que tange às formas mais adequadas de produção, bem como meio financeiro e técnico para que os agricultores produzam. As políticas de turismo rural voltadas para a agricultura familiar visam ao desenvolvimento rural racional, por meio da implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, de forma a otimizar sua produção, gerando postos de trabalho e com consequente melhoria das condições de vida rural.

Na sequência serão citadas e brevemente comentadas algumas ações de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, focalizando aquelas voltadas para o desenvolvimento da atividade turística.

Territórios da cidadania

O Programa Territórios da Cidadania é resultado do esforço do Governo Federal para priorizar ações em regiões e sub-regiões, onde os investimentos públicos e privados não tem sido suficientes para atender às necessidades básicas da população. Ele objetiva superar a pobreza e as desigualdades sociais no meio rural inclusive as desigualdades de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

De acordo com o MDA esta política visa promover articulação e gestão de forma descentralizada e participativa, onde serão priorizadas ações para alcançar o desenvolvimento social, de forma a apoiar e fortalecer os territórios, no que tange à capacidade social de autogestão dos processos de promoção do desenvolvimento das populações que vivem em territórios rurais, possibilitando que os próprios agricultores familiares protagonizem as iniciativas.

Para seleção e posterior definição dos territórios de Ação Integral são utilizados alguns parâmetros, dentre eles: territórios com maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família; territórios com menor IDH; territórios com maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; dentre outros (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, s/d).

Essas políticas com vistas à redução das desigualdades regionais em muito precisam avançar no sentido de dar, efetivamente, autonomia aos trabalhadores rurais, representados por associações, sindicatos ou outras formas organizativas, pois, da forma como estão sendo elaboradas, só legitimam o discurso hegemônico de que as políticas são oferecidas, porém não são elaborados projetos por parte dos agricultores para captar os recursos disponibilizados.

Política nacional de assistência técnica extensão rural

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) tem como objetivo contribuir para uma ação institucional que seja capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural, de forma a estimular a geração de renda e de novos postos de trabalho. Para tanto, potencializa atividades produtivas agrícolas voltadas à oferta de alimentos e, apóia estratégias de comercialização destes alimentos produzidos tanto nos mercados locais como nos mercados regionais e internacionais. Igualmente, deve estimular outras formas de agregação de renda à produção primária, assim como o desenvolvimento de atividades rurais não-agrícolas (BRASIL, 2007).

Esta política prevê que os serviços públicos de assistência técnica e extensão rural (Ater) sejam executados por meio do uso de metodologias participativas, onde seus agentes desempenharão papel educativo, atuando como facilitadores de processos de desenvolvimento rural. Ao mesmo tempo, as ações de Ater devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades, de forma a resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares, estimulando o uso racional dos recursos locais.

Programa nacional de crédito fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário é desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário desde 2003 e é voltado para os agricultores familiares, uma vez que objetiva trazer condições aos agricultores sem terra ou com pouca terra para que estes possam comprar um imóvel rural por meio de financiamento. Este financiamento pode ser utilizado para criação da infraestrutura necessária para produção técnica e extensão rural, para estruturar a moradia dos agricultores, adquirir implementos, enfim, tudo o que for necessário para que os mesmos possam se desenvolver de forma autônoma.

O público do PNCF é composto por agricultores rurais sem terra, arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros e proprietário de terra cuja dimensão é inferior ao módulo rural. O potencial beneficiado deve ter, no mínimo, cinco anos de experiência no meio rural nos últimos 15 anos. É importante mencionar que o Programa prevê ações de estímulo às mulheres, jovens e negros que vivem em territórios rurais (BRASIL, s/d).

Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) constitui-se no primeiro e mais importante exemplo de política setorial diferenciada, voltada para a agricultura e para o mundo rural brasileiro. Este programa vem refletindo a emergência de preocupações relacionadas ao meio ambiente, à sustentabilidade e às diversas questões do desenvolvimento do meio rural.

De acordo com o MDA, o PRONAF “financia projetos individuais ou coletivos,

que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária”. O Programa concede crédito para custeio da safra, atividade agroindustrial, investimento em máquinas, equipamentos e infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não-agropecuários.

O PRONAF oferece várias linhas de crédito, ligadas aos mais diversos setores que englobam o meio rural, pode-se citar algumas destas: a) Custeio, financiamento destinado a atividades agropecuárias e de beneficiamento; b) Pronaf investimento, crédito voltado para a ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços; c) Pronaf agroecologia, linha de financiamento para investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos; d) Pronaf eco, financia investimentos em técnicas que minimizam o impacto negativo da atividade rural ao meio ambiente; dentre outros.

Os agricultores familiares que desejam obter financiamento por meio do Pronaf, devem seguir alguns passos para acessar às linhas de crédito do Programa, sendo eles: a decisão familiar pela busca do crédito, momento onde a família deverá decidir conjuntamente o projeto a ser desenvolvido dentro da propriedade; o segundo passo é saber em qual grupo e qual linha do Pronaf o agricultor se encontra, para tal este deve requerer a Declaração de Aptidão ao Pronaf- DAP, documento este que é fornecido gratuitamente por órgãos públicos e entidades de classe credenciados pelo MDA; de posse da DAP o agricultor deve procurar um órgão estadual responsável pela assistência técnica e extensão rural para elaboração de projeto técnico, neste constará o valor e a época de todas as despesas relativas ao projeto; por fim, um agente financeiro deve ser procurado, para que a solicitação do financiamento seja feita (SEBRAE, s/d).

Nota-se, quanta burocracia é exigida do agricultor para que o mesmo tenha acesso aos financiamentos via Pronaf. Dessa forma, muitos deles se veem impossibilitados de acessarem a estes financiamentos, devido à falta de informações básicas necessárias, bem como por não saber a que órgão recorrer para se informar sobre os documentos requeridos para aquisição do crédito.

Terra sol

O Terra Sol tem como objetivo proporcionar o aumento de renda dos Projetos de Assentamentos da reforma agrária, através de atividades socioeconômicas que valorizem as características regionais, experiências e, potencialidades locais, com destaque na Agroecologia.

A política Terra Sol contempla, em princípio, qualquer negócio, desde que possibilite a agregação de renda para os assentados e esteja dentro das seguintes linhas: agroindustrialização, comercialização, atividades pluriativas e agroecologia. É importante salientar que são priorizados aqueles negócios nos quais se utilize matéria-prima do próprio assentamento, que trabalhe o desenvolvimento racional dos recursos locais, a agroecologia e que tenha a participação do maior número de famílias de assentados, incluindo a mulher e o jovem.

Programa nacional de turismo na agricultura familiar

O Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF) é resultado de parceria firmada entre o Ministério do Turismo e o Ministério de Desenvolvimento Agrário, e tem como principais princípios: a prática do associativismo; a valorização e o resgate do patrimônio cultural e natural; a inclusão dos agricultores familiares, respeitando as relações de gênero, raça e etnia; a manutenção do caráter complementar dos produtos e serviços do turismo rural na agricultura familiar; o comprometimento com a produção agropecuária de qualidade e com os processos agroecológicos; a compreensão da multifuncionalidade da agricultura familiar em todo o território nacional (BRASIL, s/d).

O PNTRAF tem como objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável, a partir da implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrado aos arranjos produtivos locais, de forma a agregar renda e gerar postos de trabalho no meio rural, com consequente melhoria das condições de vida (BRASIL, s/d).

O Programa beneficia produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas florestais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores com métodos artesanais, povos da floresta, seringueiros e suas organizações.

Fomento ao turismo rural na agricultura familiar: Rede TRAF

Este trabalho não poderia deixar de mencionar, a Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (Rede TRAF), sendo esta um grupo de discussões que levanta as principais demandas de políticas públicas no meio rural voltadas para o turismo rural. Esta Rede é uma união entre técnicos, instituições e representações de agricultores familiares, que tem em vista desenvolver o turismo rural na agricultura familiar no Brasil, com objetivo de realizar um turismo racional em território rural, através do fortalecimento da atividade turística pelos agricultores familiares.

A Rede TRAF traçou alguns objetivos a serem atingidos em relação ao desenvolvimento do turismo no meio rural, dentre eles destacam-se: debater questões proeminentes para o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar; auxiliar o poder público na definição de políticas públicas; fomentar o intercâmbio de experiências entre os atores envolvidos no desenvolvimento da atividade turística (BRASIL, s/d).

Dessa forma, a Rede TRAF é uma importante aliada do Governo, no que tange ao desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar, uma vez que esta organização vem apoiar tecnicamente os órgãos governamentais que tem ações de planejamento para desenvolver o TRAF.

Contudo, a atividade turística, ao ser desenvolvida em propriedades rurais, é

vista como fator importante para a complementação da renda das famílias agricultoras e como uma atividade capaz de agregar valor ao meio rural. Sendo assim, as políticas públicas de turismo voltadas para a agricultura familiar fomentam o desenvolvimento da atividade de forma racional, uma vez que objetivam fortalecer as atividades turísticas desenvolvidas nas propriedades rurais, bem como agregar valor ao meio rural e às práticas rurais desenvolvidas nas unidades de produção.

Área de estudo

O Assentamento Banco da Terra, objeto deste estudo, está localizado na Região do Médio Araguaia, Estado de Mato Grosso, Município de Nova Xavantina, distante 12 km da sede, sendo a BR 158 a via de acesso ao local. É composto por sessenta famílias em sua formação, totalizando sessenta lotes com uma família em cada, em uma área total de aproximadamente 570 hectares, tendo cada parcela, 8.9 hectares. As parcelas estão distribuídas ao longo de uma estrada que passa por todo o assentamento, sendo assim, trinta lotes se encontram do lado direito e os outros trinta do lado esquerdo da estrada.

Este Assentamento faz parte da política pública de Crédito Fundiário criada pelo Governo Federal em 1998, esta política era anteriormente denominada de Banco da Terra, denominação esta que originou o nome do assentamento estudado.

Os agricultores familiares desenvolvem, no interior das unidades produtivas, atividades prioritariamente de caráter agropecuário, dentre as realizadas pode-se citar criação de gado leiteiro e pequenos animais (suínos, caprinos, ovinos e aves); cultivo de melancia, milho, cana, laranja, mandioca, hortaliças, dentre outras. É importante mencionar que a produção interna não tem sido suficiente para suprir as necessidades básicas de famílias residentes na localidade, de forma que os assentados tem buscado emprego externo às propriedades, como no Frigorífico, sendo esta a principal opção de emprego para estes assentados, uma vez que está localizado próximo ao assentamento.

Na tentativa de manter uma relação com os núcleos urbanos do entorno, o que é fundamental para gerar fluxo turístico no local, pode-se destacar duas cidades de pequeno porte, Nova Xavantina, que já foi citada, e, Água Boa, distante 84 Km, com estrada pavimentada. Esta cidade foi resultado do avanço da fronteira agrícola da região Sul, com costumes característicos da cultura gaúcha, porém, tem pouco conhecimento das atividades desenvolvidas no Banco da Terra.

Discutindo resultados

Diante da pesquisa realizada foi constatado que todos os agricultores do Banco da Terra tiveram acesso a, pelo menos, duas políticas públicas, sendo elas: a política do Banco da Terra, hoje denominada de Crédito Fundiário, e o Pronaf. A primeira está relacionada ao financiamento para compra da terra; e a segunda ao financiamento cedido para desenvolvimento de atividades voltadas à agricultura e à suinocultura. Interessante destacar que a política de Crédito Fundiário impossibilitava a venda do

imóvel rural, uma vez que ele fosse financiado, mas a cláusula desta política não foi obedecida por vários dos agricultores, o que vai ao encontro da realidade nacional de forma que, alguns deles, vendo-se impossibilitados de manter-se no campo, venderam suas parcelas, migrando para a cidade, e assim, as dívidas com os financiamentos relativos às políticas públicas passaram a ser responsabilidade do novo posseiro da terra.

Dessa forma, como afirma Viegas (2006, p.6), a *“Agricultura Familiar apresenta uma realidade de muitas dificuldades para os agricultores brasileiros, com constantes migrações [...] em busca de melhorias na qualidade de vida”*. Esta realidade apresentada pela autora pode ser notada no assentamento estudado, em que agricultores familiares enfrentam dificuldades socioeconômicas pelo fato de estarem com dívidas relativas à aquisição de financiamentos, o que os impede de adquirir novos financiamentos para desenvolverem atividades de cunho agropecuário e não-agropecuário dentro da unidade produtiva.

Com a pesquisa, pode-se constatar que alguns agricultores familiares tem dificuldade para pagar as parcelas dos financiamentos, os mesmos tentam justificar dizendo que estas são muito caras, não condizendo dessa forma, com a renda mensal das famílias que não recebem assistência técnica. Sendo assim, nos anos de 2006, 2007 e 2008 as parcelas do Pronaf ficaram sem ser pagas por todos os agricultores associados à Associação Deus é Amor, mas esta dívida foi renegociada, de forma que os assentados pagaram apenas um por cento (1%) da dívida total. Hoje, apenas dois assentados desta Associação estão inadimplentes com as parcelas do Pronaf. Referente à Associação Vale do Araguaia salienta-se que todos os associados estão em situação de adimplência com as parcelas do Pronaf.

Foi verificado que atualmente, todos os agricultores da Associação Deus é Amor estão adimplentes com as parcelas do Crédito Fundiário, porém, os agricultores familiares que fazem parte da Associação Vale do Araguaia estão inadimplentes, pois não pagaram nenhuma das parcelas referentes a este financiamento.

De acordo com Medeiros (2003), grande parte dos assentamentos rurais no Brasil, foram construídos sem a mínima infraestrutura necessária para seu desenvolvimento, uma vez que há grande precariedade em termos de serviços de saúde, educação, saneamento básico, entre outros. Dessa forma, a pesquisa pode averiguar que no Assentamento Banco Terra a realidade não é diferente, uma vez que o local não possui estrutura básica para seu desenvolvimento, pois ainda não foram desenvolvidas ações de políticas públicas voltadas para a infraestrutura de saneamento básico, saúde e lazer. Essas questões são vitais para a boa qualidade de vida da comunidade, bem como para o bom andamento das atividades desenvolvidas no assentamento.

Foi averiguado que dos trinta agricultores entrevistados, vinte e oito deles se interessam em obter acesso a alguma política pública de crédito, voltada para o desenvolvimento da atividade turística, porém, até o momento o município, que foi solicitado, manifestou somente verbalmente interesse em desenvolver. Foi mencionado

por eles que seria interessante desenvolver o turismo na localidade, pois a atividade seria um complemento à renda familiar, além do que haveria a valorização dos aspectos culturais e produtivos, uma vez que o turismo proporcionaria o contato de turistas interessados em conhecer os costumes e os modos de produção da localidade visitada. Esta expectativa dos agricultores familiares fica evidenciada, uma vez que o Ministério de Desenvolvimento Agrário (s/d), afirma que a atividade turística apresenta uma característica transdisciplinar e multissetorial, permitindo a valorização da cultura e da atividade produtiva das comunidades familiares, além de estimular a recuperação e conservação da economia da localidade.

Segundo Mattei (2001), o Pronaf apresenta problemas na sua operacionalização, devido à exagerada burocracia necessária para ter acesso aos recursos financeiros. Durante a pesquisa pode-se verificar as dificuldades que os agricultores familiares encontram para acessar às linhas de crédito do Pronaf, visto que os procedimentos são um tanto quanto burocráticos, dificultando aos agricultores acessarem com maior facilidade estas ações de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

A chefe da Divisão de Turismo da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente quando questionada acerca do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o turismo rural no Assentamento Banco da Terra, respondeu que ainda não existe nenhuma política pública para o desenvolvimento do turismo rural na localidade, pois a Secretaria está focada primeiramente na melhoria da infraestrutura da cidade, para receber turistas. Mas foi mencionado que futuramente existem planos para o desenvolvimento do turismo rural no local, visto que a demanda existente ainda é pouco significativa no assentamento, fruto do beneficiamento da produção local e confecção de artesanatos, além do ponto positivo da localização do assentamento, às margens da BR-158, caracterizado por grande fluxo de viajantes que, muitas vezes, realizam uma parada para aquisição de produtos expostos em quitandas às margens desta BR ou simples conversa ao sentar para “tomar um cafezinho” com os moradores, muito conhecidos na região.

Durante a pesquisa, foi constatado que o município de Nova Xavantina não possui Secretaria de Agricultura, o que dificulta o desenvolvimento de políticas públicas em nível municipal voltadas para a agricultura e pecuária no Assentamento Banco da Terra. Há apenas um chefe da Divisão de Assistência e Produção que responde a questões que competiriam ao Secretário de Agricultura.

Dessa forma, o chefe da Divisão de Assistência e Produção, bem como o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foram questionados sobre o desenvolvimento de políticas públicas municipais no Assentamento Banco da Terra, sendo assim suas respostas foram bem similares, afirmando que na localidade é muito complicado desenvolver algum programa do governo, uma vez que muitos assentados estão inadimplentes com as dívidas dos financiamentos, fato que os impossibilita de requererem novas fontes de crédito para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. Em relação à merenda escolar, foi perguntada qual estratégia será utilizada para que os agricultores familiares comercializem seus

produtos para as escolas, uma vez que é lei, no mínimo, trinta por cento da merenda escolar deve ser advinda da agricultura familiar; os secretários responderam que já foi feita uma reunião com a Secretaria de Educação do município para que as escolas passem a comprar os produtos dos agricultores familiares, porém, estes não tem produção suficiente para atender as escolas. Ressalta-se ainda, que alguns agricultores familiares já forneceram leite para escolas, mas a vigilância sanitária proibiu este comércio, pelo fato de que o leite, para ser fornecido a estes estabelecimentos, deve ser pasteurizado, procedimento este, pelo qual o leite não estava sendo submetido quando comercializado pelos agricultores familiares.

Contudo, os resultados encontrados caminham no sentido de que há uma necessidade constante de se criar políticas públicas para o desenvolvimento de atividades ligadas à produção rural, ação que garanta a permanência destes agricultores na terra e, com isso, outras atividades possam ser agregadas àquelas existentes para o desenvolvimento da atividade turística no meio rural, desejo dos agricultores familiares consultados nas pesquisas.

Conclusão

Nota-se claramente que os agricultores familiares do Assentamento Banco da Terra, tem sofrido com a atual situação em que vivem, uma vez que são obrigados a pagar os financiamentos adquiridos, sem condições, visto que a produção familiar dentro da propriedade tem sido muitas vezes insuficiente para o sustento da família. Em relação aos órgãos públicos pode-se verificar que estes preferem se isentar e não desenvolver qualquer tipo de atividade no local devido à situação em que se encontra a comunidade, fato que se dá pelas inadimplências dos assentados em relação ao pagamento dos financiamentos, problemas relacionados à escritura das parcelas, e mesmo a falta de interesse dos próprios agricultores em procurar soluções para a melhoria da qualidade de vida, bem como da produção junto a esses órgãos.

Verifica-se que, atualmente, os agricultores familiares do Assentamento Banco da Terra estão preocupados primeiramente em desenvolver de forma mais adequada e produtiva, as atividades agropecuárias, uma vez que os mesmos tem encontrado problemas com a produção, devido à falta de incentivo técnico e financeiro para produzir.

Por fim, analisando a atual situação em que se encontram os agricultores familiares do Assentamento Banco da Terra, a atividade turística poderia auxiliar os assentados no que tange à questão econômica, em um primeiro momento, o que explica a ênfase dada a esta dimensão ao longo do artigo, uma vez que o turismo é um importante agente na complementação de renda e, consequentemente, na melhoria da qualidade de vida, porém, na presente circunstância em que o Assentamento se encontra, não é viável ainda o desenvolvimento do turismo, uma vez que a comunidade não está preparada para receber turistas, pelo fato de não deter conhecimento necessário acerca da atividade e por não possuir infraestrutura adequada para a recepção dos turistas e nem ter produção suficiente para atender aos mesmos.

Portanto, vale ressaltar que a dimensão simbólica faz parte da atividade turística no meio rural, sobretudo suas particularidades, o que caracteriza a valorização do homem do campo, seus costumes, valores, tradições, além do potencial natural e cultural do assentamento, todos estes, vistos como os potenciais turísticos marcando o desenvolvimento da atividade no meio rural, porém, estes potenciais não são evidenciados nas políticas públicas, muito menos executados visando a uma mudança na realidade atual.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

ARAÚJO, J.G.F. **ABC do turismo rural**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000.

BARROS, A.J.S; LEHFELD, N.A.S. **Fundamentos de metodologia científicas**: um guia para a iniciação científica. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2006.

BERGAMASCO, S.M.; NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BIANCHINI, V. Políticas diferenciadas para a agricultura familiar: em busca do desenvolvimento rural sustentável. In: FILHO, F.B.B (ORG). **Agricultura familiar a desenvolvimento territorial**: contribuição ao debate. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Pronaf**. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em 06 de maio de 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: 2007. 26 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/turismonaagriculturafamiliar/contents/photoflow-view/content-view?object_id=874854.2003>. Acesso 13 de maio de 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar. **Rede Turismo Rural na Agricultura Familiar – TRAF**, Brasília: s/d. 28 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Territórios da Cidadania: proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a redução da desigualdade social no meio rural brasileiro. Disponível em: <http://www.cpact.embrapa.br/forum/11_06_07.pdf>. Acesso em: 07 de outubro de 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Agrário. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito/2444650>>. Acesso em: 18 de novembro de 2010.

COELHO, E.M.B. **Territórios em Confronto**: a dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão. São Paulo: Huncitec, 2002.

DINIS, A. Para um turismo rural sustentável: empreendedorismo, estratégia de nicho e redes como fatores de preservação e inovação no meio rural. *In*: SOUZA, M.; ELESBÃO, I. (ORGs). **Turismo rural: iniciativas e inovações**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. (1999) *In*: **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HOLANDA, F.A.B. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Terra Sol**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>> Acesso em: 07 de outubro de 2010.

MATTEI, L. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. *In*: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2001, Belém (PA). **Anais** do IV Encontro da SBSP, 2001.

MEDEIROS, L.S. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

REDE DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR. Disponível em: <<http://www.redetraf.com.br/r-rede-traf.asp>>. Acesso em 12 de maio de 2010.

ROSA, S.L.C. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local Sustentável**. Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.

SALLES, M.M.G. **Turismo rural**: inventário turístico no meio rural. Campinas: Alínea, 2003.

SCHNEIDER, S. As atividades não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes. Cap. 3 da **Tese** de Doutorado. Agricultura Familiar e Pluriatividade. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SEBRAE. **Cartilha de acesso ao Pronaf**: saiba como obter crédito para a agricultura familiar. s/d. 32 p.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2004.

VIEGAS, J. M. O turismo rural na agricultura familiar em Pernambuco. Um caminho a autonomia? A pluriatividade como uma ferramenta para o turismo solidário. **Global Tourism**, São Paulo, V. 3, n. 1, s/n, maio 2007.

VIEGAS, L. P. Possibilidades e limites de inserção do Assentamento Amaraji na atividade turística do Município de Rio Formoso-PE. 2006. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Geográficas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

Nota:

Território, como importante categoria da geografia, destacam Haesbaert e Limonad (1999), podem ser agrupadas sob três vertentes, são elas: a política, com aplicações nas relações de espaço-poder ou jurídico-política (espaço-poder institucionalizadas), unidade de atuação (não exclusiva) do Estado; a cultural, com aplicação na dimensão simbólica, produto de apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação a seu espaço vivido (comunidades tradicionais), produto da ação coletiva e; a concepção econômica; fonte de recursos e/ou como unidade de construção de recursos específicos, desencadeando o embate entre classes sociais e relação capital-trabalho.

Rúbia Elza Martins de Souza: Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, Brasil.

Email: rrubiaelza@bol.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8908741399671431>

Luciana Pinheiro Viegas: Universidade do Estado de Mato Grosso, Nova Xavantina, MT, Brasil.

Email: lucianapviegas@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2127221102593270>

Data de submissão: 03 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 27 de dezembro de 2012

Data do aceite: 08 de abril de 2013

Avaliado anonimamente

A mobilidade turística na Região das Baixadas Litorâneas (RJ)

The tourist mobility in the Região das Baixadas Litorâneas (RJ, Brazil)

Ulisses da Silva Fernandes

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a ocorrência do fenômeno da mobilidade turística em uma das porções do território fluminense, a *Região das Baixadas Litorâneas*. Neste fragmento territorial, a atividade turística tem se manifestado como uma das maiores responsáveis pela transformação socioespacial local. O questionamento central incide sobre a existência ou não de uma interação regional marcada pela atividade turística. De modo secundário, questiona-se sobre a pertinência da adequação conceitual no trato do recorte elegido enquanto uma região turística. A operacionalização da pesquisa, para além da revisão bibliográfica pertinente, baseou-se em entrevistas de campo em municípios da região previamente elegidos para tal: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio. Os resultados da pesquisa apontam para uma interação turística heterogênea dentro da região analisada, sendo esta uma das razões conexas para considerar o recorte enquanto uma área turística e não exatamente uma região turística.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Mobilidade Turística; Região das Baixadas Litorâneas; Estado do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This paper aims to demonstrate the phenomenon of touristic mobility in one of the regions of the state of Rio de Janeiro, *Região das Baixadas Litorâneas*. In this territorial fragment, touristic activity has presented itself as one of the most relevant factors for local socio-spatial transformation. The central questioning lies upon the existence or nonexistence of regional interaction marked by touristic activity. Secondly, it is questioned whether or not is the conceptual adequacy as to the selected territorial fragment as a touristic region pertinent. The operationalization of the research, beyond the pertinent bibliographical study, was based on field interviews conducted in previously chosen municipalities within the region: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio. The research results point toward a heterogeneous touristic interaction within the analyzed region, the latter being one of the connected reasons not to consider the discriminated territory exactly as a touristic region, but rather as a touristic area.

KEYWORDS: Tourism; Touristic Mobility; Região das Baixadas Litorâneas; Estado do Rio de Janeiro.

Introdução

O trabalho ora apresentado advém de relatório de pesquisa realizado para atender a apoio institucional a recém-doutores da FAPERJ – Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa – RJ. Sua motivação básica, para além de vínculo com a realidade socioespacial fluminense, está na possibilidade de se manter vínculo com uma das temáticas de maior apelo social dos últimos tempos, que é a da atividade turística contemporânea.

Parte-se da tentativa de entendimento sobre a abrangência do fenômeno do turismo em uma das porções do território fluminense cuja atividade turística tem despontado como uma das de maior transformação da realidade socioespacial local: a *Região das Baixadas Litorâneas*. A prática turística, intensificada a partir dos anos setenta do século passado, principalmente após a construção da rodovia federal BR-101 e da chamada *Ponte Rio-Niterói*, gerou uma pretensa região turística de forte mobilidade, mesmo a nível internacional.

Objetiva, pois, este trabalho, demonstrar a ocorrência de uma mobilidade turística dentro da porção do território fluminense cujo senso comum reconhece como *Região dos Lagos*. Daí deriva o principal questionamento a ser feito, que é se de fato há uma interação regional, notabilizada pela atividade turística, capaz de estabelecer laços entre os municípios locais quanto à questão da mobilidade turística. Por outro lado, enquanto uma questão secundária, torna-se fundamental definir se há adequação conceitual adequada para tratar o recorte elegido enquanto um região turística.

A operacionalização desta pesquisa, para além da devida revisão bibliográfica, contou também a realização de pesquisa de campo, com a aplicação de duzentos questionários. Sua redação pressupõe uma análise teórico-conceitual inicial, bem como uma posterior interação com o recorte empírico, principalmente através da utilização dos dados coletados em campo.

Turismo: motivações e mobilidade

O Turismo é, decididamente, um fenômeno que passa pela esfera econômica, social, política e cultural, apresentando-se de modo significativo nas “*sociedades ditas pós-industriais*” (RODRIGUES, 1999, p.17). Desse modo, o Turismo vem ganhando, cada vez mais, espaço tanto nas discussões políticas e acadêmicas quanto populares. No entanto, há autores que advogam a necessidade de um estudo científico do Turismo mais apurado, como nos contam Gareth Shaw e Allan Williams, pois “*embora venha crescendo o número de exceções, o estudo científico do turismo ainda é frequentemente descritivo, a-teórico e caoticamente conceitualizado por ser extraído das relações sociais mais amplas*” (SHAW; WILLIAMS, 2004, p.1).

Pensar o Turismo é, dentre outras coisas, debater a mobilidade que ocorre

durante o fenômeno. É necessário, entretanto, atentar para o fato de que a mobilidade turística está interligada com várias formas de mobilidade, “*tais como a migração de trabalho ou conhecimento e transferência de capital*” (SHAW; WILLIAMS, 2004, p.1). A mobilidade de pessoas, no âmbito internacional, foi, efetivamente, afetada com a globalização. O fluxo turístico, em determinados espaços e lugares, é moldado pelo processo de globalização, requerendo um entendimento do turismo como um fenômeno que está estritamente ligado ao cotidiano, à constituição de comunidades e ao funcionamento do sistema social e natural, e não como um fenômeno social independente.

O nosso desafio, enquanto pesquisadores do turismo, é buscar entender como o turismo molda e é moldado pelos processos sociais. Para tanto, se faz necessário uma perspectiva de mudança, e para isso podemos nos basear no conceito de *vias e fluxos*, entendido como “*rede de máquinas, tecnologia, organizações, textos e atores que constituem vários nós interconectados, ao longo do qual o fluxo pode ser retransmitido*” (URRY, 2000, p.35).

O referido autor propõe uma paisagem do turismo que seria composta por vias e fluxos. Segundo ele, o espaço do turismo é fortemente estruturado por vias – autoestradas, rotas de voo, aeroportos – que facilitam e canalizam o movimento. Como defende o próprio John Urry, em *O Olhar do Turista*:

as vias mais distorcem do que afirmam ou reforçam as fronteiras, é verdade que muitas viagens ocorrem fora destas, mas são fundamentais para entender o volume dos fluxos do turismo [...]. Essas vias são mais do que apenas rotas de transporte, estas são também compostas pelos investimentos materiais em hotéis, restaurantes e outros serviços que facilitam a viagem (URRY, 2000 *apud* SHAW; WILLIAMS, 2004, p.3).

O turismo de massa – que atualmente encontramos no Brasil, em cidades como Salvador (BA) em época de Carnaval e em Cabo Frio (RJ) na alta temporada do verão, quando os turistas geralmente da classe média se dirigem a essas localidades para usufruírem de um turismo sazonal e de mais baixo custo se comparado ao *turismo elitista* – é, particularmente, influenciado por essa estrutura constituída por vias que, destarte, vão facilitar o fluxo turístico. Não só esse tipo de turismo é constituído por vias e fluxos, mas outros também como, por exemplo, o ecoturismo e o turismo esportivo.

A importância das vias, pois, reside no fato de contribuírem para a predominância da *localização relativa* sobre a *localização absoluta*. Na dita pós-modernidade, a distância direta entre o ponto de origem e o ponto de destino perdem importância, caracterizando, *lato sensu*, o modo de vida do *homem moderno*, que, no contexto na globalização do turismo, interconecta-se com o

mundo de modo ágil e efêmero. As vias são caracterizadas pela inércia, resultando da tecnologia, do capital investido e pelo conhecimento embutido nelas. No entanto, podem sofrer mudanças que variam de acordo com os interesses do capital. Por isso, pelo contrário, as vias estão em constante mutação, sendo (re)construídas e revistas no espaço da globalização do Turismo.

Como já se foi dito, o turismo de massa é constituído por vias e fluxos que permitem a melhor mobilidade dos turistas no espaço. No entanto, cabe indagar: a existência dessas vias e fluxos funcionaria também como motivação turística? E se funcionarem, são hermeticamente a única motivação para que uma pessoa se desloque? De fato, as vias e fluxos se encaixam na categoria de motivações turísticas, todavia não estão isoladas, pelo contrário, há muitas outras motivações que, neste artigo, serão englobadas em categorias gerais, apenas para fins didáticos.

Primeiramente, há de se clarificar o que se entende por motivação. O conceito de motivação sugere que os indivíduos constantemente visam alcançar um estado de estabilidade (GOSSENS, 1998 *apud* SHAW; WILLIAMS, 2004). Além disso,

tal equilíbrio é interrompido quando o indivíduo percebe que necessita de algo. Isso levou à criação das necessidades básicas na experiência dos turistas, tais como: novidades, satisfação sexual, estimulação, relaxamento e a auto-expressão (SHAW; WILLIAMS, 2004, p.140).

Em segundo lugar, as abordagens concernentes à motivação do turismo apontam para similaridades que emergiram de diferentes autores. Neste caso, comungamos da mesma metodologia utilizada pelos autores supracitados, que defendem que “essas diferentes abordagens podem ser categorizadas em três perspectivas; reducionista, estruturalista e funcionalista” (SHAW & WILLIAMS, 2004, p. 140). Deve-se ficar claro, pois, que essas três perspectivas propostas pelos autores não são únicas, na tentativa de generalização de categorias de motivações turísticas, mas são aquelas que sistematizam as abordagens de tal temática de modo mais abrangente.

A perspectiva reducionista, segundo Cohen (1972 *apud* SHAW; WILLIAMS, 2004), entende a motivação do turismo como uma tensão entre a procura de novas experiências e a exigência de algum grau de familiaridade. O turista, de acordo com tal visão, teria como motivação principal a busca por novidades e pela identificação com o lugar.

A perspectiva estruturalista concentra-se em identificar uma série de variáveis motivacionais que seriam determinadas por fatores de repulsão e atração. Nos trabalhos que se baseiam nessa perspectiva, é dado mais ênfase no fator repulsão, porque este seria o condicionante para a decisão do turista de viajar. Nes-

se sentido, observa-se “motivos mais duradouros, problemas internos ou fatores de repulsão que resultam na vontade do turista de procurar por objetos, eventos e situações” (GNOTH, 1997 *apud* SHAW; WILLIAMS, 2004, p.141).

Gossens (1998 *apud* SHAW; WILLIAMS, 2004) argumenta que o conceito de emoção é o fator psicológico que conecta os fatores de atração-repulsão da motivação. Nesse sentido, “os turistas são expulsos pelas suas necessidades emocionais e atraídos pelos benefícios emocionais do local de destino” (GOSENS, 1998, p. 302 *apud* SHAW; WILLIAMS, 2004, p.141). Motivação, para Gossens, tem relação com o consumo hedônico, onde o processo de motivação se daria em três estágios: o primeiro seria a fase do envolvimento do turista com o espaço, podendo levar a dois caminhos, a excitação e a consequente atração ou o estresse e a consequente repulsão; o segundo seria o momento em que, após o sentimento inicial, o turista processa as informações; e o terceiro, seria o chamado estágio hedônico, que leva ao próprio consumo.

A terceira grande abordagem das motivações turísticas compreende o funcionalismo, proposta por Fodness (1994). Este argumenta que tomamos certas atitudes devido a necessidades psicológicas importantes. Dentro da perspectiva funcionalista, essas necessidades podem criar certas tensões de natureza psicológica ou física. Tais tensões, como dizem Shaw e Williams (2004), são liberadas por ações que podem envolver sair de férias.

Diante dessas três abordagens, emergem dois problemas-chave: o primeiro seria o fato dessas abordagens não constituírem um modelo para uma teoria sólida da motivação turística, assim como defendem Pearce e Butler (1994); o segundo, está relacionado à profunda dificuldade em sistematizar as motivações do turismo. No entanto, essa complexidade que reveste a sistematização das motivações turísticas, não elimina a proeminente importância das motivações no processo decisório do turista. De fato, as motivações constituem ponto crucial quando se propõe analisar o fenômeno da mobilidade de população dentro da lógica turística.

Por outro lado, o movimento de população sobre o espaço tem se tornado cada vez mais importante na determinação de análises socioeconômicas em termos dos tipos de mobilidade que estão se configurando. Alguns autores enfocam a questão da mobilidade como parte importante de investigação em busca do entendimento da sociedade contemporânea. Nesse sentido, tem-se o exemplo do turismo enquanto forma de lazer (GUIMARÃES, 2001) que pode, por sua vez, ser inserido na categoria *mobilidade*, fenômeno genérico que pressupõe várias formas de transporte, deslocamentos diários entre comunidades – como aqueles relativos ao trajeto casa-trabalho e vice-versam – e outras formas de viagens, assim como suas diversas inter-relações através de várias formas de comunicação (LASH; URRY, 1994).

Diante disso, as *novas condições de mobilidade* apontariam para a configuração de um “pós-turismo” associado à presença difusa de signos em todos os lu-

gares (URRY, 1996). Harvey (1996), ao situar as principais tendências do capitalismo, também destaca a importância dos signos, ao afirmar que vivemos numa dimensão da compressão do tempo/espço, na qual se consomem mais símbolos e imagens do que propriamente coisas ao assimilarmos a publicidade e a mídia, dimensões especiais nesse cenário.

Para Hannam, Sheller e Urry (2006), novos lugares e tecnologias ao mesmo tempo que aumentam a mobilidade de algumas pessoas e lugares, também aumentam a imobilidade de outras [exemplos das pessoas que buscam cruzar fronteiras], implicando em estruturas de poder e posição de raça, gênero, classe etc. Dessa forma, tornar-se claro os efeitos da globalização sobre a mobilidade de população, uma vez que para uns praticar a mobilidade, no caso turística, consiste uma atividade comum, já para outros essa prática não faz parte de sua dimensão social.

Isto posto, parte-se para a análise de um recorte específico, o da *Região das Baixadas Litorâneas*, no Estado do Rio de Janeiro, como forma de verificação do até então advogado. O recorte, em si, guarda interconexões com o turismo de escala global, sendo objeto de consumo turístico de frequentadores oriundos de porções diversas do planeta, para além da própria escala local-nacional de atração turística. Por outro lado, guarda dimensões do que pode ser chamado de *região turística*, ou *área turística*, onde a mobilidade relativamente fácil e a co-proximidade de centros turísticos inside numa flutuação turística dentro dos seus limites.

As questões elencadas previamente remetem à necessidade de se compreender se esta mobilidade se dá de forma homogênea dentro de toda a região ou área turística ou se há outras motivações a determinar um uso turístico mais heterogêneo, com segregação turística, onde o fluxo seria mais ou menos intenso conforme a prévia avaliação dos centros turísticos existentes. Para tanto, torna-se mister categorizar região ou área turística, bem como avaliar sua pretensa configuração tendo por base o recorte espacial elegido nesta pesquisa.

O turismo na região das baixadas litorâneas (RJ)

Como indica o *Caderno de Turismo do Estado do Rio de Janeiro*, a atividade turística no território fluminense “é influenciada pela enorme diversidade de paisagens e características topográficas e climáticas, além das peculiaridades culturais existentes” (GOMES, 2010, p.50). De certo, como também preconiza o estudo, a atividade tornou-se fundamental para o desenvolvimento de algumas porções do Estado, visto ter o turismo se tornado, em alguns casos, atividade polarizadora do desenvolvimento social e econômico de alguns municípios fluminenses. De fato, pela argumentação do geógrafo Miguel Angelo Ribeiro, “o Estado do Rio de Janeiro é uma das unidades federadas que apresenta importância para a promoção do turismo brasileiro, atividade esta que merece destaque no contexto do desenvolvimento econômico de nosso Estado” (RIBEIRO, 2003, p.80).

Neste mesmo artigo, o autor destaca a existência de condicionantes para o desenvolvimento turístico fluminense, deixando claro não ser possível dimensionar o turismo sem as suas devidas bases geográficas. Sendo assim, observa que

a atividade turística não pode ser pensada sem as bases geográficas e, neste contexto, podemos distinguir três condicionantes que influenciam o desenvolvimento da atividade do turismo em território fluminense. Tais condicionantes estão intimamente relacionados. São eles: (a) o elemento físico ou natural; (b) o elemento histórico e as atividades econômicas; e (c) o papel dos transportes (RIBEIRO, 2003, p.81).

No estudo organizado por Gomes (2010), derivando da própria apreciação de Ribeiro (2003) quanto à importância da base geográfica, são apontadas áreas turísticas específicas, onde os condicionantes naturais e históricos ganham destaque – a saber: áreas de ecoturismo, de praia e ecoturismo, de praia e rural, de praia, de serra e mar, de serra, serrana da Mantiqueira, Baixada Fluminense, diversificada e o Vale do Café. Já no presente trabalho, com a necessidade de se relacionar motivação e mobilidade nas práticas turísticas com uma porção específica do território fluminense, a Região das Baixadas Litorâneas, identifica-se a *Área Turística de Praia* como aquela na qual o recorte empírico melhor se dimensiona.

A área em si se notabiliza pelas práticas turísticas dimensionadas pela orla litorânea aprazível, cuja paisagem, raiz da motivação turística, é capaz de atrair quantitativo expressivo de visitantes e onde o produto turístico passa a ser acessível quando a estrutura – e também a superestrutura – turística é mobilizada para tanto (BOULLÓN, 2002). Para o referido autor, a paisagem enquanto elemento da apreciação turística é preestabelecida a partir da relação entre um objeto estético, que é a praia, com o observador sensível, que é o turista. Em sendo assim, define-se a paisagem como

uma qualidade estética que os diferentes de um determinado espaço físico adquirem apenas quando o homem surge como observador animado de uma atitude contemplativa dirigida a captar suas propriedades externas, seu aspecto, seu caráter e outras particularidades que permitem apreciar sua beleza ou feiura (BOULLÓN, 2002, p.120).

Definindo, pois, a importância da dimensão da paisagem praiana para a caracterização de uma área turística, parte-se para o apontamento das outras atividades turísticas que podem ser correlacionadas ao turismo de praia. No caso específico do recorte espacial do trabalho, se observa, ainda em acordo com Gomes (2010), a existência de práticas turísticas classificadas como: Turismo Histórico, Turismo de Aventura e Turismo Ecológico.

De fato, a praia incide sobre a ocorrência de outras possibilidades de uso turístico. A orla oceânica, por exemplo, está associada à antiga colonização deste fragmento do território brasileiro, o que no presente possibilita a existência de rugosidades cujo caráter histórico-cultural também mobiliza visitantes em cidades como Cabo Frio, por exemplo.

Este mesmo mar, associado à praia, explica a ocorrência das práticas de mergulho para exploração submarina, como se verifica junto ao litoral do município de Arraial do Cabo. É a praia, enfim, que possibilita a prática de esportes náuticos, como verificamos de um modo geral nos municípios supracitados, bem como também em Armação dos Búzios.

A Figura 1¹ identifica os municípios envolvidos nesta área turística. São eles: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, Maricá, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Saquarema. Como é destacado no *Caderno de Turismo do Estado do Rio de Janeiro*, “seu ambiente litorâneo é o principal atrativo turístico, tanto que, a região de governo que envolve esta área é conhecida como Costa do Sol” (GOMES, 2010). Observa-se que no *Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro*, os municípios indicados fazem parte da *Região Turística da Costa do Sol*, onde estão presentes, para além dos elencados acima, os municípios de Casimiro de Abreu, Macaé, Carapebus e Quissamã – vide a Figura 2).

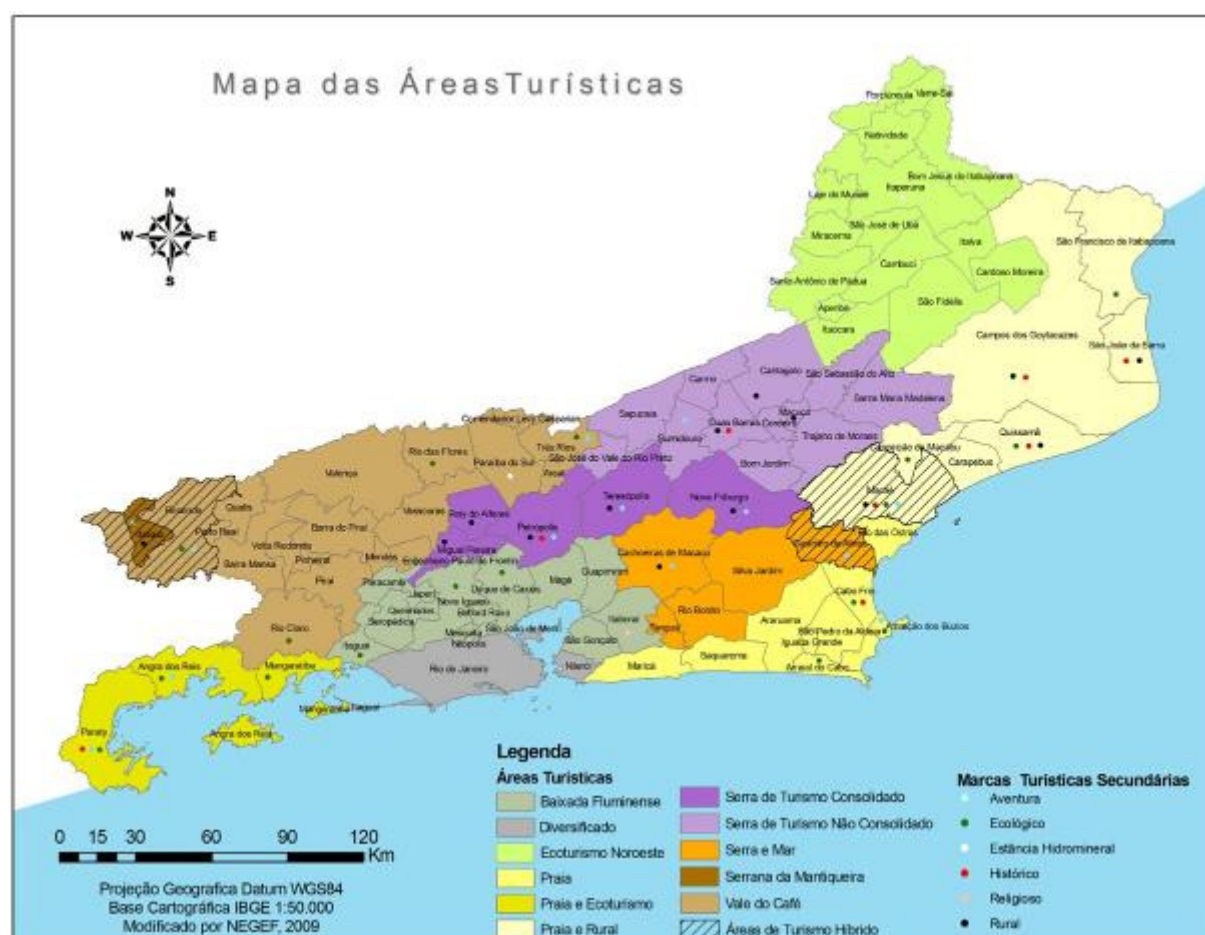


Figura 1: Áreas Turísticas do Estado do Rio de Janeiro. **Fonte:** Gomes (2010).

Figure 1: Tourist Areas of the State of Rio de Janeiro. **Source:** Gomes (2010).



Figura 1: Regiões Turísticas do Estado do Rio de Janeiro. **Fonte:** Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro. TurisRio – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro.

Figure 1: Tourist Regions of the State of Rio de Janeiro. **Source:** **Figura 1:** Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro. TurisRio – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro.

Conforme a secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, o *Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro* reconhece doze regiões turísticas no Estado, sendo seis delas consideradas estratégicas: *Costa Verde*, *Agulhas Negras*, *Vale do Café*, *Rio de Janeiro e Niterói*, *Serra Verde Imperial* e aquela pertinente ao objeto de estudo do presente artigo, a *Costa do Sol*. Atenta-se para o fato do referido plano indicar a existência de regiões turísticas com características homogêneas, o que difere da proposta organizada por Gomes (2010). Em acordo com o plano diretor,

o mapeamento turístico no Estado resultou na aglutinação de um determinado número de municípios, conferindo praticidade à operação conjunta de ações propostas para o desenvolvimento do setor, sem perder de vista a necessária integração das diversas regiões na realização e promoção do produto turístico de todo o Estado. As regiões turísticas foram identificadas de modo a guardarem, internamente, um sentido de homogeneidade e complementaridade traduzidas pela identidade geográfica, paisagística, territorial e da oferta de infraestrutura e serviços².

Ora, ao propor um estudo da mobilidade turística na Região das Baixadas Litorâneas, de certo haveria uma premissa, a de destacar o conceito de região. Entretanto, em considerando a análise de uso turístico, como aponta Boullón (2002), este não é o conceito mais adequado. O autor em tela entende que os atrativos turísticos presentes em um determinado espaço são relativamente pouco significativos e, portanto, só excepcionalmente se tocam. Esta condição impediria a conformação de uma *região turística* em si. Na visão deste autor,

visto que o espaço turístico é entrecortado, não se pode recorrer a técnicas de regionalização para proceder a sua delimitação porque, de acordo com elas, seria preciso abranger toda a superfície do país ou da região em estudo, e caso isso fosse feito, grandes superfícies que não são turísticas figurariam como turísticas, cometendo-se um erro. Isso significa que regiões turísticas não existem (BOULLÓN, 2002, p. 79).

Em assim sendo, a proposta de tratamento da espacialização turística do Estado estaria mais próxima daquela organizada por Gomes (2010) no *Caderno de Turismo do Estado do Rio de Janeiro*. Este é o entendimento de Boullón (2002), que justifica o desenvolvimento da ideia de espaço turístico. As concentrações de atrativos turísticos no território, pela lógica deste autor, indicaria a existência de múltiplos agrupamentos e concentrações, onde podem ser destacadas as *zonas*, as *áreas*, os *complexos* e os *centros turísticos*. Esta proposta permite, pois, avançar no sentido de compreender, dentro da chamada Região das Baixadas litorâneas, no Estado do Rio de Janeiro, de uma avaliação do aparato turístico e da atividade turística concentrada em três municípios: Cabo Frio, Arraial do cabo e Armação dos Búzios.

Na verdade, o *Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro* atende a uma necessidade própria do poder público fluminense em considerar uma regionalização da atividade turística. O Estado, conforme disposto por Marafon et alli (2012), enquanto proposta de política pública dimensiona o espaço fluminense em *Regiões de Governo*. O foco da proposta é a de direcionar as ações públicas voltadas para o desenvolvimento conforme as especificidades geográficas, em sua visão mais abrangente, da cada região fluminense. Seria, portanto plenamente cabível que o agente público promovesse uma leitura regional para o desenvolvimento turístico do Estado.

O entendimento de uma região turística, portanto, embora não desmerecida como um todo deixa de atender aos objetivos da pesquisa em tela. Por um lado, a pertinência da *Região das Baixadas Litorâneas* como indicativo de uma proposta de política pública de desenvolvimento é determinante para estabelecer o recorte do estudo ora apresentado. Por outro, do ponto de vista teórico-conceitual, não seria pertinente tentar empreender uma leitura da mobilidade turística em uma dada porção do espaço fluminense considerando o conceito de região. Em assim sendo, consideran-

do sobremaneira as ideias de Boullón (2002), parte-se para a tentativa de compreensão da dinâmica turística presente no recorte espacial elegido pela pesquisa.

A mobilidade turística na região das baixadas litorâneas (RJ)

A mobilidade turística está atrelada à própria significação turística de um dado recorte espacial. O espaço turístico depende, portanto, para além dos próprios atrativos turísticos, do empreendimento turístico em si e da infraestrutura turística disponibilizada. A mobilidade é indicativo daquilo que Boullón chama de *área turística*, pois envolve a existência de dois ou mais centros turísticos, conforme observa o próprio autor, pois

as áreas turísticas devem estar dotadas de atrativos turísticos contíguos [...] e necessitam, da mesma forma, de uma infraestrutura de transporte e comunicação que possam funcionar como um subsistema, requerem a presença mínima de um centro turístico, e se sua infra-estrutura e recursos de equipamentos e serviços são insuficientes, devem ser registrados como potenciais (BOULLÓN, 2002, p.83).

O centro turístico, por seu turno, guarda especificidades dimensionadas pelo quantitativo de atrativos turísticos capazes de motivar o uso turístico de determinado espaço. Ainda considerando o suprarreferido autor observa-se que o centro turístico “*é todo o conglomerado urbano que conta em seu próprio território ou dentro de seu raio de influência com atrativos turísticos de tipo e hierarquia suficientes para motivar uma viagem turística*” (BOULLÓN, 2002, p.84).

Neste sentido, dentro da *Região de Governo das Baixadas Litorâneas*, entre os municípios nela encontrados, apenas três guardam atributos suficientes para serem considerados como centros turísticos: Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação dos Búzios. Para além do entendimento dos atributos indicados por Boullón (2002), esta assertiva é derivada da própria pesquisa empírica realizada. Metodologicamente, houve uma pré-definição dos três municípios para a coleta de dados relativa à mobilidade turística. Obviamente, partiu-se das orientações de Boullón (2002) quanto ao fato de que os centros turísticos necessitariam de certos atributos para assim serem considerados como tal, ou seja, a pré-definição dos municípios elegidos não foi aleatória.

Porém, a coleta de dados passou a mostrar que de fato os três municípios guardavam a condição previamente entendida. Na verdade, o atendimento do objetivo básico da pesquisa envolve demonstrar se há de fato uma mobilidade turística entre os municípios da *região de governo* indicada. Se os dados coletados não apontam para uma forte mobilidade entre os três municípios destacados, por outro lado, demonstram que os demais municípios da *região de governo* tem muito pouca interação entre si. Isto por si só já é indicativo da análise feita anteriormente, a de que não se podia tratar o recorte enquanto uma região turística, mas sim como uma área turística. Em parte porque os municípios que se destacam no trato turístico são apenas três e em parte por-

que o fragmento de espaço e alocação dos objetos turísticos, da infraestrutura de comunicação e dos empreendimentos encontra-se concentrado na franja litorânea da *região de governo*.

A coleta de dados se deu nos três municípios, sendo aplicados duzentos questionários. Para as demandas específicas desta pesquisa destacam-se os dados relativos aos municípios visitados pelos turistas entrevistados. Elegeram-se atrativos turísticos significativos destes três centros turísticos, a saber: a *Praia do Forte* em Cabo Frio; a *Praia* em Arraial do Cabo; a *Praia de Geribá* em Armação dos Búzios. Estas praias são as mais conhecidas e frequentadas pelos turistas nos respectivos municípios. A coleta, portanto, objetivava saber se poderia identificar nesses atrativos de maior expoente turistas hospedados de outros municípios da região de governo. Também objetivava saber se os turistas ali presentes se deslocavam para as atrações turísticas de outros municípios da região.

Dos turistas entrevistados em Arraial do Cabo, apenas 2% dos entrevistados não estavam hospedados em um dos três municípios destacados, ou seja, Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação dos Búzios. Significativa também a informação de que cerca de dois terços dos entrevistados ali, em Arraial do Cabo, não estavam hospedados no município. Para além disso, observa-se, conforme a Figura 3, que não há forte mobilidade turística entre os municípios da região de governo que não sejam os três de excelência turística identificada. A mobilidade existe, de fato, mas apenas na área turística que congrega os três centros turísticos.

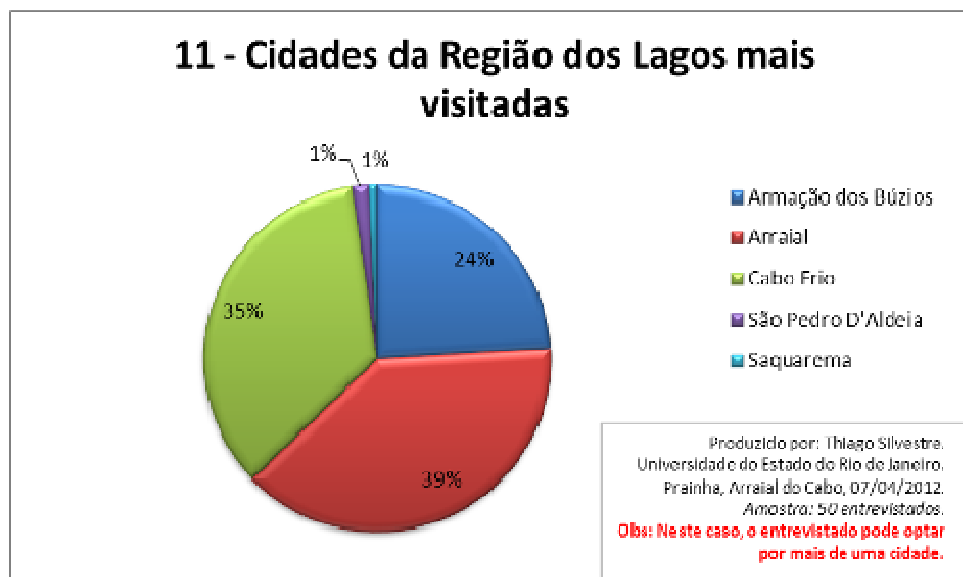


Figura 3: turistas em Arraial do Cabo (RJ). **Elaboração:** Thiago Silvestre.

Figure 3: tourists in Arraial do Cabo (RJ). **Preparation:** Thiago Silvestre.

Já em Cabo Frio, os entrevistados, em sua grande maioria, estão hospedados na própria cidade. Mais uma vez observou-se que raríssimos eram aqueles não hospedados, para além da localidade analisada, em Armação dos Búzios ou em Arraial do Cabo. Conforme o Figura 4, a mobilidade identificada é pertinente com aquela encontrada em Arraial

do Cabo, ou seja, os três centros turísticos se completam em termos de mobilidade, mas os demais presentes na região de governo não interagem nesta mobilidade.

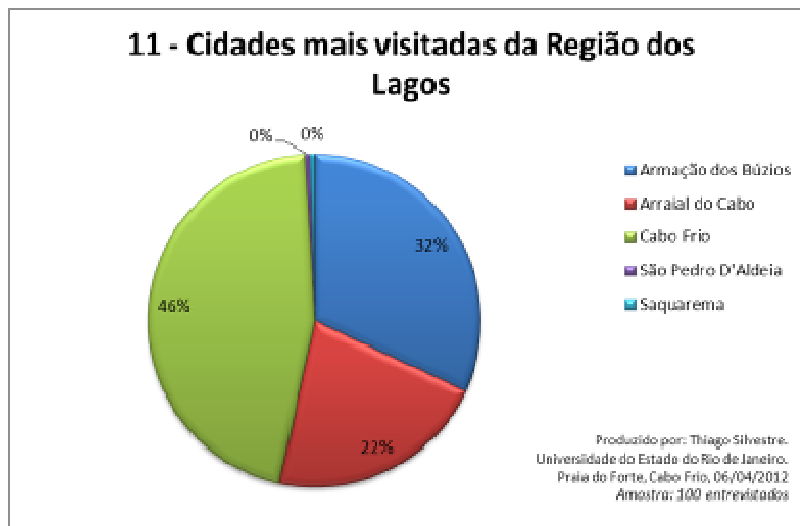


Figura 4: Turistas em Cabo Frio (RJ). **Elaboração:** Thiago Silvestre.

Figure 4: Tourists in Cabo Frio (RJ). **Preparation:** Thiago Silvestre.

Em Armação dos Búzios, cerca de três quartos dos entrevistados se encontravam hospedados na própria cidade, número bem mais significativo do que aquele encontrado em Cabo Frio e, mais ainda, em Arraial do Cabo. Entretanto, quando se considera a mobilidade dentro do conjunto de municípios da *Região das Baixadas Litorâneas*, uma vez destaca-se que a mobilidade interna volta a apresentar um padrão similar ao dos demais municípios analisados, com ocorrência do fenômeno praticamente limitado à trinca de cidades, conforme pode ser observado na Figura 5.

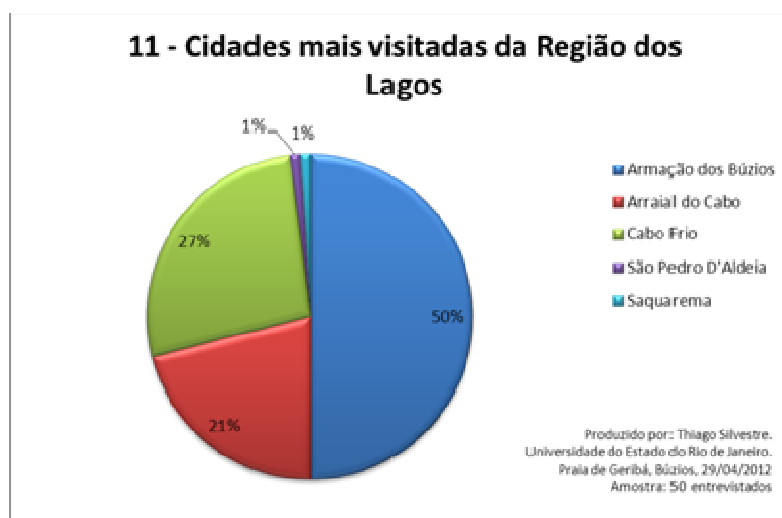


Figura 4: Turistas em Armação de Búzios (RJ). **Elaboração:** Thiago Silvestre.

Figure 4: Tourists in Armação de Búzios (RJ). **Preparation:** Thiago Silvestre.

De certo que a motivação turística incide preponderantemente sobre os resultados obtidos. Mas o que leva um determinado turista a considerar suas predileções de uso turístico resulta de um conjunto de considerações que passam pelos atributos naturais e históricos culturais identificados em Ribeiro (2003) e Gomes (2010); que estão guardadas nas análises de Boulón (2002) sobre a paisagem e a estrutura e superestrutura turística; e também na questão da mobilidade proposta por Urry (2000) ou nas motivações turísticas, que são propostas por Shaw & Williams (2004). Corroborando com esta ideia, considerando todos os turistas entrevistados, raros foram aqueles que não consideraram os municípios de Cabo Frio, Armação dos Búzios e Arraial do Cabo como aqueles onde as atividades turísticas são mais bem desenvolvidas.

Considerações finais

A análise dos dados e a interação com a base teórica apresentada no estudo organizado por Gomes (2010) e na obra de Boulón (2002) permite elencar duas considerações fundamentais: a área turística analisada não concorre com a Região de Governo das Baixadas Litorâneas, visto ser mínima a mobilidade turística envolvendo os municípios não destacados: Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação dos Búzios; a área turística é de fato concentrada nos municípios em destaque, pois a mobilidade turística está quase que imperceptível para além dos mesmos.

Os atrativos turísticos presentes tanto em Arraial do Cabo quanto em Cabo Frio e Armação dos Búzios dimensionam uma qualificação turística para uma dada porção da *Região de Governo das Baixadas Litorâneas*. É certo que os dados demonstram laços por demais significativos entre os três centros turísticos, como é certo também indicar uma mínima interação entre os demais municípios da região de governo.

Por outro lado, cabe ressaltar que o avanço da presente pesquisa pressupõe uma coleta de dados nos municípios não contemplados nesta primeira análise. Se a escolha pré-estabelecida dos municípios guarda posicionamento metodológico prévio, também é produtora verificar que tipo de mobilidade – e se a mesma existe – entre os demais municípios da região de governo.

Também é correto acreditar que algumas condições pré-existent e alguns atributos da paisagem natural condicionaram a maior intensificação do uso turístico nesses três municípios analisados. A imaginação analítica permite avaliar que as propostas de ação pública vinculadas aos distintos municípios da região devem pressupor que a maior qualificação das atividades de cunho turístico permitiria maior inter-relação entre os distintos municípios da região de governo analisada.

Referências bibliográficas

- BOULLÓN, R.C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.
- FODNESS, D. Measuring Tourist Motivation. **Annals of Tourism Research: A Social Sciences Journal**, 1994.
- GOMES, J.C. (Org.). **Caderno de Turismo do Estado do Rio de Janeiro: Passaporte para o Desenvolvimento do Estado**. Rio de Janeiro: Fecomércio, 2010.

- GUIMARÃES, V. Globalização e mobilidade: as condições de mobilidade contemporânea e as práticas turísticas. **Revista Contemporânea**. 18^a ed. 2011.
- HANNAM, K.; SELLER, M.; URRY, J. Editorial: Mobilities, Immobilities and Moorings. **Mobilities**. London, v. 1, No. 1, 1-22, March 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/17450100500489189>>. Acessado em 24 de maio de 2012.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.
- LASH, S.; URRY, J. **Economies of Signs & Space**. London: Sage Publications, 1994.
- MARAFON, G. *et alli*. **Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da Compreensão do Passado aos Desafios do Presente**. Rio de Janeiro: Gramma, 2012.
- PEARCE, D.G.; BUTLER, R. (Org.). **Tourism Research: Critiques and Challenges**. Londres: Routledge, 1994.
- RIBEIRO, M.A. Turismo no Estado do Rio de Janeiro: Ensaio de Uma Tipologia. **GEOgraphia**. Niterói, v. 5, nº. 10, 2003. 79-91 pp.
- RODRIGUES, A.B (org). **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. 2^a ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SHAW, G.; WILLIAMS, A.M.. **Tourism and Tourism Spaces**. 1^a ed. Londres, Thousand Oaks, Nova Deli: SAGE Publications, 2004.
- URRY, J. **O Olhar do Turista: Lazer e Viagens nas Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 1996.
- URRY, J. **Sociology Beyond Societies: Mobilities for the Twenty-First Century**. 1^a ed. Londres: Routledge, 2000.

Notas:

- ¹ Este trabalho resulta de pesquisa com o apoio institucional da FAPERJ – Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa – RJ.
- ² O mapa foi elaborado pelo NEGEF – Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense, vinculado ao Instituto de Geografia da UERJ. O núcleo participou ativamente da elaboração do estudo organizado por Gomes (2010) – o *Caderno de Turismo do Estado do Rio de Janeiro*.
- ³ Conforme o disposto no sítio eletrônico da *SeTur*, Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.turisrio.rj.gov.br/projetos.asp>>. Acesso em 30 de maio de 2012.
- ⁴ Neste gráfico, bem como nos seguintes, a pergunta base feita foi: “Quais cidades serão visitadas por você durante a sua estadia na Região dos Lagos?” – o uso do termo *Região dos Lagos*, de senso comum, foi utilizada para facilitar o entrevistado quanto à apreensão do recorte de estudo.

Ulisses da Silva Fernandes: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: usfernandes@bol.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2728116804299922>

Data de submissão: 23 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 08 de abril de 2013

Data do aceite: 08 de abril de 2013

Avaliado anonimamente

Reflexões acerca da sustentabilidade no âmbito da gestão de empreendimentos hoteleiros

Reflections about sustainability in the management of enterprises hotelkeepers

Maria Claudia Mancuelho Malta, Milton Augusto Pasquotto Mariani, Dyego de Oliveira Arruda

RESUMO

O ambiente, a sociedade e a cultura são ativos para o desenvolvimento da atividade turística, onde os vários agentes que compõem o trade turístico das localidades – dentre eles, os empreendimentos hoteleiros – não podem se furtar a essas questões. Sendo assim, este trabalho propõe-se a analisar as práticas de sustentabilidade na gestão de empreendimentos hoteleiros sediados na cidade de Campo Grande (MS). Para tanto, foi proposta uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, em forma de estudo de caso, com entrevistas semiestruturadas aos gerentes de seis hotéis do território em análise. Constatou-se que a sustentabilidade nos hotéis investigados encontra-se em estado inicial, sobretudo por conta da falta de informações acerca de seus aspectos constitutivos. Ademais, os maiores níveis de ações sustentáveis são evidenciados em hotéis pertencentes a grandes redes. Logo, sugere-se o acirramento da difusão do conceito; bem como o efetivo incentivo para sua implantação como método de gestão organizacional – contribuindo no estímulo ao estabelecimento de relações harmoniosas entre as diversas atividades econômicas, o ambiente, a cultura e as especificidades socioespaciais dos territórios.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; Hotelaria; Turismo.

ABSTRACT

This paper starts from the presupposition that the environment, society and culture are active in the development of tourism, where the various actors that make up the tourist trade of the towns - among them, the hotel businesses - cannot forget to watch these issues. Thus, this paper proposes to analyze the practices of sustainability in the management of hotel businesses, using a sample of hotels in the city of Campo Grande, in the state of Mato Grosso do Sul (Brazil) as a case study. To that end, we proposed an exploratory and qualitative approach, in the form of case study, with semi-structured interviews to managers of six hotels in the territory in question. The interviews were transcribed and analyzed through content analysis. It was found that sustainability in the hotels are in your initial state, mainly due to the lack of information about its constituent aspects. Moreover, it was noted that higher levels of sustainable actions are observed in hotels belonging to hotel networks. Thus, it is suggested the intensification of the diffusion of the concept, and the effective promotion of its implementation as a method of organizational management - helping in the process of encouraging the establishment of harmonious relations between the different economic activities, the environment, the culture and the other socio-spatial characteristics of the territories.

KEYWORDS: Sustainability; Hospitality; Tourism.

Introdução

A supremacia e consolidação do sistema capitalista enquanto modo de produção dominante – muito embora tenha incorrido em uma série de incrementos técnico-produtivos na obtenção de bens e serviços – resultou em uma notória problemática socioambiental e econômica. A estagnação dos mercados dos países desenvolvidos, o distanciamento cada vez mais notório entre ricos e pobres, além da ampliação nos níveis de degradação ambiental sugerem, conjuntamente, a existência de entraves à perpetuação do atual modo de vida e de consumo, incitando reflexões quanto aos possíveis mecanismos (sejam públicos ou privados) para a regulação deste verdadeiro paradigma (STIGLITZ, 2002; HALWEIL; NIERENBERG, 2011).

Nota-se que somente nas últimas três décadas do século XX a preocupação socioambiental e econômica ganhou uma conotação evidentemente prática, entrando definitivamente na seara das políticas públicas governamentais e – mais recentemente – no âmbito das práticas de gestão empresariais (BARBIERI, 2007).

Neste ínterim, a consequência natural do amadurecimento das reflexões acerca dos métodos de gestão dos recursos naturais finitos; bem como das tônics do modelo de desenvolvimento vigente, resultou na concepção do conceito de sustentabilidade – que perfaz a base de um modo de desenvolvimento socioeconômico calcado no atendimento das necessidades do presente consubstanciada à possibilidade das gerações futuras atenderem também as suas próprias necessidades (WCED, 1987; TACHIZAWA; ANDRADE, 2008).

Neste novo paradigma de gestão dos recursos socioambientais e econômicos, a atividade do turismo se apresenta como um segmento que deve ser essencialmente voltado à sustentabilidade, pois o meio ambiente e as culturas locais são importantes receptáculos para as práticas do turismo – exercendo atratividade nos visitantes e necessitando, portanto, de iniciativas que visem à sua manutenção (GILET *et al.*, 2008).

Seguindo por este caminho, nota-se que as empresas hoteleiras – por constituírem relevantes agentes que compõem o *trade* turístico¹ – também se inclinam às dinâmicas da sustentabilidade. Observa-se que o setor hoteleiro está diretamente relacionado às características socioculturais e econômicas dos locais, funcionando como receptor e disseminador da cultura tradicional, e fonte de geração de renda ao território. Ademais, há empreendimentos hoteleiros que se localizam em áreas de delicado ecossistema, o que – em consonância aos outros fatores supracitados – indicam a importância da temática da sustentabilidade no seio da gestão dos empreendimentos hoteleiros.

Assim sendo, considerando as supracitadas observações, e partindo da premissa de que o setor hoteleiro nutre estreita relação com o desenvolvimento de iniciativas comprometidas com os princípios da sustentabilidade, o presente trabalho tem como objetivo geral revelar as práticas sustentáveis aplicadas na gestão de empreendimentos hoteleiros sediados na cidade de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul.

Em linhas gerais, o município de Campo Grande é um relevante destino

turístico no Centro Oeste brasileiro, tendo sua vocação majoritariamente calcada nos setores de negócio e eventos. Ademais, nota-se ainda que o território em tela é corredor e ponto de partida para o turismo em dois destinos turísticos de relevância nacional – a região de Bonito e Serra da Bodoquena; e do Pantanal sul-mato-grossense.

Desta feita, a problemática que embasou o desenvolvimento de toda a pesquisa resumiu-se no seguinte questionamento: como se manifestam as práticas de sustentabilidade na gestão dos empreendimentos hoteleiros da cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul?

Vale ponderar que as reflexões acerca da problemática de pesquisa acima descrita podem representar importantes caminhos para o estabelecimento de um verdadeiro marco, calcado em práticas estratégicas que sejam ambientalmente equilibradas, socialmente justas e economicamente rentáveis, não só no segmento de hotelaria, mas em outras atividades sociais e econômicas que podem representar potencial impacto ao meio ambiente e à sociedade, como um todo.

Em suma, o presente texto está estruturado em quatro partes – além desta introdução. Na primeira parte apresenta-se o referencial teórico referente aos conceitos e dimensões da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, aplicando-os no contexto do turismo e, por conseguinte, no seio da hotelaria. Na segunda parte, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento da pesquisa, além do tipo de pesquisa, as fontes para a coleta de dados e a forma utilizada para a análise desses dados. Na terceira parte, apresenta-se a análise dos dados obtidos com a pesquisa; além dos resultados alcançados no desenvolvimento desta pesquisa. Por fim, na quarta e última parte, algumas considerações finais são tecidas, com a consequente exposição de contribuições, limitações e direcionamentos para investigações futuras.

Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade

Entender e categorizar denominadores comuns acerca dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável perfaz uma tarefa de difícil – senão impossível – execução. Quental *et al.* (2011) sugerem a necessidade de um rigor científico e metodológico na utilização dos conceitos em tela, sobretudo por conta do contemporâneo aparecimento da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável como verdadeiros paradigmas capazes de solucionar problemas existenciais e transgeracionais da humanidade.

Neste sentido, Lelé (1991) – à guisa de conceituações de caráter mais definitivo – entende que o desenvolvimento sustentável, como o próprio termo indica, perfaz um composto de dois conceitos distintos: sustentabilidade e desenvolvimento. A sustentabilidade, por si só, é avaliada a partir da existência de condições sociais e ecológicas necessárias para a subsistência humana, em um determinado nível de bem estar que possibilite o florescimento das gerações futuras; ao passo que o desenvolvimento é interpretado como um processo de mudança caracterizado pelo crescimento

constante nos níveis de consumo (seja de bens ou de serviços).

Neste íterim, reunindo as concepções semânticas dos supracitados termos expostos por Lelé (1991), o desenvolvimento sustentável seria calcado no crescimento constante do consumo das populações, consubstanciado com uma dinâmica intergeracional, ou seja, enraizado em um tipo de consumo que não impeça a disposição dos recursos – naturais, humanos, econômicos e etc. – às futuras gerações.

Desta feita, rememorando o relatório Brundtland (intitulado ‘Nosso Futuro Comum’), elaborado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) em 1987, preconiza-se que o desenvolvimento sustentável tipifica-se pelo chamado fator intergeracional – que perfaz um senso de preocupação em se estabelecer padrões de vida e de crescimento contemporâneos que não inviabilizem sobremaneira os possíveis padrões de vida e de consumo futuros (WCED, 1987).

Nota-se que a preocupação quanto ao desenvolvimento sustentável surge, no correr do século XX, por conta de constatações inequívocas inerentes à pressão sobre os recursos naturais, que cada vez mais dão mostras do seu caráter frágil e finito. Ademais – muito por conta das dinâmicas do modo de produção dominante – assiste-se a uma explosão da pobreza e desigualdades sociais (sobretudo nos países em desenvolvimento); bem como a proliferação de crises econômicas nas nações de economia mais madura (EHRLICH, 1968; HARDIN, 1968).

Assim sendo, diante deste quadro, são necessários mecanismos não raro coercitivos com vistas ao estímulo rumo à adoção de ações calcadas no desenvolvimento sustentável. Dentre estes estímulos (sobretudo no que tange à gestão dos recursos naturais) estão a definição de direitos de propriedade dos bens comuns; estipulação de capacidades de carga dos ambientes naturais; além da definição de multas aos agentes que ultrapassem os limites de utilização dos recursos socioambientais (HARDIN, 1968). São mecanismos que, em suma, perpassam pelo poder coercitivo do Estado e das políticas públicas.

Porém, Buysse e Verbeke (2003) reiteram que, extrapolando o papel do Estado e das políticas públicas, as empresas também cumprem uma importante função na adoção voluntária e estratégica de práticas calcadas na sustentabilidade em seus modelos de negócios. Hart e Milstein (2003) e Lovins *et al.* (2011), complementando o argumento proposto, ressaltam as dinâmicas da sustentabilidade como uma importante estratégia de criação de valor aos *stakeholders*² direta ou indiretamente vinculados às organizações.

Para Jappur *et al.* (2008), no que se refere à sustentabilidade corporativa em específico, deve-se incluir entre seus objetivos estratégicos o cuidado com o meio ambiente, o bem-estar das partes interessadas e a constante melhoria da sua própria reputação. Nesse sentido, Holliday *et al.* (2002) afirmam que a organização sustentável deve ir além do modelo tradicional de retorno sobre os ativos financeiros, obrigando-se a envolver o sucesso da comunidade e dos *stakeholders*.

Por ser um conceito dinâmico, muitos esquemas de desagregação por dimensões foram propostos à sustentabilidade. Em suma, o número de suas dimensões varia de acordo com o autor. Sachs (2002), um dos mais conhecidos, subdividiu a sus-

tentabilidade em cinco dimensões básicas: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Posteriormente houve a inclusão de outras dimensões, tais como a política e a institucional. Entretanto, no âmbito das organizações, o chamado 'núcleo duro' da sua contribuição para com o desenvolvimento sustentável passou a consistir em três dimensões básicas: a econômica, a social e a ambiental. A redução das dimensões não implica perda ou abandono das outras dimensões; mas sim a concentração delas no conhecido 'Tripé da Sustentabilidade' (ou *Triple-Bottom-Line*, nos termos em língua inglesa) (ELKINGTON, 1998).

O surgimento de indicadores para mensurar o desenvolvimento sustentável é fruto do reconhecimento de que outras dimensões devem medir o desenvolvimento de um território, rompendo com a hegemonia do uso de indicadores econômicos como critério para a tomada de decisões individuais ou coletivas. Van Bellen (2004) aponta os índices *Ecological Footprint Method*, *Dashboard of Sustainability* e *Barometer of Sustainability* como as ferramentas mais relevantes no contexto internacional para a avaliação da sustentabilidade (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

No setor empresarial são aplicados índices e indicadores de sustentabilidade nacionais e internacionais. Entre eles, podemos destacar a *Global Reporting Initiative* (GRI), os *Dow Jones Sustainability Indexes* (DJSI), o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e os *Environmental Performance Indicators* (EPI's)³ (ALENCASTRO *et al.*, 2011).

Como indicadores sustentáveis também se podem mencionar as séries ISO 9001 (gestão da qualidade), ISO 14001 (gestão ambiental), AS 8000 (gerenciamento social), ABNT/NBR 16001 (gestão da responsabilidade social). Estas séries tem o objetivo de orientar as empresas quanto à programação e manutenção de seus sistemas de gestão, calcados em questões socioambientais e econômicas.

Sustentabilidade aplicada ao turismo e hotelaria

Para Gonçalves (2004), o setor do turismo, em geral, e a hotelaria, em particular, têm a obrigação e a responsabilidade de fazer da ética ambiental parte integrante de suas metas organizacionais e gerenciais, já que o sucesso dos seus negócios depende em boa parte da 'saúde' do meio ambiente (BUCKLEY, 2010).

Além de pensar no aspecto de que a natureza, a sociedade e a cultura são ativos para o financeiro da empresa, o setor hoteleiro precisa também levar em conta que a abertura de diálogo com o mercado e, principalmente, com o público-alvo, é cada vez mais urgente e necessário (LARA, 2001). Um ponto interessante a convergir é a satisfação dos desejos dos indivíduos e o que é melhor para seus clientes e para a sociedade. Acrescentar a gestão sustentável aumenta o mercado de consumidores atingido, já que há os chamados 'consumidores verdes', que perfazem uma parcela em ascensão no mercado de bens e serviços social e ecologicamente responsáveis.

À medida que o perfil do turista e suas exigências sofrem transformações, o setor precisa usar da criatividade para oferecer produtos que satisfaçam ao novo turista (COOPER *et al.*, 2007). A qualidade de uma destinação turística vem sendo ava-

liada com base na originalidade de suas atrações ambientais e no bem-estar que elas proporcionam aos visitantes. Portanto, o marketing ambiental passa a constituir uma importante arma para os responsáveis pela oferta turística das localidades receptoras (RUSCHMANN, 2008).

Os hotéis que adotam uma postura sustentável procuram atitudes menos danosas ao ambiente através da reavaliação de suas ações e da conscientização de seus membros. Tais dinâmicas são auferidas, sobretudo, através da otimização do uso dos recursos, do reaproveitamento e reciclagem dos resíduos – maneiras simples de repensar o processo e tentar racionalizá-lo. Em função da contenção do desperdício, economiza-se nos custos operacionais, crescem as oportunidades de mercado derivados das novas práticas ambientais, a imagem da corporação é fortalecida, além de causar um impacto positivo no moral dos empregados, aumentando o comprometimento dos clientes internos e o orgulho em ser parte da corporação (ENZ; SINGUAW, 1999).

Silva *et al.* (2006) confirmaram as relações entre a gestão ambiental e o desempenho organizacional do setor hoteleiro. Segundo esses autores as empresas hoteleiras que demonstram melhores níveis de desempenho organizacional tendem a usar mais e melhor as práticas de gestão ambiental.

No âmbito econômico, os gestores do turismo e da hotelaria devem possuir conhecimento detalhado dos impactos econômicos derivados dessa atividade, uma vez que os turistas gastam seu dinheiro com uma variedade de mercadorias e serviços, tais como: transportes, alimentação, bebida, comunicação e entretenimento (BARROCO, 2004).

Priorizando o aspecto social, os gestores deverão respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, conservando patrimônio cultural e valores tradicionais, contribuindo para o entendimento mútuo e tolerância; assegurar a viabilidade das operações econômicas de longo prazo, proporcionando benefícios socioeconômicos para todos os *stakeholders*, incluindo emprego estável, oportunidades de geração de renda e serviços sociais para as comunidades, contribuindo para a minimização da pobreza; fomentar a informação e participação dos *stakeholders*, para garantir a ampla participação e a construção do consenso; manter a satisfação do turista em níveis elevados e garantir uma experiência significativa para estes, aumentando a sua consciência sobre as questões relativas à sustentabilidade (CARDOSO; TASCHNER, 2005).

Porém, atingir o turismo sustentável é um processo que requer monitoramento constante dos impactos, introduzindo as medidas preventivas e/ou corretivas sempre que necessário.

Não obstante, Benner e Tushman (2003) salientam que a questão da normatização técnica e padronização de processos, sobretudo em setores e ambientes de negócios marcadamente instáveis, inibem a exploração de novas oportunidades através de inovações radicais, não raro bloqueando – conseqüentemente – a criação de novos bens/serviços que atendam demandas já manifestadas ou latentes nos consumidores.

Procedimentos metodológicos

Dada a realidade socialmente construída e multidisciplinar que está por trás das temáticas relativas à sustentabilidade; bem como considerando o objetivo delimitado para o presente trabalho, entende-se que o método qualitativo se torna o mais adequado para os propostos esquadrihados.

A investigação qualitativa “(...) *emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados*” (CRESWELL, 2010, p.206). Procura-se, a partir de uma abordagem qualitativa, entender o fenômeno estudado de forma holística e minuciosa, não raro valendo-se da apreensão do contexto sob o qual os fenômenos investigados ocorrem.

Quanto aos fins, a pesquisa constitui-se como exploratória e descritiva. Vergara (2007) salienta que a pesquisa exploratória cumpre o fim de analisar, in loco, os atores-chave para a elucidação do tema – uma vez que não há demasiado material documentado acerca do mesmo; ao passo que a pesquisa descritiva tem como escopo caracterizar e levantar (e conseqüentemente confirmar ou refutar) determinadas hipóteses de pesquisa.

A estratégia de investigação utilizada foi o estudo multicase. Este método é muito produtivo para estimular a compreensão e sugerir hipóteses e questões para a pesquisa, investigando as conjunturas, além dos pontos de convergência e/ou divergência dos casos selecionados para a investigação (MATTAR, 2001; VERGARA, 2007; MARTINS; THEÓFILO, 2007).

O instrumento de coleta de dados, no escopo deste artigo, foi um protocolo contendo questões norteadoras e indicadores para cada dimensão estudada (econômica, social e ambiental), constituindo-se, portanto, de um roteiro semiestruturado para a entrevista; bem como para a observação direta das características dos casos selecionados para estudo (YIN, 2010).

A Tabela 1, além de apresentar os indicadores de análise de cada dimensão do ‘tripé da sustentabilidade’, traz as questões norteadoras que compuseram o instrumento de coleta de dados.

Os empreendimentos hoteleiros investigados foram selecionados de acordo com uma abordagem intencional e não-probabilística, justificada pela premissa de se analisar três hotéis pertencentes a redes hoteleiras e três hotéis de origem familiar – abstrahindo-se, portanto, possíveis características e pontos de divergência desses dois grandes grupos de hotéis. As entrevistas foram realizadas e gravadas durante visita aos hotéis pesquisados, no mês de outubro de 2010. Os atores da entrevista foram os gerentes dos empreendimentos hoteleiros que tiveram disponibilidade em contribuir com a pesquisa.

De fundamental esclarecimento é o fato de que os nomes dos hotéis pesquisados foram mantidos em sigilo, e estão nomeados de H(A) a H(F) nas análises realizadas neste trabalho. Os hotéis pertencentes a redes hoteleiras estão indicados por H(A), H(B) e H(D); ao passo que os hotéis não pertencentes a redes são chamados de H(C), H(E) e H(F).

Tabela 1: Protocolos de estudo de caso.

Table 1: Protocols of the case study.

Dimensão	Indicadores de Análise	Questões do Protocolo
SOCIAL	Responsabilidade social	Quais políticas e programas são desenvolvidos para promover a melhoria nos padrões de vida da sociedade?
	Equiparação salarial entre negros, pardos, homens e mulheres com a mesma função.	
	Benefícios básicos (alimentação, transporte, tempo de descanso e etc.).	
	Rotatividade de funcionários em relação à média do mercado	
	Índice de satisfação dos funcionários	
	Índice de satisfação dos clientes	Quais ações e projetos são trabalhados para promover a cultura local?
	Capacitação e atualização profissional	
	Programas e treinamentos para a redução de acidentes de trabalho	
	Programas de identidade cultural	
AMBIENTAL	Reciclagem	A estratégia ambiental da empresa engloba quais fatores ligados à preservação dos recursos naturais?
	Tecnologias limpas e silenciosas	
	Tratamento de afluentes líquidos	
	Reaproveitamento de afluentes líquidos	
	Produtos ecologicamente corretos	
	Legislação ambiental	Como são implantadas as políticas de racionalização dos recursos naturais?
	Certificação pela norma ISO 14.000	
	Fontes alternativas de economia energética	
	Racionalização de água e energia	
ECONÔMICA	Crescimento de resultados financeiros	De que forma as estratégias em sustentabilidade impactam nos <i>stakeholders</i> ?
	Transparência nas ações próprias da empresa	
	Aquisição de projetos adequados à sustentabilidade	
	Existência de pessoa ou cargo que analise a dimensão sustentável do hotel	
	Pesquisas sobre sustentabilidade	Quais as atitudes dos <i>stakeholders</i> em relação às ferramentas de gestão sustentável?
	Disposição em pagar mais pelo serviço ambiental	

Fonte: Adaptado de Santos (2009). Elaborado pelos autores.

Source: Adapted from Santos (2009). Prepared by the authors.

Durante a entrevista, procurou-se coletar dados também através da observação direta informal, que segundo Yin (2010) é frequentemente útil para proporcionar informação adicional sobre o tópico estudado. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, que tem como escopo lançar mão de

ferramentas sistemáticas e objetivas de descrição dos conteúdos das mensagens e relatos coletados em interlocução com os atores que se pretende investigar (BARDIN, 2009).

Por fim, no que se refere ao território selecionado para investigação, vale ressaltar que o município de Campo Grande – capital do Estado de Mato Grosso do Sul – é um importante corredor logístico das atividades de ecoturismo e turismo de natureza praticadas mais especificamente na região do Pantanal e de Bonito/Serra da Bodoquena. Quanto aos empreendimentos hoteleiros, nota-se a existência de mais de 2.753 unidades habitacionais e 5.524 leitos localizados na capital de Mato Grosso do Sul (SISGRAN, 2011; FUNDTUR, 2011).

A Figura 1 ilustra a localização do Estado de Mato Grosso do Sul, e do município de Campo Grande, em particular:

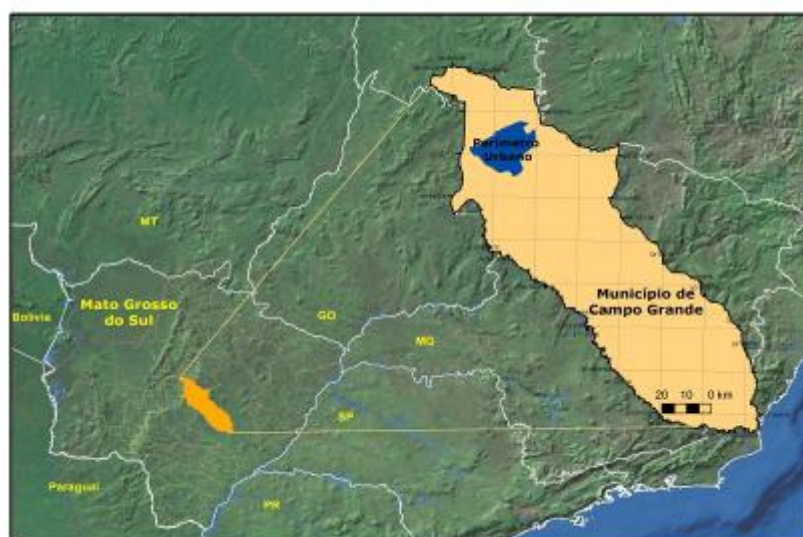


Figura 1: Localização de Mato Grosso do Sul e de Campo Grande (2013).

Fonte: Elaborada por Fábio Martins Ayres.

Figure 1: Location of Mato Grosso do Sul and Campo Grande (2013).

Source: Prepared by Fábio Martins Ayres.

Vale registrar, ademais, que são relevantes e urgentes as reflexões acerca das práticas de sustentabilidade praticadas pelos empreendimentos hoteleiros de Campo Grande, sobretudo considerando os possíveis impactos positivos que este setor pode relegar à completude da atividade turística praticada no Mato Grosso do Sul, de tal modo que o turismo regional tipifique-se por uma dinâmica socioeconômica e ambientalmente equilibrada.

Análise dos dados coletados na pesquisa empírica

Antes de se debruçar nas questões específicas às dimensões da sustentabilidade elencadas no escopo do presente trabalho, faz-se necessário apresentar um panorama geral das características dos empreendimentos hoteleiros investigados, conforme segue na Tabela 2:

Tabela 2: Características gerais dos empreendimentos hoteleiros investigados.

Table 2: General characteristics of enterprises hotelkeepers investigated.

Hotel	Origem do Hotel	Tipo	Características	Valor da diária
Hotel A	Pertencente a uma rede	Superior	101 Unidades Habitacionais e 202 Leitos	A partir de R\$ 129,00
			Estacionamento	
			Restaurante e Bar	
			Adaptações para cadeirantes	
			Lanchonete 24h	
			Possui <i>Site</i>	
Hotel B	Pertencente a uma rede	Luxo	87 Unidades Habitacionais e 176 Leitos	A partir de R\$ 150,00
			Estacionamento	
			Restaurante e Bar	
			Adaptações para cadeirantes	
			Centro de ginástica, sala de jogos e de reuniões	
			Possui <i>Site</i>	
Hotel C	Não pertencente a rede	Luxo	140 Unidades Habitacionais e 260 Leitos	R\$ 255,00 a R\$ 450,00
			Estacionamento	
			Possui dois restaurantes	
			Adaptações para cadeirantes	
			Possui sala de jogos, de ginástica, além de seis salas para convenções	
			Possui <i>Site</i>	
Hotel D	Pertencente a uma rede	Luxo	80 Unidades Habitacionais e 161 Leitos	A partir de R\$ 184,00
			Estacionamento	
			Adaptações para cadeirantes	
			Possui restaurante	
			Possui quadra de tênis, sala de jogos, de ginástica e cinco salas para convenções	
			Apresenta serviços médicos e lavanderia	
			Possui <i>Site</i>	
Hotel E	Não pertencente a uma rede	Superior	94 Unidades Habitacionais e 140 Leitos	R\$ 130,00 a R\$ 275,00
			Estacionamento	
			Possui bar	
			Adaptações para cadeirantes	
			Possui quatro salas para convenções	
			Possui <i>Site</i>	
Hotel F	Não pertencente a uma rede	Superior	128 Unidades Habitacionais e 193 Leitos	R\$ 170,00 a R\$ 215,00
			Estacionamento	
			Restaurante	
			Bar	
			Adaptações para cadeirantes	
			Possui sala para convenções	
			Possui <i>Site</i>	

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir da pesquisa empírica.

Source: Prepared by authors, based on empirical research.

Pode-se observar, a partir de uma análise do quadro supracitado, que os empreendimentos hoteleiros pesquisados apresentam características similares, localizando-se em padrão luxo/superior. Uma particularidade interessante refere-se ao fato de que os hotéis de maior porte (com maior quantidade de Unidades Habitacionais e Leitos) são aqueles não pertencentes a redes. Ademais, esses empreendimentos apresentam maior número de salas para reuniões/convenções, o que revela uma diversificação de suas atividades para além da mera função de meio de hospedagem.

Os tópicos abaixo elencados trazem as investigações acerca do enquadramento desses empreendimentos hoteleiros às dimensões básicas da sustentabilidade.

Análise da dimensão social

Dentre os empreendimentos hoteleiros pesquisados, aferiu-se que aqueles que se autodeclararam pertencentes a redes hoteleiras (à exceção do Hotel D) possuíam, em maior grau, algum tipo de ação ou projeto social quando comparados aos hotéis não pertencentes às redes hoteleiras. Estes últimos afirmam não possuir projetos específicos para esse fim. Porém, ao se investigar cada um dos itens que compõem as ações sociais no seio dos empreendimentos hoteleiros não pertencentes a redes percebeu-se que – mesmo em menor escala – há a evidência de determinadas ações com algum caráter social, não raro esporádicas e revestidas de estratégias de *marketing* e divulgação de seus produtos/serviços.

No que tange à especificidade dessas ações sociais, destacam-se a participação em iniciativas calcadas na própria dinâmica de rede de empreendimentos (tais como o auxílio contínuo à instituições de caridade); bem como ações isoladas de doações a entidades filantrópicas (no caso dos hotéis não pertencentes a redes).

Desta feita, confirmam-se alguns direcionamentos propostos por Tachizawa e Andrade (2008), sobretudo quando estes autores salientam o tamanho da organização (considerando, nos casos analisados, as redes como um todo, nas quais os hotéis A, B e D estão inseridos) como condição preliminar para que o empreendimento se vincule a algum tipo de ação social. O mesmo também é válido – conforme se verá mais adiante – quando se analisa a dimensão ambiental.

Quando questionados sobre equiparação dos salários dos funcionários, todos os seis empreendimentos hoteleiros pesquisados afirmaram possuir tal preocupação. Um dos gerentes – hotel F – mencionou que há a preocupação em se contratar portadores de necessidades especiais (sobretudo como forma de inclusão social desse público). Outro gestor (Hotel A) por sua vez informou que o hotel está isento pela lei de contratar funcionários portadores de necessidades especiais, tendo em vista a quantidade de funcionários devidamente registrados, razão pela qual esta preocupação não é evidente no seio da gestão do empreendimento. Portanto, mais uma vez corrobora-se a constatação de que o porte da organização pode delimitar o seu nível de engajamento quanto a algumas dinâmicas sociais da sustentabilidade.

Ainda considerando a questão dos portadores de necessidade especiais, percebeu-se que todos os empreendimentos hoteleiros possuem acesso a portadores de deficiência física ou cadeirantes.

Sobre os benefícios, atualização profissional e treinamentos destinados aos colaboradores, os gerentes relataram aplicar o que a legislação os obriga (concedendo, porém, os benefícios básicos obrigatórios em lei, tais como alimentação, transporte e horários para descanso). Cultiva-se também, na sua maioria, algum tipo de treinamento ou atualização profissional destinado a função exercida pelo funcionário. Percebe-se que os hotéis pertencentes às redes, em maior grau, dedicam-se a especializar seus funcionários, considerando as imposições da marca; bem como o nível de exigência de seus clientes e demais *stakeholders*.

Quando questionados sobre prevenção de acidentes no trabalho, percebeu-se que estas ações ocorrem em forma de orientações nos treinamentos (ação preventiva). Somente os hotéis B e C alegaram possuir algum tipo de programa para se evitar acidentes laborais – porém, são programas caracterizados por baixo nível de complexidade e abrangência.

Sobre a rotatividade dos funcionários, dois empreendimentos hoteleiros, percebeu-se que somente nos hotéis C e E (ambos não pertencente a redes hoteleiras) há uma relativa rotatividade de funcionários, sobretudo nas funções de menor complexidade e – consequentemente – menores níveis de exigências por parte do empregador. Os demais empreendimentos hoteleiros consideraram a rotatividade de funcionários como sendo baixo; ambos com uma política de ‘demitir somente em último caso’.

Analisando o repasse de informações sobre a sustentabilidade por parte da gestão do empreendimento hoteleiro para com os funcionários e hóspedes, percebeu-se que dentre os gerentes que visualizam alguma prática de sustentabilidade na sua gestão, dois gerentes dos hotéis pertencentes a redes acreditam no trabalho de conscientização da gestão voltada à sustentabilidade do empreendimento sobre seus funcionários e/ou hóspedes.

Com relação ao índice de satisfação dos funcionários, duas das empresas em redes (hotéis A e B) possuem pesquisa para medi-las. Os demais gerentes afirmam não possuir instrumentos para medir a satisfação dos funcionários, apesar de alguns gerentes afirmarem possuí-las em conversas informais (através de métodos também informais de mensuração e consulta).

Os agentes pesquisados, em sua maioria, não souberam apontar projetos com algum tipo de incentivo cultural. Apenas o gerente do empreendimento hoteleiro D qualificou a ação de informação da recepção como uma forma de divulgar a cultura local.

Logo, percebe-se que há pouca informação quanto às práticas culturais que podem ser estabelecidas pelos empreendimentos hoteleiros. O foco cultural ainda é bem distante e não há associação entre a cultura e a sustentabilidade e, por conseguinte, entre a cultura e geração de lucro advinda de seu fomento. Durante as entrevistas, a alimentação e a decoração do hotel não foram sequer lembradas como elementos difusores da cultura local.

A Tabela 3 sumariza os pontos evidentes em cada um dos empreendimentos hoteleiros investigados, quanto à dimensão social da sustentabilidade.

Tabela 3: Análise da dimensão social da sustentabilidade nos empreendimentos hoteleiros.**Table 3:** Analysis of the social dimension of sustainability in the enterprises hotelkeepers.

Indicadores da Dimensão Social	Hotéis					
	A	B	C	D	E	F
Responsabilidade social	X	X	-	-	-	-
Equiparação salarial entre negros, pardos, homens e mulheres com a mesma função.	X	X	X	X	X	X
Benefícios básicos (alimentação, transporte, tempo de descanso e etc.).	X	X	X	X	X	X
Rotatividade de funcionários em relação à média do mercado	Baixo	Baixo	Na média	Baixo	Na média	Baixo
Pesquisa quanto ao índice de satisfação dos funcionários	X	X	-	-	-	-
Índice de satisfação dos clientes	-	-	-	-	-	-
Capacitação e atualização profissional	X	X	X	X	-	-
Programas e treinamentos para a redução de acidentes de trabalho	-	X	X	-	-	-
Programas de identidade cultural	-	-	-	X	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir da pesquisa empírica.

Source: Prepared by authors, based on empirical research.

Vale ponderar, por fim, que nenhum dos empreendimentos pesquisados apresentou avaliações quanto ao índice de satisfação dos clientes e demais *stakeholders* quanto à sua atuação organizacional, o que denota o baixo nível de preocupação dos empreendimentos quanto à aferição de seus respectivos impactos diretos e indiretos na sociedade onde estão inseridos.

Análise da dimensão ambiental

Um dos fatores de atratividade do setor hoteleiro é o próprio ambiente no qual está inserido. Nesse sentido, a preocupação com os recursos socioambientais locais é inevitável para uma estratégia de longo prazo de sobrevivência e perpetuação dessas empresas.

Neste interim, os empreendimentos hoteleiros pesquisados afirmaram possuir algumas ações voltadas a esse fim. Mesmo que alguns não possuam projetos específicos, de forma simplista as estratégias ambientais estão presentes em ações que vislumbram economia de recursos. Mais uma vez, os empreendimentos hoteleiros pertencentes a redes mostraram maior conhecimento acerca do assunto.

Quando perguntados sobre reciclagem, apenas o empreendimento hoteleiro (E) afirmou não possuir nenhum tipo de iniciativa nesse sentido. Os demais citaram reaproveitamento de papéis e procedimentos para coleta seletiva de lixo.

O reaproveitamento do óleo de cozinha também foi uma questão lembrada

dentre as atividades ambientais desempenhadas por alguns empreendimentos hoteleiros. Há doações desse item; assim como de lixo reciclável, para empresas terceirizadas. Houve também afirmação por parte de um gerente que o valor da reciclagem é revertido para festas entre funcionários. Posto isto, demonstra-se a inter-relação existente entre as dimensões da sustentabilidade.

Sobre produtos ecologicamente corretos, a maioria dos gerentes relatou possuir preocupação em adquiri-los. Dentre os três empreendimentos hoteleiros não pertencentes a redes, dois afirmaram que não há preocupações nesse sentido (hotéis E e F).

A energia e a água são preocupações em todos os empreendimentos hoteleiros pesquisados. Todas estas organizações possuem fontes alternativas de energia – como a energia solar ou gerador. Alguns apostam em bloqueadores de energia e poços artesianos para gerar economia de recursos econômicos.

Sobre padrões e normas, uma das empresas hoteleiras contatadas possuía ISO 14001 e outras duas estão em processo de implantação de certificações. As demais não alegaram nenhuma preocupação em possuir certificação em normas ambientais.

Não obstante, percebe-se que na grande maioria dos empreendimentos hoteleiros pesquisados não há monitoramento constante dos impactos causados pelas ações não sustentáveis e muito menos atuações preventivas ou corretivas. Não há indicadores que constituam uma carta de navegação, como aborda Guimarães e Feichas (2009).

Observou-se que o setor hoteleiro possui algumas ações específicas, tais como os programas de reutilização de toalhas e roupas de cama por parte dos hóspedes que ficam nos quartos em um período maior que um dia. Sobre isso, nota-se que dois dos seis empreendimentos pesquisados não aderem a esse tipo de iniciativa, H(E) e H(F). Interessante salientar que ambas as empresas hoteleiras não pertencem a redes.

A Tabela 4 sumariza os elementos da dimensão ambiental evidentes nos empreendimentos hoteleiros pesquisados.

Tabela 4: Análise da dimensão ambiental da sustentabilidade nos empreendimentos hoteleiros.

Table 4: Analysis of environmental sustainability in the enterprises hotelkeepers.

Indicadores da Dimensão Ambiental	Hotéis					
	A	B	C	D	E	F
Reciclagem	X	X	X	X	-	X
Tecnologias limpas e silenciosas	-	-	-	-	-	-
Tratamento de efluentes líquidos	-	-	-	-	-	-
Reaproveitamento de efluentes líquidos	-	-	-	-	-	-
Produtos ecologicamente corretos	X	X	X	X	-	-
Legislação ambiental						
Certificação pela norma ISO 14.000	X	-	-	-	-	-
Fontes alternativas de economia energética	X	X	X	X	X	X
Racionalização de água e energia	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir da pesquisa empírica.

Source: Prepared by authors, based on empirical research.

Deve-se destacar que, nos hotéis pesquisados, não há preocupação em utilização de tecnologias limpas; bem como inexitem programas de tratamento e reutilização de efluentes líquidos. Vale mais uma vez ressaltar que a maioria dos programas de cunho ambiental existentes nos empreendimentos hoteleiros investigados surgiu e ainda perdura a reboque da primazia da economia de recursos econômicos e minimização de possíveis custos operacionais (a despeito, notadamente, de uma preocupação ambiental de cunho essencialmente intergeracional por parte da organização, seus funcionários e demais *stakeholders*).

Análise da dimensão econômica

Dentre os gerentes dos empreendimentos hoteleiros investigados observou-se que metade acredita no impacto econômico positivo para o hotel advindo de ações sustentáveis, quais sejam especificamente os hotéis A, B e C. Os demais não conseguiram mensurar os impactos econômicos gerados pelas ações sustentáveis, por não possuírem projetos nesse sentido; ou por não conseguirem medir as ações aplicadas.

Identificou-se que não há contabilidade formal com relação às práticas sustentáveis que os empreendimentos hoteleiros de Campo Grande exercem. Tal constatação vai contra às orientações de Barbieri e Cajazeira (2009) quando abordam que é necessário que a empresa avalie os passivos ocultos para obter o resultado líquido referente à dimensão econômica da sustentabilidade.

Mesmo não sendo feito formalmente, a mensuração economia conseguida com a aplicação de práticas sustentáveis é um dado que pode ser percebido pelos gestores, até mesmo através das ações dos seus funcionários. Neste sentido, alguns gerentes mencionaram acerca do impacto econômico da sustentabilidade no que tange aos reflexos para seus funcionários.

A sustentabilidade também pode ser mensurada através da imagem gerada pelas ações dos empreendimentos aos consumidores. Ou seja, as atitudes positivas por parte dos clientes frente às práticas sustentáveis podem ser percebidas pelos gestores e transformadas em vantagens competitivas por eles utilizáveis. No entanto, nesse quesito, houve impasse na resposta com relação à sensibilidade dos clientes à questão sustentável. A metade dos gestores acredita que os hóspedes valorizam as práticas sustentáveis (gestores dos hotéis A, B e C).

A outra metade, no entanto, não consegue medir a valorização dos hóspedes frente às ações de sustentabilidade aplicadas nos hotéis, até por não possuírem iniciativas essencialmente focadas nesse aspecto.

Importante salientar que se os gestores não conseguem acreditar que o cliente é capaz de valorizar a sustentabilidade, também não acreditarão na diferenciação advinda destas práticas. E, portanto, não apostarão na gestão voltada para a sustentabilidade nesse setor, até que consigam mensurar a economia financeira, ou que haja intervenção da legislação pertinente.

Sobre pesquisa e gerência designada a projetos sustentáveis, obteve-se a respos-

ta de que não houve pesquisa na área de sustentabilidade em nenhum dos empreendimentos hoteleiros investigados.

A Tabela 5 representado ilustra as especificidades da dimensão econômica da sustentabilidade, evidentes nos empreendimentos hoteleiros investigados:

Tabela 5: Análise da dimensão econômica da sustentabilidade nos empreendimentos hoteleiros.

Table 5: Analysis of the economic dimension of sustainability in the enterprises hotelkeepers.

Indicadores da Dimensão Econômica	Hotéis					
	A	B	C	D	E	F
Crescimento de resultados financeiros decorrentes da sustentabilidade	X	X	X	-	-	-
Transparência nas ações próprias da empresa	X	X	X	X	X	X
Aquisição de projetos adequados à sustentabilidade	-	-	-	-	-	-
Existência de pessoa ou cargo que analise a dimensão sustentável do hotel	-	-	-	-	-	-
Pesquisas sobre sustentabilidade	-	-	-	-	-	-
Disposição em pagar mais pelo serviço ambiental	X	X	X	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir da pesquisa empírica.

Source: Prepared by authors, based on empirical research.

Pode-se perceber, a partir da observação do quadro acima, que os hotéis estudados não apresentam a preocupação de adquirir projetos e dinâmicas gerenciais calcadas nos princípios da sustentabilidade (ou seja: não se preocupam em se inserir em cadeias de suprimentos de bens/serviços que sejam sustentáveis). Ademais, são inexistentes contabilidades e mensurações específicas às externalidades decorrentes de práticas sustentáveis, o que denota o aspecto incipiente desta temática do âmbito da gestão dos empreendimentos hoteleiros campo-grandenses investigados.

Considerações finais

Constatou-se – mediante o desenvolvimento de toda a pesquisa – que apesar de a sustentabilidade em todos os empreendimentos hoteleiros investigados ser uma temática deveras evidente, as informações e práticas foram mais robustas nos empreendimentos hoteleiros pertencentes a redes. Os gerentes destas organizações se mostraram mais seguros com relação à exposição dos assuntos relativos à sustentabilidade e, portanto, também deram maior credibilidade à esta questão.

De uma forma geral, pode-se concluir que a sustentabilidade nos empreendimentos hoteleiros da cidade de Campo Grande ainda se encontra em seu estágio inicial, sobretudo pelo fato de haver informação incompleta sobre o assunto por parte dos gestores entrevistados; bem como por não serem elaborados pesquisas e cálculos mais pragmáticos sobre sustentabilidade por esses hotéis, com os respectivos ativos e passivos decor-

rentes das ações adotadas. Logo, as ações entabuladas pelos hotéis investigados relacionam-se intrinsecamente à economia de recursos econômicos (em detrimento da premissa prioritária geração de valor socioambiental aos possíveis *stakeholders* da organização).

Não obstante – no contexto investigado – a sustentabilidade está atrelada principalmente às ações que a lei determina ou em que há economia financeira comprovada por terceiros (energia e água). Assim, trata-se de uma prática que não se apresenta como ideologia ou diferencial intrínseco ao negócio.

Portanto, dadas essas questões, o presente artigo revela-se como um verdadeiro ‘mapa de navegação’ aos agentes direta ou indiretamente ligados aos empreendimentos hoteleiros em Campo Grande, sugerindo as falhas no que tange à adoção da sustentabilidade no âmbito deste setor; bem como os caminhos para a tomada de decisões estratégicas com vistas à consecução da sustentabilidade, em todos os seus matizes constitutivos.

Sugere-se – como importantes caminhos para futuros estudos – a adoção de amostras quantitativas e aleatórias acerca dos empreendimentos a serem investigados, com vistas à elaboração de inferências e guias de atuação mais genéricos e conclusivos.

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, J. *et al.* Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. **Pollution Engineering**. v.03; p.22, Jan/Mar. 2011.
- BARBIERI, J.C. **Gestão Ambiental Empresarial**: Conceitos, Modelos e Instrumentos. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.
- BARBIERI, J.C.; CAJAZEIRA, J.E.R. **Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável**: da teoria à prática. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARROCO, H.E. Uma reflexão sobre o planejamento turístico-cultural e sustentabilidade. **Revista turismo & desenvolvimento**, Campinas, vol. 03; nº. 01, p. 9-16, 2004.
- BENNER, M.J.; TUSHMAN, M.L. Exploitation, exploration, and process management: the productivity dilemma revisited. **Academy of Management Review**, vol. 28, nº 02, p. 238-256, 2003.
- BUCKLEY, R. Environmental Inputs and Outputs in Ecotourism: Geotourism with a Positive Triple Bottom Line? **Journal of Ecotourism**, vol. 02, nº. 01, p. 76-82, 2010.
- BUYSSE, K.; VERBEKE, A. Proactive Environmental Strategies: A Stakeholder Management Perspective. **Strategic Management Journal**, vol. 24, p. 453-470, 2003.
- CARDOSO, R.C; TASCHNER, G. Dimensões sociais do turismo sustentável: estudo sobre a contribuição dos resorts de praia para o desenvolvimento das comunidades locais. 2005. **Tese** – Doutorado em Administração. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo/SP: EAESP/FGV, 2005.
- COOPER, C. *et al.* **Turismo**: princípios e práticas. 3ª ed. Porto Alegre: Brookman, 2007.

- CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª edição. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010.
- EHRLICH, P. **The population bomb**. New York: Ballantine Books, 1968.
- ELKINGTON, J. Partnerships from cannibals with forks: The triple bottom line of 21st-century business. **Environmental Quality Management**, vol. 08, nº 01, p. 37-51, 1998.
- ENZ, C.A.; SIGUAW, J. A.; Best hotel environmental practices: Cornell Hotel and Restaurant Administration. **Quarterly Review**, p. 72-77, Oct/1999.
- FUNDTUR – FUNDAÇÃO DE TURISMO DO MATO GROSSO DO SUL. **Perfil de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: FUNDTUR/MS, 2011.
- GILET, A.L.; ORFILA-SINTES, F.; CHULIÁN, M.F. La proactividad de la estrategia medioambiental del sector hotelero: una aplicación en Baleares. *In*: III Congreso de la Asociación Hispano-Portuguesa de Economía de los Recursos Naturales y Ambientales. **Anales**. Palma (Illes Balears), 2008. 31p.
- GONÇALVES, L.C. **Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem**. São Paulo: Aleph, 2004.
- GUIMARÃES, R.P.; FEICHAS, S.A. Q. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, v. XII, n. 2, p. 307-323, Jul-dez. 2009.
- HALWEIL, B.; NIERENBERG, D. Charting a new path to eliminating hunger. *In*: THE WORLDWATCH INSTITUTE. **2011 State of the World**: Innovations that Nourish the Planet. New York/London: W.W. Norton & Company, 2011.
- HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **Science Review**, vol. 162, p. 1243-1248, 1968.
- HART, S.L.; MILSTEIN, M.B. Creating sustainable value. **Academy of Management Review**, vol. 17, nº. 02, 2003.
- HOLLIDAY, C.; SCHMIDHEINY, S.; WATTS, P. **Cumprindo o prometido**: casos de sucesso de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Campos, 2002.
- JAPPUR, R.F. *et al.* A visão de especialistas sobre a sustentabilidade corporativa frente às diversas formações de cadeias produtivas. **Revista Produção Online**, Florianópolis, vol. 07, nº. 03, 2008.
- LARA, S.B. **Marketing & vendas na hotelaria**. 2º Ed. São Paulo: Futura, 2001.
- LELÉ, S.M. Sustainable development: a critical review. **World Development**, vol. 19, nº. 06, p. 607-621, 1991.
- LOVINS, A.B.; LOVINS, L.H.; HAWKEN, P. A road map for natural capitalism. **Harvard Business Review**, vol. 85, nº. 7/8, p. 145-158, 2011.
- MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.
- MATTAR, F.N. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

QUENTAL, N.; LOURENÇO, J.M.; SILVA, F.N. Sustainability: characteristics and scientific roots. **Environment, Development and Sustainability Review**, vol.13, nº.02, p. 257-276, 2011.

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Editora Papirus, 2008.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2002.

SANTOS, M.G. Análise da sustentabilidade nas indústrias frigoríficas exportadoras de carne bovina do Estado de Mato Grosso do Sul. 2009. **Dissertação** – Mestrado em Agronegócios. Departamento de Economia e Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS: DEA/UFMS, 2009.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

SILVA, L.M.T.; SILVA, M.P.; ENDERS, W.T. Gestão Ambiental e Desempenho Organizacional: Um Estudo de suas Relações no Setor Hoteleiro. *In*: XXX Encontro da ANPAD. **Anais**. Salvador/BA: ENANPAD, 2006.

SISGRAN, Sistema Municipal de Indicadores Georreferenciados para o Planejamento e a Gestão de Campo Grande/MS. **Perfil de Campo Grande**. Campo Grande: SISGRAN, 2011.

STIGLITZ, J. **Globalization and its discontents**. New York: W.W. Norton Press, 2002.

TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, O.B. **Gestão socioambiental**: estratégias na nova era da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

VAN BELLEN, H.M. Desenvolvimento Sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente & Sociedade**, vol. 07; nº. 01, 2004.

VERGARA, S.C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 9ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

WCED – WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

YIN, R.K. **Estudo de Caso**: Planejamento de Método. Porto Alegre: Editora Bookman, 2005.

Agradecimentos

Especiais agradecimentos devem ser direcionados ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGAd/UFMS), por auxiliar no desenvolvimento da pesquisa. Ademais, são dedicados os créditos e agradecimentos ao Geógrafo e Mestre em Desenvolvimento Local Fábio Martins Ayres, pelo auxílio na elaboração do mapa, e pelas discussões quanto ao material que deu corpo ao presente artigo. Quaisquer possíveis erros e/ou omissões que porventura existam neste material são de inteira responsabilidade dos autores.

Notas:

¹ O *trade* turístico perfaz o conjunto de agentes que compõem a infraestrutura que possibilita a prática do turismo. Dentre os agentes componentes do *trade* turístico estão hotéis, bares e restaurantes, agências de turismo e etc.

² Os *stakeholders* (ou 'partes interessadas', em português) são agentes que se ligam direta ou indiretamente à gestão das organizações, devendo estar de acordo com as práticas de coordenação e governança exercidas por essas organizações.

³ O presente trabalho, por questões de foco e escopo, se furta à explicação das especificidades dos supracitados indicadores. Para maiores detalhes e informações, consultar Van Bellen (2004) e Allencastro *et al* (2011).

Maria Claudia Mancuelho Malta: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil.

Email: minimalta@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6276197262789514>

Milton Augusto Pasquotto Mariani: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil.

Email: miltmari@terra.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0935409945176042>

Dyego de Oliveira Arruda: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil.

Email: dyego.arruda@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5222976964204691>

Data de submissão: 13 de dezembro de 2012

Data de recebimento de correções: 10 de abril de 2013

Data do aceite: 12 de abril de 2013

Avaliado anonimamente

O papel do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) na busca por um turismo responsável (ecoturismo) para a Ilha de Cotijuba, Belém (PA)

The role of the 'Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém' (MMIB) in the search for responsible tourism (ecotourism) to the Isle of Cotijuba, Belém (PA, Brazil)

Eliana Cruz Bezerra Gomes, Bernardino da Costa e Silva Junior, Karolina Moura Nogueira, Eduardo Lima dos Santos Gomes

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo avaliar o importante papel do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém na busca pelo fomento do turismo comunitário, como forma de desenvolvimento regional sustentável, tendo o ecoturismo como alternativa socioeconômica e ambiental para as comunidades residentes da ilha de Cotijuba. Para isso, utilizou-se de uma metodologia qualitativa, para a revelação de dados que conduzem à compreensão de que esse tipo de turismo é possível, desde que haja a participação e responsabilidade dos atores sociais envolvidos. As evidências encontradas revelaram que a ilha de Cotijuba é detentora de um autêntico potencial turístico, entretanto tem sido prejudicada pela intensa massificação da atividade turística, pela degradação ambiental e pelas mazelas sociais. Nesse sentido, o Movimento preocupado com tal situação, e ainda, apoiado na percepção das reais potencialidades turísticas da ilha acredita que o turismo comunitário possa ser um fator capaz de minimizar tais problemas, fortalecendo as relações de gênero na formação de capital social como instrumental importante no processo de desenvolvimento mais justo e igualitário. Assim, conclui-se que o ecoturismo revela-se como atividade promissora e adequada para a associação pesquisada em função de sua vertente relacionada com as questões sociais e ambientais de modo a promover o bem-estar local, a utilização dos recursos naturais existentes através da organização comunitária e do planejamento participativo.

PALAVRAS-CHAVES: Ecoturismo; Organização Comunitária; Sustentabilidade.

ABSTRACT

This work aimed to the important role of the Women's Movement of the Islands of Belém in search for the promotion of Community tourism, as a regional sustainable development , having the Ecotourism as an alternative socioeconomic and environmental communities Cotijuba Island residents. To do this, used a qualitative methodology, for the revelation of data leading to understanding that tourism is possible as long as there is participation and responsibility of the social actors involved. Found the evidence revealed that the island of Cotijuba has a genuine tourist potential, however, has been suffering with the mass activity, with environmental degradation and social problems. Accordingly, the Movement worried about this situation and realizing the potential tourist Island bet on Community tourism as a factor to be able to minimize such problems, strengthen gender relations in social capital formation as important instrumental in the development process more just and equitable. So, concluded that the ecotourism reveals itself as promising activity and right for the Association searched because of its aspect related to the social and environmental issues in order to promote the local welfare, the use of natural resources through existing community organization and participatory planning.

KEYWORDS: Ecotourism; Community Organization; Sustainability.

Introdução

O fenômeno turístico no mundo contemporâneo é uma das atividades econômicas que mais crescem, principalmente, no setor de serviços. É considerado por muitos autores como alternativa de desenvolvimento socioeconômico para diversos países, devido à sua capacidade de redistribuir renda, captar divisas, gerar novos empregos, promover o desenvolvimento regional e motivar novos investimentos com benefícios sociais. Entretanto, seu desenvolvimento sempre esteve pautado no mesmo molde de qualquer outra atividade humana – o enfoque econômico. Assim sendo, ao mesmo tempo em que pode contribuir sensivelmente para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de amplas regiões, tem potencial para degradar o ambiental natural, as estruturas sociais e a herança dos povos.

Assim, a prática da atividade turística passou a ser repensada seguindo os postulados de desenvolvimento sustentável. Uma vez que, este modelo busca aliar da melhor forma, os métodos de execução de atividades com fins lucrativos que possibilitem o desenvolvimento socioeconômico e cultural de comunidades, de modo que permita as gerações futuras desfrutarem dos mesmos recursos naturais e culturais, ou pelo menos, de recursos bem próximos aos desfrutados pelas atuais gerações. Nesse sentido, o debate sobre o conceito e aplicação do desenvolvimento sustentável no turismo, leva ao surgimento de inúmeras designações que são introduzidas como alternativas ao turismo convencional. Uma dessas designações diz respeito ao Turismo de Base Comunitária (TBC), um novo modelo de desenvolvimento voltado para a comunidade, visando por meio dela, alcançar harmonia social, eficiência econômica e conservação ambiental na construção de sociedades mais justas e participantes.

Alguns tipos de turismo, tais como o ecoturismo, são um tipo de turismo particularmente apropriado do TBC, já que se propõe ao uso correto do meio físico, visando o crescimento econômico e se opondo a massificação do número de turistas nos locais onde ocorre, tendo como principal característica o envolvimento e o benefício das comunidades receptoras (MELO; SILVA, 2003). Toda essa polissemia de conceitos pode até confundir o real significado dessas vertentes de Turismo, mas não se desvirtua de seus princípios ativos: sustentabilidade econômica, preservação ambiental e desenvolvimento social justo.

Nesta direção, preocupado com a inclusão social e o meio ambiente, o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), a partir de toda (re) orientação teórica absorvida do Turismo através da realização de 2 (dois) projetos de extensão da Faculdade de Turismo do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará - UFPA, timidamente e isoladamente (re) põe em prática o projeto da Agência Comunitária de Turismo (ACT), a partir do dia 8 de março de 2012, e realiza o roteiro alternativo de experiência denominado "Trilha do MMIB" para turistas que desejam conhecer a trajetória do Movimento em seus projetos socioambientais nas Ilhas de Belém.

A revitalização desta agência surgiu como uma forma alternativa de operacionalizar o Ecoturismo na Ilha, promover o equilíbrio ambiental e gerar renda para os moradores locais a partir de um modelo associativo e cooperativo de gênero. Contudo, as atividades turísticas desenvolvidas pelo MMIB, ainda ocorrem de maneira isolada e restritiva, uma vez que a realidade turística da ilha de Cotijuba é o turismo massivo de final de semana que cresce de forma desordenada e dinâmica, impulsionado pela ausência de política pública de Turismo, bem como de infraestrutura turística precária.

A partir dessa problemática surgiu a necessidade de analisar a iniciativa empreendedora desse grupo de mulheres e suas principais dificuldades e entender por que o ecoturismo ainda não despontou na ilha de Cotijuba através dos roteiros alternativos, visto que esses roteiros apresentados pelo MMIB são únicos na Belém insular. Objetivou-se com esse artigo mostrar o importante papel que essas mulheres exercem na busca pelo desenvolvimento comunitário do turismo, na conservação do meio ambiente e a inclusão social. No intuito de alcançar os objetivos propostos pela pesquisa utilizou-se dos seguintes procedimentos metodológicos: i) a pesquisa documental e bibliográfica, sobre os principais temas que abrangem a pesquisa; ii) a observação direta, a qual possibilitou o conhecimento dos projetos e dos roteiros realizados pelo MMIB; iii) e os roteiros de entrevista semiestruturada com uma das coordenadoras do grupo.

Assim, o trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo discute a base introdutória do trabalho, no segundo capítulo, as perspectivas teóricas, no terceiro, a contextualização do objeto de pesquisa, o quarto contém os resultados e discussões sobre a pesquisa a partir do "olhar do Movimento" e o último, as conclusões acerca do assunto. Com esta análise, espera-se contribuir para um melhor entendimento sobre a temática e cooperar de alguma forma no aprimoramento da iniciativa

desse projeto comunitário de turismo, pois se vislumbra no MMIB um real comprometimento com questões que muitas vezes não saem do papel.

O Ecoturismo sob a luz do socioambientalismo

A questão ambiental é um dos temas mais debatidos da atualidade, envolve toda sorte de problemas e discussões em relação às condições socioambientais de áreas urbanizadas ou não. Inclui aspectos relacionados à qualidade de vida, os impactos ambientais sobre as condições climáticas, hidrológicas, geomorfológicas, biogeográficas, em todas as escalas de tempo e espaço. A degradação ambiental que hoje se apresenta é decorrente da ação humana em nome da expansão de suas atividades econômicas, cada vez mais crescentes e variadas, levando o homem, muitas vezes, a transformar “irracionalmente” o meio ambiente, tornando mais complexas e custosas as possibilidades de estruturação do equilíbrio ecológico.

No Brasil, estudos como, por exemplo, de José Augusto de Pádua revelam por meio de textos como de José Bonifácio de Andrade e Silva (Primeiro ministro do Brasil independente, a partir de 1822) e Joaquim Nabuco (Abolicionista, 1849-1910) que a preocupação com a degradação ambiental nasceu nos séculos XVIII e XIX, especialmente entre 1786 e 1888, em reação contra o modelo de exploração colonial, caracterizada pelo latifúndio, pelo escravismo, pela monocultura e a intensa devastação ambiental (SANTILLI, 2005).

Como se vê, os problemas ambientais serviram de alerta para os seres humanos sobre o grave perigo que estavam correndo. Mas, foi somente na segunda metade do século XX que se deu início um movimento global traduzido em inúmeros encontros e conferências, tratados e acordos assinados pelos países, com vistas a minimizar os efeitos negativos sobre o meio ambiente.

O movimento socioambientalista brasileiro nasceu na segunda metade dos anos 80, a partir de articulações políticas entre os movimentos sociais e o movimento ambientalista, caracterizando-se pela busca do desenvolvimento sustentável não só de ecossistemas, espécies e processos ecológicos, mas também a sustentabilidade social e cultural por meio de políticas públicas sociais. Segundo Santilli (2005, p.34) o socioambientalismo surge com base na ideia de que

as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais conhecedoras e de práticas de manejo sustentável. Mais do que isso, desenvolveu-se com base na concepção de que um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental, ou seja, a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos, como também a redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover valores como a justiça social e equidade. Além disso, promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental.

Nesse contexto, o movimento socioambientalista pode encontrar no ecoturismo uma interessante ferramenta para promoção de seus objetivos, pois encontra argumentos em um discurso de desenvolvimento sustentável, conservação dos ambientes visitados, melhoria da qualidade de vida das populações locais e na sensibilização do turista, o que pode levar a formação de uma consciência ambientalista. O ecoturismo também é considerado uma atividade de baixo impacto ambiental, que se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural, e que através de atividades recreacionais e educativas contribui para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade. Além disso, entre seus princípios, o que mais tem sido evocado é a participação das comunidades locais no processo de planejamento e gestão dos recursos naturais (RODRIGUES, 2003).

Na Amazônia, encontram-se experiências de projetos ecoturísticos promovidos pelas populações tradicionais que vem se caracterizando como um processo diferenciado, no qual, além de uma fonte de renda alternativa, torna-se também uma oportunidade de aprofundamento das relações políticas internas dessas comunidades, sejam essas caboclas, ribeirinhos, de grupo de mulheres, de seringueiros ou indígenas. Esses projetos também são conhecidos como projetos de Turismo de Base Comunitária¹ - TBC. Trata-se de um eixo do turismo centrado no trabalho de comunidades, de grupos solidários, ao invés do individualismo predominante no estilo econômico do eixo tradicional (CORIOLANO, 2006).

Entretanto, para que ocorra o TBC é de suma importância um trabalho de formação crítica da comunidade, pois seu envolvimento desde o processo de planejamento ao processo de ações é necessário para a formulação de metas para se fazer ecoturismo, pois ninguém melhor do que os próprios moradores locais para conhecerem e elaborarem projetos que sejam de acordo com suas necessidades reais. Este é um processo lento e depende da organização social, do poder público e da participação comunitária, para que assim se possa alcançar equidade.

Gênero, desenvolvimento e meio ambiente: o papel das mulheres nos projetos de desenvolvimento

Nos últimos anos a inserção das mulheres em diversas atividades, e a participação delas além dos limites do lar é um dos elementos que marca uma ruptura com o modelo de estrutura social, e tem lhes garantido não apenas o acesso a uma renda fixa, mas também a possibilidade de se tornarem as principais provedoras de seus lares. As transformações globais e as mudanças de comportamento da sociedade, com relação à inserção da mulher no mercado de trabalho, alteraram o grau de importância do papel da mulher e do poder aquisitivo da família, o que passou a ser visto como uma ameaça ao papel do homem como único provedor.

Neste sentido, pode dizer-se que o acesso à renda pela mulher é um importante indicador de mudança social, e uma variável significativa para determinar os níveis de qualidade de vida familiar, já que as mulheres são as responsáveis pela saúde da família, pela educação dos filhos e por grande parte da compra de patrimônio domés-

tico. Porém, a diferença na importância do trabalho entre os gêneros tem implicações que ultrapassam a esfera doméstica e alcançam outros domínios. Pois, em alguns casos o acesso à renda também está relacionado à ocupação de espaços não apenas na esfera doméstica como na vida política da comunidade.

Elas têm tido maior participação nas reuniões comunitárias, nos projetos de desenvolvimento, e ainda, tomadas de decisão sobre o planejamento familiar e a divisão do orçamento doméstico. Levando assim a saída da esfera doméstica para ocupar espaço na esfera pública, a partir do acesso à informação, o desenvolvimento de habilidades interpessoais e oportunidade de tomada de decisões independentes. No entanto, o trabalho feminino realizado fora da esfera doméstica, mesmo que seja a principal fonte de renda da família, ainda é considerado, por homens e mulheres, como uma atividade de importância secundária, reforçando a existência de um modelo de relações de gênero marcado pela polarização e assimetria entre os gêneros (ALENCAR, 1991).

Como se verifica, o conceito de gênero está relacionado a uma questão cultural e sociológica, construído socialmente, buscando compreender as relações estabelecidas entre homens e mulheres, os papéis que cada um assume na sociedade e as relações de poder estabelecidas entre eles. No qual a relação homem e mulher é norteada pelas diferenças biológicas, que vão sendo moldadas e transformadas, com base naquilo que a sociedade considera próprio para cada um, definindo assim como homens e mulheres devem se comportar, os espaços que irão ocupar, enfim, gerando a partir daí desigualdades que tornam o ser mulher vulnerável em relação ao homem. Melhor dizendo, tornar-se, mulher ou homem dependendo não apenas da fisiologia, mas sim, de assumir papéis e comportamentos sociais diferenciados.

Segundo Sanches (2000), a mulher tem um papel importante na preservação dos direitos culturais e naturais de seu povo, de sua comunidade, pois ela contribui para o ecodesenvolvimento e para uma gestão eficiente de tais recursos, principalmente diante da necessidade dessas comunidades de se auto-sustentar economicamente no cenário local e mundial. Nesse sentido, enxergá-las e reconhecê-las, bem como as suas comunidades e sua história, constitui um desafio para todos e principalmente para o Estado, como forma de consolidação de justiça social para com essas comunidades.

Em todo Brasil encontram-se experiências da participação de mulheres em projetos de desenvolvimento, entre as experiências mais conhecidas destaca-se o exemplo das Mulheres Quebradeiras do Coco Babaçu. Trata-se de um projeto que reúne cerca de 400 mil trabalhadoras rurais, em atividade tradicional feminina implementada principalmente no sul do Pará e Tocantins. Essa atividade vem sendo erradicada em função das políticas de ocupação da Amazônia e da mecanização do processo de produção do óleo babaçu, como forma de garantir sua subsistência, as trabalhadoras engajaram-se num movimento de resistência e vêm obtendo voz ativa no processo de articulação das políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia (CORRAL, 2004).

Assim sendo, a importância do envolvimento da mulher para o desenvolvi-

to do turismo também tem sido expressiva. Sua participação no projeto de ecoturismo lhes deu maior mobilidade e oportunidade de inserção em outras esferas políticas e sociais e lhes permitiu estabelecer as suas próprias redes de relações, além de realizar troca de informações e conhecimentos, construir redes de solidariedade e de segurança. Porém, ainda são pouco conhecidos os efeitos das atividades de ecoturismo sobre a alocação de recursos monetários dentro da família, e sobre a maneira como o acesso à renda pelas mulheres afeta as relações entre as gerações e entre os gêneros. Trata-se de questões relevantes para a análise de uma atividade apresentada como “promotora de bem-estar social” e que geralmente é implementada em áreas rurais onde predomina o modo de produção doméstico (SAHLINS, 2004).

O ecoturismo deve ser visto pela comunidade como uma alternativa de atividade econômica complementar àquelas já realizadas, através de um planejamento participativo, que busque a preservação ambiental e sustentação das populações locais, integrando a atividade turística às outras atividades, tais como: a agricultura, a pesca, o artesanato, a conservação do patrimônio cultural e natural. Por isso, torna-se importante ressaltar a inclusão das mulheres nas políticas de desenvolvimento sustentável, visando à maior participação e contribuição das mulheres para o desenvolvimento comunitário.

A Ilha de Cotijuba: do turismo massivo ao turismo comunitário

A ilha de Cotijuba é detentora de um autêntico potencial turístico caracterizado por suas belezas naturais, pelos hábitos nativos e pela culinária exótica, além de proporcionar um contraditório encontro da tranquilidade com o prazer da aventura. Está localizada ao Norte do Brasil, no 2º fuso à margem direita do estuário do rio Pará, nas coordenadas 48°30'33"W de GREENWICH e 1°15'30"S, sendo a terceira maior ilha, em dimensão do arquipélago belenense. Ela está distante a 33 km de Belém e 9 km do Distrito de Icoaraci.

A partir da Constituição Federal de 1988, que cita em um de seus artigos, que as Ilhas próximas das capitais passaram para o domínio das prefeituras, Cotijuba se integrou definitivamente a Região Metropolitana de Belém. Sendo, inicialmente vinculada ao Distrito de Mosqueiro pela Lei nº. 158/1948, posteriormente a Ilha passou a compor o Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT), por meio da Lei nº. 7.682/1995, entretanto, mantendo relações diretas com o Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO), sob jurisdição da Prefeitura Municipal de Belém (GOMES, 2001).

O acesso à Ilha é feito somente por via fluvial, em embarcações de médio e pequeno porte: o barco da Prefeitura de Belém e os tradicionais “pô-pô-pô”² respectivamente. Partindo do trapiche do Distrito de Icoaraci, a viagem dura cerca de 45 minutos e saindo da Cidade Velha, às margens do Ver-o-Peso³, o percurso leva pouco menos de duas horas, até o Complexo Hidroviário de Cotijuba Antônio Tavernard. Sua área é de, aproximadamente, 60 km², apresentando um litoral com 20 km de extensão, sendo grande parte, praticamente inexplorada. A Ilha é considerada um paraíso por oferecer lindas praias de água doce, além dos lagos e igarapés, entrecortados por

espécies de flora nativa, áreas de várzea e uma grande frequência de falésias, que favorecem o clima quente-úmido local, com uma temperatura média anual de 26°C e umidade relativa superior a 80%.

A riqueza natural e histórica da Ilha sempre atraiu o olhar de muitos curiosos, que com o passar dos anos começaram a deixar suas marcas, em sua maior parte negativas. A incidência acelerada do desmatamento; a venda ilegal de madeira visio-nada pela especulação imobiliária; a poluição deixada pelos visitantes; entre outros fatos, fizeram com que a ilha de Cotijuba se transformasse em uma Área de Proteção Ambiental (APA)⁴ municipal, baseada na Lei n. 9.985⁵, no ano de 1990, com a impor-tante característica da permissão de moradia, aspecto único nas Unidades de Conser-vação (UC)⁶ de uso sustentável. Entretanto, é quase imperceptível a aplicação de al-gumas das normas para sua existência, nem se sabe quem é o responsável em gerir esse critério da Ilha, ou seja, a APA só consta “no papel”, até porque, com 20 anos de existência a mesma ainda não possui seu plano de manejo.

Os visitantes, em números cada vez maiores, trouxeram consigo um cresci-mento, desordenado, tanto de infraestrutura necessária para embasar a nova fonte de geração de renda local, que é o turismo, caracterizado pela presença abusiva de pes-soas, normalmente de classes sociais mais baixas nas praias, principalmente, do Fa-rol, da Saudade, Funda, e na mais famosa, a praia do “Vai-Quem-Quer”, que por ser distante, é um pouco menos frequentada. Ademais das variadas trilhas que seduzem muitos aventureiros a passeios e longas caminhadas, com formação de rodas de con-versa e viola ao redor de fogueiras, que dão um charme todo especial às noites praiei-ras.

Assim, a ilha de Cotijuba é detentora de atrativos inigualáveis, potencialmente geradores de renda e prosperidade, a qual, contudo, necessita de reorganização e planejamento concisos, pois atualmente, o que predomina nesta é o chamado turismo de sol e praia massivo. Contudo, o ecoturismo de base comunitária já vindo sendo pensado e começa a dar seus primeiros passos através do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), trazendo não só turistas paraenses e brasileiros, mas também estrangeiros interessados em desvendar os encantos da região amazônica.

O Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB): breve histórico de lutas e atuação

O MMIB é uma associação comunitária sem fins lucrativos, com sede na ilha de Cotijuba, que desenvolve projetos de capacitação e inclusão social, não só com mulheres, mas também com homens e jovens a partir de 16 anos, especificamente, das ilhas de Cotijuba, Jutuba, Ilha Nova, Paquetá e Urubuoca. Sua missão é a de pro-mover o desenvolvimento social, cultural e intelectual de mulheres e jovens, bem co-mo, incentivar a conquista da cidadania e viabilizar o acesso às políticas públicas vol-tadas para as mulheres. Tem como principal objetivo apoiar a formação profissional por meio de cursos e oficinas, para o uso sustentável dos recursos naturais, a preser-vação do Patrimônio Histórico e Cultural, o trabalho voluntário e incentivo à participa-ção comunitária.

Legalmente, o Movimento existe desde 06 de setembro de 2002. Contudo, ele apresenta uma trajetória de luta e resistência, com um histórico que teve início em maio de 1998 dentro da Associação de Produtores da Ilha de Cotijuba (APIC), nessa associação, as mulheres não tinham voz ativa e suas opiniões não eram levadas em consideração pelos outros integrantes, formado na maioria de homens. Assim, a senhora Antônia Maria Gomes de Lima e sua filha Adriana Gomes de Lima criam o Grupo das Mulheres da Associação de Produtores da Ilha de Cotijuba (GM-APIC), contando com a participação de vinte e cinco mulheres da Ilha que trabalhavam na produção de compotas, doces, licores e gêneros agrícolas.

Como associação de mulheres, o grupo conseguiu desenvolver um dos seus primeiros projetos: os Sons da Ilha – oficina de aproveitamento de restos de madeira para a produção de instrumentos musicais – e a Oficina de Papel Artesanal com fibra da folha da bananeira (*Oenocarpus distichus*), com o intuito de capacitar cinquenta jovens. Os dois projetos aconteceram em parceria com a Comunidade Solidária⁷ e o grupo de mulheres era o responsável pelo gerenciamento das oficinas dentro da Ilha. A partir da resposta positiva desses dois projetos executados com os jovens das Ilhas, a busca por aperfeiçoamento só aumentou.



Figura 01: Grupo de visitantes sendo recepcionados por associada do MMIB no trapiche de Cotijuba.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.



Figura 03: Visita ao plantio de praprioca.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.



Figura 02: Reunião na sede do movimento.
Fonte: <http://guiamebelem.blogspot.com>, 2012.



Figura 04: Sede do Movimento.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Atualmente, o Movimento possui mais de sessenta associados (cf. Figura 2), sendo a maior parte feminina, que participam ativamente do Movimento e contribuem com 10% do lucro de tudo que é produzido pelo grupo⁸. Tal investimento tem a finalidade de saldar as despesas da “Casa do Movimento” (cf. figura 04), como as contas de energia, água, aquisição de materiais de limpeza, etc. O grupo também conta com apoio de inúmeros parceiros como a Organização Não Governamental (ONG) Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB), o Instituto Universidade Popular (UNIPOP), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação do Estado do Pará (FASE/PA) e a Incubadora da UFPA. Além de desenvolver vários projetos tais como: o Plantil da pripioca (*Cyperus articulatus*) comercializada para a Empresa Natura Cosméticos S/A, a cerca de seis anos; o Projeto Escola Ribeirinha de Negócios, promovida em parceria com o Instituto Peabiru⁹, que realiza oficinas de beneficiamento da semente do açaí (*Euterpe oleracea*), do inajá (*Maximiliana maripa*) e do mucajá (*Acrocomia aculeata*) para a produção de biojóias; o Projeto Oi Guia-me Belém, em parceria com a Oi e o Instituto Peabiru, o qual consiste no desenvolvimento de um guia turístico on-line da cidade de Belém, entre outros.

Em relação ao tema do turismo, as primeiras iniciativas realizadas pelo MMIB aconteceram no ano de 2000, com as oficinas de desenvolvimento comunitário para o ecoturismo, agente comunitário de turismo e de técnicas de agenciamento comunitário com apoio da FASE/PA. O objetivo das oficinas era o de sensibilizar e conscientizar a comunidade local para o ecoturismo. De conformidade com uma das coordenadoras do Movimento, o ecoturismo sempre esteve atrelado às propostas do grupo como uma forma de promover a proteção ambiental da Ilha.

Após o termino dessas oficinas, o grupo ficou mais confiante, principalmente, com a idéia de um turismo mais participativo e comunitário, surgindo a proposta de criação da Agência Comunitária de Ecoturismo (ACE)¹⁰. A concretização dessa proposta se deu com a divulgação da “Trilha das Quatro Bocas”. A ACE foi inaugurada, de fato, em 09 de julho de 2005, com objetivos de promover uma maior divulgação dos atrativos da Ilha, por meio da participação dos moradores locais, como forma de organização e operacionalização do turismo comunitário.

Entretanto, a agência comunitária não prosperou no ano de sua criação e tampouco nos anos seguintes, uma vez que esta dependia exclusivamente de trabalho voluntário. Mesmo assim, o Movimento não deixou de apostar no ecoturismo e tampouco deixou de desenvolver a atividade através da comercialização esporádica de duas trilhas: a Trilha do Engenho¹¹ e a Trilha das Flores¹². Pelas quais, o grupo vem lutando para consolidar um produto turístico que promova renda e desperte a conscientização ecológica e fortaleça, ainda mais, as atividades desenvolvidas pelo Movimento.

Faz-se necessário ressaltar que a Agência Comunitária foi revitalizada a partir da execução de 2 (dois) projetos de extensão¹³ da Faculdade de Turismo da UFPA. Tais projetos delinearam o formato adequado para a operacionalização e a comercialização do arranjo socioprodutivo do turismo comunitário do MMIB. Nisso, no dia 8 de março de 2012, no Dia Internacional da Mulher, a agência comunitária de turismo rei-

ncia suas atividades através do roteiro “Trilha do MMIB” com o propósito de consolidar o TBC como mais uma atividade produtiva do Movimento.

Resultados e discussões: perspectivas de desenvolvimento social e justo para os moradores da Ilha de Cotijuba através do ecoturismo

O ecoturismo é uma modalidade do turismo que incentiva a prática e gestão participativa das comunidades tradicionais. Configura-se ainda como uma alternativa econômica para os núcleos receptores, devido fomentar novos empreendimentos e fortalecer as atividades econômicas já existentes na comunidade, de forma socialmente responsável e ambientalmente correta, priorizando a geração de postos de trabalho e renda para os residentes locais. Entretanto, desenvolver a atividade não é uma tarefa fácil, uma vez que, para que ela obtenha sucesso, necessita-se de equilíbrio entre os principais atores envolvidos, ou seja, entre o poder público, o setor privado e a comunidade local.

Neste sentido, a abordagem metodológica foi estruturada com o objetivo de revelar o importante papel do MMIB na busca pelo desenvolvimento comunitário do turismo, a conservação do meio ambiente e a inclusão social, além de avaliar e compreender suas experiências e dificuldades como empreendedoras de ecoturismo. O método científico adotado foi a pesquisa qualitativa pelo fato de permitir a compreensão de problemas, estruturas e sistemas sociais, através da análise das causas, condições e frequência de determinadas situações sociais mediante a sua observação sistêmica e controlada (DENCKER, 2003). A observação direta, a entrevista semiestruturada, o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental também fizeram parte do processo metodológico como forma de subsidiar a pesquisa.

No primeiro momento foi realizada a observação direta com o intuito de conhecer a Associação e as principais atividades realizadas pelo Movimento. No que diz respeito ao turismo, verificou-se que atualmente as trilhas desenvolvidas pelo MMIB encontram-se desativadas por diversos fatores, como: na Trilha do Engenho – a ponte de madeira que dá acesso à trilha se encontra danificada, oferecendo pouca segurança aos visitantes; na Trilha das Flores – o fator preponderante foi o cancelamento do projeto de plantio de flores tropicais pelo proprietário do terreno. No entanto, para que a atividade não deixe de ocorrer, tem-se comercializado um roteiro alternativo delineado pelos projetos de extensão (FACTUR, 2011; 2012) denominado de “Trilha do MMIB”, enquanto aguarda-se a resolução desses problemas em tais trilhas.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que o “roteiro alternativo” é elaborado de maneira simples, contendo poucos atrativos em seu programa. O roteiro tem início em frente às ruínas do Educandário Nogueira de Farias, onde uma associada do MMIB recebe os visitantes (Figura 1) e leva-os para conhecer a “Casa do Movimento”, os principais projetos da associação, o artesanato e o galpão de beneficiamento de papel de fibra de bananeira. Logo em seguida o grupo é levado de bondinho – transporte movido à tração de trator - para conhecer o plantio de pirioca (Figura 3) no terreno de outro associado. Saindo do plantio, os visitantes são apanhados pelo

bondinho na Rua Manoel Barata e levados para a praia do Vai-Quem-Quer, onde o almoço é servido no restaurante Dima's que pertence à família de uma associada.

A partir da pesquisa de campo e de entrevista realizada com uma Coordenadora Administrativa do MMIB, notou-se que as principais dificuldades encontradas pelo grupo em desenvolver o ecoturismo na ilha estão ligadas à deficiência de formação de um capital social que assuma o compromisso de gestão da Agência Comunitária de Turismo (ACT). Segundo a coordenadora o que falta para o projeto da agência sair do papel *“são mais pessoas à frente, porque as pessoas que estão lá, já estão acarretadas de serviço. Todo mundo já está trabalhando em algum projeto, alguma coisa”*¹⁴. Neste contexto, compreende-se a necessidade do Movimento em atrair novos colaboradores com algum conhecimento teórico e prático sobre a temática ecoturismo, a fim de dinamizar a atividade e por em prática o projeto da ATC.

A entrevistada, também, salientou a ausência de infraestrutura adequada, principalmente nas trilhas, como outra grande dificuldade enfrentada pelo MMIB, já que, *“as pessoas querem conhecer as trilhas e não apenas fazer uma caminhada que dá em uma plantação”*¹⁵. Além disso, os problemas ambientais como o desmatamento desenfreado causados pela extração ilegal de madeira, as queimadas em função da agricultura e a especulação imobiliária são fatores que vem contribuindo para a perda da biodiversidade da Ilha. Para que essa realidade mude, o poder público deve colaborar, fazendo-se mais presente, providenciando as obras necessárias e fiscalizando a área, visto que se trata de uma APA.

Em relação ao setor privado, o Movimento possui parceria apenas com a agência Estação Gabiraba¹⁶, que eventualmente capta visitantes para a realização deste roteiro. Firmar parcerias com outras agências de turismo torna-se algo difícil para o Movimento, pois as empresas existentes na cidade de Belém não conhecem ou não tem interesse por essa vertente de turismo. Segundo Coriolano (2006) isso ocorre em função do modelo de turismo adotado pelos grandes empreendedores e governos neoliberais, que objetiva acumular lucros e divisas. Sendo assim, o ecoturismo comunitário praticado pelo MMIB na Ilha de Cotijuba ainda não é percebido pela maior parte dos empresários do setor como forma de angariar tais “lucros”.

O Movimento, também tentou fazer parcerias com os órgãos públicos responsáveis pelo fomento do turismo na região, tais como: a Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém (BELEMTUR) – responsável pela gestão do turismo municipal e, o Órgão Oficial de Turismo do Pará (PARATUR) – que tem como principais competências divulgar o turismo paraense e contribuir para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Estado – porém não obtiveram êxito. Segundo a coordenadora, equipes de ambos os órgãos citados *“fizeram a visita nas trilhas, mas nada foi à frente, depois disso, eles sumiram”*¹⁷. Nota-se que tal episódio causou certa frustração na comunidade, já que demonstra a total falta de interesse dos órgãos públicos em questão pela iniciativa desse grupo comunitário.

Mesmo com todas essas dificuldades o roteiro comercializado pelo MMIB é cada vez mais conhecido, seja por meio da Estação Gabiraba, ou intermédio de pessoas que conhecem ou já participaram das trilhas e desejam levar novos visitantes. As-

sim, sua principal forma de divulgação acontece através da chamada propaganda “boca a boca”. De acordo com a associada, o Movimento faz pouca divulgação do roteiro, pois têm consciência que o produto oferecido por elas ainda não está “perfeito”, *“a gente pensa em divulgar mais o roteiro, mas primeiro a gente precisa melhorar a trilha, organizar uma mini agência, precisa organizar muitas coisas antes de chegar à divulgação”*¹⁸. Como se vê, existe a necessidade de investimentos em infraestrutura interna por parte do grupo.

Enquanto isso não acontece, o MMIB mesmo com limitação continua desenvolvendo suas atividades, tentando despertar o interesse da comunidade para a preservação da Ilha, para o Movimento o ecoturismo é um fator capaz de contribuir para o alcance de seus objetivos. Apesar de não haver uma coordenação de turismo comprometida com o desenvolvimento da atividade dentro da associação, os associados buscam mesmo com pouca infraestrutura desenvolver o turismo comunitário através da “Trilha do MMIB”, uma vez que para eles seu papel é o de trazer o conhecimento para as pessoas que moram na Ilha, do potencial que a Ilha tem, do que esta acontecendo. *“[...] lá tem potencial, mas se tu pegas esse potencial e destrói totalmente ele não vai mais ser um potencial, vai ser um problema. Então, o nosso papel é fazer com que as pessoas tenham vontade de trabalhar, explorar e conservar a Ilha através do Turismo”*¹⁹.

É nesta perspectiva que se busca trabalhar com a sensibilização da população local, para que eles possam ter noção de que forma o turismo pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida, e de que forma eles próprios contribuem para o crescimento da atividade e desenvolvimento da Ilha. Pois, quando o trabalho é realizado em grupo todos os envolvidos ganham, já que essa participação leva as pessoas a compreenderem que quanto mais o lugar for preservado, mais ele atrairá visitantes, e consequentemente, contribuirá para geração de lucros não só para a associação, mas para toda a comunidade local, seja direta ou indiretamente. Desta forma, o grupo vem tentando trabalhar de acordo com os preceitos de desenvolvimento sustentável através do ecoturismo.

Considerações finais

A sociedade atual direciona suas expectativas de desenvolvimento para a tentativa de conseguir a sustentabilidade, assim, percebe-se que as atividades econômicas são responsáveis pela fragmentação socioambiental. E o turismo como indutor de crescimento e desenvolvimento econômico é responsável por mudanças no ambiente. Nisso, urge a necessidade de se ter medidas emergenciais para que esse turismo não seja indutor de exclusão e degradação socioambiental. Dentro desse cenário, de busca pelo desenvolvimento sustentável, o apresenta-se como um dos segmentos do turismo mais próximos de uma responsabilidade com o social e o ambiental sendo capaz de causar um efeito mais positivo na sociedade, gerando resultados otimistas para quem participa dessa cadeia produtiva.

Outro ponto importante a ser destacado é a importância da participação, do en-

volvimento da comunidade nesse processo de desenvolvimento. Irving (2002, p.39) expõe que “a participação é pré-requisito essencial, pois é a própria sociedade que deve identificar suas necessidades”. Fazendo isso, torna-se mais fácil a sua aplicação e a obtenção de bons resultados com as políticas de sustentabilidade, pois o que se propõe é dividir as responsabilidades para se alcançar o equilíbrio socioeconômico e ambiental dentro da sociedade, já que a atividade turística não pode ser desenvolvida isoladamente pela comunidade, porém a comunidade consciente pode ser a base para o desenvolvimento do turismo.

Nesse contexto, as mulheres vêm ocupando um espaço significativo para o desenvolvimento das comunidades, tanto na esfera política como social, pois tanto nas literaturas estudadas, quanto nos resultados obtidos nesta pesquisa, foi possível constatar não só a crescente participação feminina nas tomadas de decisões, mas também como o turismo contribui para a socialização da mulher, visando não somente favorecer a presença delas nos espaços institucionais, como também contribuir para o desenvolvimento econômico e social, na construção de políticas públicas capazes de responder às demandas sociais.

No caso da ilha de Cotijuba, é notável o papel que as mulheres tem tido na contribuição para o desenvolvimento da comunidade, através da inserção de projetos ligados ao desenvolvimento sustentável e ao turismo, onde se verificou que a Ilha possui uma vasta riqueza natural e cultural, tendo desta maneira um grande potencial para a atividade ecoturística. Assim, conforme mencionado anteriormente fica evidente a importância da articulação ampla dos atores sociais para o estabelecimento das condições propícias às atividades turísticas existentes na ilha, a partir das iniciativas do MMIB, promovendo uma sinergia entre as organizações governamentais, as não governamentais e o setor privado, onde juntos possam trabalhar com políticas e ações mais direcionadas. Pois, mesmo para as ações que contam com o apoio do Estado entre outros atores, há a necessidade de que o apoio oferecido às comunidades na forma de extensão se constitua num processo educativo e transformador.

Contudo, para que tal processo de transformação ocorra, a mudança deve partir inicialmente da própria comunidade. No caso do MMIB é de fundamental importância uma (re) organização interna da Associação no que diz respeito à vertente turismo. Pois, a pesquisa evidenciou a necessidade de haver uma coordenação direcionada somente ao setor, a fim de articular a atividade na Ilha, melhorar os roteiros existentes, buscar novas parcerias, estimular o capital social, elaborar novos produtos turísticos, enfim, promover o Ecoturismo em maior escala.

Também se observou que a execução dos 2 (dois) projetos de extensão da Faculdade de Turismo da UFPA instrumentalizou e revitalizou o projeto de TBC do Movimento. Outro ponto observado foi que essas mulheres mesmo sem uma coordenação propriamente turística conseguem construir políticas direcionadas ao desenvolvimento local, porém, elas ainda sentem dificuldade em captar recursos para seus projetos de desenvolvimento. Assim, o turismo comunitário é uma realidade política do MMIB, mas sua implementação depende de um conjunto organizado do setor turístico, desde a divulgação até a comercialização do serviço.

Portanto, conclui-se que as atividades turísticas realizadas por esta Associação têm capacidades de competir no mercado do turismo comunitário brasileiro por ser genuinamente comunitário, principalmente, por se tratar de atividades elaboradas e gerenciadas por mulheres. Ademais, essa realidade é uma das poucas a serem vistas na cidade de Belém, pois apesar de ter uma região insular, esse município ainda não consegue estimular a prática do ecoturismo e tampouco do turismo comunitário, que talvez seja uma discussão aquém da atual política pública municipal de turismo.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, E. Companheiras, Pescadeiras e Perigosas: a pesca feminina na Ilha de Lençóis (MA) **Dissertação** de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

BEZERRA, E.C.; SANTOS, P.S. Análise da implementação dos roteiros turísticos de base comunitária do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB). Belém, Pará. Belém: **Trabalho de Conclusão de Curso** de Bacharelado em Turismo, UFPA, 2009.

Cotijuba. Disponível em: <<http://www.cotijuba.com>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

CARVALHO, V. **Turismo Comunitário**. Disponível em: <<http://www.revistaecotur.com.br/novo/home/default.asp?tipo=noticia&id=1759>>. Acesso em: 19 jan.2009.

CORRAL, T. **Agenda 21 de ações das mulheres pela paz e por um planeta saudável**. Disponível em: <<http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:63pw2XkQwxAJ:homologa.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admargs/ThaisCorral.pdf>>. Acesso em: 15 jun. de 2010.

CORRIOLANO, L.N.T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais **América Latina: cidade, campo e Turismo**. São Paulo, dez. 2006. Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/21coriol.pdf>>. Acesso em: 19jan. 2009.

DENCKER, A. **Método e técnicas de pesquisa em Turismo**. ed. 7ª. São Paulo: Futura, 2003.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, E.L.S. Ilha de Cotijuba e experiência de Ecoturismo comunitário no estuário amazônico. (**Monografia** de Especialização). Belém: UFPA/NAEA, 2001.

GOMES, E.L.S. Criação de Base Comunitária para o Ecoturismo nas Ilhas de Belém. Belém – PA: FACTUR / ICSA / UFPA, (**Relatório** de atividades), 2011.

GOMES, E.L.S. Agência Comunitária de Ecoturismo do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém. Belém – PA: FACTUR / ICSA / UFPA, (**Relatório** de atividades), 2012.

IRVING, M.A.; AZEVEDO, J. **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

MELO, M.J.C.M.; SILVA, I.D. **Ecoturismo e Gestão Ambiental no Parque Ambiental de Belém**. Belém: UNAMA, 2003.

RODRIGUES, A.B. Ecoturismo – limites do eco e da ética. *In*: RODRIGUES, A.B. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003. (Pg. 29-45).

SACHS, I. **Caminhos Para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SAHLINS, M.. *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**: Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

Notas:

¹ O turismo de base comunitária apresenta-se sendo desenvolvido pela própria comunidade, onde seus membros passam a ser ao mesmo tempo articuladores e construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro permanecem na comunidade contribuindo para melhoria de qualidade de vida, levando todos a se sentirem capazes de cooperar e organizar as estratégias do desenvolvimento do Turismo. Além de requerer a participação de toda a comunidade, considera os direitos e deveres individuais e coletivos elaborando um processo de planejamento participativo, (CARVALHO, 2007 apud RIBEIRO, 2008).

² Pô-pô-pô - nome dado aos pequenos barcos a motor que navegam nos rios amazônicos, em alusão onomatopéica ao ruído que fazem. (Fonte: www.wikipedia.org.br).

³ Ver-o-Peso - mercado, que se tornou o maior [ponto turístico](#) da cidade de [Belém](#), situado às margens da [Baía do Guajará](#). (Fonte: www.wikipedia.org.br, 2010).

⁴ APA - são Áreas de Proteção Ambiental com certo grau de ocupação humana e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Fonte: Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, Art. 15.

⁵ A Lei nº. 9.985, estabelece os critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. (DIAS, 2007, p. 132).

⁶ Unidades de Conservação (UC) - são os espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo às águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (DIAS, 2007, p. 132).

⁷ Comunidade Solidária é uma estratégia de ação para o combate à fome e à miséria proposta pelo Governo Federal, em parceria com os estados e municípios.

⁸ De acordo com uma coordenadora administrativa do MMIB, todo associado deveria pagar uma taxa mensal para manutenção da sede, mas como isso não ocorria decidiu-se criar a taxa de 10% dos lucros. (Fonte: BEZERRA, 2009).

⁹ O instituto Piabiriu é uma organização da sociedade civil, ou seja, uma organização não governamental (ONG) interessada em gerar valores para a conservação da biodiversidade amazônica. (Fonte: <http://www.peabiru.org.br>, 2010).

¹⁰ A Agência Comunitária de Ecoturismo é um projeto adormecimento. Contudo, ainda vigora como meta alcançável, agora com a denominação de “Agência de Turismo Comunitária (ATC)”.

¹¹ A Trilha do Engenho, antiga “Trilha das Quatro Bocas” pode ser considerada o primeiro produto turístico criado pelo MMIB, pois vinha sendo trabalhada desde as oficinas de turismo realizadas em 2000. Fonte: (BEZERRA; SANTOS, 2009).

¹² A Trilha das Flores surgiu em novembro de 2008, por acaso, quando uma equipe de pesquisadores do Instituto Amazônico de Gerenciamento Urbano e Ambiental (IAGUA) esteve na Ilha para fazer o levantamento de roteiros turísticos alternativos para serem realizados durante o período do Fórum Social Mundial (FSM). Os pesquisadores foram levados para conhecer o projeto de plantio de flores tropicais, após conhecerem o projeto sugeriram ao grupo a comercialização desse espaço como um novo roteiro turístico. (BEZERRA; SANTOS, 2009).

¹³ Criação de base comunitária para o ecoturismo nas ilhas de Belém (PORTARIA 09-97/2009 – CA / ICSA) e Agência Comunitária de Ecoturismo do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (PORTARIA 018 / 2011 – CA / ICSA).

¹⁴ Comunicação verbal de Laís Pimentel, 19 anos, coordenadora administrativa do MMIB, às autoras, em agosto de 2010.

¹⁵ Id.

¹⁶ A Estação Gabiraba é uma operadora de Turismo comprometida com os princípios do ecoturismo de base comunitária e do comércio justo, desenvolve suas ações prioritariamente em áreas de Unidade de Conservação e busca contribuir para uma sociedade mais participativa e solidária (GOMES, 2009).

¹⁷ Informação verbal.

¹⁸ Informação verbal.

¹⁹ Informação verbal.

Eliana Cruz Bezerra Gomes: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Email: eliana_bezerra@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8182695538893409>

Bernardino da Costa e Silva Junior: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Email: bjufpa@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0041377800166678>

Karolina Moura Nogueira: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Email: karol_moura_nogueira@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4600683588964302>

Eduardo Lima dos Santos Gomes: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Email: egomes@ufpa.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4600683588964302>

Data de submissão: 29 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 14 de dezembro de 2012

Data do aceite: 14 de dezembro de 2012

Avaliado anonimamente

Perspectivas do desenvolvimento turístico de base local em Simplício Mendes (PI)

*Prospects of the touristic development of locally-based in Simplício Mendes
(PI, Brazil)*

**Ricardo Gomes Ramos, Valéria de Moraes Costa Moura,
Ermínia Medeiros Macêdo**

RESUMO

A presente pesquisa pretende demonstrar as possibilidades de desenvolvimento turístico no município de Simplício Mendes, por meio da produção do mel, como forma de caracterizar e organizar o trabalho das famílias apicultoras, baseado no desenvolvimento local e na regionalização do turismo. Os procedimentos metodológicos adotados foram a revisão teórica de turismo rural, agroturismo, desenvolvimento local e geografia do turismo; pesquisa de campo (observação e entrevistas) com a comunidade de Simplício Mendes e membros da Cooperativa Mista dos Apicultores da Microrregião. Os resultados obtidos revelam que o agroturismo pode trazer benefícios para a região, mediante políticas de planejamento, de forma a caracterizar o local como um centro turístico de escala aos fluxos que utilizam a rodovia BR 020 (Brasília/Fortaleza) ou em busca do atrativo Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no município de São Raimundo Nonato, distante cerca de 100 quilômetros do local.

PALAVRAS CHAVE: Agroturismo; Desenvolvimento Local; Apicultura; Piauí.

ABSTRACT

This paper aims to demonstrate possibilities of tourism development in Simplicio Mendes (PI, Brazil) through the honey production as a way to characterize and organize the work made by the families whom produce honey based on local development and the regionalization of tourism. The methodological procedures adopted were the theoretical review about agritourism, rural tourism, local development and geography of tourism; field research (observation and interviews) with the community of Simplício Mendes and members of the beekeepers' micro region cooperative. The results observed indicate that the agritourism activity may aggregate benefits to the region by planning policies in order to characterize the place as a scale tour center by the users of the highway BR 020 (Brasília / Fortaleza) or tourists on their way to Serra da Capivara National Park, in São Raimundo Nonato, far from Simplício Mendes about 100 kilometers.

KEYWORDS: Agritourism; Local development; Apiculture; Piauí.

Introdução

No Brasil, a prestação de serviços do turismo no meio rural, quando realizada por associações e cooperativas, tem possibilitado que núcleos de pequenos produtores passem a negociar seus produtos com o mercado de forma mais justa, observando-se ainda o advento dos APL – Arranjos Produtivos Locais, por estarem baseados em uma identidade de coletividade, portanto desempenhando importante papel no desenvolvimento local (JORGE, 2009).

Os arranjos produtivos locais, portanto, desenvolvem atividades em conjunto que irão conduzir a realidade de um único produto e, quando aplicados ao turismo relacionam-se à estrutura que direta ou indiretamente participa da organização do produto (THOMAZI, 2006).

Logo, o cooperativismo e o associativismo são de suma importância para o desenvolvimento do agroturismo no Brasil que ocorre em várias regiões do país, ocasionando um preparo individual e coletivo de forma rentável, dependendo de uma ação conjunta e organizada, estabelecida por diversos mecanismos, que conferem-lhe uma vantagem competitiva específica distinta a de um grupo não estruturado ou organizado.

A proposta do presente trabalho trata da caracterização da produção de mel e seus derivados no município de Simplício Mendes (Piauí, Brasil) oriunda da formação de uma associação, por meio da construção de um entreposto para a comercialização de mel por parte do padre Geraldo Geroen, desde o ano de 1994. Sabendo que a produção de mel na região é parte integrante da renda familiar, busca-se compreender de que forma tal cultura pode ser aproveitada para a prática do agroturismo na perspectiva do turismo de base local, no intuito de se proporcionar experiências de desenvolvimento local por meio de cooperativismo ou associativismo.

Para tanto, leva-se em consideração a localização do município e seu entendimento como um centro turístico de escala, bem como a capacidade do produto turístico enquanto vetor de agregação de valor à produção agrícola, estimulando o fortalecimento da cadeia produtiva local.

Considerações teóricas sobre o turismo de base local e o agroturismo

O turismo de base local demonstra ser uma forma plausível ao desenvolvimento socioeconômico de determinada localidade por possibilitar a geração de emprego e renda das comunidades onde se encontra inserido, com consequente valorização de seus aspectos socioculturais. Nessa ótica, sua composição deverá ocorrer de forma a atender os princípios da sustentabilidade, pois como observam Faria e Carneiro (2007, p.19):

O antagonismo entre crescimento econômico e sustentabilidade é próprio de uma sociedade capitalista, na qual a preocupação em garantir a continuidade do processo de industrialização, afetada pelo esgotamento, esbarra em uma lógica de mercado, alheia a estratégias de médio e longo prazo que priorizam benefícios sociais e ambientais em oposição à acumulação de renda e consequentes disparidades econômicas.

Entende-se, portanto, que a sustentabilidade para o turismo é de grande importância no sentido de trazer benefícios para a comunidade local, sendo esta, quando atrelada à atividade turística, chamada de turismo comunitário ou de base local, cuja definição permeia a idéia de que:

O influenciador de desenvolvimento regional diversificado, com inovações constantes em função de novas exigências da demanda e da competitividade dos mercados, conceitua-se turismo comunitário (ou de base local), que é toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios causados pela geração de produtos turísticos (MALDONADO, 2009, p.31).

Sendo assim, o turismo comunitário ou de base local é aquele cujas sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão por meio do envolvimento participativo. Dessa forma, o turismo de base local trabalha a atividade turística de modo integrado e participativo, considerando a valorização dos elementos naturais e culturais, no sentido de contribuir para agregar valor ao produto e aos serviços, havendo assim um comprometimento com a produção e a prestação de serviços, beneficiando e possibilitando a verticalização do produto (RUSCHMANN, 2002).

O turismo de base local passa a ser referenciado não somente no sentido valorativo da escala espacial, mas como alternativa ao padrão dominante de desenvolvimento. Estabelecer perspectivas de desenvolvimento faz do turismo uma atividade articulada ao desenvolvimento local apresentando características genuínas, pela inserção de novos produtos e, com isso, a geração de novos empregos e investimentos para a comunidade receptora.

A existência de estruturas de apoio a nível local poderão facilitar as informações, as necessidades do mercado, a busca de suporte técnico para o desenvolvimento de projetos e programas, com o objetivo de trabalhar a atividade turística de modo integrado e participativo, reforçando a cooperação produtiva e a valorização dos elementos naturais e culturais.

De modo geral pode-se dizer que a cultura permeia todos os segmentos de turismo, uma vez que o turista é atraído pelo diferente, desde que lhe sejam garantidos conforto e segurança. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento sustentável dependerá da participação e integração dos agentes sociais, que irão atuar como transformadores do seu próprio desenvolvimento, voltando-se para as atividades turísticas da localidade (DIAS, 2006).

No entanto, o cumprimento das condições de sustentabilidade é um importante problema político, econômico e ambiental uma vez que requer novas formas de encarar a natureza e o propósito do desenvolvimento e o papel dos indivíduos, do governo e do setor privado no desenvolvimento de futuros sustentáveis é uma preocupação que está cada vez mais na dianteira da análise do turismo (HALL, 2001).

Dentre os diferentes modelos do turismo de base local no Brasil, tem-se o agroturismo como uma das segmentações que mais demonstra resultados favoráveis à inserção de comunidades no processo de desenvolvimento socioeconômico por meio da atividade turística. Por agroturismo, entende-se a oferta do produto em que o turista passa o dia no meio rural, podendo desfrutar de diferentes atrativos como a participação nos trabalhos produtivos (ARAÚJO, 2000).

Surgido na Europa, na década de 1960, o agroturismo desenvolveu-se principalmente na Itália, pelo advento da cultura e produção da uva e seus derivados, embora ocorra em vários países com diferentes denominações e características (TULIK, 2003).

Beni (2004, p.428) define o agroturismo como,

O deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite para fruição de cenários e observação, vivência e participação nas atividades agropastoris, ainda afirma que o que difere o agro turismo do turismo rural é a produção agropastoril em escala econômica, que representa a maior fonte de rendimento da propriedade e o turismo, receita complementar; o segundo é que as próprias atividades agropastoris constituem em si mesmas o principal diferencial turístico.

A experiência agroturística proporciona ao turista um contato enriquecedor com a cultura do local, de forma a valorizar e preservar as tradições locais, gerando renda por meio do aproveitamento da capacidade humana em diferentes meios de produção agrícola, fazendo com que espaço rural não seja mais pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias, mas também como um espaço propício à inclusão do turismo e do lazer, gerando possibilidades para que famílias de agricultores aprendam a produzir serviços, de forma a melhorar a qualidade de vida das pessoas (ARAÚJO, 2000).

Destaca-se, contudo que, qualquer iniciativa regional ou local para o desenvolvimento do turismo no meio rural, deve se iniciar por um zoneamento econômico e ecológico do espaço rural, seguido de uma descrição dos principais produtos turísticos e análise de sua demanda atual e potencial, do ordenamento territorial das atividades produtivas e do cadastramento de agricultores em conformidade ao interesse e potencial de inserir o agroturismo como forma complementar de incremento de renda.

Experiências e características do turismo no meio rural brasileiro

A atividade do turismo no meio rural brasileiro foi iniciada no ano de 1986, no município de Lages, em Santa Catarina. Durante a década de 1990, o turismo rural se estendeu para outras regiões do Brasil, como foi o caso do município de Venda Nova do Imigrante, na região central do Espírito Santo que, fundamentado em modelos europeus passou inicialmente a comercializar produtos, com posterior inserção de visitação de meios produtivos locais (ZIMMERMANN, 1996; TULIK, 2003).

No Brasil, tem-se buscado por locais que possuam um diferencial, como a valorização de áreas naturais e culturais, e ideias que possibilitem famílias a adquirir conhecimento e melhoria das condições de vida, por meio do turismo. No Estado do Paraná, por exemplo, a implementação do turismo rural vem sendo estimulada como uma forma de caracterizar produtos e roteiros turísticos, diversificando a oferta dos destinos turísticos. De acordo com informações da SETUR Paraná (2007, p.4),

cerca de 28% dos roteiros turísticos que estão sendo comercializados pelas agências de turismo são de Turismo Rural, portanto, a construção do Programa de Turismo Rural visa aproveitar a vocação agropecuária do Paraná, uma vez que a ocupação de grande parte do seu território caracterizou pela chegada de agricultores de várias partes do Brasil e do exterior. Esta ocupação se intensificou no final do século XIX e possibilitou construir um Estado que hoje é líder na produção agropecuária, havendo uma diversidade de produtos que se destinam à alimentação bem como para a produção de matéria-prima para as indústrias nacionais.

A ideia do programa, conforme exposto pela SETUR Paraná, é gerar possibilidades para que as famílias de proprietários e trabalhadores, das unidades rurais aprendam a utilizar a produção das fazendas, as paisagens serranas, a cultura local, a hospitalidade do povo interiorano e a diversificada culinária regional, como atrativos turísticos da região. Tulik (2003, p.59) afirma que,

no Brasil, assim como aconteceu em vários países, a busca por áreas rurais é antiga. Difícil, e também desnecessário, precisar momentos e locais exatos, mas os deslocamentos aparecem registrados em obras literárias, seja na forma de temporadas no campo, seja como piqueniques. Buscava-se a natureza, a tranquilidade e o bucolismo, ou seja, o oposto ao urbano. Pequenas cidades eram, e ainda são procuradas pelo mesmo motivo.

O turismo no meio rural, portanto, demonstra potencial de crescimento no mercado turístico e, por esse motivo, as atividades turísticas em meio rural vem sendo incentivadas, a partir do início do século XXI, pelo governo federal brasileiro como forma complementar de renda às comunidades inseridas no programa da agricultura familiar, citando o exemplo da Rede TRAF (Turismo Rural na Agricultura Familiar) apoiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria ao Ministério do Turismo brasileiro (BRASIL, 2008; SETUR PARANA, 2007).

A atividade turística na agricultura familiar, embora recente, vem ganhando espaço e crescendo no meio rural. A notoriedade dessas informações tem chamado atenção de várias áreas e setores. No Brasil foram criados programas de desenvolvimento do turismo no espaço rural, como observado:

O Ministério do Desenvolvimento Agrário junto com o Ministério do Turismo (MTUR) criaram o PNTRAF Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, que visa promover o desenvolvimento rural sustentável, através da implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrando os arranjos produtivos locais, agregando renda e ge-

ando postos de trabalho no meio rural, com consequente melhoria das condições de vida (REDETRAF, 2012, s/p)

Como exposto, o turismo rural e o agroturismo apresentam alternativas para as pequenas famílias agricultoras, no sentido de melhorar seu nível de vida e manter a população no espaço rural, exigindo, contudo, que as comunidades rurais se articulem para favorecer o incremento ao segmento, identificando-se por meio da estruturação da oferta turística para que assim possam fortalecer o produto e atender a demanda. Desse modo, Moletta (2000, p.39) considera que,

o proprietário tem procurado fazer mudanças nas associações locais e nos meios de produção, para atender a demanda que busca pela tranquilidade e qualidade de vida. O turismo rural, quando desenvolvido em uma propriedade rural, também pode criar inúmeras oportunidades para a comunidade em seu entorno.

Dessa forma, o sentido dos termos turismo rural e agroturismo tratam de uma atividade que proporciona o envolvimento do turista com a comunidade local, gerando experiências educativas com os fenômenos naturais e culturais, devendo estar atreladas ao planejamento do turismo no espaço rural, no intuito de não desarticular o crescimento da comunidade receptora em tempo de agregar a qualificação dos atrativos e serviços turísticos, como defendem Almeida; Riedl (2000, p.164),

Para que um empreendimento do turismo no espaço rural tenha sucesso é desejável que se instalem agências e operadoras de turismo locais, que caracterizem melhor os produtos oferecidos, que estabeleçam um vínculo mais estreito com os pequenos agricultores, que sejam mais sensíveis aos potenciais e problemas locais e que explorem adequadamente os diferentes nichos de mercado.

Nesse sentido, o agroturismo carece de iniciativas de aperfeiçoamento dos serviços, sendo o associativismo uma das alternativas plausíveis a tal necessidade, por oportunizar o estreitamento das relações entre a sociedade organizada e o poder público. Para tanto, o associativismo deve ser incentivado por um organismo público ou associação organizada, fornecendo assistência técnica e administrativa. Outra forma de aperfeiçoar os serviços solicitados pelo desenvolvimento do agro turismo é o cooperativismo, caracterizado por uma forma de produção e distribuição de riquezas baseada em princípios como a ajuda mútua, a igualdade, a democracia e a equidade (SEBRAE PARANÁ, 2011).

Para que o cooperativismo seja eficiente no sistema econômico, é fundamental o crescimento da atitude pró-ativa dos agentes locais que se tornam sujeitos protagonistas do seu empreendimento, melhorando, assim, as condições de renda dos cooperados, bem como as condições de trabalho e a independência do trabalhador. A existência da cooperativa é um meio, para que um determinado nú-

mero de indivíduos atinja objetivos específicos através de um acordo voluntário. Os pequenos produtores deverão ser orientados e incentivados para tornarem-se capacitados a resolver os problemas existentes na comunidade e assim, oferecer os serviços diferenciados aos turistas. As cooperativas agregam valor aos produtos tornando-os diferenciáveis no mercado de consumo.

O município de Simplício Mendes (PI) e seu potencial para o turismo

O município de Simplício Mendes possui 12.068 habitantes (IBGE, 2010) e está localizado na microrregião de Alto Médio Canindé, na região sudeste do estado do Piauí (Brasil). A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 070 51' 14" de latitude sul, e 410 54'37" Oeste de Greenwich e localiza-se a 416 km da capital Teresina. Apesar de ser um município pequeno, é pólo em sua microrregião, ofertando, numa escala regional, serviços diversos como o comércio. As atividades que contribuíram para o desenvolvimento econômico do município foram a pecuária e a extração de borracha de maniçoba, além do comércio varejista crescente. (MOREIRA; MAVIGNIER, 2007)

Seu potencial para o turismo é representado por manifestações populares como eventos e festejos e também por seu patrimônio edificado, dentre os quais a Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus cuja construção aconteceu entre os anos de 1922 e 1923, a qual promove, no mês de maio a Festa do Divino e, entre os meses de junho e julho, os festejos do padroeiro, em conjunto as festividades do vaqueiro e a Praça Dr. Isaias Coelho, com a estátua de um cidadão Simplício-mendense de mesmo nome, considerado importante figura local pela colaboração ao desenvolvimento do município. Outro ponto de interesse para o turismo no município é o mirante do Morro da Cruz, o qual proporciona vista panorâmica do município e arredores.

Em relação ao potencial para o agroturismo, cita-se o trabalho desenvolvido pelo Padre Geraldo Gereon, o qual implementou a cultura de produção de mel a partir de 1994, fazendo dessa, importante atividade econômica colaborativa à região. A apicultura desenvolvida no município de Simplício Mendes é uma atividade em expansão, que vem proporcionando a melhoria do espaço agrário como alternativa de evitar o êxodo rural. A Figura 1 demonstra alguns dos recursos turísticos existentes na localidade.

Em aspectos turísticos regionais, Simplício Mendes localiza-se entre os municípios de Oeiras (a primeira capital do estado do Piauí, contando com importante potencial para o turismo cultural, cívico e arquitetônico) e São Raimundo Nonato, onde se localiza o Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC), com uma das maiores concentrações de pinturas rupestres do mundo (MOREIRA; MAVIGNIER, 2007).

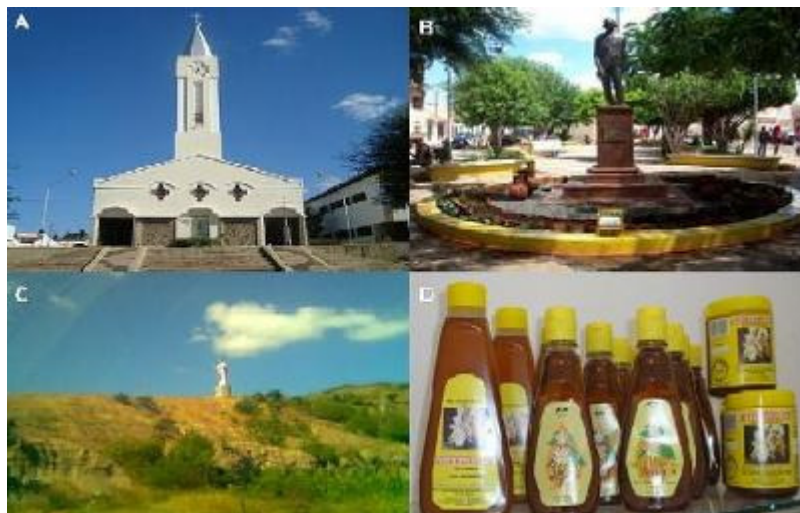


Figura 1: Alguns dos recursos turísticos de Simplício Mendes: A – Igreja Matriz do Sagrado Coração; B – Estatua de Isaías Coelho; C – Morro da Cruz; D – Produção de Mel. **Fotos:** autores.

Figure 1: Some of the tourist resources of Simplicio Mendes: A - Church of the Sacred Heart; B - Statue of Isaías Coelho; C - Morro da Cruz, D - Honey Production. **Photos:** by authors.

A Figura 2 demonstra que o município é cortado pela BR 020 (Brasília – Fortaleza) estando num raio de distância inferior a 200 quilômetros tanto da cidade de Oeiras como a de São Raimundo Nonato. Boullón (2002) afirma que o raio de influência de um centro turístico é calculado em até duas horas de distância-tempo, e, dessa forma, a cidade de Simplício Mendes pode, numa perspectiva de região, aproveitar o fluxo de visitantes tanto de Oeiras, como de São Raimundo Nonato.

É com o propósito de regionalização que pode haver o desenvolvimento do turismo em Simplício Mendes, levando em consideração sua demanda potencial em decorrência de sua localização geográfica, com a produção de mel relacionada ao agroturismo, já que, para Pearce (2003, p. 30), na análise do espaço turístico, deve-se levar em conta que: “aqueles viajando em rotas recreativas fazem uso de várias instalações turísticas ao longo do caminho, ainda que a área interveniente não se constitua no objetivo principal da viagem”.

Para Beni (2006, p.125), o desenvolvimento do turismo em nível regional deve ocorrer como,

abordagens de desenvolvimento que permeiam todo o planejamento estratégico de regiões turísticas, sendo complementares entre si e capazes de incrementar o poder de atração de destinação, assim como os benefícios trazidos pela atividade turística aos seus municípios, tem-se a regionalização turística ou o processo de clusterização da destinação.

Já Boullón (2002, p.71) afirma que,

quando um sistema de planejamento turístico começa a operar, a primeira coisa que se deve fazer é definir um âmbito de ação em função da regionalização. Essa tarefa consiste em dividi-lo em partes, de acordo com uma série de critérios técnicos.



Figura 2: Mapa do Estado do Piauí com a localização de Simplício Mendes sinalizado em vermelho.

Fonte: Mapas Brasil, 2012.

Figure 2: Map of the State of Piauí with the location of Simplício Mendes flagged in red.

Source: Maps Brazil, 2012.

Dessa forma, tem-se a regionalização do turismo como importante fator de construção de motivação à visitação em Simplício Mendes, uma vez que Bahl (2004, p.31) afirma que,

nem todas as localidades congregam atrativos turísticos em quantidade suficiente para se desenvolverem como centros de recepção, dependendo, por vezes, de se trabalhar com os existentes no seu entorno, permitindo-lhes ampliar o leque de opções para a prática de atividades e usufruto do turismo.

Sua localização, portanto, demonstra possibilidade de incremento econômico por meio do turismo, especialmente pela existência do Programa de Regionalização do Turismo, desenvolvido pelo Ministério do Turismo brasileiro, caracterizado como:

Um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada reintegrada, baseada nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação e sinergia de decisões. No conceito do Órgão estatal, regionalizar é transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de promover mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional, de forma articulada e compartilhada (Brasil, 2004, p.11).

Nesse sentido, o indivíduo que se desloca da capital do estado, Teresina, em direção ao Parque Nacional da Serra da Capivara, por via terrestre, obrigatoriamente passa pelo centro urbano de Simplício Mendes, dotando-o, em conformidade a classificação de Boullón (2002) como um centro de escala, já que sua localização geográfica o torna um ponto estratégico de acesso aos municípios de Oeiras e São Raimundo



Figure 3: Breakdown of displacement between Teresina (A) and São Raimundo Nonato (E) through

Tendo conhecimento da importância na participação da população no processo de

Quanto ao grau de escolaridade dos entrevistados, a maioria (44%) possui ensino

3% com ensino fundamental incompleto, o que demonstra o acesso à instrução, portanto subentendendo maior colaboração a participação em novas atividades que venham a ser implantadas no município, como é o caso do turismo.

Quando questionados sobre o potencial para o turismo no município, a maior parte dos entrevistados lembrou da existência do Morro da Cruz (70%), seguido da Praça Central (20%), Produção de Mel (7%) e Igreja Matriz (3%), o que demonstra o desconhecimento, por parte da população, da possibilidade em se desenvolver o agroturismo, pelo advento da produção do mel, no município.

Sobre os eventos que existem na cidade, 62% dos entrevistados citam as festividades de fim de ano, portanto relacionada a visita a amigos/parentes, já que não existe nenhuma programação específica de natal e/ou ano novo no município, seguida pela Festa do Sagrado Coração de Jesus (23%) e festa do Divino (5%) e 10% declararam não saber.

Em relação às expectativas para o turismo, a maioria dos entrevistados (80%) acredita que o turismo traga benefícios ao município. Em relação ao preparo da cidade, aproximadamente 85% dos entrevistados dizem que a cidade não se encontra preparada para o turismo, enquanto cerca de 60% diz ter interesse em trabalhar com o turismo, portanto, demonstrando a receptividade de sua população para a inserção do turismo enquanto atividade colaborativa à economia da cidade.

Nota-se, portanto, que a população Simplíciomendense possui receptividade quanto a implantação do turismo no município, demonstrando interesse na participação do processo, contudo a necessidade de melhor entendimento, por parte dos entrevistados, do potencial agregado à região.

Tratando especificamente da produção de mel, foram realizadas pesquisas com questionários semiestruturados com a totalidade dos cooperados (12 indivíduos) os quais, em sua maioria (75%), fazem parte da cooperativa desde sua abertura, em 1994. A pesquisa realizada com os membros da cooperativa foi no intuito de observar o posicionamento, quanto à experiência do trabalho realizado na cooperativa, e quanto às perspectivas que têm relacionadas ao turismo, as possibilidades do desenvolvimento do agro turismo na região.

Quando questionados sobre a possibilidade do mel ser visto como um elemento de identidade da região, as respostas demonstraram aspecto positivo, especialmente do entendimento do mel como uma fonte de renda para os agricultores, colaborando com sua subsistência, envolvendo cada vez mais os apicultores, reduzindo o êxodo rural além de ser um produto já reconhecido no mercado externo.

Para entender os aspectos de importância da produção de mel no município e microrregião de Simplício Mendes, buscou-se saber como a produção mudou na vida da família, manifestando que, com o mel, conseguiram investir nos estudos dos filhos, além de comprar móveis e imóveis com a renda adquirida pela comercialização, sendo esse uma fonte de renda complementar. Um dos entrevistados afirmou que “uma das melhores atividades aqui é a apicultura, porque existe o ano todo, e se não fosse o mel estaríamos em crise, pois é com a renda da produção que garantimos nosso meio de subsistência”.

Em relação a possíveis melhorias na produção do mel, 90% respondeu que gosta-

riam de aumentar os apiários, ainda completaram que com mais apiários tem condições de aumentar a produção e 10% demonstrou a importância em se conseguir veículo para o transporte de abelhas em consideração a época das floradas. Quanto ao questionamento sobre as limitações que encontram, todos responderam que sem chuvas há uma diminuição da florada nativa, para que as abelhas retirem o néctar e assim possam produzir o mel.

A compreensão obtida da pesquisa foi que a população acredita que o turismo pode trazer benefícios, porém estão desestimulados pela inexistência de políticas de desenvolvimento, e como forma de melhoria para a população, seria necessária a sensibilização turística, incentivos por parte governamental e do setor privado, garantindo que a cidade possa vir a implantar a atividade em conformidade aos princípios do turismo de base local.

A população também acredita que o mel pode ser considerado uma identidade do município, mas os mesmos dizem não perceber os benefícios do mel na comunidade, o que demonstra falta de conhecimento da importância na produção de mel na localidade e, consequentemente, colaboração na divulgação e expansão do mercado de subprodutos do mel.

Os cooperados percebem como necessidades, a melhoria do trabalho para manter a meta anual da produção, dessa forma percebem-se como necessidades atuais a implantação de sistema de controle de produção e comercialização computadorizado, criação de site para divulgação dos produtos e trabalhos da COMAPI (Cooperativa Mista dos Apicultores do estado do Piauí), reforma do entreposto melhorando sua estrutura (piso adequado no depósito e área de homogeneização, aquisição de embalagens (tambores metálicos e baldes); aquisição de veículo novo; melhoria das estradas de acesso às comunidades; capacitação dos membros da Diretoria e Administrador na área administrativa e contábil.

Considerações finais

A inexistência de um conjunto de atrativos turísticos suficientemente responsáveis pela permanência com pernoite de um grupo de turistas não deve ser visto como um fator de exclusão da atividade turística na economia de uma localidade. A proximidade de Simplício Mendes aos Pólos Turísticos de Oeiras e São Raimundo Nonato é uma considerável justificativa de desenvolvimento do turismo no local, mesmo que apenas como um centro de escala.

Em aspectos gerais, para que o mel seja responsável pela busca do espaço geográfico de Simplício Mendes, torna-se inegável a elaboração de campanhas que visem a valorização desse elemento por parte de seus cidadãos. Para que isso aconteça, destaca-se a importância na construção de estratégias que contemplem a vocação turística inicial observada na cidade, com foco na produção de mel e sua profissionalização como elemento de competitividade, por meio de ações que incentivem a elaboração de subprodutos tais como a cera para depilação, geléias, bombons e biscoitos que, certamente, se expostas para venda, fará com que turistas e viajantes que utilizam a BR 020 as consumam.

Numa perspectiva de futuro, sugere-se a formatação de um roteiro turístico integrado, no intuito de agregar atratividade, incentivar a organização regional da oferta turística.

tica e proporcionar a formatação de um cluster turístico com os municípios de entorno, em conformidade aos princípios do turismo de base local, bem como busca pela profissionalização da oferta turística nas propriedades rurais, sem descaracterizá-las, no intuito de proporcionar uma relação de troca de experiências, entre a comunidade local e o visitante consumidor.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.
- ARAÚJO, J.G.F. **ABC do Turismo Rural**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000.
- BAHL, M. **Agrupamentos Turísticos Municipais**. Curitiba: Protexito, 2004.
- BENI, M.C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**. 10. ed. São Paulo: SENAC SP, 2004.
- BOULLÓN, R. **Planejamento do Espaço Turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (2008). **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar** [pdf]. Disponível em <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/o/875076>>. Acesso em 07 dez. 2011.
- BRASIL, Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo: **Roteiros do Brasil: Diretrizes Operacionais**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.
- DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FARIA, D.S.; CARNEIRO, K.S. **Sustentabilidade ecológica no turismo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- GOOGLE MAPS. Disponível em <<http://maps.google.com>>. Acesso em 27 jun. 2012.
- HALL, C.M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.
- JORGE, R.R. Território, identidade e desenvolvimento: uma outra leitura dos arranjos produtivos locais de serviços no rural. **Tese** (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2009.
- MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. **Turismo de Base Comunitária**. Ed.01. Rio de Janeiro: Letra e Imagem (501 p.), 2009.
- MAPAS BRASIL. Disponível em <<http://www.mapas-brasil.com/piaui.htm>> Acesso em 27 jun. 2012
- MOLETTA, V.F. **Turismo Rural**. 2. ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2000.
- MOREIRA, A M.; MAVIGNIER, D.S. **Conhecendo História e Geografia do Piauí**. Parnaíba: Gráfica Ferraz, 2007.

PEARCE, D.G. **Geografia do Turismo**: fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2003.

REDETRAF – **Turismo na agricultura familiar**. Disponível em <<http://www.redetraf.com.br/r-rede-traf.asp>> Acesso em 27 jun. 2012.

RUSCHMANN, D V.M.. **Turismo e Planejamento Sustentável**: A proteção do meio ambiente. 9. ed. Campinas: Papirus, 2002.

SEBRAE Paraná (2011). **Desenvolvimento Rural** – Associativismo e cooperativismo. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/temas-relacionados/associativismo-e-cooperativismo>>. Acesso em 08/12/2011.

SETUR Paraná (2007). **Turismo Rural no Paraná** [pdf]. Disponível em <<http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deagro/progturisrural.pdf>> [último acesso em 07/12/2011].

THOMAZI, S. **Clusters de Turismo**. São Paulo: Aleph, 2006.

TULIK, O. **Turismo Rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

ZIMMERMANN, A. **Turismo rural**: um modelo brasileiro. Florianópolis: Editora do Autor, 1996.

Ricardo Gomes Ramos: Universidade Federal do Paraná, Matinhos, PR, Brasil.

Email: ricardo0219@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3920356245716937>

Valéria de Moraes Costa Moura: Faculdade Piauiense, Teresina, PI, Brasil.

Email: valeriademoraes_89@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6297718007528736>

Ermínia Medeiros Macêdo: Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.

Email: erminia.medeiros@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9342170014194913>

Data de submissão: 27 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 10 de novembro de 2012

Data do aceite: 10 de novembro de 2012

Avaliado anonimamente

Turismo, gestão participativa e sustentabilidade: caso da Vila do Aventureiro (RJ)

Tourism, participatory management and sustainability: the case of Vila do Aventureiro (RJ, Brazil)

Juliana Fernandes da Silva, Juzânia Oliveira da Silva Brandão

RESUMO

Este artigo aborda a gestão participativa para o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais, tendo em vista o Turismo para a autogestão e a preservação das tradições. A comunidade a ser analisada é a Vila do Aventureiro, na Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ), que se baseia historicamente nas atividades de subsistência e está situada na Reserva Biológica da Praia do Sul. O presente estudo fundamenta-se em pesquisas em campo feitas entre 2011 e 2012, para uma dissertação de mestrado em Turismo, em curso. Através de pesquisa bibliográfica, buscamos dar ao trabalho um embasamento teórico, o que foi comparado com a realidade da comunidade, por meio dos dados obtidos em entrevistas, observação direta e participação nas práticas cotidianas. O desenvolvimento sustentável, um ideal de desenvolvimento das atividades cotidianas, do realizar do modo de vida, sem agredir seus protagonistas e o meio ambiente está intrinsecamente ligado às ações comunitárias, partindo da consciência individual à coletiva. Comunidades tradicionais têm raízes fortes com sua terra. Contudo, dentro de algumas Unidades de Conservação, são vistas como destruidoras das áreas naturais por parte dos órgãos ambientais, que fazem o caminho reverso à sustentabilidade quando separam a relação homem-natureza, tornando-as insustentáveis. Mas a comunidade pode ganhar força contra uma insustentabilidade imposta, através da gestão participativa de suas atividades e, particularmente, do Turismo, com mobilização e participação democrática, embasado na solidariedade e no sentimento de pertencimento, reavivando sua memória e identidade continuamente. No Aventureiro, apesar da solidariedade tradicional, notamos um certo desgaste nas relações de confiança, ocasionado pelos marcos históricos de interdição cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo Comunitário; Gestão Participativa; Sustentabilidade; Unidades de Conservação.

ABSTRACT

This article approaches participatory management for sustainable development of traditional communities, in view of Tourism for automanagement and preservation of traditions. The community that will be analysed is Aventureiro Village, in Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ), which is historically based on subsistence activities and are located on Praia do Sul Biological Reserve. The present study is based upon researches between 2011 and 2012, for a dissertation of a Master of Tourism, in course. Through bibliographic research, we aim to form the theoretical base, what was compared to community's reality by data collected by interviews, direct observation and participation in daily group practices. Sustainable development, an idealisation of development for daily tasks, for way of life, not degrading its protagonists and environment, is intrinsically connected to community actions, from individual to collective conscience. Traditional communities have got strong connection with their land. However, inside of some protected areas, they are perceived as natural areas destroyers by environmental governmental agencies, which go on reverse way to sustainability, when detaching Human-Nature relation, making them become unsustainable. But community may become stronger against an enforced sustainability, pursuit of participatory management of its activities and, particularly, of Tourism, with mobilization and democratic participation, based on solidarity and belonging feeling, reviving its memory and identity constantly. In Aventureiro, in spite of their traditional solidarity, we notice an erosion in trust relations, created by historical signs of cultural interdiction.

KEYWORDS: Community-based Tourism; Participatory Management; Sustainability; Protected Areas.

Introdução

O Turismo vem, por muito tempo, sendo estudado de uma forma analítica, em que o anfitrião e o turista não passam de números para satisfazer o setor econômico. Porém, Morin (2011) propõe uma forma mais autêntica e global de análise nos campos que envolvem relações sociais, visto por ele com a necessidade de entender a complexidade dessas relações, tanto através de cada parte envolvida como o todo que ali está presente.

Este ensaio apresenta uma abordagem qualitativa, porque nos importa iluminar os processos sociais pelos quais a Vila do Aventureiro passa, tendo o Turismo Comunitário e a gestão participativa como foco, sendo feita uma análise comparativa entre as duas comunidades.

O levantamento bibliográfico e documental foi feito a fim de se construir um embasamento teórico para este ensaio, no decorrer da construção do trabalho, com base em publicações, tais como livros, dissertações, teses e artigos científicos, a respeito dos temas traçados. Algumas pesquisas em campo ocorreram entre 2011 e 2012 mediante observação e entrevistas. A observação das práticas cotidianas da comunidade contou com participação nas atividades para maior integração com os moradores a

fim de garantir resultados mais reais, e para levantamento mais profundo de seu modo de vida, e da relação entre comunidade e turistas. Entrevistas foram feitas em forma de conversas informais e semiestruturadas, com os moradores e representantes do INEA presentes na comunidade, com posterior tomada de notas de campo, relatando detalhes das observações e entrevistas feitas.

Propomos aqui retirar as vendas para as formas de planejamento e gestão público-privada, em que quem sai perdendo mais é a comunidade, sendo muitas vezes marginalizada dos projetos e ações, nos quais o imediatismo por retornos financeiros são prioridade, utilizando-se dos recursos ambientais, culturais da comunidade como simples produtos a serem comercializados como em uma “prateleira de supermercado”, e quem é o detentor do poderio econômico pode se apropriar de forma indiscriminada.

Vemos a gestão participativa, através das práticas cotidianas da comunidade e, particularmente, do Turismo Comunitário, como um caminho o qual pode ser percorrido para se chegar ao nível ora ideal da sustentabilidade, principalmente em pequenas comunidades e comunidades tradicionais dentro de Unidades de Conservação ou em seu entorno, geridas por órgãos ambientais, às vezes, socialmente excludentes. E é por perspectiva que nos utilizamos da realidade vivenciada na Vila do Aventureiro para dissertar sobre a emergência de uma mudança no planejamento do Turismo.

O conceito de sustentabilidade sugere práticas menos danosas e uma real mobilização pelo bem-estar das populações e pela preservação da natureza. Sabemos que isso requer novas atitudes, direcionadas para o desenvolvimento local, para a continuidade dos modos de vida, sem agredir o ambiente de (sobre)vivência. Sim, é uma questão de autopreservação, em que se busca prolongar as condições que mantêm vivos os homens e os demais seres biológicos, com princípios ambientais, socioculturais, econômicos e político-institucionais.

O desenvolvimento de comunidades sustentáveis parte de uma consciência individual, visto que os indivíduos são parte do todo – a comunidade, para uma consciência coletiva. Em uma comunidade sustentável, os saberes são transmitidos e herdados historicamente, com respeito ao ambiente que a envolve.

As comunidades tradicionais dependem intrinsecamente da natureza e sobre ela reservam profundo conhecimento empírico. O afastamento de seu ambiente de vida causa mudanças estruturais no modo de vida e adaptação a uma nova realidade de interdição parcial ou total de suas tradições. Assim, as Unidades de Conservação e os órgãos ambientais impõem uma insustentabilidade arbitrariamente, externa à realidade da população.

O Turismo Comunitário surge com a peculiaridade de ser conduzido por pessoas “do lugar”, prezando pelo ideal de sustentabilidade através das ações comunitárias, garantindo o poder endógeno. Podemos relacionar sua importância ao fato de haver um autorreconhecimento e valorização de sua identidade. Então, o comprometimento da comunidade é fator fundamental para a ocorrência harmônica do Turismo. Com isso, beneficia, além dos moradores, os turistas, que vivenciam de fato a cultura do lugar.

Vila do Aventureiro em linhas gerais

Antes que sejam feitas as reflexões teóricas, é preciso apresentar as características gerais da comunidade em questão. A Vila do Aventureiro situa-se na Ilha Grande, que está localizada nos limites territoriais do município de Angra dos Reis, na região Sul do Estado do Rio de Janeiro. A Ilha é a maior do Estado, com 193km², “a 150 km do Rio de Janeiro e a 400 km de São Paulo, dois grandes centros urbanos” (SANTOS, 2006, p.445), em área de Mata Atlântica.

A Vila do Aventureiro (Figura 1) localiza-se nas coordenadas geográficas “23° 10'S, 44° 17' W” (BIDEGAIN; FRESCHI, 2009, p.10), a sudoeste na Ilha Grande, na Praia do Aventureiro, que tem cerca de 800 metros de comprimento, sendo seu acesso

A leste pelo mar e a oeste pela crista da serra, que sobe gradativamente até atingir 464 metros a sudeste, e é limitada pela Ponta do Aventureiro e pelas pedras que a separam da Praia do Demo a nordeste (VILAÇA; MAIA, 2006, p. 66).

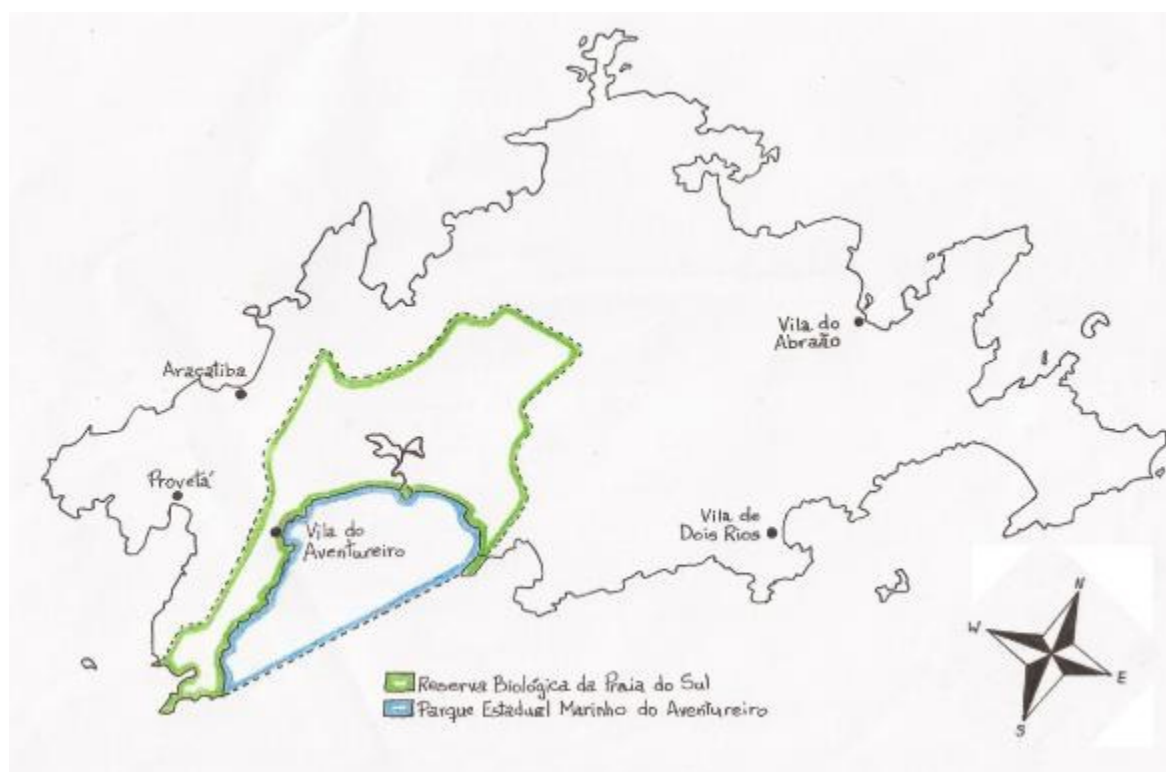


Figura 1: localização da Vila do Aventureiro, da Ilha Grande (RJ).

Figure 1: Location Vila do Aventureiro, Ilha Grande (RJ, Brazil)

O nome “Praia do Aventureiro”, segundo relatos dos próprios moradores da Ilha Grande, deve-se ao relativo isolamento da comunidade, por estar circundada por montanha e mar, e por estarem à mercê do clima, no Inverno, quando o mar fica

“grosso” e há maior ocorrência do vento Sudoeste, o “mais respeitado” pela população de lá. Por esse motivo, segundo alguns moradores, “quem consegue chegar lá, é muito aventureiro”.

Seu modo de vida é baseado em atividades ligadas à terra, como o cultivo da roça, a produção de farinha-da-roça, a produção de vinagre de banana; o artesanato, com a produção de cestarias, tapiti, canoas de guapuruvu; a construção da casa de estuque; a pesca artesanal. Essas práticas são feitas por meio de mutirão, embora em menor escala que antes, devido às restrições impostas pelo Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), órgão ambiental da época. Mais recentemente, a partir da década de 1990, por causa da desativação do Centro Correcional de Dois Rios, receber turistas também passou a fazer parte dos costumes da comunidade.

Comunidades sustentáveis

O conceito de sustentabilidade tem sido proclamado pelas organizações do setor privado como uma ferramenta de marketing, de modo que demonstre sua “responsabilidade socioambiental” indiscriminadamente. Segundo Capra (1997), esse conceito tem a ver com “reconectar-se com a teia da vida”, que, para o autor, significa “construir, nutrir e educar comunidades sustentáveis”, o que sugere um convívio mais próximo com a natureza e práticas menos danosas, uma mobilização real por ações integradas a fim de se alcançar o *status* ora ideal de sustentabilidade. Na maioria das vezes, é necessário (re)construir o modo de vida das comunidades de maneira “mais sustentável” e, para isso, a educação e a formação de consciência sobre sua responsabilidade social, ambiental e econômica toma lugar central nessa discussão.

A expressão Desenvolvimento Sustentável vem proposta no Relatório de Brundtland, “Nosso Futuro Comum”, elaborado em 1987, com o seguinte contexto:

Desenvolvimento Sustentável é um processo de transformação no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1991, s/p).

Buarque (2001, p.36) argumenta que o conceito do desenvolvimento sustentável é “*uma construção teórica para organizar uma nova postura da sociedade diante dos desafios do presente e do futuro e consistente com o novo paradigma de desenvolvimento*”, que requer uma atitude quanto ao que se quer para o desenvolvimento local, e, apesar de haver um planejamento para o tempo presente e para as futuras gerações, não é uma ideia meramente ideológica. Basta olhar ao redor para perceber a necessidade de um novo agir em sociedade, que viabiliza a mudança no presente para possibilitar um futuro melhor.

O desenvolvimento sustentável é um ideal de desenvolvimento de atividades cotidianas que baseiam sua existência, do realizar dos modos de vida e produção de forma que, individual e coletivamente, haja qualidade de vida e bem-estar para a população, sem que se agride o ambiente de (sobre)vivência.

Não é somente o fato de preservar os ambientes, as culturas, a sociedade; essa é uma questão de autopreservação, visto que, preservando o espaço e o modo de vida, está buscando o prolongamento das condições que mantêm vivos os homens e todos os outros elementos biológicos, culturais, sociais relacionados a ele. Ainda, para Buarque (2001), o desenvolvimento sustentável baseia-se em dois tipos de solidariedade, sendo que “a solidariedade intrageração é uma condição indispensável para a solidariedade intergerações”, no sentido de que, para se pensar em um ambiente para seus futuros moradores e visitantes, é imprescindível agir no tempo presente para a melhoria das condições de vida.

Por mais que pareça ideal, o desenvolvimento sustentável tenta melhorar a qualidade de vida da comunidade local. E que esta melhoria reflita no interesse do visitante para participar dessa construção de uma sociedade mais igualitária. E que o turista carregue consigo esse ideal e tenha ações compatíveis com ele.

Vale lembrar que a sustentabilidade aponta para uma nova forma de governança que seja “sempre dissociada dos impulsos do imediatismo, dos resultados de eficiência em curto prazo, em geral preconizados nos processos de planejamento que acompanham interesses econômicos e políticos individuais ou de pequenos grupos” (PENA; BRASILEIRO; SANTOS, 2012), já que não é interessante aumentar ainda mais as desigualdades causadas pelo desenvolvimento desenfreado.

Atingir o nível de sustentabilidade está ligado às ações comunitárias. Capra (1996) afirma que, para isso, as comunidades humanas teriam que tornar seu pensamento à natureza, pensar-se como comunidades ecológicas que são, já que a única diferença entre essas e as comunidades humanas é que “nos ecossistemas não existe autopercepção, nem linguagem, nem consciência e nem cultura”. Logo, a diferença entre elas está em perceber sua vida, pensar sobre ela e agir mediante suas vontades e sentimentos. É o que Sahlins (2003) chamou de “intenção cultural”.

O cerne da questão de comunidades insustentáveis, como se pode perceber no artigo “*The Tragedy of the Commons*”, de Garrett Hardin (1968), está nos “atos sem remorso” (tradução nossa), aqueles em que a ação cognoscente não está voltada à coletividade, mas somente aos ganhos individuais. Buarque (2001) indica que o desenvolvimento sustentável prenuncia “uma sociedade com equidade social e conservação ambiental”, enquanto Pena, Brasileiro e Souza (2012) citam que ele “*deve ser construído para, por meio de e com a sociedade local*”, o que significa dizer que o desenvolvimento sustentável não reside em ações aleatórias e sem pretensões, mas com objetivos estabelecidos na sociedade atual, de acordo com suas perspectivas de mudança social para melhoria de sua qualidade de vida atual e futura.

O desenvolvimento de comunidades sustentáveis parte de uma consciência individual, respaldado pela consciência coletiva, na relação de seus elementos entre si, entre seus elementos e o meio ambiente, entre seus elementos e outros “de fora”.

Entretanto, não se deve esquecer que, por vezes, o impasse sobre a sustentabilidade está na dimensão político-institucional. Por isso, é essencial reunir todos os setores sociais da comunidade, para que, por mais que tenham interesses distintos, possam trabalhar em direção ao bem maior da comunidade.

Essa perspectiva contempla todos os envolvidos não só no Turismo, mas no cotidiano da comunidade, podendo beneficiá-la de forma mais equilibrada, visando de fato à sustentabilidade em todas as esferas e garantindo o desenvolvimento equilibrado. Além disso, Dias (2004, p.31) cita, bem pontual, que “*o desenvolvimento sustentável só é atingido com justiça social*” alertando ao risco de pensar no Turismo utilitarista e imediatista. É nessa premissa que o Turismo Comunitário encontra sua razão, focando no desenvolvimento comunitário e o envolvimento da comunidade na atividade turística, dando ao turista a oportunidade de vivência da cultura do lugar.

Uma sociedade sustentável é aquela em que os saberes inerentes a sua vida, produção e contato com o ambiente são transmitidos e herdados entre as gerações historicamente, o que também é abordado por Laraia (2001), quando cita que “toda a experiência de um indivíduo é transmitida aos demais, criando assim um interminável processo de acumulação”, em que a comunicação, principalmente na transmissão oral de saberes, tem papel fundamental para a sustentabilidade. Assim, com comunicação entre os indivíduos, os comportamentos e saberes identitários não se extinguem.

Apesar de, atualmente, as atividades tradicionais se darem com menor intensidade, ocorre com os “Filhos do Aventureiro”, ou “Povo do Aventureiro” como cita Vilaça e Maia (2006), que são transmitidos os saberes e exercidos, “em suas relações de parentesco e compadrio, suas atividades e seus rituais”. Seus resultados são tradicionalmente divididos entre seus participantes, como acontece no caso da produção de farinha, em que, quem participa, recebe uma parcela da produção; e da pesca, em que os peixes são divididos entre as famílias cujos membros entraram com a canoa no mar ou puxaram a rede na praia, e na base da troca. Assim também ocorre com os saberes, que não são apenas transmitidos dentro da família, por meio da tradição oral, de pai para filho ou de mãe para filha, mas às demais pessoas pertencentes à comunidade, através do compadrio. Mas o que se percebe é que, com a criação da REBIO e do Parque Marinho, aconteceram algumas interdições no modo de vida dos “Filhos do Aventureiro”, sendo que alguns de seus costumes encerraram-se no campo do “fazer”, permanecendo apenas no campo do “saber-fazer”, o que tende a se extinguir caso continue o ciclo de interdições, já que alguns jovens da vila já nasceram dentro do “tempo da REBIO”.

Unidades de Conservação: preservação e limitações para as comunidades

Com o movimento ambientalista iniciado entre as décadas de 1960 e 1970, surgido pela preocupação com o “progresso” “civilizatório” e com sua consequente degradação ao meio ambiente, foram criadas, nos EUA, as primeiras áreas protegidas, dentre as quais, o Parque Nacional de Yellowstone foi a primeira, em 1872. Apesar de garantir a proteção da fauna e da flora presentes em seus limites, as áreas protegidas estadunidenses criaram conflitos sociais, já que não permitiram a permanência de co-

munidades já estabelecidas há muito tempo naqueles locais.

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), regulamentado pela Lei nº 9.985/2000, segue o estabelecido por esse modelo, criando Unidades de Conservação de Proteção Integral federais, em que seus moradores, mesmo populações tradicionais, não podem permanecer, mesmo quando lá residem antes da criação dessas áreas protegidas, tendo que se retirar para outra localidade, fazendo aumentar o estereótipo de separação entre homem e natureza. O SNUC define Unidades de Conservação como áreas “com características naturais relevantes”. Então, a visão do Estado e de algumas associações ambientalistas é, muitas das vezes, excludente quanto à dimensão social, histórica e cultural nesses casos em questão. Os órgãos ambientais estaduais seguem esse modelo, ao criar Unidades de Conservação de sua responsabilidade.

As comunidades tradicionais que, antes de tudo, são comunidades biológicas e têm raízes fortes com sua terra, algumas vezes, são tratadas como destruidoras dos espaços “de relevância natural” por parte dos representantes dos órgãos ambientais. Porém, como dependem intrinsecamente da natureza, têm grande conhecimento sobre os recursos encontrados no meio natural, o que demonstra uma percepção profunda e peculiar sobre os recursos naturais. E, ainda mais, o homem adapta-se ao “seu” ambiente, assim como “seu” ambiente também sofre adaptações conforme o uso que essa população lhe dá, como afirma Adams (2000, p.165):

Se essas populações realmente viessem a desaparecer, ou a serem definitivamente removidas de suas áreas originais de ocupação, poderíamos esperar alterações na dinâmica de recomposição das florestas e na composição específica. Mas, certamente, a maior perda seria na diversidade cultural e na relação entre biodiversidade e sociodiversidade, e não somente na biodiversidade, como se afirma.

Dessa forma, a conservação da natureza ocorre, porém esquece-se da relação dessas populações com o meio, sendo esse uma fonte de recursos para sua subsistência, bem como suporte para sua vida e bem-estar.

Diegues (2001) cita que o afastamento não-consensual das populações das áreas protegidas, ou melhor, de sua terra, para beneficiar os “visitantes urbanos” é de se questionar porque, “na maioria das vezes, é usurpação de espaços coletivos, habitados por populações com grande tradição de saber e fazeres patrimoniais”. Acontece um processo de desenraizamento de sua terra, de desprendimento de seus costumes, e, no afã de continuar em seu lugar, acabam por adaptar-se a novas tecnologias, no sentido de trazer elementos a que os “de fora” estão acostumados.

A relação dos moradores do Aventureiro com o INEA é conflituosa, por ser esse o representante estatal das duas Unidades de Conservação: Parque Estadual Marinho do Aventureiro e Reserva Estadual Biológica da Praia do Sul, que influenciam diretamente no cotidiano da comunidade. Exemplo disso são as palavras da Célia, em uma das reuniões que a comunidade teve com o INEA: “*Antes, a gente ficava aqui*

isolado e ninguém nem queria saber da gente. Agora, ficam sempre aqui querendo tomar conta do que a gente faz". Sua vida está submetida à tutela do Estado, a visão da população e a visão institucional do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) se contrapõem em algumas ocasiões. Enquanto, para a comunidade, a palavra dita é o que vale, dentro de relações de confiança, para o INEA, importa o que está escrito, e nessa diferença pode estar o cerne do conflito entre eles.

O que se pode dizer, de acordo com a experiência citada acima é que as Unidades de Conservação e órgãos ambientais, dessa forma, acabam por fazer o caminho reverso à sustentabilidade a que se propõe, quando separam o homem da natureza, sugerindo a retirada das populações estabelecidas historicamente no local que transformam em áreas protegidas. Tornam-se insustentáveis quando não é feita a reflexão sobre aspectos socioculturais, como a dependência, pelas populações, da natureza, que é sua fonte de recursos e suporte de sua vida, a produção e a vida baseadas principalmente em elementos naturais e as consequências da retirada dessas populações, como sua segregação em favelas de grandes cidades, sem perspectivas e tendo perdido também sua história, sua memória, sua identidade.

Gestão participativa e geração de capital social

O homem naturalmente precisa viver em sociedade. A comunidade é uma unidade na diversidade, visto que há membros e representantes cujas perspectivas individuais diferem entre si, mesmo que haja uma construção identitária, comum a eles. Todavia, segundo Paiva (2007, p.09), a comunidade não pode ser vista como um *"mero estar-junto num território"*, mas como *"um compartilhamento (ou uma troca)"*, em que cada um tem uma vinculação de responsabilidades para com o outro, apesar de suas diferenças, existindo uma ordem social.

Como propõem Baquero e Cremonese (2006, p.132), *"a ordem social somente torna-se possível se houver estabilidade das relações"*, que diminua as incertezas e aumente a confiança entre os membros da sociedade. Assim, pressupomos que haja uma estabilidade maior e um estreitamento nas relações, sendo que não há uma confiança cega, mas baseada em acontecimentos que comprovem que as relações sociais são estáveis.

A confiança é tida como um dos componentes cruciais do Capital Social, que Baquero e Cremonese (2006, p.204) mostram como variável principal, junto com *"a cooperação e a participação"*. Os autores indicam que as *"redes de confiança"* (op. cit., p.209) são pressuposto essencial na geração do Capital Social já que as sociedades são mais eficazes e eficientes a partir do momento em que *"os cidadãos confiam uns nos outros e trabalham cooperativamente em prol do bem comum"* (op. cit., p. 259).

O Capital Social, para Putnam (2002, p.177), está ligado a *"características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para au-*

mentar a eficiência da sociedade”, através da cooperação entre seus membros, que, supõe-se, é espontânea. Além disso, Baquero e Cremonese (2006) colocam que ele está intrinsecamente ligado à cultura que, “ao ligar as pessoas para que atuem não só no conjunto, mas, antes, em conjunto, cria formas específicas de relacionamento com comportamentos selecionados visando sua perpetuação”. Essas formas de relacionamento, por mais que parecidas em algumas comunidades, apresentam peculiaridades inerentes apenas àquele grupo, que o diferenciam dos demais.

Por meio das redes de relações, a comunidade tende a “*produzir e reproduzir relações duráveis e úteis para proporcionar lucros materiais e simbólicos*” (*op. cit.*, p. 231) e a ganhar força contra uma (in)sustentabilidade imposta, de cima para baixo, de fora para dentro, que, porventura, invisibilize as características próprias da comunidade.

A mobilização social é uma forma de se mostrar a importância da participação democrática da comunidade local, destacando que, quanto menor for a interferência e a dependência da ação estatal, mais efetiva se torna a comunidade em sua atuação participativa. Essa mobilização forma uma consciência sobre ganhos e responsabilidades partilhados, causando o empoderamento da comunidade, buscando “*dotar os indivíduos de autonomia e de capacidade de intervenção de modo a lhes permitir uma vida autodeterminada e autorresponsável*” (BAQUERO; CREMONESE, 2006, p.261) não só na participação pura e simples, mas na tomada de decisão.

No Aventureiro, como em outras comunidades chamadas “caixaras”, as atividades são exercidas com mutirão, em que familiares, compadres e comadres se ajudam, recebendo o referente a uma parcela de seu trabalho. Exemplo disso é a pesca artesanal, quando mulheres e crianças que ajudam a puxar a rede e a desmalhar o peixe, além dos homens que foram pescar, recebem uma parte dos peixes como pagamento. Essas relações reforçam a solidariedade dentro do grupo, apesar do quê, os mutirões são, atualmente, exercidos com menos frequência, mas ainda existem, como pudemos observar em campo.

Em contrapartida, o que acontece no Aventureiro é que as relações de confiança tornaram-se processos desacreditados, porque a população passou por diversos marcos históricos de cerceamento, interdição cultural, perda total e parcial do território, provenientes de conflito gerado pela criação imposta da RBEPS, seguidas de sucessivas fiscalizações e aplicações de multas, que se repetem desde então. Não há ordem, não há estabilidade, mas um desgaste da relação população-INEA.

O empoderamento está em refletir e agir no cotidiano, para que efetivamente, os indivíduos intervenham em sua própria realidade, “no despertar do senso de responsabilidade, de solidariedade e de cooperação” (*op. cit.*, p. 262). Dessa forma, vai-se em direção à sustentabilidade para o lugar, para as pessoas, para a comunidade em si, sem que seja imposta por organizações e entidades “de fora”, mas como uma necessidade do indivíduo e, por conseguinte, do grupo, reforçando o sentimento de pertencimento, tornando-os autores de sua própria história, base para a gestão efetivamente participativa.

Raízes: tradição, memória e identidade

Como as comunidades tradicionais têm raízes com seu território, por mais que estejam abertas para elementos culturais das sociedades modernas, como o Turismo, suas tradições são conservadas na essência, ainda que haja adaptações. Nesse sentido, Le Goff (1990) descreve a memória como “propriedade de conservar certas informações”, sendo uma forma de reviver acontecimentos e conhecimentos do passado. Contudo, segundo Diehl (2002), não se pode mais recorrer à memória apenas para fazer essa busca no passado, mas como um “processo dinâmico da própria memorização”, em que o passado é revisitado ao mesmo tempo em que o presente é vivido como continuação do passado, por fim, aglutinando-se passado e presente na construção da identidade.

Pollak (1992) caracteriza a memória como sendo um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Certamente, a memória também é individual, mas seu respaldo ocorre na coletividade, quando, com transformações e mudanças sociais, molda seus elementos herdados, estruturando sua identidade.

Pollak (1992) e Hall (2005) afirmam que a memória e a identidade estão relacionadas diretamente ao sentimento de pertencimento, de vínculo, “*há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade*” (POLLAK, 1992, p.204), já que o que se observa é que todo o conhecimento transmitido e herdado, molda-se à identidade comunitária. Assim, cada indivíduo sente-se parte da coletividade, identificando-se com a vida social, garantindo a continuidade e a coerência do indivíduo para com o grupo; e do grupo para consigo mesmo e para com outros grupos sociais. Hall (2005) ainda cita que a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia, o que significa dizer que ela não existe como amálgama, mas metamorfoseando-se.

Como a cultura é dinâmica, modifica-se no decorrer do tempo no espaço, de acordo com o sentido que o homem lhe dá, definindo e redefinindo significados conferidos a objetos e ao espaço. Como escreveu Geertz (1973, p.15), “*o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu*”, e, nesse contexto, ele e a comunidade a que pertence tecem-na, produzindo sua história, sua vida, o seu sentido de ser. Como o conceito de cultura “é essencialmente semiótico” (GEERTZ, 1973, p.15), os comportamentos do homem, por assim dizer, podem ser abordados como essencialmente simbólicos, carregados de significado, que deve ser conhecido e aceito coletivamente para que se torne parte do modo de vida da comunidade.

As ações sociais que conferem sentido aos objetos e ao território formam o espaço específico e não-estático da comunidade, que cumpre as funções como recurso natural e como suporte da atividade humana. E dentro da perspectiva, só se pode conceber o ambiente como espaço social de acordo com o uso que os grupos

humanos lhe dão, através de seu trabalho e suas relações sociais.

Turismo comunitário: reavivador da memória

O Turismo Comunitário, também chamado “Turismo de Base Local”, surge com uma singularidade que o diferencia das demais formas de gestão, que é o poder endógeno para a condução das atividades, prezando pela sustentabilidade do lugar, já que, no atual contexto, seu desenvolvimento está submetido ao reducionismo econômico.

Segundo conceito de Seabra (2007, p.103), ainda em relação à sustentabilidade do Turismo de Base Local, é *“uma forma de lazer harmoniosa, fundamentada na autodeterminação, na valorização das populações nativas e no respeito ao meio ambiente”*. São aspectos como os aqui apresentados que podem trazer benefícios aos moradores e aos turistas, ao participarem de uma vivência real da cultura do lugar.

O Turismo Comunitário surge como alternativa, também, para aumentar a renda da comunidade, tendo como objetivo principal *“assegurar o bem-estar comum e garantir a sobrevivência de seus membros, preservando sua própria identidade cultural”* (BARTHOLLO, 2009, p.28), porque a própria comunidade tende a reconhecer o valor de seu modo de vida, de sua identidade.

Através de organizações sociais, ela é responsável por ações para gerar seu desenvolvimento socioeconômico e pela preservação de seu patrimônio comunitário, tanto ambiental como cultural. E é esse diferencial que atrai visitantes dos mais distintos destinos, principalmente os mais interessados em conhecer lugares que tenham as suas características identitárias mantidas em sua essência, *“a partir da própria comunidade, na qual promove sua convivencialidade”* (GRIMM; SAMPAIO, 2011, p.58).

Podemos perceber que, quando há inclusão da comunidade no processo de organização, planejamento e gestão das atividades locais, ela toma para si, também, a responsabilidade pela gestão do Turismo. Acreditamos que o comprometimento dos agentes locais é fator fundamental para a ocorrência harmônica do Turismo.

São os aspectos ligados ao modo de vida da população que auxiliam na atratividade do destino, visto que trazem consigo toda a bagagem cultural, refletindo diretamente na relação turista-morador. Dessa forma, se o planejamento da atividade turística parte dos residentes, através de organização social, há maiores possibilidades de que práticas desenvolvidas sejam direcionadas ao bem-estar comum da população.

O Turismo Comunitário oferece ao visitante a oportunidade de participar como um agente propriamente dito nas relações tecidas por meio das experiências comunitárias, e é isso que, muitas vezes, faz do turista mais que um mero expectador, visto que se envolve no processo cultural da comunidade visitada.

Segundo Magalhães (2002), existem necessidades para que o fenômeno turístico aconteça com vistas a proporcionar ao turista novas emoções e superação de

expectativas, tais como participar do modo de vida e dos eventos nas comunidades, ou simplesmente ter um contato maior com a natureza em ambientes mais tranquilos e menos populosos, diferentes do local de origem do turista caracterizado urbano.

Diante de todo o exposto, percebe-se que o Turismo Comunitário traz consigo o reativamento da memória da comunidade, já que *“fomenta a relação social entre modos de vida distintos, resgatando e reconstruindo o interesse pelo outro, [...] pela alteridade”* (GRIMM; SAMPAIO, 2011, p.58). Através do interesse do turista pelo diferente, pelo “exótico” – aos seus olhos –, a comunidade pode perceber o valor que têm suas tradições, tomando para si a responsabilidade de aprender e ensinar aos turistas como vivem, fazendo-os novos protagonistas dessa história; e aos jovens moradores, para que se sintam pertencentes ao grupo e levem adiante as tradições que os diferem dos demais, e que são atrativas ao turista interessando nas diferenças.

Há, no Aventureiro, um projeto de Turismo Comunitário, criado por estudiosos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), por meio do qual, os moradores puderam aprender, em oficinas, sobre temas ligados à hospitalidade, gastronomia, ao Turismo de forma geral. Porém, quando perguntados sobre a eficácia do projeto, alguns moradores nos disseram que foi bom no início, mas as pessoas não iam com tanta frequência participar das oficinas depois de um tempo. Além disso, pelo relatado, o que aprenderam não estava de acordo com seus conhecimentos tradicionais, mas eram saberes trazidos “de fora” da comunidade. Dessa forma, tomo como exemplo a gastronomia local, baseada nos produtos da terra e do mar, e que não foram valorizados. Cabe dizer que a gestão do Turismo de Base Local ressalta a ética e a cooperação nas relações sociais e, como citam Grimm e Sampaio (2011), valoriza os recursos específicos de um território.

Conclusão

Para perceber o Turismo como um fenômeno entre um complexo de relações envolvidas entre as partes e o todo, o meio em que a atividade acontece, temos, primeiramente, que romper com a visão economicista que recai sobre a forma que se planeja e executa o Turismo.

O desenvolvimento da comunidade com atividades partilhadas para o bem comum, e cujos saberes de vida são transmitidos oralmente através das gerações, é sustentável, como ocorre com a Vila do Aventureiro que, por suas práticas tradicionais, é naturalmente sustentável. Contudo, podem ser percebidos alguns costumes interditados no campo do “fazer”, condição que foi imposta pelo órgão ambiental.

A cooperação entre os membros da comunidade cria formas de relacionamento direcionado à sua continuidade e, através de mobilização, a comunidade pode se unir para gerir sua vida e escrever sua história com as próprias mãos, o que caracteriza o processo de empoderamento. No Aventureiro, apesar da solidariedade tradicional, notamos um certo desgaste nas relações de confiança, ocasionado pelos

marcos históricos de interdição cultural.

O Turismo Comunitário abarca a possibilidade de a população decidir como deseja que a atividade seja realizada e, principalmente, como os recursos serão utilizados, rompendo com a lógica de um modo de produção excludente.

Quando a comunidade é incluída nos processos de gestão, o Turismo ocorre de forma mais autêntica, já que seu modo de vida, “exótico” na perspectiva do turista, é o que o atrai às comunidades tradicionais. O Turismo Comunitário, assim, reaviva a memória, no sentido de que a comunidade ensina ao turista interessado no diferente, ao mesmo tempo em que traz para seu meio o jovem morador, fazendo-o notar o valor de suas tradições e sentir-se pertencente ao grupo. Qualquer projeto de Turismo Comunitário precisa estar intrinsecamente ligado ao modo de vida da comunidade e sua vivência real por parte do turista, valorizando as peculiaridades.

Referências bibliográficas

ADAMS, C. As Populações Caiçaras e o Mito do Bom Selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *In: Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, n. 1, vol. 43, 2000.

BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (orgs.). **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

BARTHOLO, R.; SANZOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

BIDEGAIN PRIMO, P.; FRESCHI, J.M. **Situação Geral do Povoado do Aventureiro, da Reserva Biológica da Praia do Sul e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro, Relatório Final, Volume I**. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado do Ambiente, Grupo de Trabalho do Aventureiro, 2009.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Lei 9.985/2007.

BUARQUE, S.C. **Construindo o Desenvolvimento Sustentável**. Recife, 2001.

CAPRA, F. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DECKER, A.F.M. **Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas**. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, G.F. **Ecopercepção: um resultado didático dos desafios socioambientais**. São Paulo: Gaia, 2004.

- DIEHL, A.A. **Cultura Historiográfica**: memória, identidade e representação. São Paulo: EDUSC, 2002.
- DIEGUES, A.C. **O Mito da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 2001.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- GRIMM, I.J.; CIOCE, C.A. Turismo de Base Comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. *In: Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, n. 19. Março, 2011.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **E Science**, n. 3859, vol. 162 December, 1968.
- LARAIA, R.B. **Cultura**: um conceito antropológico. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MAGALHÃES, C.F. **Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios**. São Paulo: Ed. Roca, 2002.
- MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Tradução Eliane Lisboa. 4a Ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- PAIVA, R. (org.). **O Retorno da Comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- PENA, L.C.S.; BRASILEIRO, I.L.G.; SANTOS, A.R.D. Processos Participativos e do Desenvolvimento Sustentável do Turismo: reflexões sobre o funcionamento do Grupo Gestor do Destino Indutor Brasília. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n. 17/18, volume 2, 2012.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro; Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SAHLINS, M.. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro; Zahar, 2003.
- SANTOS, M.S. Os Porões da República: a colônia correccional de Dois Rios entre 1908 e 1930. **TOPOI**, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006.
- SEABRA, G. (org.). **Turismo de base local**: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2007.
- VILAÇA, A.M.N.; MAIA, A.A. O povo do Aventureiro. *In: PRADO, R.M. (org.). Ilha Grande*: do Sambaqui ao Turismo. Rio de Janeiro: Garamond: EDUERJ, 2006.

Juliana Fernandes da Silva: Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Email: julianafernan10@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8570775788671949>

Juzânia Oliveira da Silva Brandão: Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Email: juzania@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3565000708470108>

Data de submissão: 30 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 06 de maio de 2013

Data do aceite: 06 de maio de 2013

Avaliado anonimamente